

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA



O GOVERNO MÉDICI E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (NORTE E  
NORDESTE) – DISCURSOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (1969-1974).

RECIFE  
2015

FILIPPE MENEZES SOARES

**O GOVERNO MÉDICI E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (NORTE E NORDESTE) – DISCURSOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (1969-1974).**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof. Dr. Regina Beatriz Guimarães Neto.

RECIFE

2015

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

S676G Soares, Filipe Menezes.

O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974) / Filipe Menezes Soares. – Recife: O autor, 2015.  
171 f. : Il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, 2015.  
Inclui referências.

1. Brasil – História. 2. Governo Militar – Brasil. 3. Ditadura. 4. Médici, Emílio Garrastazu, 1905-1985. 5. Propriedade territorial. 6. Colonização. I Guimarães Neto, Regina Beatriz (Orientadora). II. Título.

981 CDD(22.ed.)

UFPE (CFCH2015-100)



**FILIPE MENEZES SOARES**

**O GOVERNO MÉDICI E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (NORTE E NORDESTE) – DISCURSOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (1970-1974)**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **06/08/2015**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto  
**Orientador (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)**

Prof. Dr. Pedro Petit Peñarrocha  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)**

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

## AGRADECIMENTOS

Certa vez li que o autor é um fluxo. Acreditei. Começo então por agradecer a todas as autorias que transversalizam a escrita desta dissertação. Certa vez escrevi que minha escrita é fruto de conversas descontraídas em mesas e quintas alheios e, sendo assim, teria de agradecer a todos esses momentos proporcionados por algumas centenas de pessoas. Agradeço. Certa vez me deparei com os seguintes dizeres de uma autoria anônima: roubar uma ideia é plágio, roubar várias é pesquisa. E então agradeço àqueles a quem roubei e ofereço esta dissertação àqueles que a quiserem tomá-la de assalto.

Agradeço ao pai pois sem suas influências não moldaria meu sentimento de mundo e sem seus livros não me atreveria a esboçar em linhas meu desejo de tornar as coisas mais reais. Agradeço à mãe pois sem sua luta por uma educação de qualidade jamais me formaria um autor. Criado na sua paciência maternal, pude unir a disciplina das salas de aula com a brincadeira dos pátios, para daí sair assinando textos e feitos que já ficam para a eternidade. Agradeço também à irmã, que veio depois e a quem tanto importuno com relampejos lecionais ao tentar por em palavras o exercício intelectual de poucos anos de estudo.

Dizem que os amigos são a família que a gente escolhe, mas também escolhi alguns tios como amigos. Com os amigos (as) compartilhei uma sinestesia política perigosa, ousada e alegre. Entre indas e vindas, rupturas e (re) aproximações, são eles e elas que muito aparecem neste texto. As múltiplas experiências “co-sentidas” explodiram conceitos e tensionaram pressupostos. Todo esse acúmulo de maneira ou de outra encontram-se nas linhas que se seguem e, diga-se de passagem, sem peso algum. A redação deste texto é um somatório de forças do qual os amigos e amigas ofereceram seus braços sem nem saber que seria este o resultado. Cumplicidade maior não existe.

Agradeço especialmente à professora Regina Beatriz, sem a qual minha trajetória acadêmica seria hoje inimaginável. Sua orientação vem desde a graduação, onde pude dar os primeiros passos na pesquisa e escrita de textos em história. A temática aqui abordada é consequência de um desafio por ela proposto, o resultado, por sua vez, é o conjunto de proposições com as quais considero tê-lo solucionado. Sua contribuição neste texto é inestimável. Agradeço também as correções e dicas dos professores Antônio Montenegro e Pere Petit. Também agradeço ao restante dos professores do PPGH/UFPE, que me proporcionaram um curso de altíssima qualidade, acarretando numa maturidade intelectual determinante para a aquisição do título de mestre.

Por fim, o trabalho de pesquisa e escrita desta dissertação não poderia ser realizado sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## RESUMO

A euforia desenvolvimentista que tomou conta do Brasil nos anos 70 está associada à transformação do país em um canteiro de obras. No rol dos projetos de grande envergadura, encontrava-se o Programa de Integração Nacional. Cercado de pompa e promulgado em meio à seca de 1970, o PIN proclamava o desenvolvimento em escala nacional e manifestava o desejo de unificar um país com dimensões continentais. Um dos desafios da dissertação consiste em apresentar o PIN como uma política que criou espaço para os trabalhadores sem terra, tendo importância capital na construção de legitimidade daquele governo e sendo parte fundamental na aproximação entre ditadura e população governada. Outro objetivo-síntese deste estudo é procurar entender a maneira com que as obras do PIN tornaram-se uma estratégia de controle dos conflitos agrários e de ocupação das fronteiras nacionais. Para tanto, foram utilizados documentos de variadas naturezas. Primeiro, ganha destaque alguns relatos orais de uma trabalhadora rural e de um funcionário do INCRA, instituição responsável pelo recrutamento e posterior assentamento dos colonos na Amazônia. Somam-se aos relatos orais, a análise de um conjunto de publicações que reúne alguns discursos oficiais do terceiro governo da ditadura. Outra fonte de grande utilidade foram as matérias de jornal publicadas em 1970, que acompanham o debate político em torno do decreto do Programa de Integração Nacional. Ao entrecruzar essa documentação é possível revisitar o PIN e apontá-lo como uma política pública ligada a determinados interesses da ditadura no Brasil. Os caminhos escolhidos para realizar essa reflexão retomam alguns objetivos primordiais do governo Médici, são eles: Desenvolvimento e Segurança Nacional.

Palavras-chave: Ditadura. Governo Médici. PIN. Colonização.

## **ABSTRACT**

The developmentalist euphoria that took over Brazil in the 1970s is associated with the transformation of the country in a vast construction site. The National Integration Program (PIN) was among the main ambitious projects. The project, announced with grandeur, was promulgated during the drought that haunted the northeastern region in 1970. The PIN proclaimed national-wide development and desired to unify a country with continental dimensions. The challenge in this thesis is locate PIN as a policy directed to rural workers, having an important function in the construction of the government legitimacy and being fundamental in approximation between dictatorship and Brazilian population. This work aimed to understand how PIN investments became a governmental strategy to control agrarian conflicts and occupation of the national borders. To do so, I utilize different documents. First of all, some oral histories told by a female rural worker and a government employee are highlighted. The government employee worked in the INCRA – a federal institution responsible for recruit and placement of the peasantry in Amazon. The analysis of a series of publications, that put together some official discourses, are added to the oral histories. Another historical source of great use are the newspaper articles published in the 1970s. Those newspaper articles accompany the political debates of the PIN decree. Crossing this documentation is possible to revisit PIN and set it as a political project connected to some interests of Brazilian dictatorship. The ways chosen to make this reflection resume primordial goals of Médici government: development and national security.

Key-words: Dictatorship. Médici Government. PIN. Colonization.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 8  |
| <b>1.1 Governo Médici, ditadura e Integração Nacional</b> .....                         | 8  |
| <b>1.2 Fontes e naturezas documentais</b> .....   | 11 |
| <b>1.2.1 O documento oficial</b> .....  | 11 |
| <b>1.2.2 Jornais e mídias</b> .....   | 14 |
| <b>1.2.3 Memória e história</b> .....   | 16 |
| <b>1.3 A teoria e o olhar do historiador</b> .....                                      | 19 |
| <b>1.4 Narrativa da Integração passo a passo</b> .....                                  | 21 |
| <b>1 A DITADURA NO INÍCIO DA DÉCADA DE SETENTA</b> .....                                | 23 |
| <b>1.1 Por que Médici?</b> .....  | 23 |
| <b>1.2 Governantes e governados (Brasil – 1969/1974)</b> .....                          | 25 |
| <b>1.3 Os militares não governaram sozinhos</b> .....                                   | 31 |
| <b>1.4 Alquimia e seu reverso: <i>anos de ouro</i> e <i>anos de chumbo</i></b> .....    | 41 |
| <b>1.5 O Milagre Brasileiro</b> .....   | 43 |
| <b>1.6 Os <i>anos de chumbo</i></b> .....   | 48 |
| <b>1.7 “Integrar para desenvolver” - território, economia e política</b> .....          | 54 |
| <b>2 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) – UM DECRETO-LEI DO GOVERNO MÉDICI</b> ..... | 59 |
| <b>2.1 Integração nacional e estratégia de desenvolvimento</b> .....                    | 59 |
| <b>2.2 Uma pausa: evitar nascimentos vs mobilizar braços</b> .....                      | 62 |
| <b>2.3 O PIN pela linguagem oficial: o Estado dá a luz as seus programas</b> .....      | 65 |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| <b>2.4</b> | <b>Militarização da questão agrária e a batalha por significados.....</b>               | <b>70</b>  |
| <b>2.5</b> | <b>PIN salvador da seca.....</b>  | <b>75</b>  |
| <b>2.6</b> | <b>Pompa e circunstância.....</b>   | <b>82</b>  |
| <b>2.7</b> | <b>Ritual de passagem: dos discursos à execução do Programa de Integração Nacional.</b> | <b>87</b>  |
| <b>3</b>   | <b>A CONQUISTA DA AMAZÔNIA.....</b>   | <b>91</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>Entradas e bandeiras.....</b>  | <b>91</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Dividir para conquistar.....</b>   | <b>93</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>INCRA: braço forte e mão amiga.....</b>  | <b>106</b> |
| <b>3.4</b> | <b>Do colono migrante ao império empresarial.....</b>                                   | <b>112</b> |
| <b>3.5</b> | <b>As heranças malditas da colonização.....</b>   | <b>120</b> |
| <b>4</b>   | <b>NACIONALISMO E POLÍTICAS REGIONAIS.....</b>  | <b>123</b> |
| <b>4.1</b> | <b>A enorme tarefa.....</b>   | <b>123</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Amazônia: espaço vazio e redenção cabocla.....</b>                                   | <b>128</b> |
| <b>4.3</b> | <b>Amazônia e defesa nacional.....</b>  | <b>141</b> |
| <b>4.4</b> | <b>Nas asas brancas da saudade.....</b>   | <b>146</b> |
| <b>4.5</b> | <b>Foices ao alto! O Nordeste é vermelho.....</b>                                       | <b>152</b> |
|            | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>161</b> |
| <b>a.</b>  | <b>Atualidade da ditadura e histórias que temos vivido.....</b>                         | <b>161</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>167</b> |

# INTRODUÇÃO

## 1.1 Governo Médici, ditadura e Integração Nacional

Esta dissertação faz parte de um estudo que pretende contribuir com o entendimento das políticas públicas entre os anos de 1969 e 1974 – sobretudo aquelas que foram direcionadas às dinâmicas regionais do espaço brasileiro<sup>1</sup>. A partir desta configuração, veremos a maneira pela qual a razão governamental, em dado momento da década de 1970, elegeu o Nordeste e a Amazônia como regiões prioritárias de atuação. Mais especificamente, as intervenções de governo serão discutidas a partir do Programa de Integração Nacional – O PIN – e dos enunciados que acompanham o planejamento e a execução deste programa<sup>2</sup>. O PIN é um decreto-lei do governo Médici<sup>3</sup>. Considero o período de governo do general Médici (1969-1974) como um importante recorte ao estudo da ditadura. Como analisarei ao longo dos capítulos: para além do Programa de Integração Nacional, este governo oferece subsídios fundamentais à discussão que pretendo trilhar na pesquisa.

O início da década de 1970 é um período em que foram construídas grandes obras pelo governo federal, além de realizadas comemorações cívicas de grande apelo social<sup>4</sup>. A população vivia em clima de euforia por conta do que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”<sup>5</sup>. A propaganda das grandes obras, as comemorações e principalmente o clima de euforia são algumas questões que me permitem pensar a continuidade do regime por outros meios que não apenas a

---

1 Na historiografia, dialogo com dois outros trabalhos que também priorizaram o entendimento das políticas do Governo Médici, são eles: CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. MAGALHÃES, Livia G. “Com a taça nas mãos sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina”. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, PPGH, 2013. Por sua vez, as referências com as quais dialogo para entender a ditadura a partir das dinâmicas regionais, ou seja, distantes dos grandes centros do país, são: MONTENEGRO, Antônio. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010. GUIMARÃES NETO, REGINA B. *A lenda do ouro verde: política e colonização do Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEM, 2002. PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste da Pará*. Migrações, conflitos e violência no campo.

2 Cada um ao seu modo e com suas prioridades, outros trabalhos da área também se debruçaram sobre o entendimento da integração nacional durante o governo Médici, são eles: BRAGA, Magno Michell. BR 230, nordestinos na rota Transamazônica : a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974). Recife: O autor, 2012. SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, PPGH, 2012.

3 Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. “Art. 1º É criado o Programa de Integração Nacional (...)”

4 ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, 141-152. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Zahar, 2000; CORDEIRO, Janaína Martins. *Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972*. in *Confluenze* Vol. 4, No. 2, 2012, pp. 82-102, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

5 CORDEIRO, Janaína Martins. Op. cit., 2015.

repressão ou o perfil militar de seus presidentes. Portanto, o início da década de 1970, ou o período de governo do general Garrastazu Médici, é singular para a discussão da legitimidade que obteve a ditadura:

A eficácia das estratégias de busca de aceitabilidade e adesão para a ditadura era atestada, pelos seus condutores, não apenas durante a sua vigência, mas também pós-regime. O gal. Ênio dos Santos Pinheiro afirmava em depoimento, no início da década de 90, que a Folha de S.Paulo fez uma pesquisa durante o período Médici e detectou que 85% da população considerava aquele governo ótimo e bom.<sup>6</sup>

Os números não falam sozinhos. Mas o fato é que altos índices de aprovação a determinado governo significam um certo alcance de legitimidade. A legitimidade é aqui entendida como uma questão fundamental ao estudo de qualquer política governamental. Os governos utilizam de estratégias que os permitem aproximar-se da população e mobilizá-la a ponto de atingir, ou não, os objetivos de suas políticas. Essa discussão é aqui fundamental ao entendimento do Programa de Integração Nacional.

Dito de outro modo, entendo que a análise do processo de adesão<sup>7</sup> social à ditadura só é possível quando tecemos críticas à determinadas ações e políticas desse governo. Além do mais, tendo em vista os vinte anos de ditadura, os estudos de suas políticas devem vir situados em um período específico pelo qual atravessava o regime. No decorrer destas linhas, em busca da legitimidade da ditadura, analisarei o Programa de Integração Nacional a partir dos objetivos, metas e práticas que marcaram o exercício de governo do general Garrastazu Médici. Caminhando do planejamento à execução das políticas de integração nacional, pretendo estabelecer questões em torno da maneira com que a ditadura foi capaz de conquistar apoio às ações do “terceiro governo da revolução”<sup>8</sup>.

Em resumo, podemos apresentar as políticas de integração nacional do seguinte modo: tirar proveito da dimensão continental do país, ocupando os “espaços vazios” e promovendo o progresso de “novas áreas”, sem comprometer o “núcleo desenvolvido” do território nacional<sup>9</sup>. Os “espaços vazios” do território brasileiro representam a condição da Amazônia no início da década de 1970. A associação entre Amazônia e espaço vazio é um argumento recorrente nos discursos regionalistas

---

6 REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001, p. 302.

7 Para uma discussão do conceito de adesão na ditadura do Brasil, tomo por referência a seguinte obra: MOTTA, PATTO, Rodrigo. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

8 Definição oficial do governo brasileiro durante os anos em que teve como Presidente o general Garrastazu Médici. Depois do golpe que instituiu a ditadura, em 1964, sucederam-se na presidência (1) o General Castello Branco, (2) o General Costa e Silva e (3) o General Garrastazu Médici. Revolução é uma palavra/conceito ligada a ideia de mudança. No intuito de criar um efeito de novidade, de inauguração de um novo tempo, o golpe de 1964 foi então definido pelos militares como uma “revolução”.

9 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e bases para ação de governo*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

que se referem a esta grande porção do território nacional – em um dos capítulos, analisaremos a maneira com que foi criada essa imagem da Amazônia. Segundo o discurso oficial, as “novas áreas” a entrarem no rumo do progresso seriam tanto a Amazônia como o Nordeste do Brasil, regiões que, na racionalidade que orienta o “terceiro governo” da ditadura, eram entendidas como localidades marginalizadas da economia nacional. Por último, o “núcleo desenvolvido” a que se refere os documentos da época é justamente o Centro-Sul industrializado, região que não poderia ser comprometida pelo atraso econômico de outras partes do país e que cumpriu importante papel na execução das obras de Integração Nacional.

Estas eram as bases para um novo programa de desenvolvimento, agora comprometido com o que se entendia por “Integração Nacional”. O Governo Médici atualiza, na ditadura, um discurso preocupado com a integração das regiões do país<sup>10</sup>. Na prática, é possível observar uma diversidade de políticas públicas que são criadas e utilizadas para realizar o projeto de “Integração Nacional”. Nas palavras de Médici essas obras aparecem aqui resumidas:

As gigantescas obras rodoviárias em andamento, aliadas aos programas de colonização, também em curso, empurram as fronteiras econômicas do país para regiões onde imperava o vazio demográfico, fazendo com que o Brasil cresça dentro dos seus próprios limites. Áreas de grande extensão se abrem, desse modo, à exploração agro-industrial, atraindo a migração de contingentes populacionais que procuram, em outras terras melhores condições de vida.<sup>11</sup>

Nas palavras do presidente, as obras pela integração consistiam em criar fronteiras econômicas nos espaços onde não havia a presença sistemática do poder público brasileiro, atraindo, desta maneira, a migração de contingentes populacionais. Os contingentes populacionais a que se refere Médici são identificados sobretudo pela mão de obra proveniente do Nordeste; o deslocamento do Nordeste rumo à Amazônia seria possibilitado pelas obras rodoviárias na região. Tanto o programa de colonização como a expansão das fronteiras econômicas motivariam o deslocamento de trabalhadores à Amazônia. Esse conjunto de ações seriam articulados a um modelo de desenvolvimento que pretendia fomentar a agroindústria na Amazônia<sup>12</sup>.

Esse é o esboço do Programa de Integração Nacional. No governo Médici, ele aparece acompanhado de dois pilares fundamentais da ditadura: o desenvolvimento e a segurança nacional. O objetivo da integração nacional se insere nas relações sociais do período e funciona estrategicamente como um mecanismo de controle político no Brasil da década de 1970.

---

10 A respeito de outras experiências históricas que se utilizaram da ideia de integração nacional, tomo por referência as seguintes obras: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

11 MEDICI, Garrastazu. *O povo não está só*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 11.

12 PETIT, 2003. Citado.

A integração Nacional emerge, portanto, como um programa, mas também como um importante discurso do governo da ditadura entre os anos de 1969 e 1974. Na narrativa, ela é o que permite a crítica da razão governamental que acompanha o governo Médici. Através do estudo da Integração Nacional foi possível descrever um diagrama dos órgãos, leis, instituições, medidas administrativas, propagandas, etc. Enfim, toda uma cartografia que pretende recuperar as formas de intervenção governamental na sociedade brasileira do início da década de 1970.

## 1.2 Fontes e naturezas documentais

### 1.2.1 O documento oficial

A documentação oficial que detalha o programa de governo entre os anos de 1969 e 1974 foi de grande relevância para as análises que se seguem. A importância de um conjunto de documentos está associada ao objetivo de caminhar entre o planejamento e a prática do “terceiro governo” da ditadura. Esses documentos encontram-se publicados pelo Departamento de Imprensa Nacional e, nesse sentido, alguns títulos foram fundamentais às análises. O primeiro, *Planos e Metas para Ação de Governo*<sup>13</sup>, publicado em setembro de 1970. Sua escrita é parte do trabalho realizado pelo Ministério do Planejamento e o livro se divide em três grandes partes: (1) *objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento*; (2) *ação setorial: grandes prioridades*; (3) *ação setorial em outras áreas*. Definido como um documento do âmbito do planejamento, o texto de abertura do livro defende o caráter prático dos seus discursos, justificando, dessa maneira, o saber técnico-racional que acompanha as políticas do governo Médici:

Estas metas e bases não constituem novo plano global. Trata-se de **documento de sentido eminentemente prático** e mais voltado para a execução, definindo os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais, as realizações principais programadas e os projetos de alta prioridade nos principais setores.<sup>14</sup>

Apesar da abrangência temática do documento, selecionei os textos que se concentram na concepção de desenvolvimento que orientaram as políticas daquele governo. Como uma via de mão dupla, também destaquei neste documento as ações elencadas para realizar o pleno desenvolvimento econômico do país. Nesse recorte está a definição dos principais objetivos do governo Médici, bem como as diretrizes e noções políticas que os acompanham. Nesses discursos, a

---

13 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

14 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Op. Cit.*, 1970, s/n, grifo nosso.

integração nacional aparece tanto como uma obra que facilitaria o desenvolvimento do país quanto como um elemento que inaugura uma nova concepção de desenvolvimento... O desenvolvimento integrado.

Um outro documento, também no âmbito do planejamento governamental, constitui uma importante referência para as análises desta dissertação. É *O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74*<sup>15</sup> que se divide em duas grandes partes: (1) *A estratégia de desenvolvimento* e (2) *a execução da estratégia*. A primeira parte, denominada “*estratégia de desenvolvimento*” é pensada para o grande espaço econômico brasileiro. Ao articular economia e território, o discurso oficial, aponta a Integração Nacional como um eixo para o equilíbrio econômico do país. Ainda segundo o mesmo documento, o governo pretendia dividir a estratégia econômica em uma outra série de estratégias regionais. A partir daí também podemos entender a integração nacional como um conjunto de políticas regionais que por sua vez tinham como foco a intervenção no Nordeste e na Amazônia.

Uma outra publicação oficial encerra o que considero o tripé dos discursos oficiais aqui utilizados. Intitulado “*Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*”<sup>16</sup>, o documento é resultado dos trabalhos realizados pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, o IPEA. Sua publicação é paralela à experiência de ocupação da Amazônia pelos incentivos governamentais da década de 70 e, portanto, reúne alguns textos que planejam essas ações mas que também funcionam com informativos da colonização. Neste documento, a colonização oficial é entendida como aquela estimulada pelo poder público. Como sugere o próprio título, a colonização oficial é a colonização dirigida pelo Estado brasileiro. Além do estudo histórico, o livro contém quadros e tabelas em que são apresentados alguns dados do deslocamento populacional à Amazônia. Esses dados resultam de questionários aplicados aos migrantes que chegavam à região estimulados pelas políticas governamentais de ocupação naquele território. Entre eles, os contingentes de trabalhadores provenientes do Nordeste.

Outro documento encerra o grupo de fontes oficiais reunidas em pesquisa. É um documento de 1972 que apresenta a experiência da colonização na região de Altamira – o “*Altamira I*”<sup>17</sup>. Neste documento são relatadas as obras que estão sendo feitas para receber os migrantes que chegavam em busca de trabalho na Amazônia. A crítica historiográfica que acompanha as fontes oficiais da

---

15 Esse documento é uma publicação federal que dispõe sobre a Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971: o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974.

16 TAVARES, Vania Porto; CONSIDERADA, Claudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Therez. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica*. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de pesquisas. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

17 IPEA, Altamira I. 1972

colonização, entendem essa política como um processo violento de ocupação da terra<sup>18</sup>, no qual estão em jogo uma série de privilégios às empresas agropecuárias<sup>19</sup>. Parte relevante desse documento é o trecho que se dedica a decifrar, em termos oficiais, as motivações socioeconômicas para ocupação das áreas. Todos os documentos citados até aqui foram determinantes para alargar o entendimento do terceiro governo da ditadura na tentativa de reconstruir a experiência histórica da Integração Nacional na década e 1970.

Para a discussão de algumas leis, decretos e medidas administrativas do governo Médici, recorri também ao Diário Oficial da União. Através desse documento é possível ter contato com os textos, na íntegra, das leis e medidas oficiais no momento de sua promulgação. O Diário Oficial da União é disponibilizado pelo próprio governo federal.<sup>20</sup>

Por fim, cabe destacar um outro documento que apesar de não ter sido sistematicamente utilizado na narrativa, foi de grande importância para a perspectiva teórica que acompanhou os estudos e escrita da dissertação. Em *Amazônia Setor Público 1970-78*, pude encontrar a definição que a SUDAM<sup>21</sup> estabelece para caracterizar a Atividade Governamental. Esse documento se destaca pois fundamenta a perspectiva teórica que entende as políticas do governo Médici, sobretudo a Integração Nacional, como um conjunto de discursos e práticas governamentais, ou seja, possíveis de serem analisadas através da governamentalidade<sup>22</sup>.

No conjunto de publicações oficiais, outra fonte sem quais seria impossível a realização deste estudo foram os livros que reúnem os pronunciamentos do general Garrastazu Médici ao longo de seu mandato como presidente do Brasil entre 1969 e 1974. Os livros foram publicados em Brasília, pelo Departamento de Imprensa Nacional e formam uma coleção com nove títulos<sup>23</sup>. Pude

---

18 PEREIRA, Op. Cit., 2013.

19 IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Editora Vozes, 1979; GUIMARÃES NETO, 2002. Citado; PETIT, 2003. Citado;

20 Os textos do Diário Oficial da União estão disponíveis em [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) (último acesso realizado em 25/05/2015).

21 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Para uma breve história desta instituição ver: PETIT, Op. Cit., 2003.

22 “A governamentalidade”, in FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

23 Por ordem de publicação: (1) O jogo da verdade, 1969 (reúne os pronunciamentos dos três primeiros meses de governo do general autor, outubro, novembro e dezembro de 1969). (2) Nova consciência de Brasil, 1970 (neste livro estão os pronunciamentos realizados entre janeiro, fevereiro e março de 1970). (3) A verdadeira paz, 1970 (neste livro estão os pronunciamentos realizados em dezembro de 1970). (4) Tarefa de todos nós (neste livro ainda aparecem pronunciamentos realizados em dezembro de 1970. Mas com ele é inaugurada a publicação dos pronunciamentos do ano de 1971, até o mês de abril daquele ano). (5) O povo não está só (Os pronunciamentos reunidos nesta publicação foram feitos entre 6 de junho e 10 de outubro de 1971). (6) Nosso caminho, 1972. (últimos pronunciamentos de 1971 somados aos realizados nos quatro primeiros meses do ano de 1972). (7) O sinal do Amanhã (último livro com pronunciamentos realizados em 1972). O ciclo de publicações dos pronunciamentos é encerrado com (8) Os vínculos da fraternidade, 1973. e, também do mesmo ano, (9) Os anônimos construtores, 1973.

reunir todas as publicações, adquirindo parte delas em sebos e outra parte na biblioteca pública do Estado de Pernambuco e na biblioteca Celso Furtado, da SUDENE<sup>24</sup>, onde estão reunidos uma outra série de documentos oficiais ligados às políticas públicas direcionadas ao Nordeste. Aqui posso adiantar que o valor desses documentos residem principalmente em duas principais discussões. A primeira está ligada a um estudo de autoria<sup>25</sup>. Através de um estudo que privilegia a função histórica e cultural desempenhada pelo autor é que proponho a análise de textos assinados por Emílio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 e 1974. Problematizar a autoria do presidente é apontar algumas características do modo de existência, circulação, funcionamento e apropriação dos discursos do governo da ditadura. A tentativa consiste em entender a autoria como uma regra da escrita. Regra esta que determina o status adquirido pelos discursos e autoriza a publicação dos pronunciamentos. Se o general e presidente Garrastazu Médici é também autor de seus pronunciamentos, seus discursos emanam ainda mais autoridade. Ao mesmo tempo, um estudo de autoria também permite realizar uma descrição do momento histórico no qual está inserido o presidente, entendendo as particularidades do período em que responde como chefe de governo (1969 – 1974).

### 1.2.2 Jornais e mídia

O periódico que selecionei para pesquisa e análise corresponde ao Jornal do Brasil. Este jornal foi um impresso de grande circulação no Rio de Janeiro no ano de 1970. No decorrer do texto, teremos oportunidade de ter contato com algumas matérias que foram publicadas no momento em que a presidência do país foi ocupada pelo general Garrastazu Médici. As matérias selecionadas foram publicadas em 1970. A escolha do ano está atrelada à data de promulgação do Programa de Integração Nacional. Em junho de 1970, foi lançado o conjunto de obras e os meios de financiamento do programa que reuniu as principais obras da integração. Antes de anunciado o PIN, os jornais acompanharam o debate em torno da expectativa de sua promulgação. Após 16 de junho, data que marcou o início da execução do PIN, veremos como este veículo acompanhou a recepção das obras e dos discursos da integração.

Dentre outros motivos, escolhi o Jornal do Brasil pelo lugar de sua publicação, no caso, o Rio de Janeiro. Os jornais do Centro-Sul acompanhavam em detalhes a política de âmbito federal. No início do terceiro governo, principalmente durante o ano de 1970, são recorrentes as matérias que discutem as políticas governamentais para a Amazônia e os problemas sociais do Nordeste. A

---

24 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

25 CHARTIER, ROGER. O que é um autor? Revisão de uma genealogia. São Paulo: EdUFSCar, 2012. FOUCAULT, MICHEL. O que é um autor? In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

fala oficial da presidência da República sempre privilegiou a imprensa do Sudeste. Os representantes do governo federal priorizam os veículos midiáticos localizados nesta região quando precisam escolher um canal de diálogo com a população brasileira. No ano de 1970, o Jornal do Brasil realizou uma série de entrevistas, publicando, na íntegra, alguns discursos oficiais que utilizei no decorrer da dissertação, como, por exemplo, as falas do ministro de transportes, Sr. Mário Andreazza, importante interlocutor do governo Médici.

De maneira geral, a pesquisa no Jornal do Brasil demonstrou que este veículo constituiu um importante canal de apoio à ditadura. Nas suas páginas era comum, por exemplo, a exaltação da figura do presidente ou o aparecimento de constantes elogios às soluções de seu governo. Os textos desse jornal foram importantes vetores da comunicação entre o Estado e a sociedade brasileira da década de 70, mas frequentemente construía uma aura de positividade em torno das políticas do terceiro governo da ditadura. Por isso que ao analisar esses jornais sempre levei em consideração a força persuasiva dos empréstimos, verbas publicitárias e favores estatais<sup>26</sup>. Ou seja, os discursos publicados por esse impresso eram orientados por aqueles que contribuía, seja financeiramente ou com outras facilidades, à manutenção do periódico na mídia nacional. Também não podemos esquecer que a ditadura censurou a liberdade de imprensa. Ainda que a linha editorial do JB orientasse a não hesitação de críticas à ditadura, os próprios jornalistas muitas vezes evitavam-nas, com medo de represália à redação ou de perseguição pelos agentes do governo<sup>27</sup>. A autocensura por vezes facilitou o colaboracionismo com o governo.

O apoio da imprensa a qualquer forma de governo por si só já é um problema. Acredito que tanto a crítica como a fiscalização das políticas governamentais constitui um pressuposto da democracia<sup>28</sup>. Neste trabalho o discurso da mídia foi analisado considerando que no senso comum ele ganha status de neutralidade. No contato com os textos de um Jornal, o leitor comum acredita que está apenas sendo informado. A maneira natural com que recebe e se apropria do discurso midiático, camufla o conteúdo tendencioso que insistentemente é veiculado por esses emissores. A imprensa é formadora de opinião. Quando o Jornal do Brasil veicula discursos que vão ao encontro das perspectivas do governo Médici, ele apoia esse governo e sustenta o *status quo* da ditadura.

No que toca à Integração Nacional, não poderia destacar a relevância que adquire essas políticas sem apontar sua abordagem na mídia. Somente através da mídia é que os acontecimentos

---

26 LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: “Fontes Históricas”. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005. p.111-153

27 FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Editora Record, 2001.

28 Sobre mídia e democracia, ver o ensaio escrito pela Maria Rita Kehl para a Folha de São Paulo em 16/10/2014. O texto é intitulado “Voto contra o retrocesso” e está disponível no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1533108-maria-rita-kehl-voto-contra-o-retrocesso.shtml> (Acessado pela última vez em 26/05/2015)

podem existir no mundo moderno<sup>29</sup>. Os documentos oficiais e os pronunciamentos do presidente não foram suficientes para divulgar as políticas de integração nacional e para angariar o apoio da população brasileira, muito menos, então, para fazer do PIN um acontecimento do ano de 1970. Os estudos dos jornais me permitiram visualizar o momento e a forma com que essas políticas foram apresentadas à sociedade. Perceber o momento em que o estado decreta essa ou aquela política pública é uma questão fundamental para o entendimento de determinada razão de governo. Da mesma maneira, a forma como os discursos são apresentados apontam uma outra sorte de mecanismos vinculados à tentativa de preencher as políticas de legitimidade. No caso da Integração Nacional, o momento de promulgação do PIN é acompanhado por uma expectativa social que só os jornais permitem captar. O acompanhamento dia a dia dos acontecimentos que marcaram o ano de 1970 me permitiram entender a importância das políticas de integração, tanto para a sociedade como para o governo. Portanto, a mídia foi parte fundamental na construção dos discursos pela integração nacional e sem essas fontes o estudo desse projeto estaria incompleto.

No decorrer da pesquisa e escrita desta dissertação, persegui os rastros da cadeia comunicativa: o discurso da integração, passo a passo, se tornou do conhecimento público. A caminhada começa com a emissão dos discursos de integração, presentes, sobretudo, nos documentos oficiais que selecionei em pesquisa. A difusão, outra parte da cadeia comunicativa, está relacionada aos discursos veiculados pelas mídias. O governo formulou as políticas da integração, defendeu a sua necessidade e a importância de suas consequências. Por sua vez, a mídia foi o caminho utilizado para que os argumentos do governo chegassem à população, parte sem a qual seria impossível a realização dessas políticas. No caso deste trabalho, a tomada de consciência dos discursos pela integração é representada pelas matérias do *Jornal do Brasil*, mas também podem ser localizadas nos pronunciamentos do presidente Médici – importante mecanismo de circulação dos discursos da ditadura.

Para finalizar, a última etapa da cadeia de comunicação está ligada justamente à recepção dos discursos da integração. Daí a importância dos depoimentos orais para o problema histórico aqui abordado. Os relatos de memória, por sua vez, irão permitir o contato com o processo de recepção dos discursos da integração nacional.

### **1.2.3 Memória e história**

A recepção dos discursos da integração nacional é um dos objetivos que pretendo atingir nas discussões que se seguem. Os discursos da integração não são somente aqueles que apresentam as

---

29 DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.

obras do PIN, mas também aqueles que permitem a formulação dessas obras. Se a integração nacional foi posta em prática, ela precisou convencer a população de que era viável e satisfatória. A memória é portanto uma fonte que autoriza as análises a respeito da recepção desses discursos. Para colher esses depoimentos, tive de escolher um determinado perfil de entrevistado. Notadamente, as falas oficiais positivam as políticas governamentais do período. Nesse sentido, escolhi os depoimentos de trabalhadores rurais provenientes do Nordeste para contrapor a visão positiva veiculada pelos discursos oficiais. Mas assim como a História, o processo de pesquisa é sempre um mistério. Uma vez no território amazônico, encontrei um labirinto de novas conformações sociais, diferente daquelas ligada aos anos 1970, apesar das heranças do período. Nas esquinas desse labirinto, andando por entre as cidades da colonização, escutei uma outra sorte de relatos, que, ao invés de contrapor a versão oficial, criticando a razão do governo da ditadura, apoiavam as obras da integração nacional na década de 1970. Mas não recuei totalmente frente às minhas perspectivas. Ora, durante a trajetória da pesquisa, também tive a oportunidade de ouvir muitos trabalhadores que criticaram a maneira com que foram jogados no território amazônico. Contudo, naquele momento, o problema da integração nacional foi revestido de uma nova complexidade. Para trazer à dissertação, escolhi os depoimentos de uma antiga trabalhadora rural, hoje viúva, matriarca de uma família de pequenos e médios produtores rurais. Dona Creuza é natural de Garanhuns – PE, e chegou à Amazônia com o falecido marido na década de 1970, provenientes, os dois, do Nordeste. Junto ao depoimento de Dona Creuza, resolvi utilizar da entrevista com um antigo funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão do governo responsável pela execução de parte das obras da integração nacional. De maneira geral, apesar da conformação positiva entre a versão do governo e a versão dos entrevistados, a memória dificilmente repete a descrição simplista apresentada pelos discursos oficiais. Entrecruzar os documentos oficiais com os relatos de memória dos atores sociais diretamente envolvidos com as políticas da integração, possibilita

passar das diretrizes mais gerais dessa prática, definida nos documentos oficiais, para o plano das descrições individuais, possibilita romper com um certo tipo de análise em que predomina 'um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinam suas escolhas.<sup>30</sup>

Com o auxílio dos depoimentos foi possível a problematização de algumas questões que orientaram este trabalho. *Como o governo brasileiro foi capaz de articular a vontade individual e a intenção de suas políticas? No processo de agenciamento da população governada é possível visualizarmos fissuras que permitem o questionamento da totalidade do controle governamental? A*

---

30 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 71

população aparece como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. Como consciente, diante do governo, do que ela quer e também inconsciente do que a fazem fazer (FOUCAULT, 2008, p. 140)<sup>31</sup>”.

Realizar as entrevistas exigiu minha ida à Amazônia. Deslocar-me para essa região foi uma forma de reconstituir o percurso dos trabalhadores rurais. Escrever *in loco* diminui as fronteiras da razão. Escrever história envolve sobretudo a reflexão do tempo, mas muitas vezes os historiadores têm supervalorizado essa dimensão e esquecido a importância do espaço nas suas escritas. Neste caso, falar sobre a Amazônia só foi possível ao estar na Amazônia.

O deslocamento, a constituição de um novo local de moradia e trabalho muitas vezes representa um choque aos migrantes. Mesmo que os relatos não permitam essa conclusão direta, qualquer acontecimento é um trauma na sua irreversibilidade<sup>32</sup>. Muitos dos trabalhadores rurais que na década de 1970 foram viver na Amazônia por lá continuam. Para acessar a experiência histórica da Integração Nacional foi portanto preciso recorrer a um saber que não advém do conhecimento formal, da história do pensamento ocidental. Dessa maneira, os relatos orais emergem como uma forma de reconhecimento e rememoração de uma experiência que não se completava com a análise de documentos. E que mesmo com a memória, ainda bem, permanece aberta à crítica da História.

Lancei-me aos riscos da história oral entendendo que a rememoração é também um ato de consciência. Relembrar experiências passadas é um ato de consciência<sup>33</sup>. Os depoentes agem e transformam o passado no ato de narrar. Ou seja, tive de valorizar a maneira com que a antiga trabalhadora rural se referia ao programa que possibilitou sua chegada na Amazônia na década de 1970. No entanto, não me esquivei em analisar seu depoimento, consciente de que sua atual condição social na Amazônia foi um fator que influenciava o que estava sendo dito a respeito das políticas governamentais da década de 1970. Da mesma forma analisei o depoimento de Antônio Prefeito, antigo funcionário de uma instituição do Estado brasileiro, o INCRA. A posição de autoridade que ocupava na época e sua atual condição social na região são questões que estimulam uma leitura positiva das políticas públicas da década de 1970. Inclusive, o fato de ter sido um funcionário público do governo federal na Amazônia da década de 1970 renderam-lhe uma série de facilidades na região, possibilitando, por exemplo, que se tornasse um médio produtor rural com grandes extensões de terra sob sua propriedade.

A discussão dos projetos de integração nacional não podem ser tratados somente pela rigidez dos documentos oficiais. A recepção das políticas e dos discursos do governo formam um novo

---

31 FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

32 DOSSE, Op. Cit., 2013.

33 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010.

quadro que não nos é apresentado pelos discursos oficiais da Integração Nacional. O que constatei na crítica da retórica governista pode ser rediscutido com as análises dos relatos de memória, oferecendo novas questões à história do Brasil na década de 1970.

O leque de documentos aqui apresentados foram portanto analisados através da perspectiva que privilegia seus discursos. Seja a retórica governista, os relatos de memória ou o texto dos jornais, todos passaram pela clivagem dos discursos. No trato com as fontes documentais, tentei estabelecer o que se costumou chamar de “análise de discurso”. No entanto, o uso desse termo é problemático. Analisar o discurso é uma ação que carrega a ideia de trazer a tona o que está escondido ou sublimado no conteúdo das mensagens. Ora, não é meu intuito propor um trabalho que extrapole os limites da complexidade. Os discursos que selecionei na pesquisa e que mobilizo na narrativa não estão além do que está sendo dito, seja pelo governo, pela mídia ou por trabalhadores rurais da época. Portanto, compartilho da concepção de que analisar enunciados é rachar as palavras. E rachar as palavras é

rachar as coisas, desnaturalizá-las e ir em busca dos fios que as engendram, que as significam. (...) esse movimento de desnaturalizar as palavras revela um combate, uma luta na história, um desfazer de laços e armadilhas que trazem embutido o controle constante sobre a vida e o fazer de trabalhadores pobres e, por que não dizer, de todos nós.<sup>34</sup>

Mas antes de partir para o exercício de “rachar as palavras” da documentação selecionada foi preciso um outro esforço: o da imaginação. Sem imaginação não há história. Imaginar o passado é uma tarefa que precede sua racionalização. Para entender o governo Médici e o discurso da Integração Nacional foi também preciso imaginar aquela época. E se para fazer história é necessário utilizar do conteúdo mediado das fontes, tive que imaginar o universo dos próprios documentos. Imaginar os documentos é uma forma de produzir imagens do passado. A partir da produção dessas imagens foi possível explorar a documentação e ir além do que nelas está simplesmente postulado. Rachar as palavras para produzir imagens do passado. Esse foi o meu esforço historiográfico para contar a história da integração nacional. A dizibilidade da ditadura só pode ser recuperada na criação de sua visibilidade.

### **1.3 A teoria e o olhar do historiador**

Na abordagem dos documentos, a teoria acompanha a narrativa. A análise das fontes segue a perspectiva teórica que orienta a pesquisa. Definir uma teoria é o mesmo que estabelecer um fio

---

34 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 32.

condutor que acompanha a pesquisa desde a formulação do problema histórico. É esse fio condutor que nos aproxima de determinados autores e nos afasta de outros. Portanto, a escolha, a seleção e a reunião dos documentos é também direcionada pela teoria. Mas mais importante que a seleção dos documentos é a influência que a teoria exerce no olhar do historiador<sup>35</sup>. O documento não fala sozinho<sup>36</sup>. Ao historiador cabe fazer os questionamentos às fontes que utiliza<sup>37</sup>.

Pretendo estudar os anos da ditadura por uma perspectiva que me permita inventariar o problema do governo dos homens, das artes de governar no Brasil do início da década de 70. Como o governo, pensado dentro e fora do Estado, na relação com uma determinada população a ser governada, constrói suas políticas governamentais, sua legitimidade e seus modos de intervenção na sociedade. Para facilitar o entendimento desta empreitada, recorro às contribuições de Michel Foucault:

Entendo governamentalidade como o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer de forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.<sup>38</sup>

Através deste conceito, o filósofo francês vai construindo uma trama concentrada no problema do governo dos homens. Foucault desenvolve este estudo durante um de seus cursos no *College de France*, intitulado *Segurança, Território, População*. A governamentalidade<sup>39</sup>, corresponde a um triângulo cujas vértices são respectivamente ocupadas pela soberania, disciplina e pelo dispositivo de população. Cada uma dessas dimensões emerge numa dada época da história do ocidente. Primeiro a soberania, seguida da disciplina e, fechando o triângulo, a população. Articuladas estas dimensões formam as artes de governar e a partir delas é possível a investigação do problema de governo na modernidade. A maneira com que Foucault faz a história do governo na modernidade remete ao próprio termo que nomeia as “artes de governar”<sup>40</sup>. A governamentalidade é um neologismo que unifica num termo o problema da mentalidade e o problema do governo. Do francês, *gouvernementalité*. A mentalidade de governo abre espaço para pensarmos o Estado numa relação entre as instituições e o conjunto de pessoas a serem governadas.

---

35 CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *A escrita da história*, 1982, 2: 65-109.

36 GUIMARÃES NETO, Regina B. . Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: Robson Laverdi; Méri Frotscher; Geni Rosa Duarte; Marcos F. Freire Montysuma; Antônio Torres Montenegro.. (Org.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. 1ed. Florianópolis, SC; Recife, PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37.

37 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. [Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles]. *Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed*, 2001.

38 FOUCAULT, Op. Cit., 2008, p. 143.

39 FOUCAULT, Op. Cit., 1984.

40 FOUCAULT, Op. Cit., 2008.

O Estado sai de cena como máquina do poder-sobre, tigre de papel comandado pela burguesia, para ser pensado em relação com uma população, conjunto que legitima as instituições como responsáveis por propor uma melhor sorte a suas vidas<sup>41</sup>.

## 1.4 Narrativa da Integração passo a passo

O primeiro capítulo é um preambulo da temática abordada nesta dissertação. Apresento a discussão teórica que guia a narrativa, bem como as especificidades do Governo Médici na ditadura e a proximidade deste governo com o projeto político do regime inaugurado no golpe de 1964. Estas questões são abordadas a medida que analiso a historiografia do período e quando apresento alguns discursos oficiais e algumas metas do programa de governo. Parte dos discursos são analisados do ponto de vista da pretensão de legitimidade do regime<sup>42</sup>. Outro objetivo do capítulo é descrever a participação civil na gestão da ditadura brasileira, contribuindo com os estudos historiográficos que procuram definir a ditadura brasileira como um regime civil-militar<sup>43</sup>. O estudo dos discursos oficiais, o programa de governo e a aliança entre militares e civis na década de 1970, abrem espaço para pensarmos a integração nacional como uma ação capaz de realizar os objetivos políticos e econômicos a que se pretende o governo Médici. O PIN é uma ação estratégica da ditadura.

O segundo capítulo é a apresentação do Programa de Integração Nacional – O PIN. O PIN foi um decreto-lei do governo Médici. O programa é parte dos “projetos de envergadura”<sup>44</sup> que caracterizaram este governo, como o PROTERRA, o MOBREAL, o Projeto Rondon, etc. Defini-lo como um programa de envergadura é uma forma de atestar a grandeza de suas obras: o dispêndio de dinheiro público e privado, a quantidade de pessoas envolvidas desde o seu planejamento e execução até às consequências de sua implementação. O PIN reuniu uma série de grande obras a serem executadas no Nordeste e na Amazônia, como as rodovias federais e os projetos de colonização. O que não significa que tenha excluído o Centro-Sul do país de suas políticas. O planejamento desse programa e o debate político que acompanhou a sua promulgação são fundamentais para entendermos a racionalidade do terceiro governo da ditadura.

A segunda parte da dissertação está voltada às obras da integração nacional como parte de um conjunto de políticas direcionadas a duas regiões do território nacional: o Nordeste e a

---

41 Idem, idem.

42 REZENDE, Op. Cit., 2008.

43 REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

44 REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Amazônia. O terceiro capítulo, intitulado “A conquista da Amazônia,” detalha o programa de colonização – obra síntese do PIN. Para tanto, são utilizados uma série de documentos oficiais a serem analisados junto a relatos orais colhidos na Amazônia em janeiro de 2015. Tanto os documentos como os relatos, apontam a mão de obra do Nordeste como o segmento da população brasileira inicialmente mobilizado para a conquista da Amazônia. Dentre as motivações da colonização estão uma série de objetivos do governo Médici. Esses objetivos são insistentemente discutidos ao longo da dissertação – o que demonstra o comprometimento da pesquisa e escrita em desvendar a racionalidade governamental da ditadura no momento de seu terceiro governo (1969-1974).

Depois de tratar da execução do PIN, através da análise da colonização, pretendo retomar uma série de discursos regionalistas que acompanham a história do Nordeste e da Amazônia. A proposta é passar da prática aos discursos da colonização. Dessa maneira, a dissertação foi escrita por uma estratégia narrativa que prezou pela circularidade: dos discursos às práticas e das práticas aos discursos. Neste último capítulo, apresentei alguns discursos preocupados com o controle regional do Brasil, mais especificamente, com o controle do Nordeste e da Amazônia. A medida que avance o debate, a intenção é demarcar que as ações do governo nestas localidades estão ligadas à importância estratégica que assumem essas regiões no projeto de desenvolvimento e segurança nacional da ditadura. Pela relevância da discussão apresentada, esse viés de análise permite o entendimento do regime através de um enfoque que deixa de lado o debate hegemônico dos grandes centros urbanos para nos debruçarmos sobre as dinâmicas regionais do período. Para tanto, recupero os discursos regionalistas que cristalizaram determinadas maneiras de pensar o Nordeste e a Amazônia ao longo da história do país. Essa análise só é possível por conta de uma reflexão histórica que nos remete aos anos anteriores ao golpe de 1964. Alargar o tempo da investigação é uma maneira de inscrever a ditadura na longa duração. As políticas do governo Médici remetem a discursos utilizados em experiências anteriores ao golpe, assim como abrem espaço para pensarmos as heranças dos autoritarismos ditatoriais na democracia. Uma breve reflexão sobre as heranças da ditadura é apresentada nas considerações finais. De cunho ensaístico, o último texto também pretende demonstrar como o historiador não é mais o único responsável por utilizar do passado nas discussões do tempo presente.

# 1 A DITADURA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970

## 1.1 Por que Médici?

A perspectiva de estudo e pesquisa aqui adotada traz consigo uma série de intenções políticas. A história não se escreve sem intencionalidade e para criar certa imagem do governo Médici e da ditadura, mobilizei olhares políticos sobre o passado. A noção de perspectiva não constitui por si só um obstáculo, mas tende a se tornar um lugar de encontro, um espaço público onde se possa conversar, discutir e discernir<sup>45</sup>. Este esforço partilhado permite facilitar o entendimento histórico do Brasil no início da década de 1970.

O governo Médici é carregado por uma ambiguidade: de um lado a repressão violenta e, do outro, o reconhecido sucesso nas pesquisas de opinião pública<sup>46</sup>. Mas seria ambígua a existência de um governo que associa a repressão deliberada e o reconhecimento popular? No decorrer destas linhas está a resposta para a questão. Hoje, é difícil concebermos um governo que utilize da violência desenfreada e que mesmo assim consiga atingir altos índices de legitimidade. Portanto, desvendar a ideia de ambiguidade no governo Médici é um dos objetivos da dissertação. O primeiro passo é uma crítica à historiografia do período, pois essa ambiguidade costumava se estender à pesquisa histórica, mas alguns olhares recentes tem questionado esta marca:

De um modo geral, quando se estuda o governo Médici, as atenções tendem a se voltar para dois aspectos específicos: a repressão, que se abateu intensamente sobre os grupos de oposição armada, levando à sua aniquilação quase absoluta e a propaganda, a qual, de acordo com o senso comum, seria sedutora, toda-poderosa, enganadora, verdadeiro ópio que entorpeceu a sociedade naqueles anos<sup>47</sup>.

Meu estudo não vai privilegiar nem a repressão nem em todo caso a propaganda. Digo em todo caso porque é passível confundir os pronunciamentos públicos e os discursos oficiais com a propaganda governista. No entanto, também partilho do olhar que não entende a propaganda como um elemento carregado de um conteúdo enganador, capaz de ludibriar as pessoas ou levá-las a fazer algo que não concordam. É preciso considerar a propaganda como um mecanismo capaz de potencializar sentimentos e atitudes presentes na própria sociedade. A propaganda estimula desejos, não é epicentro de discursos e práticas sociais. “O sucesso de uma boa propaganda reside em sua

---

45 GINZBURG, Carlo. *Distância e perspectiva: duas metáforas*. In *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

46 Sobre os índices de aprovação do governo Médici na opinião pública, ver: REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Editora UEL, 2001.

47 CORDEIRO, Op. Cit., 2012, p. 84.

capacidade de diálogo com valores e tradições já arraigados na sociedade” (CORDEIRO, 2012, p.84)<sup>48</sup> .

Quando adoto essa perspectiva é preciso deixar claro que estou adentrando num território pouco explorado pela historiografia do período. Entre erros, acertos e ousadias pretendo contribuir com o entendimento do governo Médici através de algumas perguntas norteadoras, elencadas na análise de Janaína Cordeiro:

(...) acredito que a questão 'Porque Médici?' deve ser formulada sob outros ângulos. Em vez da negação de sua popularidade, caberia questionar por que ele foi tão popular. Quais eram as bases de popularidade? Será mesmo que a dupla propaganda-repressão é capaz de tudo explicar? Por fim, por que se desfez tão rapidamente sua popularidade? Não estariam nos processos que resultariam na rápida ascensão de um presidente 'de poucas luzes', nas paixões que ele foi capaz de suscitar e em seu rápido ostracismo as chaves para compreender as intensas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 1970?<sup>49</sup>

São esses os caminhos que pretendo trilhar para construir a interpretação histórica. Me distanciar do par propaganda/repressão é uma forma de constituir um problema de pesquisa capaz de enveredar pela questão da legitimidade da ditadura. A tentativa consiste em analisar os discursos e práticas do regime para daí investigar a racionalidade governamental do período. Para tanto, escolhi analisar alguns pronunciamentos do presidente no início da década de 1970, bem como documentos oficiais que expõem as metas e os objetivos do terceiro governo da ditadura. Do planejamento à execução das políticas públicas é possível visualizarmos a tentativa do regime em constituir suas bases sociais, condição para o estabelecimento e manutenção de um Estado autoritário. Um problema de governo é sempre um problema de legitimidade. Independente de seu sucesso, a ditadura tinha um projeto para o país que só foi possível de ser implantado quando o regime se aproximou da população governada. É um processo de conquista onde a estratégia consiste em estreitar laços com determinados segmentos sociais, propor negociações, aproximar intenções de governo e desejos de população, afastar questionamentos e oposições. Exposta a trama, o texto que se segue analisará as políticas de integração nacional. A integração nacional é aqui entendida como uma questão fundamental na racionalidade do terceiro governo da ditadura. A necessidade de integrar as regiões do país orienta boa parte do planejamento e da execução das políticas públicas do período. A integração nacional compreende as preocupações com a dimensão

---

48 Ao me lançar sobre os discursos oficiais, tenho a consciência de que eles não se originam no próprio Estado. Eles são recortados, reagrupados, selecionados e ordenados por esse local de enunciação. É justamente por não partirem do Estado, mas por estarem no cotidiano, que o governo encontra um canal de diálogo capaz de conquistar a adesão da sociedade e não de ludibriá-la a seu favor. FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 2009.

49 CORDEIRO, Janaína. *Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé*. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 202.

do território nacional, e na prática, significam a execução das políticas governamentais na zona rural do país.

Nordeste e Amazônia emergem como regiões chave nas políticas de integração. Tomadas em seu conjunto, essas políticas serão investigadas junto a tentativa governamental de construir a adesão<sup>50</sup> da sociedade aos projetos econômicos e políticos da ditadura. Lembrando que para investigar a adesão à determinado governo faz-se necessário discutir também a resistência. Adesão pressupõe resistência; compromissos requerem escapatórias.

## 1.2 Governantes e governados (Brasil – 1969/1974)

Na análise dos discursos de Médici não pretendo buscar o que está escondido nos enunciados. Para questionar a relação entre governo e sociedade, inventariei argumentos colhidos nos discursos do próprio presidente. A complexidade da pesquisa não reside na tentativa de revelar um conteúdo oculto das palavras, mas na capacidade de articular esses depoimentos para demonstrar os esforços da ditadura no planejamento de suas políticas públicas e na construção de suas bases sociais. O grande desafio na problematização dos enunciados foi não repetir o que está dito pelos discursos oficiais. Articulá-los mas também criticá-los, sem com isso pretender atingir um núcleo interior e escondido das palavras – a intenção nunca foi atingir o âmago de um pensamento<sup>51</sup>. Os cálculos e reflexões do governo serão investigados no diálogo entre o poder público e a sociedade brasileira do início da década de 1970:

A unidade de propósitos entre governantes e governados, o devotamento de administradores e administrados à consecução dos mesmos fins, os esforços que uns e outros despendem, com abnegação e idealismo, para que não se frustrem as suas legítimas expectativas, fortalecem os laços de mútua confiança entre a autoridade governamental e as forças sociais, criando-se, dessa forma, em nosso quadro político, clima de estabilidade, que habita o olhar com justificado otimismo para o futuro<sup>52</sup>.

No depoimento ao Ministério de seu governo, o presidente define “a unidade de propósitos entre governantes e governados” como a chave para a estabilidade política no país. O general é consciente de que o sucesso de seu governo depende da confiança estabelecida entre o conjunto de

---

50 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Neste livro, “adesão”, “resistência” e “acomodação” são conceitos utilizados pelo autor para o estudo da relação entre a ditadura e as universidades. Esses conceitos pressupõe as práticas de apoio, afronte ou negociação com as políticas autoritárias do regime.

51 FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 2009.

52 Presidente Médici. *O sinal do Amanhã*. Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p. 111. Trecho retirado do pronunciamento “*Ímpeto Criador*”, realizado a 30 de outubro de 1972 perante o Ministério do Governo.

instituições e a população governada. Essa fórmula é o que permite o desdobramento da gestão governamental sem maiores turbulências. Garrastazu Médici propõe em seu discurso uma aliança com os governados. Mas em que termos podemos pensar tal união? A aliança entre governo e sociedade é estabelecida na confluência de interesses, de propósitos, como afirma o presidente mais acima. Toda negociação pressupõe troca e entre governo e sociedade não é diferente. A confluência de interesses é o que permite à ditadura a execução de seu projeto político para o Brasil da década de 1970. No entanto, não se pode medir a adesão social a determinado governo apenas por pesquisas de opinião ou pelo sucesso dessa ou daquela política pública. Para recuperar a habilidade de governar na ditadura, ou, no uso de um neologismo, para escrever a respeito de sua governabilidade faz-se necessário recriar o jogo político entre governo e população. Como afirma Aarão Reis:

Na gama diferenciada de atitudes que contribuiriam para a estabilidade do governo e do país merecem ainda ser registradas a simpatia não entusiasta, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. Ziguezagueando entre elas, em atitudes ambíguas ou ambivalentes, muitos erravam em áreas indefinidas, de penumbra, que um autor chamou de zona cinzenta. Em determinados momentos, parecia que o governo havia conseguido constituir, em torno de si, uma espécie de consenso, embora o debate sobre a questão, e sobre o próprio conceito, ainda permaneça em aberto<sup>53</sup>.

De início, investigaremos, portanto, alguns mecanismos da adesão, ou seja, alguns elementos que nos permitem problematizar a aproximação entre as intenções do governo e os interesses sociais. Neste jogo, os propósitos da sociedade se apresentam como uma espécie de invariante. O indivíduo pode se enganar quanto ao seu interesse pessoal, mas toma como natural a produção de um interesse coletivo. Não se espera que o Estado atenda às demandas individuais, mas que primeiro interceda naquilo que é de interesse público. Portanto, na apropriação do interesse geral é que são moldados os propósitos e desejos individuais. A produção do interesse coletivo articula-se portanto com o desejo individual. Isso é o que marca a naturalidade das regulações de conjunto e define a artificialidade que representa os meios criados para gerir a população<sup>54</sup>.

A respeito da dinâmica entre interesse coletivo e desejo individual, Médici afirma: “Modernizando a sociedade, nos termos que o vem fazendo, introduz o atual regime, no corpo social, mudanças que possibilitam aos indivíduos traçarem, com maior desembaraço, os rumos à própria vida, para melhor satisfazerem às suas aspirações”(MÉDICI, 1972, p. 111/112)<sup>55</sup>. A arte consiste em fazer crer que o governo se compromete em realizar os interesses da população a ponto de satisfazer aspirações individuais.

---

53 REIS FILHO, Op. Cit., 2014, p. 83/84.

54 FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

55 Trecho também retirado do pronunciamento “*O ímpeto criador*”, 1972. Citado.

Nesse trecho cabe destacar um outro ponto. Quando Médici fala, não se refere exclusivamente ao seu mandato, ou seja, ao terceiro governo da ditadura. Suas palavras projetam o a ditadura como um todo. Dessa forma, ele carrega consigo a responsabilidade de um plano para a nação que não começa com o seu governo, em outubro de 1969, mas que pretende dar continuidade a um programa que vem desde o golpe de 1964 e que aponta para a transição democrática dos anos seguintes<sup>56</sup>. Essas palavras me remetem a um outro desafio da pesquisa: tornar singular o governo do general Médici dentre os governos de outros generais que comandaram a presidência do país durante a ditadura sem, contudo, isolá-lo dos propósitos que levaram os militares a participar de um golpe de Estado em 1964.

A ditadura entra em cena para salvaguardar a ordem e a democracia do Brasil. O golpe afasta o então presidente João Goulart e suspende as eleições presidenciais. Portanto, o regime no qual está incluída a administração de Médici é caracterizado como um período de exceção na política nacional<sup>57</sup>. Em detrimento das orientações políticas do governo pré-golpe, a ditadura é associada, nos discursos oficiais, à necessidade de se por em prática a modernização capitalista da economia nacional e a segurança da sociedade brasileira frente aos perigos da subversão comunista<sup>58</sup>. O caráter excepcional da ditadura cria um efeito de positividade em torno das ações do regime.

A urgência pela segurança nacional e a ruptura com o projeto de governo anterior não limita as intenções da ditadura como exclusivamente políticas. No mesmo pronunciamento, realizado em reunião ministerial, afirma o presidente que “pelo seu irrefreável dinamismo, pelo seu caráter eminentemente inovador, a ordem revolucionária, instaurada em 1964, não se deixa definir como revolução simplesmente política” (MÉDICI, 1972, p. 109). Como atesta a retórica do general presidente, a ditadura não veio somente para barrar o projeto político do governo Goulart, suas reformas de base e sua aproximação com governos comunistas estrangeiros<sup>59</sup>. Dizer que a “revolução” não foi simplesmente política é um recurso retórico para afirmar que o regime da ditadura trazia consigo uma proposta completa de gestão governamental. Novas concepções

---

56 A periodização da ditadura é um tema frequentemente abordado pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho. No conjunto de obras em que escreve sobre o regime, o autor aponta que a ditadura teria se encerrado em 1979, quando do momento de revogação do AI-5 e promulgação da Lei da Anistia. No decorrer do trabalho, não faço referências a essa concepção. No entanto, essa periodização aqui importa à medida que sugere que ainda na década de 1970, a partir de 1979, iniciou-se o processo político de transição democrática.

57 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Para a discussão em torno do que se costumou chamar “Estado de exceção”, tomo por referência os estudos de Agamben. O filósofo italiano faz suas considerações em torno da experiência de estados totalitários na Europa. Guardadas as devidas especificidades, utilizo essa referência para ajudar no entendimento do autoritarismo no Brasil.

58 REIS FILHO, Op. Cit., 2000.

59 FERREIRA, Marieta. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-FGV, 2006.

econômicas, novas propostas sociais. O entendimento da ditadura passa pela análise do conjunto de ações políticas entre os anos de 1964 e 1985. Portanto, o estudo das motivações do golpe não é suficiente para encerrarmos o entendimento do regime. Mesmo que ao longo dos anos, o projeto da ditadura não se apresente num *continuum*, ou seja, mesmo que as diretrizes do governo ditatorial contenha rupturas e contradições, mesmo que com o passar dos anos essas diretrizes tenham assumido novas conformações, cabe aqui analisar a maquinaria política que permitiu aos generais dar continuidade a sua gestão governamental, dando destaque, como dito, ao governo do general Garrastazu Médici e às obras da integração nacional

No intuito de garantir a execução de seus projetos, uma série de recursos foram utilizados pelo governo civil-militar. Recursos estes que não apontam numa única direção, mas que sempre reforçam a tentativa de definir o regime como uma intervenção a serviço da população brasileira. Tal como apontam os discursos oficiais, os generais tomaram o poder não apenas para estabelecer uma ordem militar, mas para se mostrarem a serviço de uma maioria. Atento a esse compromisso, prossegue Médici: “(...) dada a imensidade da tarefa a cumprir, a ação governamental se espraia, sem perda de energia, por todos os campos, onde mais premente se faça a sua ingerência, **para acudir ao interesse coletivo**” (MÉDICI, 1972, p. 110, grifo nosso).

A insistência em definir as ações governamentais do regime como pautadas pelo interesse coletivo é uma forma de construir a legitimidade da ditadura. O alcance dessa legitimidade requer o apoio de boa parte da população governada. O que quero dizer é que o problema da legitimidade é um problema de maioria. Se determinado grupo social ocupa o poder público ele o faz pelo respaldo de uma maioria. A ideia de maioria e conseqüentemente a de minoria, pertencem ao universo do pensamento político – e os discursos de Médici não escapam desses limites. Ao fazer a defesa do interesse coletivo, o governo entra na disputa pela representação da maioria e impõe às pessoas um confronto em termos de quantidade. O que me cabe problematizar, todavia, é a maneira como esse interesse geral é também uma invenção. São as instituições e os discursos oficiais que produzem o interesse coletivo e definem o que é bom para a maioria. E quanto mais rico é o interesse de todos, mais pobre e expropriado é o interesse de cada um. Foi em nome da sociedade, da coletividade, da nação, que o governo da ditadura encontrou respaldo suficiente para por em prática todo um conjunto de políticas autoritárias, incluindo a violência e a tortura imposta a uma minoria política. Demonstrar a confluência entre a produção de um interesse coletivo e o interesse governamental é um caminho de análise que recoloca a sociedade na posição de responsável pelo governo que pretende administrá-la. O golpe não foi um raio que desceu de um céu sem nuvens e os generais não

podem ser os únicos a responder pelas atrocidades do período.<sup>60</sup>

Ainda na mesma oportunidade em que discursa aos seus ministros, o general Médici traça algumas estratégias de aproximação com a sociedade:

o consenso das diferentes classes sociais, que não tem jamais recusado o seu apoio ao conjunto de medidas governamentais, ou, em outras palavras, no aplauso da opinião pública, encontra o regime uma pedra de toque da legitimidade que reveste a orientação que vem sendo impressa à nossa vida pública<sup>61</sup>.

Segundo o então presidente, o apoio a esta ou aquela medida do governo ou o consentimento do que chama de “opinião pública”, são questões fundamentais à conquista de legitimidade do governo na década de 1970. Mas o que chama mais atenção nesta passagem é a utilização da ideia de consenso: “no consenso das diferentes classes sociais (...) encontra o regime uma pedra de toque da legitimidade”. Quando a fala oficial utiliza essa categoria, ela aponta para a necessidade do Estado abarcar um conjunto diferenciado de comportamentos e atitudes sociais. Parafraseando a obra de Janaína Cordeiro<sup>62</sup>, trago a definição deste conceito segundo o *Dicionário de Política*<sup>63</sup>:

O termo consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade<sup>64</sup>.

O consenso torna-se um conceito crucial para debatermos a estabilidade política do regime. Digo que o consenso *torna-se* e não *é* um conceito fundamental para investigarmos a legitimidade da ditadura. Isso porquê, o consenso só vem a ser um elemento crucial para investigarmos a legitimidade da ditadura somente quando aparece nos discursos oficiais. Não podemos tomar a ideia de consenso como um processo político natural. Ou seja, a ideia de consenso é ela mesma uma produção discursiva da ditadura. O consenso não existe como um alvo a ser atingido pelas medidas governamentais, muito menos é algo dado a ser medido pelas pesquisas de opinião pública. Ele não é uma meta, mas uma produção que cria o efeito de unidade nacional. O consenso não existe a priori, como uma categoria política capaz de descrever com clareza os comportamentos sociais e as relações entre um governo e uma população governada. Enfim, um consenso não se atinge por decreto. Vimos em páginas anteriores que existia uma gama diferenciada de atitudes frente ao

---

60 REIS FILHO, Op. Cit., 2014.

61 MÉDICI, Op. Cit., 1972, p. 111.

62 CORDEIRO, Janaína. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

63 BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, 1998.

64 Idem, idem. p. 240.

governo da ditadura, ziguezagues, ambiguidades e ambivalências<sup>65</sup>. Da mesma forma que a repressão não pode ser a chave para a compreensão da legitimidade da ditadura, o consenso também não explica por si só a permanência dos generais do poder. Tomado isoladamente, o conceito carrega um conteúdo generalizante e enganador. No entanto, quando aparece na fala de Médici é este mesmo efeito que o presidente pretende criar. O consenso é um efeito discursivo utilizado pelo governo Médici. Com o seu uso, o presidente criava a falsa ideia de acordo em torno de suas medidas governamentais. Neste acordo, a heterogeneidade do corpo social é deixada em segundo plano e os indivíduos concedem a determinada proposta de governo a responsabilidade de também conduzir as suas vidas. Para quem ocupa as cadeiras do poder público, a tentativa consiste em criar uma unidade em torno do empenho governamental.

No mesmo pronunciamento que fala do consenso, também destaco a maneira como classes sociais e legitimidade estão articuladas. “No consenso das diferentes classes sociais, (...) encontra o regime uma pedra de toque da legitimidade (...)”<sup>66</sup>. Nas oportunidades em que o governo da ditadura utiliza a noção de classes sociais sua intenção é a de sempre evitar o conflito entre esses grupos. Ora, a concepção de que a sociedade é dividida em classes é marcada pelo conflito entre as partes e não pela unidade de seus interesses. Para manter a ordem e evitar a revolta, as classes sociais são mobilizadas como demonstração de que o governo está disposto a corresponder aos interesses de cada segmento social. Na retórica governista, o conflito cedeu lugar ao consenso. Mas não existe consenso entre grupos sociais antagônicos.

Nem sempre os discursos oficiais que tive a oportunidade de reunir tratarão da sociedade como dividida em classes sociais. Isso vai depender de uma série de fatores, como, por exemplo, a oportunidade na qual o presidente está discursando. Tudo depende do efeito ao qual Médici pretende criar. Sendo assim, às vezes é mais oportuno entender a sociedade como um corpo onde não existiriam divisões por classe, cor ou gênero. Quando fala da população sem utilizar esses recortes sociais é comum a utilização de noções generalizantes como nação, povo brasileiro, etc. É preciso deixar claro que ao recuperar esses discursos oficiais nem sempre pretendo apontar uma espécie de coerência nas palavras do presidente que me permitam criar uma regularidade ou unidade em torno das políticas da ditadura. No contato com esses discursos percebo que muitas vezes eles se anulam, se corrigem e se compensam<sup>67</sup>.

Para o governo, não importa reforçar as diferenças, mas forjar as políticas no seio de onde nos percebemos como iguais. Essa igualdade se manifesta na esperança de que o governo proponha

---

65 REIS FILHO, Op Cit., 2014.

66 MEDICI, 1972. Citado.

67 FOUCAULT, Op. Cit., 2009.

uma melhor sorte a nossas vidas. Desejos e aspirações coletivas criam a farsa de uma sociedade equivalente. Portanto, e é fundamental que se diga, a ideia de que existe uma unidade em torno do corpo social é um caminho para a interdição governamental. A unidade homogeniza, reduz conflitos, esconde as diferenças, dissimula as dominações e maquia as opressões.

Por fim, a importância em discutir o consenso não reside em apontarmos a existência de um acordo geral entre governo e sociedade brasileira da década de 1970. Acredito que investigar a construção de legitimidade envolve o desafio de entender a conformação de seus apoios e de suas bases sociais. Ao se referir à ditadura no Brasil, afirma Aarão Reis que:

No conjunto, prevaleceram as atitudes que conformam os consensos construídos sob as ditaduras: ao lado do adesismo puro e simples, o conformismo diante do que se considera irreversível, o medo de represálias, o sentimento de impotência, a simpatia descomprometida, ou, no limite, a indiferença. Sem falar no entrecruzamento dessas atitudes no tempo e no espaço, expressando ambiguidades e ambivalências.<sup>68</sup>

Apesar da relevância desses estudos, aqui não pretendo analisar em detalhes as distintas posturas e comportamentos frente às políticas do regime ditatorial. A tarefa deste primeiro capítulo consiste em expor a estratégia discursiva utilizada pelo terceiro governo da ditadura no intuito de problematizar sua racionalidade governamental. Para dar continuidade a essas análises selecionei alguns discursos que tratam do planejamento e da execução das políticas públicas no início da década de 1970. O terreno das políticas públicas é vasto e aqui serão privilegiadas as políticas de integração nacional. A integração foi um pressuposto do governo Médici e demarca a maneira com que esse general lidou com os problemas de duas regiões do território nacional – Nordeste e Amazônia.

### **1.3 Os militares não governaram sozinhos**

Aumenta o valor dos pronunciamentos de Médici quando percebemos que eles pretendiam ser um importante canal de diálogo entre a ditadura e a população, além de apresentarem algumas estratégias e alianças políticas de seu governo. Muito desses discursos oficiais foram pronunciados em cadeia nacional, pelo rádio e pela televisão. Mais adiante, selecionei alguns trechos de pronunciamentos realizados por Garrastazu Médici no primeiro trimestre de 1970. Por ser o início de seu governo, esses pronunciamentos expõem algumas circunstâncias que fizeram de Médici o presidente do Brasil. Problematizar os discursos de Médici implica em descrever o momento

---

68 REIS FILHO, Op. Cit., 2014, p. 118.

histórico ao qual está inserido o presidente, retomando as particularidades do período em que responde como chefe de governo.

Ao recuperar esses pronunciamentos é possível identificarmos alguns segmentos da sociedade que participaram e/ou apoiaram o governo da ditadura. O presidente Médici é um general, mas seus discursos não são constituídos apenas pela ótica militar. Perceber nos pronunciamentos os apoios de determinados sujeitos e determinadas instituições é um caminho que aponta para a tese de que a formação do governo da ditadura envolve uma importante participação civil.

Para analisar as políticas de integração nacional, objetivo que orienta a escrita dos capítulos seguintes, considero fundamental dissertar sobre as negociações que guiaram o exercício de governo no início da década de 1970. Digo, quais os segmentos sociais que se aliaram aos governantes brasileiros da época? Apontar com quem os generais governavam é uma forma de entendermos a que objetivos responde sua prática governamental.

Por ocasião do sexto aniversário da ditadura, em cadeia de rádio e televisão, Médici afirma:

A força inspiradora da Revolução de Março vem das luzes do Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer. Os revolucionários da primeira hora sentem essa força dentro de si mesmos, compreendendo que o clarão da Páscoa dilui a sombra do Calvário. O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram os seus serviços, ou dos que somente compreenderam ou a ela inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo.<sup>69</sup>

Esse discurso revela como o governo se apropria de imagens e representações da tradição cristã católica para reforçar a defesa da ditadura que foi instalada no Brasil. Na madrugada do dia 1º de Abril de 1964 era realizado o golpe que destituiu o presidente João Goulart e colocou o general Castelo Branco como presidente do país. Era tempo de Páscoa, importante momento do calendário cristão. Neste pronunciamento, Médici aproveitou da coincidência entre as datas para relacionar o golpe de Estado, do qual chamam “Revolução”<sup>70</sup>, com a inauguração de um novo tempo que, na Páscoa, está atrelada à ressurreição. Nas palavras de Médici, o regime inaugurava um novo tempo para a história do Brasil. Era a salvação para o país. Comparada ao tempo do ressuscitar e do renascer, a ditadura seria uma espécie de redenção nacional.

Como dito anteriormente, esse pronunciamento foi realizado em 1º de abril de 1970, em ocasião do sexto aniversário do golpe militar realizado em 1964. Em 1970, o aniversário da ditadura veio em seguida às comemorações da Páscoa, que no calendário brasileiro corresponde a um

---

69 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 93.

70 Sobre o conceito de Revolução, ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

importante feriado nacional. País de maioria católica, a Páscoa é um momento de comoção cristã que não escapou dos usos e comparações da ditadura. Nesse discurso, o presidente se dirigia ao conjunto da população brasileira, a todas as classes sociais. Usar o vocabulário da simbologia cristã era uma maneira de “falar a língua do povo”. Comparar o regime à Páscoa era uma forma de facilitar a comunicação entre o governo e a população.

O uso da comparação entre a inauguração da ditadura e a simbologia do ressuscitar e do renascer não se restringe a um recurso retórico utilizado pelo general presidente durante o sexto aniversário do regime. Essa comparação também nos remete ao momento do golpe e à aliança entre os militares e a Igreja Católica. Sem a união dos segmentos conservadores seria impossível a destituição do então presidente João Goulart. Em outra passagem do mesmo pronunciamento, o general comenta a formação deste bloco conservador:

A nação se lembra da Quaresma de 1964, para nós bem mais triste do que tôdas, porque então se crucificavam os valôres democráticos e cristãos da alma brasileira, no cêrco da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação, que haveria de fechar-se na tormentosa sexta-feira 13. Está bem viva na memória do país a marcha da família, pelas ruas, do sentimento religioso cristão de nosso povo, exigindo o fim de todos os desmandos<sup>71</sup>.

A “marcha da família”, a qual se refere Médici, é a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>72</sup>. Essas marchas foram manifestações de rua que se espalharam pelo país no ano de 1964. Dentre as marchas, duas delas merecem destaque. A primeira, na cidade de São Paulo, foi realizada em 19 de março de 1964, poucos dias antes da entrada dos generais na presidência da república. Naquele dia, os paulistanos que marchavam nas ruas da capital exigiam uma intervenção política que barrasse as ameaças subversivas à moral cristã-católica. A segunda marcha, no Rio de Janeiro, é uma consagração ao golpe e também ficou conhecida como *A marcha da vitória*, realizada no dia seguinte à intervenção militar – 2 de abril de 1964. *A marcha da vitória* foi um ato onde se “comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrocada de Jango e das forças favoráveis às reformas e ao projeto nacional-estatista popular”<sup>73</sup>. Todas as duas marchas contaram com centenas de milhares de pessoas. Nas duas manifestações foram reunidos os setores conservadores da sociedade brasileira. Esses segmentos sentiam-se ameaçados pela possibilidade do governo Goulart

---

71 MEDICI, 1970, Op. Cit., p. 87.

72 PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

73 No artigo publicado em agosto de 2012 – *O sol sem peneira*, Daniel Araújo Reis afirma que o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. Para o autor, uma das maiores expressões da participação civil foram as marchas de apoio ao golpe. O movimento que ficou conhecido como A Marcha da Família com Deus pela Liberdade contou com o apoio direto da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esse artigo é um marco historiográfico para a definição da ditadura como um governo civil-militar. Daniel Araújo Reis é professor da Universidade Federal Fluminense e autor de *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade* (Zahar, 2000).

realizar uma transformação radical na sociedade brasileira. De maneira geral, as ameaças subversivas eram enxergadas nas reformas políticas propostas pelo então presidente e na aproximação dele a países como China e União Soviética<sup>74</sup>. Para boa parte da população, as reformas eram radicais e representavam a subversão. Cresceram os boatos da ascensão de um governo popular de influências comunistas. Os boatos também propagandeavam os perigos que o comunismo oferecia à Igreja, à família, à moral e aos bons costumes da população cristã<sup>75</sup>. E se a repressão ao comunismo no Brasil vem sempre carregada por um conteúdo moralizante, no movimento pela “*Revolução do 31 de Março*” não foi diferente<sup>76</sup>. Os militares compartilhavam das concepções do grupo cristão e conservador que ocuparam as ruas nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. No decorrer do regime esses segmentos e instituições religiosas foram importantes setores de apoio ao autoritarismo do governo brasileiro durante a ditadura.

Os pronunciamentos de Médici atestam que a ditadura continuou recorrendo aos grupos cristãos durante a década de 1970. Mobilizar as representações cristãs nos discursos oficiais era uma forma da ditadura expor sua aliança com parte da Igreja Católica. Ponto fundamental na aliança entre parte da Igreja Católica, Igrejas Evangélicas e o Estado brasileiro da década de 1970, foi a capacidade das instituições religiosas em intermediar um conjunto de valores caros ao governo autoritário da ditadura<sup>77</sup>. A aproximação entre os valores propagandeados tanto pela Igreja como pelo Estado, facilitou a adesão popular às políticas da ditadura.

Portanto, a ordem e o controle governamental são garantidas por uma rede articulada de instituições. O Estado, a Igreja e a família, por exemplo, cumprem importante papel na proposição de regras e condutas aos indivíduos e grupos sociais. Uma vez articuladas, essas instituições potencializaram a inserção e a reprodução de ideais e práticas conservadoras no cotidiano da sociedade brasileira do início da década de 1970.

Outro segmento parceiro dos militares é a iniciativa privada, um conjunto de empresas nacionais e internacionais que participaram dos projetos do governo da ditadura. A esses empreendedores e corporações o governo estava sempre concedendo seu apoio, seja no campo ou na cidade<sup>78</sup>. Na concepção dos gestores, o desenvolvimento capitalista só pode ser realizado pela

---

74 BARRETO, Tulio & FERREIRA, Laurindo (orgs). *Na trilha da golpe: 1964 revisitado*. Recife: A fundação; Editora Massangana, 2012.

75 MONTEGRO, Antônio. *História e Memória de Lutas Políticas* in *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

76 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. Editora Perspectiva, 2002.

77 A Igreja Católica apoia o golpe de 1964, porém, depois de 1968, alguns setores da instituição, ligados às influências da “Teologia da Libertação” passam a realizar uma série de trabalhos sociais, seja na cidade, seja no campo, lutando por direitos dos segmentos mais pobres do Brasil. Padres, bispos, freiras e leigos, inspirados pela teologia da libertação, foram perseguidos como comunistas (MONTENEGRO, 2010)

78 No obra intitulada *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. (UNICEM

união entre empresa privada e empresa governamental. Nas palavras de Médici é possível visualizarmos a união entre Estado e iniciativa privada:

Assim sendo, desejo definir aqueles objetivos nacionais que considero prioritários do meu governo. Quero referir-me, primeiro, à concentração de esforços no sentido de que seja alcançado um ritmo de desenvolvimento acelerado e sustentável. Busco a compatibilidade desse esforço desenvolvimentista com a estabilidade interna consubstanciada na segurança. E procurarei alcançar esse desenvolvimento e essa segurança com a construção de uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de manutenção da aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com **o maior grau possível de privatismo e descentralização do poder econômico.**<sup>79</sup>

Nestas palavras estão alguns compromissos econômicos e políticos da ditadura no momento de seu terceiro governo. O desenvolvimento capitalista requer um dinamismo econômico onde se multipliquem os agentes financeiros e industriais. Observem que o esforço desenvolvimentista propagandeado por Médici aparece atrelado à segurança e à estabilidade. Modernizar o capitalismo e garantir a segurança nacional são dois pilares do terceiro governo da ditadura. Mas destaquei nesta passagem, que o desenvolvimento e a segurança nacional seriam alcançados com “o maior grau possível de privatismo e descentralização do poder econômico”. Privatizar serviços e instituições e descentralizar o poder econômico é uma maneira de convidar a iniciativa privada a participar do seu governo. A economia seria então um território a ser cogerido com os empresários. Durante a ditadura, os agentes da iniciativa privada ocuparam cargos públicos e participaram ativamente do governo que lhes rendiam altos índices de lucratividade<sup>80</sup>. A composição do governo da ditadura contou com o apoio e participação da iniciativa privada, grupo que detinha a força do poder aquisitivo, minoria rica e privilegiada na sociedade brasileira.

Nas políticas de integração nacional, a iniciativa privada foi parte determinante para a ocupação da Amazônia na década de 1970. Para estabelecer a agroindústria na região, a ditadura concedeu incentivos fiscais que facilitavam a aquisição de terras por parte das empresas agropecuárias. Mais adiante, veremos que segundo os discursos de Garrastazu Médici e de outros

---

Publicações, 2002), Regina Beatriz propõe um estudo da proximidade dos empresários da agroindústria com a política da ditadura. Segundo a autora essa aliança foi fundamental para a política de colonização da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro. O governo da ditadura deu passe livre aos empresários para que estes pudessem explorar as terras e a mão de obra na região. Ao recuperar trajetórias e depoimentos, a autora aponta os mecanismos dessa aliança político empresarial. Além disso, também recupera algumas práticas desses empresários para estabelecer um regime de exploração capitalista no campo. Empresários e militares se confundiam quando o assunto é a exploração e a repressão dos trabalhadores na região. O livro nos oferece uma visão “microhistórica” da política de colonização, constituindo uma importante referência dessa metodologia na abordagem das políticas de colonização no Brasil contemporâneo. Ao aproximarmos a lupa é possível captarmos uma série de práticas e mecanismos da aliança político empresarial que passariam despercebidos aos olhos de uma história mais geral.

79 MÉDICI, 1970, Op. Cit., p. 65, grifo nosso.

80 DREIFUSS, René. Armand. 1964: a conquista do Estado. *Petrópolis: Vozes*, 1981. Nesta obra, o autor faz uma lista das empresas que participaram dos projetos de governo e dos empresários que ocuparam as cadeiras do poder público durante a ditadura.

porta-vozes de seu governo, só os grandes empresários eram capazes de garantir a modernização da produção agrícola no meio rural brasileiro.

Estar ao lado da iniciativa privada era uma posição que mantinha o regime comprometido com o desenvolvimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, bem distante das propostas comunistas. Durante a década de 1970, capitalismo e comunismo eram modelos de gestão econômica que rivalizavam a influência ao redor do globo. Na experiência comunista, a economia era gerida com um grau mínimo de privatizações. Ao Estado e suas instituições estava reservada a gestão econômica.

Em outro discurso oficial, ao comparar diferentes propostas de políticas econômicas, o general Médici confronta esses dois modelos econômicos, o capitalista e o comunista:

A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos dias, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo. Pecaria, realmente, contra o senso comum quem pretendesse distribuir, em proporções cada vez maiores, bens que na mesma razão não crescessem.<sup>81</sup>

De acordo com a política econômica do governo Médici, eternizada na frase do então Ministro da Fazenda, era preciso “*fazer crescer o bolo para depois dividi-lo*”. Aquecer a economia, acelerar o crescimento e desenvolver o país para depois cuidar do problema da distribuição de renda. Nesta fórmula, era inimiga da ditadura quem defendesse a imediata distribuição dos bens e criticasse a concentração fundiária. No senso comum, justiça social e distribuição de bens “é coisa de comunista”. Portanto, para o governo dos militares, o pecado da “distribuição dos bens” era cometido por aquelas pessoas identificadas com a necessidade de reformas radicais na sociedade brasileira – os subversivos. Na visão conservadora partilhada e disseminada pelo governo brasileiro da época, os comunistas, ou seja, os subversivos, eram entendidos como inimigos da ordem, da moral e do bem-estar do povo brasileiro. É difícil acreditar que todo indivíduo que, dentre outros fatores, acreditasse na necessidade de reformas e/ou criticasse o regime da ditadura fosse, necessariamente, um militante comunista, neste caso, um “subversivo”. No entanto, de maneira geral, o discurso que criticava o regime de propriedade e a concentração fundiária no país era levado a cabo por organizações e movimentos de resistência à ditadura e ao capitalismo, organizações, portanto, comunistas ou socialistas. Eram essas mesmas organizações que também propagandeavam a necessidade de uma imediata distribuição de bens. No entanto, as organizações de resistência à ditadura também não eram homogêneas e devem ser pensadas como um leque de diferentes iniciativas<sup>82</sup>. Contudo, todas elas compunham o campo difuso do qual hoje denominamos

---

81 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 48.

82 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Formato Digital-Utopia Fragmentada, a: as novas esquerdas no Brasil e no*

“esquerda”.

No momento em que os generais ocuparam a presidência da república, os militares assumiram as rédeas do governo brasileiro.<sup>83</sup> No corpo-a-corpo com as esquerdas, a ditadura utilizou da força militar para garantir a segurança de seu governo. A independência com que gozavam os militares acarretou não apenas nos abusos de poder, mas nos atos que desembocaram na criação de um aparato violento e desumano. Os generais não mediram esforços nem consequências para erradicar a oposição política à ditadura. Não existia controle, fiscalização ou regulamentação da atividade militar fora do ambiente do exército, da marinha ou da aeronáutica. Os militares eram a própria lei. Nesse sentido, é inquestionável o fato do autoritarismo da ditadura estar em grande parte vinculado ao perfil militar daquele governo. Os militares não governaram sozinhos, mas sua permanência foi fundamental para a continuidade de um regime ditatorial.

Os discursos do general Garrastazu Médici também valorizaram o protagonismo das forças armadas em seu governo. No trecho seguir, o presidente faz uma homenagem aos agentes da repressão:

E aqui me faço solidário com todos aqueles que, no anonimato e com o risco da própria vida, agentes injustiçados da segurança deste país, enfrentam, de peito aberto, a contestação, a violência, a libertação dos instintos, o desrespeito à lei. Graças aos seus sacrifícios, estamos vencendo o terrorismo de minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente e vislumbramos já a total normalização da vida nacional.<sup>84</sup>

A ação dos agentes da segurança nacional é justificada pela “normalização da vida nacional”. Segundo o presidente, os militares enfrentaram, com o risco da própria vida, a violência armada dos grupos de esquerda, já então identificada como *terrorista*. Por outro lado, as práticas de resistência aparecem associadas à “libertação dos instintos” e ao “desrespeito à lei”. A repressão é portanto legitimada por seu conteúdo moralizante. Nas palavras do Médici, as esquerdas aparecem como minorias enganadas por “sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente”. Esses sistemas correspondiam ao modo de vida comunista. Para garantir o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e para salvaguardar a moral conservadora da “nossa gente” era necessária uma segurança que só os militares poderiam se responsabilizar. Nesse sentido, durante a década de 1970, a defesa do capitalismo foi a segurança da manutenção dos padrões morais conservadores. A defesa de uma moral conservadora, justificou o autoritarismo da intervenção militar.

A legitimidade de qualquer relação de autoridade perpassa a sensação de segurança que

---

*mundo na década de 1970*. FGV Editora, 2000. Reis Filho, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Zahar, 2000.

83 REIS FILHO, Op Cit., 2014.

84 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 80.

carrega o opressor. Esse entendimento facilita a crítica às bases sociais da ditadura e em especial do governo Médici. A segurança é um sentimento sem o qual não podemos imaginar as razões que fizeram dos generais os presidentes do Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Mesmo cometendo os abusos e atrocidades da repressão, o regime policaresco da ditadura é oficialmente justificável quando ligado a uma necessidade de segurança da população governada e à salvaguarda da ordem social.

No entanto, a participação dos militares no governo também é exaltada nos pronunciamentos oficiais cumprindo uma outra função que não só a de garantir segurança à população brasileira. Em outros discursos, o caráter militar de um presidente é valorizado por conta das condutas morais de sua formação:

Tenho pautada minha conduta nos princípios básicos que os camaradas conhecem e praticam; **o respeito à autoridade, a firmeza de propósito, a autenticidade, a clareza de atitudes, a austeridade, a disciplina e a hierarquia.** Na reciprocidade, tenho consciência de que tôdas as minhas atitudes e determinações de Comandante-em-Chefe terão a plenitude da correspondência de meus comandados, dentro do rigor das normas institucionais que nos regem a todos.<sup>85</sup>

Esses são alguns princípios da conduta militar que, segundo o próprio Médici, compunham sua postura enquanto presidente. Ou seja, mais do que exaltar o caráter do general, esses valores orientam o exercício de seu governo. A autoridade, a disciplina e a hierarquia... essas palavras denotam algumas características que marcaram a maneira de Médici governar. O respeito à autoridade é um princípio da carreira militar, assim como a ditadura governou de maneira autoritária. A repressão e a censura são características de um governo autoritário e acompanham o anos do regime desde o golpe de 1964. A disciplina, outra conduta valorizada na carreira militar, é uma exigência da ordem. Por exemplo, somente com disciplina é capaz de se manter uma vida docilizada e afastada de deslizes morais. Também já foi assinalado que a luta contra à ditadura também foi associada à transgressão dos valores morais da sociedade brasileira. A disciplina, portanto, era estimulada como forma de propor e de se fazer cumprir a moral de uma sociedade conservadora. Por fim, a hierarquia também é outro princípio sem o qual não funciona a organização militar. Na experiência da ditadura, a hierarquia pode ser atrelada à centralização federal dos mandos e desmandos políticos do regime. As atribuições do comandante e chefe da nação deviam ser respeitadas e cumpridas. O general presidente fechava o congresso nacional quando queria, assim como indicava os governadores e prefeitos ao redor do país. As diretrizes políticas do Estado brasileiro estavam centralizadas no governo federal. Os ditadores governaram por decretos. Por mais que a participação de outros segmentos sociais e outros indivíduos fossem

---

85 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 30, grifo nosso.

determinantes na execução das políticas públicas, todos deviam respeitar a hierarquia e acatar a última palavra dos generais. O autoritarismo, a disciplina e a hierarquia são algumas qualidades que podem ser relacionadas a qualquer governo ditatorial ou regime militar. Contudo, foram as próprias palavras de Emílio Garrastazu Médici que autorizaram a discussão do caso brasileiro. Seus discursos tornam singular a ditadura no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980.

Seja lá qual tenha sido o real alcance de suas palavras, esses pronunciamentos propõem regras de conduta. Para propor e estimular comportamentos, os discursos estabelecem uma espécie de continuidade ascendente e descendente<sup>86</sup>. No movimento ascendente, os discursos oficiais se apropriam de qualidades valorizadas pelo senso comum para construir o perfil de determinado governo. Valorizar a formação militar na carreira de um presidente, é fazer a defesa de que um chefe de governo deve ser disciplinado, ser firme e ter comando, saber controlar seus impulsos e prazeres – “aquele que governa o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio” (FOUCAULT, 1984, p 281). Já o movimento descendente é a forma como o governo passa a estimular algumas regras de conduta entre a população governada. Se o presidente é capaz de ser um bom governante, aos indivíduos cabem o controle de si mesmo, serem bons governados. Essa é a continuidade descendente “no sentido de que, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seus patrimônios...” (FOUCAULT, 1984, p. 281). O movimento ascendente e descendente das técnicas de governo, resultante do pacto entre instituições e governados, criam o sucesso da ordem social advogada pela ditadura.

Na ditadura, a preocupação com a conduta do general Médici me parece uma questão central ao problema da legitimidade. O presidente que governou o país entre os anos de 1969 e 1974 adotou uma postura autoritária, ligada à disciplina e à hierarquia da conduta militar. Segundo nos conta Élio Gaspari, o general Garrastazu Médici

Presidiu o país em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da presidência tirou o salário de Cr\$ 3439,98 líquidos por mês (equivalentes a 72 dólares) e nada mais. Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília<sup>87</sup>.

Todos os pronunciamentos que até aqui apareceram neste texto são justamente os discursos

---

86 FOUCAULT, Op. Cit., 1984.

87 GASPARI, Helio. A ditadura Escancarada vol. 2 – As ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.

lidos pelo general durante o período de seu governo. Se foi ele ou não quem realmente os escreveu, não importa. O que é relevante para a discussão que ora apresento é destacar que esses pronunciamentos foram reunidos e publicados ainda durante os anos de seu governo e, principalmente, que a autoria de todos eles foi atribuída a Garrastazu Médici. É difícil acreditar que o general presidente tenha sido o único responsável pelos seus textos, bem como de sua posterior edição e publicação das obras. Mas todos os livros e quase todos os discursos que compõem a coletânea de seus pronunciamentos entre os anos de 1969 e 1974 são assinados pelo Presidente Médici. A autoria dos discursos é remetida exclusivamente ao general<sup>88</sup>.

A postura, a personalidade e a conduta de um general presidente não podem ser encaradas como algo dado, natural. Uma figura pública tem sua identidade construída para atingir determinados fins. A conduta que nos foi apresentada acima constrói a imagem de um homem simples e honesto. Essas imagens carregam a ideia de um presidente do povo, homem comum como a maioria, honesto e disposto ao trabalho. Estimular essa conduta num chefe de nação ou escolher para presidente um general com essas características, consiste numa estratégia para aproximar o presidente da população governada.

No caso de Garrastazu Médici, sua escolha para ocupar o cargo de presidente, assim como o processo que construiu determinado perfil de governante, atende a particularidades do momento histórico pelo qual atravessava a ditadura. Médici assume a presidência do país em outubro de 1969. O presidente anterior, general Costa e Silva, havia deixado o mandato por motivos de saúde. Era grave o estado do general quando abandona o posto – paralisias o acompanhavam, decorrentes do que foi diagnosticado como acidente vascular cerebral<sup>89</sup>. Com a saída inesperada de Costa e Silva, a ditadura têm de enfrentar um momento conturbado. Seu vice, Pedro Aleixo, não assumiu a vaga deixada pelo parceiro de chapa, o que sugere não ter sido considerado como uma pessoa de confiança pelo alto escalão das forças armadas, afinal de contas, era um civil, político de carreira que nunca ocupou um posto nas instituições militares. Para substituir Costa e Silva é formada então uma junta militar composta por três oficiais: Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; Almirante Augusto Rademaker<sup>90</sup>, ministro da Marinha; e Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo,

---

88 FOUCAULT, MICHEL. O que é um autor? In *Ditos e escritos* vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001. CHARTIER, ROGER. O que é um autor? Revisão de uma genealogia. São Paulo: EdUFSCar, 2012. A “função autor” é o que discuto no artigo “*Presidente Médici: a invenção de um autor*”, publicado na Revista AEDOS, n. 14, v. 6, Jan./Jul. 2014, p. 34 – 54. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42171/30733> . Acessado pela última vez em 05/05/2015.

89 AGOSTINHO, Gilberto. *Futebol e Ditadura Militar no Brasil*. Revista Nossa História, nº. 14, dezembro 2004.

90 Rademaker foi pessoalmente escolhido por Médici como vice presidente de seu governo. Segundo o jornalista Élio Gaspari, havia uma certa desconfiança por parte das Forças Armadas para que o Almirante ocupasse o cargo de vice presidente. Diante disso, o general Médici não abriu mão de sua escolha e colocou a vice-presidência de Rademaker como condição para que assumisse a chefia do governo em Brasília. Dali pra frente, o general teria dito que essa postura foi determinante para garantir sua autoridade no comando do governo (GASPARI, 2002).

ministro da Aeronáutica. A junta permanece no governo entre 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969. Neste dia assume a presidência o general Garrastazu Médici.

Durante os meses em que a junta militar permaneceu no governo, a ditadura deixou de ter uma única figura pública que representasse aquele governo e permitisse a propaganda da imagem de um chefe político da nação. A entrada de um novo general presidente veio acompanhada pela necessidade de explorar sua identidade pessoal e política. No caso de Médici, observamos um processo em que sobressai a construção de uma figura de pulso firme, simpática ao perfil de homem comum da nação.

## **1.4 Alquimia e seu reverso: *anos de ouro e anos de chumbo***

Hoje o governo Médici é hegemonicamente conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura. Outra denominação que por muito tempo marcou a imagem do período foi a de identificar a primeira metade da década de 70 como “os anos de ouro” do regime.

No início do capítulo afirmei que o estudo do governo Médici é marcado por duas principais vertentes. A primeira privilegia a abordagem da repressão durante a primeira metade da década de setenta. Para tanto são retomadas a censura, a perseguição, os assassinatos e a tortura que marcaram os anos em que o presidente da república atende pelo nome de Garrastazu Médici. A segunda vertente se concentra na propaganda governamental, tradicionalmente identificada como o principal veículo para angariar o apoio da população brasileira da época. De um modo geral, podemos considerar que a narrativa historiográfica que privilegiou a repressão contribuiu com a construção da imagem dos “anos de chumbo”. Por outro lado, os estudos da propaganda reforçam a ideia dos “anos de ouro”, pois a Aerp (Agência Especial de Relações Públicas)<sup>91</sup> utilizou do “milagre brasileiro” e do crescimento econômico para construir uma imagem positiva do governo autoritário. As duas perspectivas se distanciam quanto ao entendimento do período: a do ouro, ressalta a propaganda “super-poderosa”, associada à ação ludibriadora da ditadura em torno das práticas de seu governo; a do chumbo privilegia a repressão e concebe o período como marcado pela violência do regime. No entanto, essas duas perspectivas acabam se aproximando quando a intenção é colocar a sociedade numa posição de vítima da ditadura; seja ludibriada pela propaganda, seja esmagada pela repressão deliberada.

Nesta altura é natural a pergunta: como imagens tão distintas – o ouro e o chumbo – podem

---

91 Instituição criada pelo governo Médici, responsável pela propaganda governista no início da década de 1970 (REIS FILHO, 2014).

compor a visão de um mesmo período histórico? Por um lado os “anos de ouro”, crença no desenvolvimento, no milagre brasileiro e na modernização econômica do país; do outro, os anos de chumbo, que nos remete a uma sociedade marcada por conflitos, torturas, repressão e censuras à liberdade de expressão. A possível contradição que carregam denominações antagônicas pode ser melhor problematizada quando investigadas através de um estudo da racionalidade governamental e das ações que a acompanham.

Mas nas análises que se seguem, as denominações “anos de chumbo” e/ou “anos de ouro” perdem a centralidade que a memória e a historiografia as vem atribuindo. Esses termos aqui me importam a medida que possibilitam o debate em torno das políticas de desenvolvimento e segurança nacional. Daqui em diante os anos de ouro serão tratados no universo das políticas econômicas, assim como os anos de chumbo serão problematizados através das ações de segurança nacional:

De um lado vamos ter toda uma série de mecanismos que são do domínio da economia, que são do domínio da gestão da população e que terão justamente por função fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas.<sup>92</sup>

A tentativa consiste em demonstrar que a caracterização do governo Médici por “anos de chumbo” ou “anos de ouro” remetem a acontecimentos históricos que nos permitem visualizar a maneira pela qual a razão governamental concebe e executa suas políticas públicas. Primeiro “anos de ouro”, posteriormente “anos de chumbo” – essas denominações emergem na arbitrariedade que constitui a tentativa de estabelecer um significado único para determinado período da história do Brasil<sup>93</sup>.

Os “anos de ouro” e “os anos de chumbo” também aparecem articulados aos objetivos do governo com o Programa de Integração Nacional. A aliança com a iniciativa privada e o estímulo à agroindústria no campo foram fatores que contribuíram para o crescimento econômico e a consequente sensação de que se estava a viver os “anos de ouro” da história nacional. A ocupação das fronteiras o estímulo ao deslocamento da mão de obra proveniente do Nordeste também serão apresentados como estratégias de controle da ordem política no Brasil da década de 1970. Antes de adentrarmos no universo das políticas de integração e de seu principal projeto, o PIN, serão problematizadas outras condições históricas nas quais se insere o terceiro governo da ditadura.

---

92 FOUCAULT, Op. Cit., 2008, p. 475.

93 CORDEIRO, Op. Cit., 2014.

## 1.5 O Milagre Brasileiro

Em 1970, o planejamento governamental objetivava a aceleração do crescimento econômico para os anos em que Médici atuaria como presidente. Esta taxa inicialmente partia entre 7% a 9% ao ano, tendendo a evoluir para 10% ao longo do governo do mesmo general<sup>94</sup>. Segundo o Ministério do Planejamento, “A efetivação dessa meta colocará o Brasil entre os países de mais rápido crescimento do mundo, nos últimos tempos”<sup>95</sup>(MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p.16). Esses são alguns dos índices que caracterizam o milagre econômico. O que de fato representam para a economia não cabe nesse momento problematizar. Nos discursos, ao apresentar o crescimento dos índices econômicos o governo consegue atestar o desenvolvimento da sociedade brasileira, seu progresso rumo ao patamar dos países industrializados. Manipulando índices econômicos o Estado e suas instituições justificam as intervenções governamentais<sup>96</sup>.

Ora, a economia é o campo em que o governo forja a linguagem do planejamento e da execução de suas políticas públicas. A constituição de um saber de governo, a governabilidade, envolve a economia e os processos relativos à população, mais precisamente, a uma economia da população. A relação entre a população e o território – suas coisas e riquezas – constitui o que chamamos de economia política, um tipo de intervenção característica das formas de governo da contemporaneidade. O termo economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designa um nível de realidade, um campo de intervenção<sup>97</sup>. Economia e política estão juntas para formar as artes de governar; um regime que incide sobre a população<sup>98</sup>.

O desenvolvimento da economia é uma meta do governo Médici. O crescimento dos índices econômicos durante aqueles anos possibilitou o surgimento do termo “milagre brasileiro”. Mas para entender as consequências da ideia de que o país atravessava um período milagroso, devemos pensar os discursos como enunciados que são capazes de articular o que pensamos, dizemos e fazemos como acontecimentos históricos. Portanto, o aparecimento do termo “milagre brasileiro”

---

94 Dados disponíveis em: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e Bases para Ação de Governo*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

95 Tomando os estudos de Aarão Reis como referência e entrecruzando-os com os dados disponíveis no documento oficial, posso afirmar que as metas parecem não terem sido apenas cumpridas, mas superadas. Segundo o autor “a dança, para o alto, dos números impressionava, e impressiona até hoje, já que o país nunca mais apresentou tão elevados resultados: 9,5%, em 1970, 11,3% em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973. Na ponta, a indústria, com taxas de 14% anuais, com destaque para as locomotivas do processo: a indústria automobilística, a de eletroeletrônicos, a construção civil, com taxas superiores a 20% ao ano (AARÃO REIS, 2014, p. 79)”.

96 “Por esta palavra, 'governamentalidade', entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer de forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143)”.

97 FOUCAULT, Op. Cit., 2008.

98 Idem, idem. É possível que aí resida o erro histórico da esquerda tradicional. O marxismo ortodoxo não conseguiu passar da crítica da economia política à crítica da política.

no espaço político nacional, mobilizou a população quanto à sua concepção e sentimento do governo Médici, sendo um importante fator de convencimento da sociedade em torno das diretrizes da ditadura.

O primeiro aparecimento do verbete “milagre brasileiro” no Jornal do Brasil ocorreu em 12 de maio de 1970. Escolhi este periódico, dentre outros fatores, por ele representar um veículo de apoio à ditadura. Ou seja, se o milagre está ligado ao sucesso daquele governo é difícil imaginar que um jornal que apoia a ditadura perderia a chance de noticiá-lo. Desta forma, na capa do dia 12 de maio de 1970, numa terça-feira, a manchete do Jornal do Brasil é intitulada “Força da Verdade”. Segue parte da matéria:

O governo está preocupado com a imagem do Brasil no exterior. E tem razão. É no mínimo desconfortável ver o Brasil aparecer lá fora de forma pouco lisonjeira, desmentindo as suas tradições e seu patrimônio cultural. Num momento polêmico como o atual, a imagem negativa pode ter várias causas e componentes. Deixando, porém, de lado o acessório, a receita para melhorar a imagem é uma só: melhorar o país. Imagem projeta-se, é consequência. O governo tem um exemplo eloquente em casa. Basta ver como repercute no exterior o êxito alcançado pela política econômico-financeira. Não há intriga, nem fama, nem má-fé que destrua ou deforme uma conquista que até jornais pouco simpáticos a Revolução já estão chamando de '**Milagre Brasileiro**'.<sup>99</sup>

O desenvolvimento econômico celebrado pelo jornal foi utilizado como um recurso para ofuscar a imagem negativa do governo Médici no exterior. Essa imagem negativa de início está vinculada ao genocídio de indígenas. Por sua vez, a propaganda do “milagre brasileiro” é uma maneira de defender o governo frente às acusações de violência. É a economia, portanto, que carrega a “*Força da Verdade*”. Nessa concepção, a violência praticada pelo governo não merece ser considerada mediante o sucesso da política econômica. E ainda, um governo que mantém uma política econômica em crescimento está comprometido com sua nação e, portanto, outras práticas não merecem serem questionadas, pois não carregam a verdade da economia – não passam de “intriga” e “má-fé”. Nesta razão, o comprometimento com a política econômica jamais permitiria que a imagem do governo saísse arranhada por acusações de qualquer teor, mesmo que fossem acusações tão graves como um genocídio.

Além do genocídio indígena, outras acusações contribuíram para a imagem negativa do governo Médici no exterior. A matéria continua:

Agora, o governo parece decidido a varrer a testada de outra pesada acusação – a que se refere à existência de torturas e violências contra presos políticos. O libelo contra o Brasil tem sido tecido aos poucos e insistentemente. Como no caso dos índios, a imagem nacional vem sendo deformada mais ou menos por toda parte. Em grandes e respeitáveis jornais, temos aparecido como uma nação de torturadores, entregues a uma sanha sádica de um

---

99 Jornal do Brasil, 12/05/1970, 'A Força da Verdade', p.1, grifo nosso.

fanatismo ideológico sem lei nem rei. Com razão o governo preocupa-se e trata de melhorar a imagem. Mas a imagem de um país não se melhora por correspondência, isto é, não basta uma cartinha, por mais bem feita e bem intencionada, dos embaixadores aos órgãos de comunicação que veiculam notícias deprimentes para o Brasil. O caminho certo é outro – é exibir a verdade, sem embargos.<sup>100</sup>

A economia reaparece como o caminho da verdade. Na concepção do Jornal, a defesa do governo frente às acusações de supostas torturas não seria realizada com argumentos presentes em uma “cartinha (...) bem feita e bem intencionada”<sup>101</sup>. O caminho certo seria “exibir a verdade”. Na época, a verdade do Brasil era a força de sua economia. Naquele momento, o sucesso da economia brasileira blindou o governo das acusações de tortura. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico da época foi capaz de seduzir os brasileiros a ponto dos abusos da ditadura se mantivessem alheios a boa parte da população.

Cabe assinalar que o milagre econômico aparece pela primeira vez no Jornal do Brasil junto às denúncias da prática de genocídio e tortura no Brasil dos anos 70. Mais uma vez “anos de ouro” e “anos de chumbo” aparecem lado a lado. O sucesso da economia justifica e autoriza a violência da ditadura. Isso significa que o “milagre brasileiro” é também utilizado para abafar os abusos de poder. Como dito anteriormente, apesar de pretensamente antagônicas, as caracterizações do governo Médici se aproximam quando observamos alguns mecanismos de legitimidade do regime. No início do terceiro governo já existiam as evidências dos “anos de chumbo”, assim como o aparecimento do “milagre brasileiro” atestava o início dos anos de ouro da ditadura. Lado à lado, o ouro e o chumbo apareceram na imprensa nacional.

Mas a discussão dos usos do que se convencionou chamar de “milagre brasileiro” não se resume à capacidade de manipular índices econômicos. O momento de euforia desenvolvimentista só foi possível de ser vivido quando o cotidiano da população passou a ser alterado pelo aumento da produtividade capitalista. À medida que o governo estimulava a modernização do capitalismo no país, o brasileiro era tomado pela onda do desenvolvimento nacional.

A estratégia do governo para que a população sentisse na pele a modernização operada no sistema capitalista foi incentivar o trabalho. O aumento das vagas de emprego e o oferecimento de postos de trabalho permitiu que a ditadura respondesse aos interesses da população. Essa estratégia aparece em um dos pronunciamentos do Presidente<sup>102</sup>:

---

100 (Jornal do Brasil, 12/05/1970, 'A Fôrça da Verdade', p. 1.

101 Sobre a defesa do governo frente às acusações de tortura, ver: MONTENEGRO, Antônio. *História e memória das lutas políticas*. In RODEGHERO, Carla S.; MONTENEGRO, Antônio; ARAÚJO, Maria Paula. *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

102 Em 31 de dezembro de 1972, em discurso intitulado “O milagre brasileiro”, Médici se dirigia á sociedade em cadeia de radio e televisão. Era um discurso de “feliz ano novo”, exaltando as realizações de 1972 e prometendo mais conquistas para o ano seguinte. Tendo em vista que o “milagre brasileiro” já aparecia na imprensa dois anos antes

O trabalho ordeiro no campo, nas fábricas e no comércio; o esforço de cada um para aumentar a produção e a produtividade; o entusiasmo e a criatividade do empresariado, todos confiantes na ação governamental e no futuro do Brasil, - tudo isso cooperou decisivamente para o êxito da política econômico-financeira.<sup>103</sup>

O sucesso da política econômico-financeira é então atribuído ao trabalho no campo<sup>104</sup> e na cidade. Segundo o que é dito pelo presidente, no entusiasmo pelo trabalho, no “esforço de cada um para aumentar a produtividade” está a confiança na ação governamental. Uma vez que existe confiança na relação entre governo e população estão abertos os caminhos para a intervenção do Estado. A ordem é estabelecida, a oposição perde sua força. Claro que não podemos medir a adesão popular à ditadura pelas palavras de Médici. Colar esse discurso à experiência histórica seria por demais ingênuo. No entanto, se a ditadura permaneceu tantos anos no governo, se foi capaz de cometer uma série de atrocidades e mesmo assim manter os generais na presidência, cabe à historiografia retomar todo e qualquer mecanismo que tenha contribuído com a continuidade desse governo. Os discursos oficiais nos permitem visualizar a tentativa da ditadura em angariar o apoio da população. Insisto: a economia e por conseguinte o trabalho foram caminhos para a intervenção governamental; e o milagre brasileiro foi um acontecimento que fez crer na capacidade e no sucesso do governo da ditadura. Ainda utilizando do “milagre brasileiro” como pano de fundo, vejamos outro pronunciamento que endossa a euforia desenvolvimentista no país:

A verdade é, no entanto, que não decorre esse fenômeno de nenhum milagre. Decorre – isto sim – da ação serena e equilibrada do Governo, da realização de iniciativas ousadas e de corajosas reformas jurídicas; da ampliação das fronteiras econômicas, da ocupação dos imensos espaços vazios; da integração nacional e social; da utilização de nossas riquezas potenciais e de **valorização de nossos recursos humanos**. Decorre o desenvolvimento brasileiro, também, na realidade, da combinação da iniciativa privada com a ação governamental, para a abertura do comércio exterior. Decorre, igualmente, da mobilização das poupanças nacionais, dos estímulos aos investimentos, da correção dos desequilíbrios regionais, bem como, de modo particular, da formulação racional de grandes programas no campo da educação, da saúde, da assistência social, das comunicações, dos transportes, da indústria de base e de transformação. Decorre, ainda, da revisão dos métodos de trabalho na agricultura, mediante a implantação de tecnologia moderna, uso de mecanização, fertilizantes, sementes selecionadas, fomento à agroindústria, construção de ampla rede de usinas de beneficiamento, armazéns e silos. Decorre, outrossim, da coerência que se imprime ao **sistema econômico de livre iniciativa, compatível com a forma democrática de governo**, para aumentar o trabalho produtivo, e aumentar a produtividade em todos os setores, **fazendo chegar a repartição dos frutos do progresso** a todas as regiões e a todos os brasileiros. O milagre brasileiro, em suma, tem um nome e esse nome é

---

desse pronunciamento, a esta altura este enunciado já estava mais familiarizado com a população, rendendo à Médici uma maior facilidade para explorá-lo em seus discursos.

103 MÉDICI, Op. Cit., 1973, p. 15.

104 No campo, a política econômica do governo Médici cede espaço “a grandes unidades agrícolas, mecanizadas – aumentando a produção e possibilitando o aparecimento de novas culturas, como a da soja, campeã de exportações, e a dos cítricos (REIS FILHO, 2014)”.

Com estas palavras o general presidente desloca a ideia de milagre para o estímulo ao trabalho. Se no início do pronunciamento o general estimula o papel da nação no desenvolvimento, mais à frente ele responde que é através do trabalho que seu governo pretende dar continuidade a modernização do país. O milagre, antes realização divina, perde seu caráter sobrenatural para ser dotado de humanidade. O milagre é trabalho, consequência da vontade e da prática humana. Segundo o discurso oficial, no compromisso e na vontade governamental residem as causas do “milagre”, na confiança e fé no trabalho residem os méritos da política econômica.

O mesmo pronunciamento relata alguns dos principais esforços governamentais pelo desenvolvimento; destaquei algumas dessas tarefas. A começar pela “ampliação das fronteiras econômicas, da ocupação dos imensos espaços vazios; da integração nacional e social; da utilização de nossas riquezas potenciais e de valorização de nossos recursos humanos”. A estratégia consistia em ampliar a produtividade nacional através de um programa de integração das regiões não industrializadas. Para realizar este programa, a ditadura reorientou a mão de obra excedente para os “imensos espaços vazios”. Nesses novos locais de trabalho estavam as “riquezas potenciais” ainda não exploradas, onde o governo estimulou, junto à iniciativa privada, a criação de “fronteiras econômicas” que absorvessem a mão de obra migrante. Nessas obras estão os pressupostos do Programa de Integração Nacional. Os espaços vazios fazem referência à Amazônia, região onde estariam as riquezas brasileiras ainda não sistematicamente exploradas. Por sua vez, as políticas de “valorização dos recursos humanos” privilegiaram os trabalhadores do Nordeste, região de altos contingentes populacionais, muita miséria e pouco emprego. Uma vez deslocados para a Amazônia, esses trabalhadores seriam absorvidos pelas frentes de trabalho construídas em parceria com a iniciativa privada naquela região. Para recebê-los nestas novas localidades foram previstos programas de assentamento nas margens das rodovias a serem construídas na Amazônia.

O Estado busca uma maneira de estimular, determinar e orientar as atividades das pessoas para que essas sejam efetivamente úteis a ele. Nesse cálculo estão envolvidos a quantidade de indivíduos a que pretende governar, as necessidades desses homens para que possam viver, e a condição saudável para que possam ocupar-se, trabalhar e exercer suas atividades. Evitar o ócio; pôr para trabalhar todos aqueles que podem trabalhar.<sup>106</sup>

Portanto, o “milagre brasileiro”, para além do crescimento dos índices econômicos, só pode ser garantido a custa da inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e por meio do

---

105 MÉDICI, Op. Cit., 1973, p. 16/17, grifo nosso.

106 FOUCAULT, Op. Cit., 2008.

ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. *O milagre brasileiro é trabalho*, e exige a participação e o engajamento da população aos projetos de governo que visam aumentar a produtividade no país:

Nesse sentido, é preciso compreender o Milagre de forma mais ampla, como um modo de estar no mundo naquele momento e que, para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas. Em outros termos, o Milagre oferecia à camadas expressivas da sociedade uma ideia segundo a qual o trabalho e a obediência às normas e às instituições do presente significavam o respeito pela Pátria, pela sua história e pelos grandes homens da Nação e ao mesmo tempo, a construção de um futuro próspero<sup>107</sup>.

A citação é fundamental para ampliarmos nossa visão acerca do trabalho. As palavras da historiadora contribuem para a análise do deslocamento operado nas palavras do próprio Médici: o milagre é trabalho à medida que o compreendemos como uma dada maneira de estar no mundo. Ou seja, além de possibilitar a ascensão econômica, a euforia desenvolvimentista disseminava a expectativa de que, no início da década de setenta, o Brasil construía as bases para um futuro moderno. A política econômica era carregada de expectativa, assim como oferecia uma visão positiva da experiência política da ditadura. O golpe de 1964 veio para colocar o país nos rumos do progresso. A população, por sua vez, não poderia se eximir desse processo. Cabiam às pessoas assumir seus lugares na produção para contribuir com o país do futuro, além de fechar os olhos à violência institucional cometida apenas contra aqueles que atravancavam este processo.

## 1.6 Os anos de chumbo

Hoje é comum olharmos para a década de 1970 e percebemos que Médici passou à História como “o homem sob cuja presidência o Brasil assistiria ao auge da repressão desencadeada pela ditadura militar (FICO, 2004 p. 77)”<sup>108</sup>. Sua carreira política no Exército Brasileiro, a violência que marcou os anos de seu mandato e algumas declarações polêmicas do general durante e após a ditadura, fizeram de Garrastazu Médici um símbolo da repressão militar nos anos da ditadura.

Em Abril de 1964, na ocasião do golpe dado pelos militares, Médici era o então comandante da Academia Militar de Agulhas Negras e se colocou a disposição do movimento que destituiu o então presidente João Goulart. Mas foi durante o governo Costa e Silva, o segundo governo da ditadura, que Médici se destacou nas cadeiras do poder público. Em 1967 assumiu o cargo de chefe

---

107 CORDERO, Op Cit., 2012, p. 99.

108 FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

do SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão de inteligência criado pelo regime. Quando criado, o SNI era responsável por constituir uma abrangente rede de informações no intuito de auxiliar o governo a tomar suas decisões. No comando de Médici, “mais do que um órgão de assessoria e de caráter informativo, o SNI transformou-se em instância consultiva, capaz de vetar nomes cogitados para cargos públicos (FICO, 2004, p. 77)”. No cargo de chefe do SNI, Médici participou da reunião presidencial que instituiu o AI-5 (Ato Institucional Número Cinco)<sup>109</sup>. Sua declaração naquele encontro, posteriormente tornada pública, manifesta o apoio incondicional de Médici ao decreto mais autoritário da ditadura:

Senhor presidente, senhores conselheiros. Eu me sinto perfeitamente à vontade (...) e, porque não dizer?, com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isto porque, senhor presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que vossa excelência me atribuiu, como chefe do SNI, tive oportunidade de fazer minucioso relato da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros que por fatos e por ações o que estava na rua era a contra-revolução. Acredito, senhor presidente, que com a sua formação democrática, foi vossa excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava (...) que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua. Era só o que eu tinha a dizer<sup>110</sup>.

O documento a que se refere Médici é justamente o AI-5; a “contra-revolução” foi a crescente resistência à ditadura durante o ano de 1968<sup>111</sup>. A postura de Médici durante a reunião é instituidora da política autoritária do regime. Se dependesse do então chefe do SNI, medidas excepcionais com esse perfil teriam sido solicitadas a mais tempo. A promulgação do AI-5 representou um *turnover* na ditadura. Do lançamento deste Ato Institucional até a lei da anistia<sup>112</sup> a repressão violenta foi uma constante no regime. O AI-5 dissolveu o Congresso e estabeleceu os mecanismos legais para institucionalizar, de maneira ainda mais efetiva, a repressão policial e militar à indivíduos, instituições e movimentos que de variadas maneiras resistiram à ditadura. Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 só foi extinto dez anos mais tarde, em 13 de outubro de 1978. Os anos de vigência deste decreto compreenderam todo o mandato do general Garrastazu Médici. Ter sido responsável por quase metade dos anos que contemplaram a execução

---

109 “Espécie de *decretum terrible* que tornou o regime, até então respeitador de alguns direitos básicos, definitivamente autoritário. A partir do Ato, a tortura tornou-se prática sistemática após as prisões e durante os interrogatórios e todos quantos eram suspeitos de subversão” (FICO, 2012, p. 68).

110 GASPARI, Op. Cit., 2002, p. 132.

111 A passeata dos 100 mil foi como ficou conhecida uma grande manifestação popular de resistência à ditadura. Ocorreu no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968 para denunciar as arbitrariedades da ditadura. Importante relato deste acontecimento pode ser encontrado no livro “1968, o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura (VENTURA, Zuenir. 1968 – o ano que não terminou. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988).

112 Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Promulgada pelo general-presidente Figueiredo, a lei anistiou os crimes políticos e eleitorais no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. A anistia foi concedida tanto aos crimes da esquerda quanto aos crimes da ditadura, inocentando, com isso, militares e torturadores que participaram ativamente da repressão.

do AI-5, foi determinante para a posterior definição de Médici como um general linha dura e de seu governo como parte dos anos de chumbo da ditadura.

Portanto, guiado pelo AI-5, o governo Médici foi responsável pelos anos nos quais a ditadura endurece a repressão. Mas para existir repressão ela teve de vir acompanhada pela resistência ao regime. Nesse ponto, uma outra questão vem a tona. A operação que define o período como parte dos chamados “anos de chumbo” está ligada não apenas a violência do governo, mas à guerra que as forças armadas estabeleceram com as organizações de resistência armada à ditadura – as guerrilhas.

A Guerrilha do Araguaia foi um grande empreendimento da esquerda militante durante os anos da ditadura. Ligada à vertente rural da guerrilha, esse acontecimento representou

Um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear uma guerra popular revolucionária no Brasil, partindo do campo para a conquista das cidades. O partido Comunista do Brasil promoveu o movimento na região do Rio Araguaia na confluência entre quatro Estados, área conhecida como Bico do Papagaio. Os combates ocorreram dentro da floresta Amazônica, num polígono de aproximadamente 6.500 quilômetros quadrados entre o Pará e Goiás (hoje Tocantis), área pouco maior que o Distrito Federal, onde habitavam cerca de 20 mil pessoas<sup>113</sup>.

A guerrilha se estendeu entre os anos de 1967 e 1974. Ou seja, sua duração também percorreu todos os anos do Governo Médici. Foi durante o mandato desse general que a guerrilha foi praticamente aniquilada. Nos primeiros meses de 1974, antes que o general deixasse a presidência, os militares já começavam a sair da região. Por outro lado, se considerarmos a morte do último integrante da resistência como o marco final da guerrilha, teremos de atribuir a derrota dos guerrilheiros ao governo posterior, do qual o general Ernesto Geisel foi presidente. Mas “quando assumiu a presidência, em março de 1974, Ernesto Geisel teria corroborado com tudo aquilo que encontrou armado – inclusive as torturas e as execuções sumárias” (STUDART, 2006, p. 272). A ordem de eliminar os integrantes da guerrilha veio de uma negociação estabelecida entre o presidente Médici e seu ministro do exército, Orlando Geisel, irmão daquele que viria a se tornar o próximo general presidente, Ernesto Geisel.

Em mais uma declaração comprometedora, dessa vez em entrevista à Revista Veja, Médici confessou a ordem que deu para assassinar os guerrilheiros:

Uma vez, os ministros militares quiseram usar as Forças armadas para combater o terrorismo, mas eu não deixei: “Isso é trabalho para a polícia”, avisei. Mas houve um tiroteio num aparelho e um major morreu ao socorrer um sargento que foi ferido. Então eu tive uma conversa com o ministro do Exército, Orlando Geisel, e perguntei: ‘Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão que invadir metralhando. Estamos em guerra e não podemos sacrificar os nossos. Não há dúvida de que era uma guerra,

---

113 STUDART, Hugo. *A lei da selva*, São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 16.

depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo nesse país<sup>114</sup>.

O relato acima é mais um vestígio que permite associar o general Médici ao perfil linha dura do Exército, além de situar seu governo nos chamados “anos de chumbo” da ditadura. Segundo Garrastazu Médici, a violência da ditadura é resultante de uma guerra travada contra o “terrorismo”. Na concepção do militar, o terrorismo era identificado nas ações armadas das organizações de resistência ao regime. A repressão e violência dos militares era então justificada como uma forma de defesa do terrorismo. De maneira geral, as organizações de guerrilha pretendiam estimular uma guerra popular que conduzisse o país a uma revolução socialista. Na concepção desses grupos armados, a ditadura representava um governo de exceção comprometido com o projeto capitalista. A participação dos militares nesse regime era uma manobra da burguesia para barrar o avanço da mobilização política de inspiração marxista<sup>115</sup>.

O fato é que a concepção das esquerdas não difundiu-se nos meios populares. A crítica à ditadura não ecoou na classe trabalhadora e a proposta de revolução jamais foi entendida pela camada mais pobres da sociedade brasileira. No que toca ao início da década de 1970, a repressão aproveitou-se do bem-estar econômico para esmagar os grupos de esquerda do país sem que uma repercussão comprometesse a imagem do governo. Envolvida pela euforia do desenvolvimento, a maioria da população brasileira parecia cegar às atrocidades do regime. Membro de um dos grupos da esquerda que participaram da guerrilha urbana, o historiador Daniel Araújo Reis, afirma que “aquela guerra, como chamavam os militantes de esquerda e a polícia política, era algo que a maioria da população não conseguia compreender, quanto mais dela participar de forma direta (REIS, 2014, p. 78)”. Na tentativa de apreender o comportamento da sociedade frente às ações de resistência, prossegue o historiador:

Ao contrário do que os envolvidos nas ações imaginavam, poucos compartilhavam de suas convicções e certezas. E elas eram indispensáveis para correr os riscos e passar pelos sacrifícios inerentes ao desafio aberto pela ditadura. Por outro lado, também não é certo que houvesse simpatia pelos métodos brutais empregados pelos torturadores, embora boa parte da sociedade brasileira já tivesse então aprendido a conviver serenamente com a tortura, se empregada apenas contra os chamados marginais. Desde que o jogo sujo se passasse fora das vistas e longe os ouvidos, nas celas imundas de fedor e a prova de som, sempre seria possível sustentar que os excessos eram ignorados, e a sociedade, inocente. É o que muita gente faz até os dias de hoje<sup>116</sup>.

Apesar da dificuldade em tornar massiva a guerra contra a ditadura, a falta de entendimento

---

114 Emílio Garrastazu Médici, depoimento ao CPDoc da FGV. In Revista Veja, São Paulo, Out. 1998, p. 74. In STUDART, Op Cit., 2006, p. 270.

115 DREIFUSS, Op. Cit., 1981.

116 REIS FILHO, p. Cit., 2014, p. 78.

do projeto das esquerdas, a “ignorância” e a “inocência” são argumentos que justificam a passividade de grande parte da população diante dos abusos cometidos por governos autoritários. E “é o que muita gente faz até os dias de hoje”, perpetuando uma lógica que naturaliza opressões de todo tipo.

Passados os anos, no início da década de 1980, quando começaram a aparecer os indícios de uma transição democrática, os abusos da ditadura no Brasil também começaram a ser reconhecidos pelas instituições brasileiras. No que toca ao governo Médici, ao passo que avançava a transformação democrática “a memória dos anos de chumbo prevalecia sobre a dos anos de ouro (CORDEIRO, 2014, p. 194)”. O movimento pela redemocratização consolidou uma memória da ditadura marcada pela lembrança da violência daquele período. Contudo, a campanha de denúncia das torturas e assassinatos cometidos pelo Estado brasileiro durante o regime, manteve a sociedade civil na posição de vítima da violência dos militares. No movimento político que encaminhou a transição democrática, costumou-se responsabilizar apenas os militares pela repressão, escondendo a participação de líderes civis no próprio governo da ditadura. Ou seja, os discursos que culpabilizaram os militares encontraram lugar no processo de redemocratização a medida que também inocentavam os líderes civis do regime. As lideranças civis que participaram do governo da ditadura encaminharam a transição democrática e continuaram como políticos no novo regime:

E que fique registrado que os “milicos” saíram do governo sem levar uma pedrada – assim como tinham entrado nele sem precisar dar um tiro. Entretanto, a obsessão em caracterizar a ditadura apenas como militar levou, e leva até hoje, muitos a assinalarem o ano de 1985 como o que marcou o fim do regime, porque ali se encerrou o mandato do último general-presidente. A ironia é que ele foi sucedido por um político – José Sarney – que desde o início apoiou a ditadura, tornando-se, ao longo do tempo, um de seus principais dirigentes... civis<sup>117</sup>.

Ao concordar com a tese de que o movimento pela redemocratização consolidou a memória dos anos de chumbo, concordamos também que essa memória responde a uma construção histórica da qual participaram alguns políticos da ditadura. Nessa construção, não existiria chumbo se não houvesse resistência. A violência dos anos da ditadura está ligada não apenas ao autoritarismo dos militares mas também à resistência revolucionária do período. Sendo assim, a faculdade mágica de nomear os eventos políticos da ditadura manteve-se nas mãos de grupos hegemônicos que, ao mesmo tempo que legitimavam seu lugar na transição política, desqualificavam os eventos revolucionários de outrora. “A isso se chama hegemonia, quando os vencedores conseguem fazer com que os vencidos usem o seu vocabulário, carregando conotações pejorativas (REIS FILHO, 2014, p. 75)”. A nomeação dos períodos transcendem o trabalho do historiador, ao mesmo tempo

---

117 REIS FILHO, Op. Cit., 2012.

que permitem a investigação das nuances de um processo histórico complexo, a exemplo da ditadura civil-militar brasileira entre as décadas de 1960 e 1980. Portanto, chamar o governo Médici de “anos de chumbo” é utilizar uma denominação dada pelos vencedores.

A consolidação da democracia no Brasil se deu num período histórico em que a atuação de grupos revolucionários não encontrava mais lugar na sociedade. O sonho socialista se esfacelava junto com a União Soviética. Se já não existiam ameaças à ordem capitalista, não havia mais a necessidade de defender a ordem nacional e, portanto, a presença dos militares no governo perdia o seu sentido. Era chegada a hora da população escolher seus presidentes. A democracia se instalava num clima político onde não havia espaço nem para a ditadura militar e nem para organizações revolucionárias.

O golpe de 1964, os anos da ditadura e o processo de redemocratização são experiências históricas nacionais marcadas pelo conflito polarizado entre socialismo e capitalismo. A dualidade capitalismo/comunismo é uma forma de estar no mundo não apenas durante os primeiros anos da década de 1970, mas durante toda a experiência política da ditadura. Nesse sentido,

O mundo que se esfacelou na década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, capitalismo e socialismo, como alternativas mutuamente excludentes<sup>118</sup>.

Durante a década de 1980, o colapso da União Soviética pôs fim ao mundo marcado pela bipolaridade entre capitalismo e socialismo. No mesmo processo, na mesma época, a ditadura no Brasil encaminhava sua transição para a democracia. Com a queda do mundo socialista, caíam também as justificativas da ditadura, pois não havia mais a necessidade de um governo “de exceção” que salvaguardasse o país das ameaças estrangeiras, comunistas, soviéticas e/ou marxistas. Foi na década de 80, período que esfacelou a bipolaridade, que a ditadura encaminhou sua transição. O Estado Democrático de Direito renasce como uma espécie de terceira via entre o governo da ditadura e o projeto socialista das organizações de resistência ao regime.

Antes de retomar a narrativa das políticas do governo Médici, não podemos perder de vista que os novos desafios colocados à historiografia do período respondem à tentativa de estabelecermos questões em torno das bases sociais, da adesão e do funcionamento político da ditadura. E para escrever essa história é preciso deixar de lado as denominações do período como “anos de chumbo” ou “anos de ouro”, bem com a definição de Médici como general “linha-dura”, pois:

Na perspectiva da historiografia, é possível perceber uma forte tendência em definir o que

---

118 HOBBSBAWN, 2001 *apud* STUART, 2006, p. 185.

os líderes, homens públicos ou mesmo as pessoas simples foram ou são, instituindo identidades fixas, em lugar de pensá-las nas suas múltiplas e diversas relações, discursos e ações. Nesse aspecto, a identidade fixa se projeta como transhistórica ou mesmo a-histórica<sup>119</sup>.

As classificações e as atribuições de identidade são perigosas uma vez que aprisionam, reduzem e cristalizam os olhares históricos. No decorrer desta dissertação, a especificidade da discussão em torno do governo Médici não passa pela tentativa de fixação dessa ou daquela palavra chave. A insistência em definir determinado período por “anos de chumbo”, ou o perfil dos generais como “linha dura”, criou noções generalizantes a respeito da ditadura. Por isso escolhi traçar algumas críticas à memória social do regime. Ao afastar antigas adjetivações, pretendo construir novos horizontes para o entendimento do governo Médici. São esses novos esquemas interpretativos que possibilitam articular outros diálogos e outras críticas, estabelecendo, dessa maneira, novas aproximações com o tempo presente.

## 1.7 “Integrar para desenvolver” – território, economia e política

A insistência pelo desenvolvimento é então uma marca do governo Médici. A singularidade histórica desta tarefa está atrelada ao esforço pela integração econômica das distintas regiões do território nacional. Na primeira metade da década de 1970, as políticas desenvolvimentistas foram acompanhadas por uma série de objetivos articulados. Esses objetivos permitem melhor visualizar a experiência política daquele momento histórico.

No livro *Metas e Bases para Ação de Governo* (1970)<sup>120</sup> estão contidos alguns estudos de planejamento do governo Médici. No momento de sua publicação, a ditadura já indicava o seu terceiro presidente – o que obrigava o regime a lidar com heranças das gestões anteriores. Na retórica oficial, o projeto da ditadura tem continuidade, mas ao governo Médici cabia realizar um programa que lhe é específico. Ou seja, suas diretrizes mesclam originalidade, influências de gestões anteriores, e projeções que visam a continuidade do programa de governo da ditadura. Vejamos:

Consolidando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, ao III Governo caberá dar importante passo com o objetivo de eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do País; e por essa forma, durante o seu período, **impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado** e auto-sustentável, conduzindo-o,

---

119 MONTENEGRO, Op. Cit., 2012, p. 24.

120 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op. Cit., 1970.

ao mesmo tempo, efetivamente, à relativa estabilidade de preços **em clima de segurança e de estabilidade social e política**. Na última área, realizar-se-á esforço realista de progressiva evolução no sentido de construir uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e da descentralização da atividade econômica<sup>121</sup>.

Logo de início está exposto o desafio do qual o “III Governo” teria de enfrentar: “Eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do país”. Esse seria um passo fundamental para colocar o Brasil no rumo do pleno desenvolvimento. O patrimônio, bens e riquezas disponíveis à exploração capitalista eram incompatíveis com o estágio econômico no qual o país se encontrava. O Brasil tinha à disposição recursos suficientes ao desenvolvimento. Nesse sentido, fazia-se necessária uma intervenção governamental capaz de aproveitar as riquezas em escala nacional, para assim modernizar a economia e atingir “a plenitude do desenvolvimento acelerado”. Essa missão estava reservada ao governo Médici. Para este governo, o desenvolvimento da economia pressupunha a articulação econômica do território nacional. Somente aproveitando do patrimônio físico, dado pelas fronteiras que limitam a intervenção do Estado brasileiro, o país conquistaria a tão sonhada modernização econômica. O objetivo do desenvolvimento é uma tarefa de integração do território ao regime de exploração capitalista moderno.

Mas o desenvolvimento também aparece articulado ao problema da segurança nacional, pois só poderia ser realizado em clima de “estabilidade social e política”. Assim como o desenvolvimento exigia a exploração do patrimônio físico do país, a segurança envolvia a preocupação com o território nacional. Tendo o território como horizonte, o governo realizaria o desenvolvimento e garantiria a segurança nacional: acertaria dois coelhos numa só cajadada. O uso das riquezas naturais ainda não exploradas só poderia ser realizado junto à defesa desses bens da cobiça internacional.

Essa concepção em muito foi estimulada pela intenção declarada da ditadura em manter a ordem social protegida de ameaças “terroristas” e/ou “anti-democráticas”, ou seja, protegida das ações dos países de regime comunista. Como atestado em documento oficial, “na década de 1970 (...) assistir-se-á à exacerbação de tensões sociais e políticas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p.6)”. O início da década de 1970, representou, no cenário mundial, o acirramento da chamada guerra fria. Naquele período, a política internacional estava dividida entre os países socialistas, liderados pela URSS, e o “ocidente capitalista”, território de influência dos Estados Unidos (EUA). Os países socialistas eram notadamente comandados por regimes políticos fechados – com um só partido no governo – e por uma economia de rigoroso controle estatal. Por sua vez, de maneira geral, os países capitalistas representavam a democracia e a economia de livre

---

121 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op. Cit., 1970, p. 6, grifo nosso.

mercado, com baixa carga tributária e eleições periódicas.

Exposta a polaridade que marcava a política internacional, a tarefa agora é entender o papel que o Brasil assumiu nesta disputa. Uma série de práticas por hora aproximou e por hora distanciou esse ou aquele país desta ou daquela influência. Apesar disso, o governo Médici se mostrava consciente da disputa e da tendência com a qual pretendia associar-se. De maneira geral, o Brasil, assim como outros países da América do Sul, atravessavam regimes políticos ditatoriais, extremamente autoritários e policialescos, ao mesmo tempo que suas economias eram direcionadas no sentido capitalista norte-americano – a livre iniciativa.

De acordo com o Ministério do Planejamento, o governo Médici conciliaria “a necessidade de aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 6)”. Portanto, para desenvolver a economia ou para dinamizar o capitalismo no país, torná-lo mais competitivo e moderno, o governo contava com a participação da iniciativa privada. Essa aliança nos permite enxergar um importante segmento na conformação do governo da ditadura. A partir do que nos apresenta o documento também me parece “inquestionável a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado pelos chefes militares (AARÃO REIS, 2014, p.)”.

Até aqui a preocupação do governo Médici com a política econômica foi apresentada no âmbito de seu planejamento. Antes de adentrarmos no mérito da execução das políticas de integração, pretendo apontar os recortes onde serão forjadas as intervenções pela tarefa global do desenvolvimento:

Na década de 70, essa tarefa global deverá consubstanciar-se num Projeto Nacional de Desenvolvimento, de que o povo não pode ser mero espectador e, sim, o protagonista principal, com vistas à realização de um plano de ação nacional para 'coordenar, integrar, catalisar nossos esforços'. O projeto assenta na decisão política de promover o desenvolvimento pelo trabalho e pela inteligência, construindo-se para toda a nação um futuro capaz de romper as dimensões do passado<sup>122</sup>.

A ideia de que na década de setenta estava-se a viver um futuro capaz de romper dimensões do passado indica o governo Médici como uma gestão decisiva para os rumos do país. O ruído do progresso era parte da euforia desenvolvimentista daqueles anos. Mas note que o Projeto Nacional de Desenvolvimento é apresentado como um objetivo do qual o governo não é capaz de realizar sozinho. O sucesso da política econômica dependeria do protagonismo do povo, ou seja, da participação popular na realização das práticas de governo. O alcance de altos índices econômicos só seria possível quando a população se tornasse partícipe desse programa. Uma vez que se responsabilizasse, que tomasse pra si, que encarnasse as realizações e programas do governo, a

---

122 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op Cit., 1970, p. 15.

sociedade decretava sua adesão ao projeto do Estado brasileiro nos primeiros anos da década de 1970.

No texto do Ministério do Planejamento, algumas passagens remetem a antigas considerações e outras apontam para novas discussões. Primeiro, o protagonismo do povo no Projeto de Desenvolvimento reforça as políticas de governo como centradas na população. Não há governo que se realize sem o controle e sem o agenciamento das pessoas com quem se responsabiliza. Não existe governo se não existem os governados; mesmo que estas posições não se restrinjam entre aqueles que ocupam o Estado e os que são oprimidos por ele.

Mas o que este recorte traz de novo é a perspectiva da ação pelo desenvolvimento como um esforço coordenado e integrado. Já sabemos que a orientação econômica do governo Médici segue uma política desenvolvimentista. Contudo, é a insistência no desenvolvimento integrado que torna singular a experiência posta em prática pelo terceiro governo da ditadura. Articulando suas potencialidades e minimizando os “problemas sociais ao redor do país”, o governo colocava em prática o que acreditava ser uma reorganização da estrutura econômica do Brasil. Ao partir da concepção de que o destino nacional seria indivisível, o governo estava convencido de que o processo de modernização da economia no país envolvia a integração das regiões periféricas ao regime de produtividade nacional. O desenvolvimento seria resultado de uma política que integrasse as regiões do Brasil e usufrísse de suas “riquezas naturais”. Forças produtivas, mercados, mão de obra e investimentos são articulados de acordo com as noções que a racionalidade governamental detém de cada região do território nacional. Nessa perspectiva, o Nordeste era o lugar da mão de obra; a Amazônia, o local da produção agrícola, seleiro do mundo; e, no Centro-Sul, núcleo desenvolvido, estavam a indústria e os investimentos iniciais ao crescimento econômico.

De forma resumida podemos então concluir que a estratégia para o desenvolvimento e a realização dos objetivos primordiais de governo se dá pela incorporação de novas áreas à economia total do país e, simultaneamente, pela melhor utilização da população enquanto recurso, mão de obra abundante. Esses também foram os termos em que foi realizado o Programa de Integração Nacional.

Uma das intenções com estudo do Programa de Integração Nacional é demonstrar como as políticas de desenvolvimento são orientadas a absorver as regiões e as populações pobres ao moderno regime da exploração capitalista. No PIN o território é uma dimensão chave para suas políticas. À narrativa cabe esticar os fios da integração nacional e apontar como a política de segurança nacional caminha *pari passo* às políticas de desenvolvimento. Ocupar as fronteiras e proteger o país de ameaças estrangeiras, deslocar populações de trabalhadores rurais para evitar o conflito pela terra e a conseqüente utilização desses conflitos pelas esquerdas nacionais. No seio

dessas políticas é possível a discussão do problema da legitimidade e da adesão social ao regime no momento de seu terceiro governo. Finalmente, outro caminho importante traçado pelas palavras que se seguem é demonstrar como as políticas de Estado são políticas de população, concebidas pelo controle dos indivíduos como um conjunto de pessoas a serem governadas.

Desenhado o panorama em que se insere o governo Médici e apresentado os debates que acompanham a memória e a historiografia do período, considero agora fundamental o estudo dos discursos e das obras da Integração Nacional. Através do estudo do Programa de Integração Nacional é possível afirmar que em 1970 a ditadura dedicou-se a um esforço sistemático de criação e execução de políticas voltadas aos segmentos mais pobres da população brasileira. Nesse sentido, um dos objetivos deste estudo consiste em desconstruir a razão governamental que concebeu essas políticas, criticá-las. Para tanto, tive de selecionar novos discursos oficiais, alargando-os a ponto de expor os compromissos políticos da ditadura e as relações de governo que permitem sua continuidade.

Por fim, a perspectiva que demarca o estudo da Integração Nacional acompanha algumas perguntas norteadoras: de quê o Estado deve se ocupar? Como o governo Médici lidou com os desejos, interesses e necessidades da população brasileira no início da década de 1970? Mais do que propor conclusões, os capítulos que se seguem pretendem elaborar questões em torno do período estudado. A primeira metade da década de 1970 é um projétil de tempo difícil de racionalizar, mas passível de entendimento se investigarmos as técnicas de governo utilizadas pelo Estado brasileiro daquele período.

## 2 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) – UM DECRETO-LEI DO GOVERNO MÉDICI

### 2.1 Integração Nacional e estratégia de desenvolvimento

As obras do PIN reúnem os objetivos fundamentais do governo Médici e, ao mesmo tempo, a melhor maneira de executá-los. Nesta afirmação encontram-se resumida a importância capital das políticas de integração no mandato do terceiro general presidente. Tanto os principais objetivos do governo Médici quanto as obras do Programa de Integração Nacional estão reunidos no documento intitulado *Metas e Bases para Ação de Governo*. No capítulo intitulado “*as conquistas essenciais*” estão listadas as três metas fundamentais para a execução do programa político do terceiro governo da ditadura. Vejamos a proximidade que estas metas mantêm com o Programa de Integração Nacional:

“O programa a executar-se terá em mira, primordialmente:

- Modernizar o núcleo mais desenvolvido da sociedade brasileira.
- Aproveitar ao máximo os recursos humanos, que constituem o fator básico do desenvolvimento.
- Tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do País, mediante estratégia que promova o progresso de áreas novas e a ocupação de espaços vazios, sem comprometer o ritmo de crescimento objetivado para o núcleo desenvolvido e o produto global do país<sup>123</sup>”

No trecho acima são elencados três grandes metas que, uma vez alcançadas, realizariam todo o programa de governo planejado entre os anos de 1969 e 1974. De uma maneira ou de outra, em cada uma das três metas aparece o termo *desenvolvimento*. A primeira meta do programa consiste em “modernizar o núcleo mais desenvolvido da sociedade brasileira (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 10)”. As áreas desenvolvidas a que se refere o discurso oficial correspondem, de maneira geral, à região centro-sul do Brasil. Nessas localidades, o capitalismo tem sua forma mais moderna em território brasileiro. Mesmo que os estados como Rio de Janeiro, São Paulo e parte de Minas Gerais já sejam locais ditos “desenvolvidos”, o discurso oficial afirma o compromisso do governo com a continuidade do desenvolvimento dessas áreas.

---

123      MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op. Cit., 1970, p.10.

No segundo tópico do programa, o desenvolvimento aparece atrelado à população. Como consta no documento, o objetivo consistia em “aproveitar ao máximo os recursos humanos, que constituem o fator básico do desenvolvimento (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 10)”. A população é então entendida como um mero recurso ao desenvolvimento, ou seja, um instrumento voltado ao crescimento econômico. Tal concepção carrega as implicações políticas do governo da ditadura. Em páginas anteriores afirmei que a necessidade de corpos disponíveis ao trabalho é uma exigência para a manutenção da ordem governamental – corpos produtivos oferecem menos perigo ao status quo. Encarar a população governada como um recurso ao desenvolvimento faz parte da estratégia de segurança e controle da ditadura civil-militar. A meta do governo Médici que corresponde ao aproveitamento dos recursos humanos, portanto, não cumpre apenas um objetivo econômico do Estado brasileiro, mas faz parte das técnicas de controle político. Resumindo, a “instituição do trabalho não pode ser reduzida à concepção da produção de mercadorias, em seu sentido restrito. O 'mundo do trabalho' instaurava, também, o 'mundo da obediência” (GUIMARÃES NETO, 2002, p.84).

No que concerne às políticas de Integração Nacional, mesmo que amplie essa discussão mais à frente, a ideia de “aproveitar ao máximo os recursos humanos” está ligada à utilização do que se entendia por “mão de obra excedente”. No Programa de Integração Nacional, isso significou a transferência de trabalhadores rurais provenientes de outras regiões do país para ocupar os “espaços vazios”<sup>124</sup> da Amazônia. Adiante veremos que a maioria dos trabalhadores encaminhados às áreas de ocupação dirigida foram os grupos provenientes do Nordeste. Desde o primeiro momento, os trabalhadores vindos do Nordeste já chegavam à região para construir a Transamazônica. Apesar do protagonismo da mão de obra proveniente do Nordeste, também chegaram à Amazônia trabalhadores que se deslocaram de outras localidades do país. A utilização massiva dos recursos humanos indicada no documento é traduzida, nas obras do PIN, pelo esforço governamental em produzir um grande deslocamento de trabalhadores para posterior utilização dessa mão de obra em lugares distantes dos grandes centros urbanos e industrializados do país.

Se no segundo tópico o desenvolvimento aparece atrelado à população, no terceiro, ele volta a ser associado aos usos do território nacional. Na concepção do terceiro governo da ditadura, era necessário “tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do país (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 10)”. O desenvolvimento foi um grande objetivo do governo Médici e a integração do território nacional a principal estratégia para realizá-

---

124 Segundo a concepção do governo, a Amazônia era, e ainda é, uma região de grandes recursos naturais, porém com baixa densidade populacional para explorá-los. Além disso, para os militares, o escasso povoamento da região manifestava a vulnerabilidade das fronteiras nacionais. Através de uma perspectiva crítica, detalharemos essas questões mais adiante.

lo.

Para *modernizar o núcleo mais desenvolvido do país*, o governo teria de promover o progresso de outras regiões, pois desta maneira, segundo o discurso oficial, seria aliviada a pressão decorrente da sobrecarga econômica exercida pelas áreas menos desenvolvidas do Brasil. Por exemplo, o deslocamento de trabalhadores pobres, vindos de outras regiões do país rumo ao centro sul industrializado, fazia crescer a marginalização nos grandes centros urbanos do país. A lógica é simples: a integração, ao possibilitar o desenvolvimento de outras áreas do território nacional, diminuiria o inchaço dos grandes centros e possibilitaria melhores condições de vida nas outras regiões do país. Para *aproveitar ao máximo os recursos humanos* o governo redirecionou um grande contingente de trabalhadores para ocupar o que considerava ser um espaço “vazio” e “atrasado” (não desenvolvido) do território nacional. Segundo a razão governamental que inaugurou a década de 1970, a dimensão continental do país deveria ser aproveitada pela ocupação de novas áreas do território. Essa ocupação, por sua vez, seria realizada por grandes contingentes de trabalhadores, aproveitando, ao máximo, os recursos humanos disponíveis no país. Por fim, ao facilitar o desenvolvimento de outras áreas, o governo avançava a modernização das regiões “desenvolvidas”.

Quando o discurso oficial faz considerações sobre o território brasileiro fica evidente a relação desses discursos com as políticas de Integração Nacional. No entanto, não podemos perder de vista que a ocupação dos espaços vazios só pode ser realizada através de uma política de população capaz de estimular o deslocamento de mão de obra para a Amazônia e pela reunião de investimentos privados nessas localidades. Nesse sentido, a Integração Nacional não deixa de ser uma política de população, mesmo que seus discursos sejam frequentemente acompanhados pela ênfase à dimensão do território nacional. Ao investigarmos esta racionalidade governamental estaremos diante de um território e uma população. A relação entre população e território na formação das artes de governar é abordada por Foucault em seu curso intitulado *Segurança, Território e População*<sup>125</sup>. As instituições se dirigem a um conjunto de pessoas, mas, para isso, inevitavelmente intervém num conjunto de coisas. Dito de outra maneira, a segurança vai se exercer sobre o conjunto de uma população, implicando também no controle do território<sup>126</sup>.

As pesquisas realizadas nos jornais da década de 1970 me permitiram ampliar a discussão em torno das políticas de população do governo Médici. No tópico a seguir, pretendo fazer uma breve exposição dessa temática.

---

125 FOUCAULT, Op. Cit., 2008. Esse livro reúne as aulas de Foucault ministradas no College de France entre os anos de 1977 e 1978. Suas palestras foram gravadas por alunos, posteriormente editadas, transcritas e reunidas numa obra completa.

126 Idem, idem.

## 2.2 Uma pausa: evitar nascimentos vs mobilizar braços

No rastro das políticas de população do regime da ditadura, encontrei algumas considerações do Ministério da Fazenda e achei pertinente aqui apresentá-las. Delfim Neto, ministro da fazenda no governo Médici, defendeu que a principal política de população do período deveria ser pautada pela utilização das pessoas como um recurso ao desenvolvimento. As chamadas “frentes de trabalho”, por sua vez, seriam o caminho para mobilizar a população em torno da política que pretendia dela utilizar. No caderno de economia do Jornal do Brasil, no dia 25 de junho de 1970, estava publicada a seguinte matéria: “Delfim acha que controle populacional é secundário”. Vejamos como o ministro defende sua posição:

O Ministro Delfim Neto afirmou ontem na Escola de Guerra Naval que na estratégia de desenvolvimento nacional o importante é mobilizar a mão-de-obra excedente e não tentar conter o crescimento populacional. (...) Falando aos oficiais alunos do curso de Comando e Estado-Maior, o Ministro da Fazenda procurou mostrar, através de exemplos matemáticos, quanto são precárias as teses que defendem o controle da natalidade, dizendo que o correto é mobilizar a população que está aí, para apressar o processo de exploração de nossos abundantes recursos ainda em estado potencial<sup>127</sup>.

Utilizar a população como um recurso é um argumento defendido pelo próprio ministro da fazenda. Delfim Neto, diga-se de passagem, foi um colaborador civil do governo da ditadura. Durante o governo Médici, ele foi o maior responsável pelo planejamento econômico do país. Segundo Delfim Neto, ao invés do controle da população, mais especificamente do controle da natalidade, era necessário aproveitar a capacidade de trabalho dos grandes contingentes populacionais como uma maneira de melhor explorar os recursos da nação. A defesa de uma política de população comprometida com a exploração capitalista dessa vez vem acompanhada de um elemento novo. A novidade está justamente ligada a comparação utilizada pelo ministro. Segundo ele, a política que entende a população como um recurso ganha em importância em relação a política de população que pretende controlar a natalidade no país. Se a meta era o desenvolvimento, melhor aproveitar a população como mão de obra do que controlar os nascimentos. Para colocar o Brasil no rumo do progresso não seria necessário controlar o crescimento da sua população mas utilizá-la como um recurso econômico. Mais uma vez, a exploração do trabalhador é legitimada diante da possibilidade do desenvolvimento – eterna promessa dos governos brasileiros.

A fala do Ministro também permite mais uma análise da racionalidade governamental. O Estado é uma fábrica de verdades e as verdades um caminho para a interdição. Primeiro, as

---

127 JORNAL DO BRASIL, “Delfim acha que controle populacional é secundário”. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1970.

pesquisas de população, realizadas pelas instituições do governo, permitem afirmar que a população residente no país é numerosa. Ou seja, que o Brasil é um país populoso. Segundo, nas palavras do ministro, a numerosa população é excedente do ponto de vista do trabalho, ou seja, é ociosa. Se no país existem muitas pessoas ociosas, colocá-las para trabalhar é uma forma de acumular a riqueza da nação. A fórmula é simples mas esconde as nuances da dominação. Afirmar que existiam grupos de trabalhadores ociosos legitima a exploração capitalista como um processo conveniente e necessário ao desenvolvimento. O *insight* político do governo Médici é de pôr para trabalhar todos aqueles que podem trabalhar. Através da multiplicação dos postos de trabalho, o governo pretendia fazer funcionar as leis da disciplina e estimular a confiança na produtividade. Essa também era uma maneira de afastar a influência dos movimentos subversivos entre os trabalhadores e modernizar o capitalismo no Brasil.

A importância das políticas de população no início da década de 1970 é também atestada pela regularidade com que aparece nos jornais da época. A defesa da exploração de mão de obra em detrimento do controle da natalidade ganha novo destaque nas páginas do mesmo periódico. No editorial do dia 26 de Junho de 1970, na manhã de uma sexta-feira, estava escrito na capa do Jornal do Brasil: “*Explosão Demográfica*”. Neste texto destaquei o parágrafo a seguir:

No debate que há anos se vem travando, o Brasil, oficialmente, tem preferido não acolher a tese do planejamento familiar por imposição do Estado. País de formação católica, as resistências ao controle da natalidade são muitas e sólidas, sobretudo quando se pretende por em prática a tese da ingerência estatal num problema que diz respeito ao fôro íntimo de cada um. Ainda assim, não faltam os defensores do controle, que vêm no nosso crescimento demográfico um insuperável empecilho ao desenvolvimento do país. (...) O Ministro da Fazenda, falando na Escola Naval, abordou o assunto de forma clarividente, a partir de uma preliminar otimista que é tão mais válida quanto mais ele se apoia no objetivo conhecimento de nossa realidade. Para o Prof. Delfim Neto, com efeito, o Brasil não precisa, por ora, preocupar-se com a limitação da natalidade. No atual estágio em que nos encontramos, obrigados a crescer a uma taxa anual em torno dos 10%, a obsessiva preocupação com os perigos da explosão demográfica é – quem o diz é o Ministro da Fazenda – no mínimo desestimulante, do ponto de vista social<sup>128</sup>.

Nesta matéria, a crítica à política de Estado é feita de maneira a legitimar as ações do governo Médici. Ou seja, forja-se uma oposição entre *evitar nascimentos ou mobilizar braços*. A partir daí, tanto a fala de representantes oficiais como o discurso midiático passam a criticar as políticas de planejamento familiar de maneira a positivar o programa de governo e estimular a mobilização da população em torno da onda de produtividade que assolou o país na década de 1970. Tanto o discurso da mídia quanto a fala oficial se empenhavam em realizar a meta prevista pelo programa: “Aproveitar ao máximo os recursos humanos que constituem o fator básico do

---

128 JORNAL DO BRASIL, “*Explosão Demográfica*”. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970.

desenvolvimento (MISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p. 10)''.

Neste editorial, dentre os argumentos que negam o controle da natalidade como uma estratégia ao desenvolvimento estão, portanto, algumas opiniões de natureza moral. O Jornal se apresenta como porta-voz da população brasileira e afirma que no Brasil, a rejeição ao controle da natalidade está ligada a sua tradição católica que vê com maus olhos a ingerência do Estado nos assuntos familiares. Portanto, a crítica é fundada na moral cristã e no espírito capitalista de exploração da mão de obra. Para o Jornal, o sexo e a reprodução são assuntos de família. Sendo assim, não cabe ao Estado e nem ao poder público interferir ou influenciar as decisões do planejamento familiar.

As críticas ao planejamento familiar como uma questão restrita à intimidade, ou seja, como uma intervenção da qual o Estado não deveria se responsabilizar é mais uma prática que permite enxergarmos o comprometimento do governo Médici com os setores mais ricos da população brasileira. Existe uma diferença abissal entre controle de natalidade e planejamento familiar. O controle da natalidade muitas vezes é feito através de uma intervenção autoritária do Estado nos assuntos familiares, na qual a instituição regulamenta, por exemplo, o número de filhos por família e recomenda a esterilização em larga escala. O planejamento familiar, por sua vez, é um conjunto de políticas que dá condições às famílias de conduzirem de maneira racional as decisões de sua intimidade. De maneira geral, a tendência é que as famílias da classe média e alta tenham menos filhos que a das classes trabalhadoras. Isto decorre, dentre outros fatores, pela defasagem de sua formação educacional e pela falta de investimentos na saúde pública. O planejamento familiar é uma necessidade das classes populares. Segundo o Jornal, ele não é oferecido pelo Estado por se tratar de uma intervenção na intimidade, onde o sexo e a reprodução são tidos como sagrados. No entanto, a crítica aqui realizada aponta a exclusão do controle da natalidade nas políticas públicas, como uma estratégia para utilização dos grandes contingentes de mão de obra, o que representa uma escolha pela continuidade da segregação social na população brasileira. Quando o governo define algumas intervenções como sendo do foro único da intimidade ele está negando uma série de direitos aos segmentos mais pobres da população brasileira. E ao invés de postos de trabalho, são esses direitos que possibilitam uma melhoria significativa na qualidade de vida dessas pessoas.

Segundo a retórica oficial do governo Médici, quanto mais habitantes, mais braços disponíveis ao trabalho. No Brasil da década de 1970, isso significou a permitida multiplicação da população pobre paralela à exploração de sua força de trabalho. Como bem afirma o ministro, a quantidade de pessoas deixaria de ser um problema no momento em que elas se inserissem no moderno regime de produção capitalista. Mas desenvolvimento não significa qualidade de vida e é

aí que aparece mais uma nuance da exploração capitalista. Não investir no planejamento familiar é um custo a menos ao governo e uma dificuldade a mais da população pobre. Ao mesmo tempo, o comprometimento com a multiplicação dos postos de trabalho conduz a uma exploração em larga escala dos contingentes de trabalhadores pobres. Somadas, essas políticas apresentam o compromisso deste governo com a modernização capitalista e, por conseguinte, com a minoria que tem a ganhar com este processo.

## 2.3 O PIN pela linguagem oficial: o Estado dá a luz aos seus programas

A centralidade do PIN no programa do governo Médici requer que o analisemos em detalhes. Neste tópico, destacarei a maneira como o Programa foi apresentado à sociedade brasileira no início da década de 1970.

O Programa de Integração Nacional aparece na forma de um decreto-lei, promulgado por Garrastazu Médici em 16 de junho de 1970. Segundo consta no Diário Oficial da União (DOU), no dia seguinte à promulgação do presidente, foi publicado:

DECRETO-LEI Nº 1.106 – DE 16 DE JUNHO DE 1970 (...) Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, (...)129

Neste documento, o PIN é apresentado como um decreto que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, leia-se, das empresas. A alteração fiscal pretendia convergir investimentos privados nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, ou seja, Nordeste e Amazônia respectivamente. Portanto, desde o início, a intenção era que a ocupação da região amazônica fosse feita por empresas agropecuárias. Ao alterar a política fiscal, o governo diminuía a cobrança de impostos às empresas, o que facilitava, por parte dos empresários, a aquisição de terras nas áreas de integração nacional. No PIN, a parceria entre o Estado e as pessoas jurídicas pode ser relacionada à maneira com que a ditadura foi capaz de construir a relação fulcral entre civis e militares (GUIMARÃES NETO, 2014). A descrição do PIN no Diário Oficial segue apresentando outros detalhes do programa, mas é a questão da alteração do imposto de renda que continua em destaque.

---

129 Diário Oficial da União Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/12042902/decreto-lei-n-1106-de-16-de-junho-de-1970>. (Acessado pela última vez em 25/05/2015)

Para complementar o que é dito no DOU, escolhi apresentar algumas considerações reunidas em *Metas e Bases para Ação de Governo*<sup>130</sup>. Neste documento, estão relatados os objetivos que orientaram o Programa de Integração Nacional:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixa de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul.
- 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação e realizar as metas de desenvolvimento programadas<sup>131</sup>.

O Programa de Integração Nacional, como também define o texto do Diário Oficial da União, concentra suas ações nos territórios de atuação da SUDAM e SUDENE. As áreas de ação prioritárias eram o Nordeste e a Amazônia, o que não significa que os ganhos dessa intervenção se limitassem às respectivas regiões. Segundo a retórica governista, Integrar o Nordeste e a Amazônia era uma forma de melhor equilibrar os desníveis socioeconômicos do país. Na tentativa de romper um quadro de soluções limitadas para as regiões, o governo afirma que é na intervenção conjunta no Nordeste e na Amazônia que residem as bases da Integração Nacional, uma vez que a ocupação dos vazios demográficos no Norte será feito em parceria com o desenvolvimento das áreas pobres do Nordeste (Objetivos 2 e 5). O general Médici define esta estratégia da seguinte maneira:

No confronto desses dados, compreende-se afinal que, para eliminar essas disparidades econômicas, e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil<sup>132</sup>.

Portanto, além de serem pensadas em um mesmo campo de intervenção a política de

---

130 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op., Cit, 1970.

131 Idem, idem, p. 31.

132 Idem, idem, p.148.

desenvolvimento nessas duas regiões entraria em consonância com o desenvolvimento de todo o país. A integração nacional é a estratégia de desenvolvimento do governo Médici e portanto faz parte de um projeto voltado para toda a dimensão do território nacional e de sua respectiva população.

A retirada do Nordeste e da Amazônia da condição periférica que ocupavam no cenário econômico nacional era a especificidade do projeto de desenvolvimento integrado posto em prática em 1970, ou seja, a especificidade da política de desenvolvimento do governo Médici. Isso é o que indica o planejamento. Na prática, veremos que apesar da execução de algumas obras, durante e mesmo após a ditadura, Nordeste e Amazônia seguiram com os problemas sociais característicos dessas localidades – como a falta da oferta de serviços públicos básicos à suas populações. Durante o governo Médici, a originalidade que carregou a promessa de retirada das regiões de sua condição periférica é utilizada pelo discurso oficial. Segundo a retórica utilizada, “nunca antes na história deste país, o poder público resolveu tratar a questão do atraso econômico destas regiões com tamanha originalidade e compromisso político” – e o PIN foi o carro chefe deste projeto. Ao ressaltar a originalidade de suas ações, o pioneirismo de seu programa e o compromisso com as regiões pobres, o presidente criava um efeito de positividade em relação às ações de seu governo. No mesmo pronunciamento da onde retirei a fala anterior, realizado durante uma reunião extraordinária da SUDAM, afirma o general e presidente:

O Governo não pretende limitar-se a minorar os sintomas das dificuldades da economia, por isso que visa ao objetivo mais profundo de rearticular a própria estrutura econômica do país. Seria criminoso supor que se possa retardar a solução dos problemas amazônicos e nordestinos até que o País atinja um nível de prosperidade em que deles possa cuidar. Estamos convencidos do contrário, temos de combater agora esses desequilíbrios, pois o destino nacional é indivisível<sup>133</sup>.

Quando Médici afirma que o destino do país é indivisível ele abre espaço para analisarmos seu programa de governo como parte de um projeto para toda a nação brasileira. As obras e ações do Programa de Integração Nacional só fazem sentido à medida que a partir delas o Nordeste e a Amazônia passariam a contribuir com o crescimento de toda a nação brasileira. Como dito anteriormente, a política federal nestas duas regiões foram pensadas através de um mesmo conjunto de ações governamentais. Foram estas ações que resultaram no Programa de Integração Nacional. Mas, a partir da fala do general e presidente, podemos afirmar que as políticas regionais de seu governo estão inseridas num projeto de nação para o Brasil da década de 70. Apesar do protagonismo dado ao Nordeste e à Amazônia, onde poríamos identificar as consequências desta

---

133 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 148/149.

política para as regiões do Centro-Sul? A resposta é dada pelo próprio discurso oficial: “Reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, **evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul**” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1970, p.149, grifo nosso).

*Evitar o deslocamento para as áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul* é um dos objetivos do Programa de Integração Nacional – o PIN. A *nova fronteira agrícola* corresponde à produção agropecuária na Amazônia possibilitada pelo deslocamento desses trabalhadores e sobretudo pela entrada das empresas na região. A oferta de trabalho na Amazônia iria estimular, junto à propaganda e à ajuda do governo, a reorientação dos deslocamentos populacionais em direção aos “espaços vazios” da região Norte, barrando o fluxo dessas pessoas ao Centro-Sul e diminuindo o inchaço da região.

As obras da integração nacional, apesar de circunscritas ao Nordeste e à Amazônia, estão portanto articuladas a um projeto de nação no qual o Centro-Sul do país é uma região estratégica. Outras palavras de Médici apontam a maneira com que as políticas de integração nacional implicariam nas regiões do centro sul brasileiro:

Constato que, por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do País, que estão à espera de braços para constituírem novos polos de prosperidade e riqueza. Conheço todo o drama de sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas<sup>134</sup>.

A reorientação do deslocamento de mão de obra para os espaços vazios da Amazônia não era única e exclusivamente uma maneira de desenvolver as áreas econômicas da região Norte, mas era também uma forma de intervir no crescimento populacional no Sudeste. A concentração de pessoas nessas localidades já estavam “agravando as aglomerações marginalizadas das favelas”, e criando um novo problema social nas partes desenvolvidas do território brasileiro. Dito por outras palavras, nas grandes cidades do Centro-Sul, a chegada de trabalhadores provenientes das regiões pobres do país acarretava na formação das favelas e no crescimento da marginalidade. Na concepção do terceiro governo da ditadura, criar fronteiras econômicas na Amazônia também era uma tentativa de reorientar o deslocamento de mão de obra rumo aos grandes centros urbanos do país.

Segundo a razão governamental, no início da década de 1970, a pressão das regiões periféricas no núcleo desenvolvido do país não se restringia aos impactos sociais da imigração. Na mesma oportunidade em que proferiu as palavras da citação mais acima, durante a reunião da SUDAM, realizada em Manaus no dia 8 de outubro de 1970, Médici define a condição problema do

---

134 MÉDICI, Op. Cit., 1970, p. 147/148.

Nordeste e da Amazônia quando a leitura é feita a partir da economia nacional:

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul<sup>135</sup>.

Esse pronunciamento atrela o pleno desenvolvimento do Centro-Sul à resolução da baixa produtividade na Amazônia e no Nordeste. Segundo Médici, essas regiões não participavam do “mercado interno brasileiro”. Segundo o discurso oficial da década de 70, as áreas e as populações do Brasil que ainda não haviam entrado na dinâmica capitalista, no consumo e na produtividade acelerada, estavam todas condenadas à estagnação tecnológica e relegadas a um drama social inigualável. É importante que se diga que essa não é só uma concepção governista. O discurso hegemônico e o senso comum tendem a associar desenvolvimento à qualidade de vida. Produtividade, trabalho, consumo, serviços... nesses pressupostos não residem o estágio final da vida humana e muito menos a sua melhor forma. Historicamente é possível afirmar que dentre muitas outras formas de vida essa é apenas mais uma maneira de estar no mundo.

Na formulação do recorte de pesquisa aqui estudado e na delimitação do problema histórico a ser abordado, chama atenção a insistência do governo Médici na necessidade de intervenção governamental tanto no Nordeste quanto na Amazônia. Ao recorrer à historiografia para problematizar essa insistência, encontrei um debate que coloca o Nordeste e a Amazônia na dimensão dos problemas agrários do país no início da década de 1970. A partir daí não foi difícil relacionar as políticas de integração nacional com a necessidade de intervir na questão fundiária. Desde 1950, cresciam os movimentos pró reforma agrária no país. Dentre as motivações do golpe de 1964, estava a necessidade de diminuir a pressão pela mudança na estrutura de propriedade da terra no Brasil. Durante o governo da ditadura, os militares diminuíram perseguiram os movimentos de luta pela terra e facilitaram a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais. Esse processo foi orientado pelos dois pilares fundamentais das políticas da ditadura: o desenvolvimento e a segurança nacional. E para intervir na questão agrária se depararam com o protagonismo das regiões Nordeste e Amazônia<sup>136</sup>.

A preocupação dos militares com a questão fundiária pode ser demonstrada pela urgência com que interferiram na zona rural. Desde o início da ditadura puseram em prática uma política agrária comprometida com o agronegócio e com o controle da propriedade. Através dessas

---

135 Idem, idem, p. 148.

136 IANNI, Op. Cit., 1979.

premissas, interferiram no cotidiano das populações rurais de forma a salvaguardar a ordem nacional, sem mudanças profundas na estrutura da terra. Com vistas a controlar o acesso à terra, uma das primeiras medidas oficiais da ditadura é a promulgação do Estatuto da Terra, ainda no governo Castelo Branco, em 30 de novembro de 1964. A respeito do Estatuto, afirma Otavio Ianni:

O Estatuto da Terra adotado pelo governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) foi principalmente um instrumento para indicar, aos latifundiários e empresários rurais, qual seria a direção conservadora da política agrária a ser posta em prática pelos governos saídos do golpe de Estado. Ao mesmo tempo, o governo do Marechal Castelo Branco passava a intervir nos sindicatos rurais, fechar as ligas camponesas e prender líderes camponeses no Nordeste e em outras regiões onde as lutas de camponeses e operários rurais já haviam avançado bastante, em termos de organização, reivindicação, liderança etc<sup>137</sup>.

A possibilidade de “subversão” no campo evidenciam os motivos da questão da terra representar um problema de segurança nacional. A mobilização política na área rural, principalmente no que toca a região Nordeste, foi um dos estímulos ao golpe de Estado que inaugurou a ditadura. Trazer essa citação no atual momento da narrativa foi uma maneira de expor a centralidade das questões agrárias para o governo da ditadura desde o momento do golpe. Para além do Estatuto da terra, a continuidade das intervenções governamentais no campo desembocam no Programa de Integração Nacional. O PIN é uma política governamental formulada para intervir na questão agrária do país.

Portanto, a partir de políticas públicas direcionadas à questão agrária, o governo Médici pretendia acabar com os problemas das regiões Nordeste e Amazônia. E foi o Programa de Integração Nacional que reuniu essas políticas em um único decreto, significando um conjunto de medidas com vistas a contribuir com o desenvolvimento do Brasil e erradicar as ameaças à segurança nacional.

## **2.4 Militarização da questão agrária e a batalha por significados**

Apesar das análises aqui realizadas criticarem a política de terras da ditadura como atrelada à modernização capitalista e à concentração fundiária, a retórica governista apresentou as obras do PIN como uma justa solução ao problema da distribuição de terras no país. O planejamento dessas obras dão a entender que o governo estava disposto a resolver o problema dos trabalhadores rurais e pobres:

---

137 Idem, Idem, p. 38.

Os projetos prioritários da primeira fase do Programa de Integração Nacional são, principalmente:

- a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá – Santarém, cuja primeira etapa é estimada em Cr\$ 350 milhões (ver descrição no Programa de Transportes)
- b) O plano de colonização associado às citadas rodovias
- c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste<sup>138</sup>.

Os programas de colonização acima citados são políticas de concessão de terras a pessoas jurídicas, mas também preveem a distribuição de lotes às famílias de trabalhadores rurais. *Nos vales úmidos do Nordeste*, a colonização foi uma tentativa de criar novas fronteiras agrícolas na região. As fronteiras agrícolas são polos de investimento das empresas agroindustriais. Nestas localidades, a aquisição de terras por parte dos empresários rurais é facilitada pelo governo. As empresas também tem a função de atrair trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nas áreas de terras férteis, distantes das localidades atingidas pelas secas, o governo Médici, através da alteração da política fiscal prevista no PIN, concedeu terras a empresários rurais e entendia que dessa maneira poderia absorver a mão e obra pobre da região. Ao expandir a fronteira agrícola para os vales úmidos, parte dos trabalhadores rurais frequentemente atingidos pelas secas poderiam vender sua força de trabalho às empresas que se instalariam naquelas áreas. A colonização era uma alternativa de trabalho na região e uma esperança ao crescimento da agroindústria no campo. Apesar de presente nos objetivos do PIN, não encontrei documentação oficial que detalhasse as políticas de colonização no Nordeste, muito menos referências ao Plano de Irrigação a ser implantado nesses mesmos locais.

Por outro lado, o plano de colonização associado à Transamazônica e à Cuiabá-Santarém foi um projeto que obteve grande repercussão na década de 1970. Essa repercussão deixou um legado documental que permitiu detalharmos a execução deste projeto no capítulo seguinte. O plano de colonização, associado a construção da rodovia Transamazônica na região, foram algumas das obras faraônicas do governo Médici. A Transamazônica é a continuação da BR-230 em solo amazônico. Essa rodovia liga o Nordeste à Amazônia, cortando o sul do Pará em direção ao Amazonas<sup>139</sup>. Esse canal facilitou a chegada de trabalhadores rurais aos “espaços vazios” da Amazônia e a partir dele foi possível escoar a produção ali estimulada. Uma vez no território da floresta, o governo concedia a cada família migrante um lote de 100 hectares às margens da BR-230 para a produção da terra sob regulamentação governamental. Nas margens da Transamazônica e no início da década de 1970, o

---

138 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op. Cit., 1970, p. 32.

139 BRAGA, Op. Cit., 2012.

privilegio da política de concessão de terras foi dado aos trabalhadores rurais que chegavam na região. Os primeiros passos da ocupação foram portanto dados pelos trabalhadores rurais. Estabilizada a presença da mão de obra na região, estavam criadas as condições para a entrada das empresas. Na segunda metade da década de 1970 e nas margens desta mesma rodovia, as empresas agropecuárias assumiram a propriedade de boa parte das terras. A substituição de prioridades na Transamazônica não surpreende. Na Cuiabá -Santarém, desde o início da colonização que a diretriz governamental elegeu a iniciativa privada como o principal agente de ocupação daquelas margens.

No entanto, no início da década de 1970, a concessão de terras aos trabalhadores pobres ao longo da transamazônica foi propagandeada como a realização da reforma agrária pela ditadura. Em editorial do dia 19 de junho de 1970, alguns dias após a promulgação do PIN, o Jornal do Brasil trazia um texto em primeira página, intitulado “*A Integração em Marcha*”. Segue um recorte:

Convém ressaltar que a riqueza das terras a serem beneficiadas pelas duas rodovias estratégicas é uma garantia prévia. O acesso a essas terras, num percurso tão grande, pode significar desde logo uma forma de drenar populações marginalizadas da produção e do consumo, fixando-as com oportunidade produtiva à margem das duas estradas. Num país que fala demais em reforma agrária, esta oferta de terra a quem se habilitar para trabalhá-la, à margem de vias de penetração estratégica, é realmente importante. Se reforma agrária tem algo a ver com a propriedade da terra, então as terras desapropriadas automaticamente, numa profundidade de 10 quilômetros ao longo de duas estradas, em plena região amazônica, efetivamente nos levam a subir um degrau no encaminhamento das grandes soluções nacionais<sup>140</sup>.

Antes de questionar a execução do projeto e entender em que medida o governo realizou esses assentamentos, o que abordarei mais adiante, pretendo discutir a concepção de reforma agrária apresentada na matéria acima. Primeiro, o problema da reforma agrária não envolve somente a distribuição de terras. Não adianta entregar pequenas parcelas ao produtor rural enquanto mantêm-se os latifúndios nas mãos de empresários do agronegócio – a competitividade do sistema capitalista impede o sucesso empresarial das pequenas produções. Ao trabalhador pobre é necessário dar condições de trabalho no campo enquanto se reparte a terra concentrada nas mãos de pequenas parcelas da sociedade. A distribuição de terras tem de vir paralela a uma política que dê condições de permanência das famílias na terra em que produzem. Dessa maneira é possível diminuir a desigualdade social decorrente da concentração fundiária. Portanto, a entrega das terras nas margens das rodovias que cortariam a Amazônia, mesmo se efetivadas da maneira com que concebeu o planejamento, não resolveria os conflitos pela terra e muito menos realizaria a reforma agrária.

Conceder terras na Amazônia para substituir a reforma agrária foi uma estratégia que manteve inalterada a estrutura fundiária. Ao mesmo tempo que o trabalhador rural passa a ser

---

140 JORNAL DO BRASIL. *Integração em Marcha*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1970.

incluído na política de terras ele é também excluído no sistema fundiário dominante. O deslocamento em massa de trabalhadores rurais pra Amazônia, e o posterior assentamento, também atende às necessidades de ocupação daquelas localidades. Com o passar dos anos, assistimos ao crescente domínio das empresas agrárias na região. Durante a ditadura, a questão da terra está submetida à prioridade do desenvolvimento e da segurança nacional: é a militarização da questão agrária<sup>141</sup>.

Por militarização da questão agrária podemos entender as táticas, os cálculos e as estratégias que o governo da ditadura utilizou para orientar sua política para o meio rural. O regime orientou as políticas agrárias inspirado na lei de segurança nacional e comprometido com o desenvolvimento capitalista<sup>142</sup>. Essa orientação, no entanto, não fez com que o governo excluísse de sua retórica o termo “reforma agrária”. Sob o regime, o conceito remete a novos conteúdos; no governo Médici, o uso do termo reforma agrária está associado a outros significados e a novas práticas.

Mas não é só a imprensa nacional quem define o plano de colonização como uma política da reforma agrária, utilizando dessa definição como uma forma de positivar essas políticas. No início da década de 1970, o discurso oficial também se apropriou da ideia de reforma agrária para definir as diretrizes políticas na agricultura. No início do mandato do terceiro general, o ministro da agricultura foi a público para apresentar a nova concepção de reforma agrária durante os anos do regime militar. No páginas do jornal do Brasil de 09 de janeiro de 1970, está a seguinte manchete: “Cirne Lima revê conceitos sobre Reforma Agrária”. A matéria abaixo foi publicada no caderno de economia e aparece junto a propagandas de investimento e informações sobre a bolsa de valores. O conteúdo do que é veiculado nesta sessão do jornal geralmente é destinado a empresários ou, no mínimo, pessoas familiarizadas com iniciativas empresariais e financeiras. As palavras do ministro foram então direcionadas a um específico setor da população brasileira da época. Aos leitores do caderno de economia interessavam saber o novo significado da reforma agrária, fantasma que tanto assustou os latifundiários do país nos anos do governo João Goulart:

O ministro da Agricultura, Sr. Cirne Lima, definiu ontem a reforma agrária como algo que transcende o mero problema da estrutura fundiária para configurar 'um processo, um conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento agrário do país em termos globais<sup>143</sup>.

A estratégia retórica é precisa. As palavras do ministro modificam o conteúdo do que se convencionou chamar de Reforma Agrária, transformam o seu significado e pleiteiam um novo significado para o termo. A reforma agrária deixa de ser um problema de estrutura fundiária, na

---

141 MARTINS, José. A militarização da questão agrária no Brasil. São Paulo, 1984.

142 IANNI, Octavi. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, 1979.

143 Jornal do Brasil. “Cirne Lima revê conceitos sobre reforma agrária”. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1970.

medida em que, por ser um problema estrutural, sua resolução exigiria uma intervenção radical do governo da época, ou seja, uma transformação no regime de propriedade da terra. Deixando de lado seu caráter estrutural, a reforma agrária passaria a configurar “um processo, um conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento (...) em termos globais”. Segundo o ministro, o conjunto de medidas que caracteriza a reforma agrária está submetido à política de desenvolvimento. Na insistência ao desenvolvimento e no acordo com a iniciativa privada seria moldada a política de reforma agrária da ditadura. As políticas do regime caminham na contramão da justiça social e da igualdade de oportunidades no campo, mantendo o privilégio do segmento social que concentra a renda do país.

A disputa das palavras é indissociável de uma nova prática que se institui. A reforma agrária dos militares, no momento que é definida por novos conceitos, por novos significados, está instituindo uma nova prática governamental. A especificidade dessa nova prática está ao longo deste estudo sendo construída, narrada, articulada na dispersão das políticas públicas e dos discursos do governo Médici. Por outro lado, a antiga reforma agrária, ou seja, a reforma agrária que foi recusada pelos militares, aquela que detém um significado político, está associada às práticas do governo pré-golpe, de caráter subversivo e radical. A associação entre antigos conceitos de reforma agrária e o governo Goulart também aparece na mesma matéria que contém as palavras de Cirne Lima. Ao instituir a nova prática da ditadura, o ministro também aponta os significados, para ele obsoletos, do conceito de reforma agrária utilizado pelo governo anterior ao golpe:

Anunciou [o ministro] que o governo promoverá em breve a consolidação de toda a legislação sobre a propriedade rural e manifestou confiança em que, na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, será aprovada a restauração do crédito fundiário, extinto durante o governo João Goulart quando se criou a ex-Supra (Superintendência da Reforma Agrária)<sup>144</sup>

A supra era uma instituição que pretendia atender às demandas do trabalhador rural. Ela foi criada durante o governo de João Goulart, último presidente civil antes do golpe que inaugurou a ditadura. A reforma agrária foi uma das grandes promessas de Goulart antes de ser deposto. Nesse governo, a reforma agrária era um conceito político e sua realização significava a desapropriação de terras improdutivas e sua posterior entrega aos trabalhadores pobres, dando condição para que esses grupos se mantivessem nas terras adquiridas. Por sua vez, ao extinguir o crédito fundiário, a Supra diminuiu as facilidades e privilégios fiscais concedidos aos grandes proprietários, dificultando a aquisição de mais terras pelos ruralistas. Uma vez ressuscitado na ditadura, o crédito fundiário retomou a aliança entre o governo e os empresários do campo:

---

144 Jornal do Brasil. Op. Cit., Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1970.

O crédito fundiário, designado a facilitar a aquisição de terras agrícolas, será, segundo o Ministro, um instrumento a favorecer a mobilização da iniciativa privada para o novo impulso que – anunciou – pretende o governo dar à colonização dos vales úmidos, levando famílias e empresas rurais a ocuparem e desenvolverem extensas áreas férteis do país que hoje ainda constituem vazios demográficos, como ocorre principalmente na Amazônia<sup>145</sup>.

De acordo com a entrevista realizada com o então ministro da agricultura, a reabertura do crédito fundiário era o uma forma de mobilizar a iniciativa privada. A partir das facilidades na compra da terra, os empresários poderiam adquirir novos latifúndios nas áreas da colonização e ainda contariam com a mão de obra da famílias a serem deslocadas pelo governo brasileiro da década de 1970. Dessa maneira, a revisão dos conceitos da reforma agrária só interessava aos empresários do agronegócio. A redefinição dos significados que compõe o entendimento da reforma agrária acompanha a transformação das políticas governamentais instituídas pela ditadura. A esta altura, na problematização dos documentos que até agora foram apresentados, parece impossível fugir das implicações sociais a que estão relacionadas cada uma das orientações de governo. A reforma agrária de João Goulart excluía o crédito fundiário e as facilidades ao desenvolvimento do capitalismo no campo ao passo que propagandeava a divisão e redistribuição da terra em benefício do trabalhador rural. Já a Reforma Agrária da ditadura recuperava o crédito rural como forma de trazer a iniciativa privada com um agente da modernização capitalista no campo.

A Reforma Agrária pressupõe a transformação da estrutura de propriedade da terra no país. Ao atribuir novos significados a essa política, o governo da ditadura tenta, capciosamente, esvaziar o conteúdo político do conceito. Este é um recurso que aproxima as diretrizes do governo Médici a uma linguagem da qual o trabalhador e trabalhadora rural estava acostumada a lidar. A “reforma agrária” foi um termo que nas décadas anteriores circulava como reivindicação política entre as organizações de esquerda e entre os segmentos de trabalhadores em luta. Na ditadura, no entanto, este termo ganhou novos contornos. Nas falas e discursos do governo Médici, a reforma agrária representava o comprometimento do regime com os grandes proprietários rurais.

## **2.5 PIN salvador da seca**

Se uma das iniciativas da pesquisa é problematizar a racionalidade do terceiro governo da ditadura, me permitam seguir com a discussão em torno das políticas adotadas e dos objetivos que as regem. Até agora, o deslocamento e/ou a utilização em larga escala da mão de obra excedente apareceu nas falas do Ministério do Planejamento como uma meta do do governo brasileiro no

---

145 Jornal do Brasil. Op. Cit., Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1970.

início da década de 1970. Segundo o ministro da fazenda, a utilização dessa mão de obra constituía a principal política de população ao qual o governo Médici estava disposto em realizar<sup>146</sup>. Por fim, vimos que o ministro da agricultura apresenta o deslocamento de famílias, junto ao restabelecimento do crédito fundiário, como um dos elementos que redefine a reforma agrária na ditadura<sup>147</sup>. Creio que esses três exemplos são suficientes para indicar a regularidade com que os discursos em prol do deslocamento aparecem nas falas oficiais de 1970. Durante o terceiro governo da ditadura existia uma verdadeira obsessão com o deslocamento de populações. O deslocamento foi insistentemente propagandeado pelos discursos oficiais e a intenção era permitir a “utilização ordenada e racional da mão de obra excedente na região semi-árida, mediante um vigoroso plano de colonização” (CARDOSO, FH., and MÜLLER, G., 2008, p. 134). Na batalha com os discursos do Estado brasileiro no início da década de 1970, também insisto que a utilização em larga escala da mão de obra excedente era uma maneira de garantir a adesão da população governada em torno dos projetos de governo. Com isso, a ditadura instaurava o controle da luta pela terra sem a necessidade de disparos, além de oferecer braços ao enriquecimento da iniciativa privada e ao projeto de desenvolvimento que cunharam em parceria com os empresários.

Não é à toa, portanto, que a divulgação do Programa de Integração Nacional nos veículos de comunicação da década de 1970 aparece atrelada à obsessão governamental pelo deslocamento de populações. A relação entre o PIN, o momento de sua promulgação e a insistência do governo pelo deslocamento de trabalhadores é o que agora pretendo debater.

No dia seguinte a publicação do PIN no Diário oficial da União, o Jornal do Brasil noticiava o mesmo decreto-lei em matéria intitulada “*Primeira Decisão*”. Na edição de quarta-feira, 17 de Junho de 1970, no 1º caderno, o Jornal traz uma imagem do que parece ser uma reunião ministerial. A fotografia não tem descrição, mas o texto da matéria diz ser o encontro entre ministros da fazenda, do transporte, da agricultura, da educação, do planejamento e do interior; encontro que também contou com a participação do presidente Médici. Segundo o Jornal do Brasil, teria sido essa reunião a responsável por decidir a realização do PIN, sobretudo a construção da Transamazônica e a definição da política fiscal que pretendia reunir recursos para a execução do programa. A política de colonização às margens das rodovias também foi noticiada nesta matéria como parte do Programa de Integração Nacional.

O título da matéria é sugestivo: “*Primeira Decisão*”. Quais as razões do jornal para apresentar o PIN como uma primeira decisão do governo? Para responder a questão é necessário percorrer a narrativa dos acontecimentos noticiados pela mídia no início da década de 1970. Ora, o

---

146 Jornal do Brasil. “*Delfim Neto acha que controle populacional é secundário*”, 25 de junho de 1970.

147 Jornal do Brasil. “*Cirne Lima revê conceitos sobre reforma agrária*”. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1970.

PIN é promulgado em junho daquele ano e é impossível ter sido a primeira decisão de um governo que já se encontrava no poder a mais de seis meses. O Jornal do Brasil noticia o PIN como uma primeira decisão frente à estiagem que assolava o Nordeste no mês de junho daquele ano. Nos dias que antecederam a promulgação do PIN, o Jornal veiculou matérias que noticiavam a seca do Nordeste como um grande acontecimento de junho daquele ano. As secas são longos períodos de estiagem que implicam na miséria e na escassez da produção agrícola nestas localidades. Naquele momento, o jornal noticiou a seca como uma calamidade pública, e exigiu do governo uma intervenção que diminuísse seus efeitos.

Diante da cobrança da mídia, a promulgação do PIN foi noticiada como uma *primeira decisão* governamental para intervir na seca pela qual atravessa a região Nordeste. O PIN apresenta-se e justifica-se como uma resposta à seca que assolava a região Nordeste. Seria, portanto, um conjunto de medidas que estimulariam o deslocamento da população que sofria com as secas para que ocupassem terras férteis na Amazônia. Nesse embalo, a abertura de facilidades fiscais aos empresários facilitaria a aquisição de terras na região e proporcionaria a formação de novas fronteiras agrícolas (GUIMARÃES NETO, 2002). Para resolver o problema da seca, a saída encontrada pelo governo foi o deslocamento das populações residentes nas localidades atingidas pela estiagem. O deslocamento populacional aparece, portanto, como parte fundamental da integração nacional. Através dele o governo apresentava seu projeto para a resolução histórica das secas que assolavam a região Nordeste.

Diante da seca, fenômeno natural, a população esperava que o governo interviesse na realidade das populações submetidas à estiagem e sua conseqüente miséria. A circunstância de promulgação do PIN dotou o programa de um caráter emergencial. No entanto, na realização de suas obras estavam imbrincados uma série de objetivos ao quais pretendia realizar o programa de governo antes mesmo de se ter o conhecimento das secas. Utilizar da mão de obra excedente, ocupar a Amazônia, desenvolver o capitalismo no campo, evitar o conflito pela terra e integrar as regiões do país num sistema de exploração capitalista foram ações previstas pelo governo Médici desde o início do planejamento de seu programa. O PIN foi o programa que reuniu a execução dessas obras que por sua vez foram promulgadas como um pacote de medidas contra as secas. Revestir o PIN como um medida de combate à seca era uma forma de angariar o apoio popular em torno das políticas de deslocamento e de exploração da mão de obra excedente. Se o PIN era uma medida para combater a seca era também um programa em benefício da população pobre do Nordeste e em suas premissas deviam acreditar os trabalhadores rurais da região.

A repercussão da seca de 1970 foi acompanhada pela propaganda da “seriedade” com que o governo tratou do problema. Em torno da propaganda criou-se o mito de um comprometimento

federal nunca antes visto. A resolução da seca tornou-se um compromisso pessoal do general Médici. O então presidente visitou a região e sobrevoou as áreas atingidas pela seca. Em matéria do dia 4 de Junho, o Jornal comenta em pequena nota os preparativos de sua viagem:

Nas assessorias técnicas dos diversos ministérios, havia ontem uma grande atividade, toda ela relacionada com a coleta de dados e informações e a elaboração de estudos que servirão de subsídios para o presidente Garrastazu Médici na sua viagem de inspeção ao Nordeste<sup>148</sup>.

A “viagem de inspeção” simula o trabalho do presidente e a formulação de suas ações de governo. No dia 6 de junho, o discurso proferido por Garrastazu Médici em Recife atesta a presença do presidente na região. O teor do pronunciamento aponta que o presidente já havia sobrevoado as áreas atingidas pela seca. Só encontrei outra evidencia de Médici na região apenas no dia 12 de junho, quando o Jornal já noticiava seu retorno a Brasília: “Do que se desprende das conversas que se processaram após a visita do Presidente da República ao Nordeste, a SUDENE vai ser fortalecida, mas amplamente reformulada na sua política e em seus objetivos (JB, 1970)”<sup>149</sup>. Trago esses trechos para aproximarmos o período em que o Presidente esteve na região. As notícias sugerem que sua estadia não durou mais que uma semana, o que impossibilita a constituição de um olhar detalhado da questão ou um contato sensível com a realidade daquelas populações. Apesar disso, no discurso proferido em Recife, na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, já no dia 6 de Junho, com no máximo 24h presente na região, diz o presidente ter tido contato com o drama dos trabalhadores rurais atingidos pela seca:

Vi o homem. Falei a esse flagelado. Vi seus farrapos, apertei a sua mão. Vi o que comia, perguntei pelos seus, por sua terra, seu trabalho, seu patrão. Vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempero e sem sal<sup>150</sup>.

Diante de tamanha encenação e dramaticidade, o pronunciamento do presidente expõe os artifícios retóricos com que trata o tema. O recurso utilizado por Médici é o de apontar sua própria experiência, no contato com o flagelado, como definidora das posteriores resoluções governamentais em torno do problema da seca. Ou seja, ter vindo a região e visto com os próprios olhos este fenômeno, cria o efeito de que o presidente sentiu na pele a condição dos que estavam submetidos à seca e à miséria. O compromisso com a resolução da seca advém da vontade do presidente em partilhar o sofrimento com aquelas populações. Nesse contato reside a seriedade com que o governo tratou do tema, bem como a verdadeira solução. As visões do general e

---

148 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1970.

149 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1970.

150 MEDICI, Op Cit., 1970, p. 71.

presidente permitiu o melhor diagnóstico e por conseguinte a melhor resolução para o problema das secas. No mesmo pronunciamento, prossegue Garrastuzu Médici:

Decidi canalizar, também, consideráveis recursos de incentivos fiscais para execução de projetos agrícolas, onde quer que se configure uma clara perspectiva de produtividade, o que implicará o fortalecimento das instituições de pesquisa agrícola [...]. Decidi incentivar a programação de colonização em zonas úmidas do Nordeste, do Maranhão, do sul do Pará, do Vale do São Francisco e do Planalto Central, de tal forma a absorver as populações de áreas consideradas totalmente desaconselháveis à vida humana<sup>151</sup>.

Alguns projetos agrícolas acima mencionados estão associados às políticas de colonização na região Nordeste. Anteriormente vimos que esses projetos são parte das obras do Programa de Integração Nacional. Assim diz o general presidente e assim está escrito no documento do Ministério do Planejamento<sup>152</sup>.

No rol das medidas governamentais em socorro às populações do semi-árido, estão elencadas duas decisões emergenciais. A primeira está ligada à canalização de recursos e “incentivos fiscais para execução de projetos agrícolas, onde quer que se configure uma clara perspectiva de produtividade”<sup>153</sup>. A outra decisão são *os programas de colonização no Sul do Pará e no Vale do São Francisco*, iniciativas que, dentre outras questões, teriam por objetivo absorver as populações das áreas secas do Nordeste. Reparem que as duas decisões contidas no pronunciamento são algumas das medidas do Programa de Integração Nacional. Portanto, antes de decretar o programa, o presidente antecipa parte das medidas do PIN como as decisões governamentais para resolver o problema da seca no Nordeste. Dias depois, o governo anuncia o Programa de Integração Nacional como um pacote de políticas públicas que iriam por fim a esse histórico problema da região Nordeste. Diante da cobrança e da expectativa para resolução das secas, o PIN aparecia como um conjunto de medidas que iriam responder a essas demandas. Ao programa e seus objetivos estava reservada a missão histórica de erradicar o sofrimento das populações nordestinas no semiárido.

Apresentar o PIN como o programa salvador da seca é um recurso discursivo do terceiro governo da ditadura. Esse discurso é corroborado pelo Jornal do Brasil no momento em que apresenta o PIN como uma *primeira decisão* do governo após a viagem do presidente ao Nordeste<sup>154</sup>. No entanto, a pesquisa histórica possibilita afirmar que o Programa de Integração Nacional não foi concebido única e exclusivamente como uma resposta à seca de 1970. Dito por outras palavras, não foi somente a seca que estimulou o planejamento e a execução do PIN, assim

---

151 Idem, idem, p. 76.

152 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Op. Cit., 1970.

153 MEDICI, Op. Cit., 1970.

154 JORNAL DO BRASIL. “Primeira Decisão”. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1970.

com suas obras não pretendem solucionar o drama da população pobre do Nordeste. Outras matérias do mesmo jornal apontam que o planejamento e a concepção do Programa já estavam sendo gestados num momento bem anterior às secas. Desde o início do governo Médici era possível ter contato com os enunciados que demonstram a construção do Programa de Integração Nacional<sup>155</sup>.

Em 20 de março de 1970, o Jornal do Brasil publica um texto do ministro do interior, José Costa Cavalcanti. O PIN foi promulgado em junho daquele ano, momento em que as secas foram denunciadas como um problema de responsabilidade governamental. No entanto, meses antes, a noção de desenvolvimento integrado já aparecia no debate político da época. Nessa ocasião, o ministro demonstra a preocupação governamental com as duas “regiões problema” do território nacional:

A diversidade da problemática das macrorregiões jurisdicionadas ao Ministério do Interior é extremamente acentuada. Em grandes linhas, a Amazônia é ainda um espaço a ocupar democrática e economicamente: é o espaço das urgências de segurança e integração nacional. A Amazônia requer, basicamente, vultuosos recursos financeiros, alta racionalidade no planejamento de sua absorção, concentração do desenvolvimento em polos prioritários e intensa pesquisa, dado o alto grau de desconhecimento da tecnologia tropical<sup>156</sup>.

A necessidade de integração da Amazônia é pensada em torno do “vazio demográfico” e econômico que corresponde a região. Nas palavras do ministro é o espaço das urgências de segurança e integração nacional. A ocupação sistemática do território amazônico bem como a segurança militar de suas fronteiras constitua um objetivo do governo desde o início do mandato de Garrastazu Médici. E para ocupar a região era preciso contingentes populacionais equivalentes à dimensão de seu território, estando também disponíveis a um trabalho que dinamizasse a economia local. Mas para que essas pessoas pudessem chegar à Amazônia era necessário um esquema de transporte que facilitasse a entrada na região e tornasse exequível o projeto de ocupação. Independente da seca, a realização dessas premissas exigia a execução dos objetivos e obras listadas no Programa de Integração Nacional, como a construção da Transamazônica, o deslocamento dos trabalhadores rurais e o programa de colonização às margens das rodovias.

No mesmo texto, o ministro relata a preocupação de seu governo com a região Nordeste:

O Nordeste, ao contrário da Amazônia, é a região das urgências humanas e sociais, com acelerada absorção de recursos e consequente insuficiência do nível presente do financiamento para o desenvolvimento da região<sup>157</sup>.

---

155 Os enunciados a que me refiro correspondem aos discursos encontrados no Diário Oficial da União em 16 de junho de 1970, bem como aos que se encontram listados no livro *Metas e Bases para Ação de Governo*, fontes supracitadas no texto deste segundo capítulo.

156 JORNAL DO BRASIL. Desenvolvimento como linha de ação econômica definida. Rio de Janeiro, março de 1970.

157 JORNAL DO BRASIL. Op. Cit., Rio de Janeiro, março de 1970.

Em contrapartida à Amazônia, onde a preocupação maior se dava com o território e sua segurança, a urgência em intervir no Nordeste estava ligada à questão humana e social. Isso já indica que as políticas públicas direcionadas à região Nordeste privilegiariam seus contingentes populacionais. Portanto, independente da resolução da seca de 1970, as políticas federais direcionadas ao Nordeste seriam elaboradas no sentido de socorrer a população da região. Portanto, desde o início do governo Médici que as políticas regionais eram pensadas nos termos da Integração. O deslocamento dos contingentes populacionais provenientes do Nordeste já constituía um objetivo do terceiro governo da ditadura desde a entrada do general Garrastazu Médici na presidência da república.

Até agora pode parecer que o objetivo em quebrar a ligação entre o Programa de Integração Nacional e a seca de 1970 seria uma tentativa falida de estabelecer uma história que não aconteceu. Utilizando de uma reflexão precipitada, a fórmula pode parecer simples: se o PIN foi promulgado e apresentado como solução à seca é assim que ele deve ser concebido, independente das considerações anteriores que orientaram o planejamento governamental. No entanto, minha intenção é pensar o programa de maneira abrangente, sem resumi-lo a uma consequência direta da seca. No momento de sua promulgação ele cumpriu a função de aparecer a ela articulado.

Outra matéria traz os objetivos do PIN e a intenção em realizá-los bem antes da seca emergir como um problema do qual o governo Médici teria de enfrentar. Em 10 de janeiro do mesmo ano, o Jornal do Brasil publicou que “*Ministros preparam planos comuns de ocupação da Amazônia e Centro-Oeste*”. Na matéria

(...) o Ministro Costa Cavalcanti disse que o projeto terá como seu primeiro termo a construção de estradas pelas quais alcançará o contingente humano de ocupação, dentro de um processo de colonização sob contróle do Ministério da Agricultura, Sudeco, Sudam e Sudene [...] O Centro-Oeste, elo de ligação entre o Nordeste, a região Sul e a Amazônia, ajudará na solução de muitos problemas, pois deverá absorver boa parte dos contingentes de migração interna, sobretudo nordestina, fixando-os e preparando a nova fronteira humana que num avanço sistemático e ordenado, partirá do planalto para as grandes áreas da floresta amazônica – afirmou o ministro do interior<sup>158</sup>

Com o auxílio desta declaração posso afirmar que desde janeiro já eram elaborados os objetivos e as obras do PIN. Mesmo que por ventura ainda não tivesse sido criados o termos que iriam dar nome ao projeto, ou não tivesse sido estabelecidas a fonte de recursos para sua execução. O fato é que desde o início do ano a integração nacional já dava os seus primeiros passos. As tarefas reunidas no PIN são a execução dos objetivos previstos pelo planejamento do governo Médici desde

---

158 JORNAL DO BRASIL. Ministros preparam planos comuns de ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1970.

a entrada desse general na presidência da república. Segundo Costa Cavalcanti, já estava prevista a construção de eixos rodoviários que cortassem a Amazônia e o Centro-Oeste, de modo a facilitar o transporte do *contingente humano de ocupação* daquelas áreas.

Ao trazer essas matérias não quero apagar a importância da seca de 1970 diante do Programa de Integração Nacional. Esses são dois acontecimentos que marcaram a experiência do governo Médici. Nos discursos da época, a seca e o PIN emergiram implicados um ao outro. O que tentei demonstrar foi que a promulgação do PIN naquele momento específico de governo foi uma maneira de Garrastazu Médici responder às expectativas e cobranças da população brasileira em torno de seu governo. Teoricamente, quando uma política é promulgada em acordo com as expectativas da população governada torna-se mais fácil a sua execução.

Essa é mais uma análise que nos permite tecer algumas críticas à razão governamental da década de 1970. Ao recuperar o debate em torno da promulgação do PIN, é possível visualizarmos que um governo escolhe com cuidado o momento do decreto de seus programas. Nesse sentido, a conquista de legitimidade para as políticas públicas está atrelada aos momentos de seu decreto. Quando justificadas ou interligadas a outras exigências e demandas sociais, as políticas do Estado são melhor recebidas pela população governada. No que toca ao PIN, o efeito criado em torno do momento de seu decreto está ligado ao entendimento da seca como grande causa para a deflagração do programa. A estiagem não é resultado de uma intervenção humana, mas um fenômeno natural. Para naturalizar a recepção deste programa, cria-se o efeito de que o PIN é resultado da imprevisibilidade histórica. A seca que em 1970 tomou conta do Nordeste não foi deflagrada pelo governo, mas utilizada pela racionalidade governamental como forma de angariar apoio em torno de suas políticas públicas.

## **2.6 Pompa e circunstância**

A seca, portanto, foi aproveitada pelo governo Médici como uma circunstância favorável à promulgação do Programa de Integração Nacional. Ou seja, as chuvas que deixaram de cair no Nordeste, tornaram-se argumentos para a política que pretendia deslocar, em massa, os grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras provenientes daquela região. Elas facilitaram o urgente deslocamento daqueles contingentes populacionais. Pois, de que maneira ocupar a Amazônia se a população para lá a ser enviada não tivesse o interesse de deixar seus locais de moradia e trabalho? Porém, para além do socorro às secas, vimos que os objetivos do programa estão articulados a outras intenções do governo federal. Salvar os trabalhadores rurais da seca e da miséria a que eram

submetidos no Nordeste não foi a principal razão para o planejamento e execução do Programa de Integração Nacional. Vimos que desde o início do governo Médici as obras previstas pelo PIN já eram elaboradas pelos seus gestores. De maneira geral, apresentar o PIN como uma medida de combate à seca era uma forma de garantir a adesão da população aos projetos que dela dependia para serem executados. Além disso, no senso comum, esse uso fortalecia a imagem do governo Médici como uma gestão marcada por grandes obras direcionadas aos setores populares da nação.

Decretar o PIN em junho de 1970 foi uma maneira de se aproveitar da circunstância da seca como uma maneira de facilitar a execução deste programa. O deslocamento em massa dos trabalhadores provenientes do Nordeste eram fundamentais à realização do programa e as secas eram a garantia de que as obras do PIN poderiam ser realizadas. O governo não poderia perder essa oportunidade, uma vez vultuosos recursos seriam destinados ao cumprimento deste programa. A realização de um projeto como o PIN exigiu uma série de acordos com investidores e uma reunião de vultuosos recursos financeiros.

A capacidade de financiar grandes obras e de a partir delas angariar a confiança de boa parte da população, fez do governo Médici uma gestão de grande popularidade durante a ditadura. A racionalidade governamental da década de 1970 aproveitou da pompa que cercavam seus projetos e das circunstância de seus decretos:

O governo Médici caracterizou-se, justamente, pela política de conciliar a pompa com a circunstância – a pompa dos planos e projetos com impactos de grande envergadura, como o PIN, de junho de 1970, e o PROTERRA, de junho de 1971, e a circunstância social e politicamente dramática da seca de 1970, da fome e da necessidade de terra dos trabalhadores do Nordeste. Os planos, supostamente, criam o espaço para os trabalhadores sem terra<sup>159</sup>

O PIN era então um decreto lei do governo Médici. Naquele momento, o general era o terceiro representante do exército a ocupar a cadeira de presidente da república. Seu governo teve a sorte de vir acompanhado pela “expansão acelerada do comércio internacional e pela disponibilidade de capitais para investimento e financiamento (AARÃO REIS, 2014, p. 79)”. O então presidente aproveitou a oportunidade para lançar um conjunto de medidas e incentivos fiscais que modernizassem a economia nacional. A locomotiva capitalista avançava a economia do país na direção do que se costumou chamar de “*milagre brasileiro*”<sup>160</sup>. Naquele momento o crescimento dos índices econômicos impressionava e, segundo ARAÃO REIS, “impressiona até hoje, já que o país nunca mais apresentou tão elevados resultados: 9,5%, em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em

---

159 (MARTINS, Op. Cit., 1984, p. 44.

160 Até onde pude chegar com as pesquisas, tudo indica que o termo “milagre brasileiro” foi cunhado pela imprensa nacional e depois largamente utilizado pela propaganda da ditadura (CORDEIRO, Op. Cit., 2015.)

1972; 11,4%, em 1973 (AARÃO REIS, 2014, p. 79)<sup>161</sup>”. Mas esse crescimento não se restringiu aos números da balança comercial, ou seja, significaram bem mais do que meros índices percentuais. No início da década de 1970, o país se transformava em um grande canteiro de obras. O Programa de Integração Nacional foi uma das grandes obras que expressavam o sonho de um Brasil super desenvolvido. A envergadura e ousadia das obras do PIN iam ao encontro dos slogans publicitários do governo federal:

(...) eram slogans otimistas, animando encorajando, com mensagens positivas, construtivas e ufanistas: Pra frente, Brasil. Ninguém segura este país. O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente. Para os que ainda discordavam, restava a porta de saída (...): brasil ame-o ou deixe-o.<sup>162</sup>

O governo, portanto, soube bem aproveitar a escalada dos índices econômicos. Articulou as grandes obras da empresa governamental à uma agência própria de propaganda. Essa fórmula criou uma incontida euforia desenvolvimentista na sociedade brasileira da época. Os altos índices de aprovação do governo Médici sugerem que boa parte da população no início da década de 1970, acreditava que as políticas da ditadura colocariam o país no rumo do progresso, alimentando a qualidade de vida da sociedade brasileira da época. Dentre as políticas de desenvolvimento, o PIN foi uma obra de grande destaque. A quantidade de recursos envolvidos e a diversidade de segmentos sociais que participaram de sua execução, fizeram do PIN um programa de grande repercussão na década de 1970 e, por conseguinte, um importante vetor na construção da euforia desenvolvimentista que marcou o início daqueles anos.

Apesar de ter sido utilizada com uma circunstância favorável à promulgação do PIN, não podemos excluir a influência da seca no planejamento do programa. Mais de um mês após a divulgação do PIN em rede nacional, o ministro dos transportes, Mario Andreazza, veio novamente a público, dessa vez em entrevista ao *Jornal do Brasil*, para esclarecer os objetivos com a construção da Transamazônica. A entrevista faz parte de uma sessão chamada “Mesa Redonda”, publicada aos domingos pelo periódico. A manchete não tergiversava o conteúdo das perguntas: “Transamazônica garantirá expansão do Nordeste”. Naquela altura, a relação entre Nordeste e Amazônia demarcava as políticas de integração nacional. Separei dois trechos em que o ministro aborda as transformações do projeto pós seca:

A seca e a posterior visita do Presidente da república ao Nordeste mudaram o programa para melhor. Quanto à utilização dos recursos da SUDENE e não da USAID, deve explicar que a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém utilizarão apenas 20% de todos os recursos destinados ao Programa Nacional de Integração, isto é, a menor parte de um projeto global de governo justificado pela ineficiência parcial da Sudene em criar uma infra-estrutura

---

161 AARÃO REIS, Daniel. Op., Cit.

162 AARÃO REIS, Op. Cit., 2014, p. 81.

agrícola e que utilizasse a mão-de-obra exdente do Nordeste<sup>163</sup>.

A grande modificação no programa após a seca e a viagem de Médici à região Nordeste pode ser pensada em torno do direcionamento e reunião dos recursos. Após a seca e a visita de Médici, ficou decidida a fonte de recursos do Programa de Integração Nacional a partir de uma política fiscal comprometida com a diminuição de impostos aos investidores. Do montante arrecadado para execução do Programa, 20% seria designado à construção das rodovias. O ministro continua:

Voltando a explicação inicial, a visita do Presidente Médici ao Nordeste transformou o projeto da Transamazônica em parte de um programa nacional de integração. Após uma reunião interministerial realizada no rio de Janeiro ficou resolvido que as obras seriam realizadas pela iniciativa privada. Disse que o projeto desenvolveu-se para melhor por que, como todos sabem, há grandes projetos de mineração na Região Amazônica e as construtoras serão utilizadas na execução desses projetos<sup>164</sup>.

O argumento se repete. O Projeto rodoviário que pretendia cortar a Amazônia, ou seja, a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, era então incluídos na maneira de arrecadar recursos para a realização de suas obras. Com o aparecimento das secas, o governo buscou agilizar a angariação de recursos para construção da rodovia, contudo, também justificou a parceria com a iniciativa privada para conseguir os investimentos. Na descrição do PIN presente no Diário Oficial da União, a linguagem oficial se concentrou na maneira com que o governo pretendia arrecadar os recursos para atingir os objetivos a que se propõe o programa. Isso reforça a hipótese de que foi após as secas que o governo decidiu pela redução de impostos como uma maneira de criar um novo polo de investimento na Amazônia capaz e facilitar a ocupação da região.

A seca de 1970 coincide com o momento de promulgação do Programa de Integração Nacional. Essa coincidência, no entanto, não é fruto do acaso. Foi isso que tentei argumentar nos parágrafos acima, e mais uma vez escolhi o problema da legitimidade para traçar essa discussão. Da mesma maneira que não naturalizo a relação entre a seca e a promulgação do PIN, não entendo essa associação como marcada pelo movimento que parte de uma causa a uma consequência. Nessa concepção, a necessidade de intervenção num fenômeno de calamidade pública (causa), engendraria a execução do Programa de Integração Nacional (consequência) – esse é o recurso discursivo utilizado pelo Jornal quando define o PIN única e exclusivamente como um resposta a seca. Ao priorizar uma reflexão histórica das políticas governamentais na década de 1970 pretendo recuperar o Programa de Integração Nacional a partir das múltiplas condições de seu aparecimento, sem cair

---

163 JORNAL DO BRASIL. Transamazônica garantirá expansão do Nordeste. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1970.

164 JORNAL DO BRASIL. Op. Cit., 27 de julho de 1970.

nas armadilhas que tentam fixá-lo em um sentido único. Se “É a teoria que decide o que podemos observar (MONTENEGRO, 2010, p. 28)”, no trato com o Programa de Integração Nacional não posso perder de vista que:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que se possa “dizer qualquer coisa” dele e várias pessoas dele dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença de transformação – essas condições, vê-se, são numerosas e pesadas. [...] Existe [o objeto] sob as condições positivas de um feixe completo de relações. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistema de normas, técnicas de classificação, modos de caracterização [...]165.

A partir desse olhar me foi possível a crítica ao discurso midiático que define o PIN exclusivamente como uma medida de socorro à seca de 1970. Mais do que trazer a verdade sobre o Programa, a maneira arbitrária com que o Jornal o articulava à seca pode então ser pensada “*sob as condições positivas de um feixe completo de relações*”. Se o Jornal do Brasil se portava como um veículo do discurso oficial, trazer o PIN como uma primeira decisão frente ao problema da seca corrobora na construção da legitimidade do governo Médici. Historicamente, o fenômeno da seca acompanha a necessidade de intervenção governamental. Nos momentos em que o Nordeste atravessa seus períodos de estiagem é esperado que o poder público em exercício tome o cuidado e as providências necessárias a resolução desse problema. Como disse, na narrativa jornalística que trago à pesquisa, a seca foi insistentemente noticiada. Junto com as notícias da seca sempre apareciam os mecanismos com os quais o governo pretendia enfrentar a questão. No momento em que o PIN aparece como uma resposta à seca é justificado o uso dos recursos públicos para as obras desse programa. O uso discursivo do PIN como uma resposta à seca está também atrelado a expectativa da população em torno de seu governo. Nesse sentido, a população é incitada, provocada a ver a seca como um problema social gravíssimo e o PIN como grande solução ao fenômeno. O PIN é uma política pública, um objeto discursivo relacionado a “*processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistema de normas, técnicas de classificação, etc*”<sup>166</sup>. Essa era mais uma condição pela qual o programa estava sendo utilizado por dada razão de governo.

---

165 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972, p 178/179.

166 FOUCAULT, 1972. Citado

## 2.7 Ritual de passagem: dos discursos à execução do Programa de Integração Nacional

Anteriormente comentei que meu principal intuito em estudar o PIN era inseri-lo na discussão ou na análise crítica da racionalidade governamental entre 1969 e 1974. Para tanto, recuperei alguns discursos que acompanharam o planejamento e a divulgação das obras desse governo. Dentre essas obras, destaquei o Programa de Integração Nacional e situei este empreendimento como uma política que faz uma síntese das metas prioritárias do governo Médici. No entanto, a importância do PIN no programa de governo não pode ser sustentada apenas pelos discursos que planejam e orientam as ações desse governo. Se o PIN foi um carro chefe das políticas públicas do período ele teve de vir acompanhado por ações de grande impacto no território nacional. Um programa de grande envergadura não se resume a quantidade de estudos para seu planejamento, muito menos pela propaganda de seu circunstancial decreto. As obras do PIN deixaram um legado histórico do qual até hoje podemos visualizar suas intervenções e consequências. Portanto, no capítulo que se segue, são essas obras que serão analisadas. Para melhor encaminhar a passagem a novas abordagens, considero necessário resumir as obras da integração em um único grande empreendimento. Para tanto, nada melhor que as palavras do próprio general presidente:

A integração Nacional, sonho de tantos pioneiros, caminha para a sua plena realização. A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém fará com que o país interligue todas as suas áreas geoeconômicas. É inegavelmente um passo histórico no combate aos desequilíbrios regionais, entrave que tem dificultado a aceleração ao nosso desenvolvimento<sup>167</sup>.

A construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém é a tarefa básica para a integração nacional. A interligação das regiões por essas rodovias possibilitaria a circulação de pessoas e mercadorias por todo o território nacional, articulando as dimensões continentais em prol da aceleração do desenvolvimento. Desenvolvimento, milagre brasileiro, transformação do Brasil em nação potência... objetivos síntese do terceiro governo da ditadura e efeitos discursivos que angariaram apoio ao regime na década de 1970. Neste pronunciamento, é a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém que correspondem à grande obra da articulação pelo desenvolvimento. Antes de apressadamente concluirmos pelo estudo da Transamazônica ou da Cuiabá-Santarém como a obra síntese da integração, me permitam um deslocamento. Nas palavras do general e presidente, o eixo rodoviário é uma obra que possibilita esquadrihar o território nacional. Ele integraria o país no

---

167 MEDICI, Op. Cit., 1972, p. 82.

sentido leste-oeste e norte-sul. Mas as obras das rodovias não garantiriam por si só a realização da integração e por conseguinte do desenvolvimento. Anteriormente vimos que a razão governamental se concentra nas políticas de população. As obras tornam-se elefantes brancos sem o agenciamento das pessoas em torno de suas realizações. Nesse sentido, o eixo rodoviário é apenas a arquitetura da integração. De nada valeriam se não fossem articuladas a mobilização da população governada. Portanto, não entendo as rodovias como a síntese da integração nacional, mas a partir dessa arquitetura foi possível a construção desta obra:

O importante na abertura da Transamazônica não é apenas o que ela vai significar como meio de interligação de regiões. Será um grande fator de colonização e reforma de nossa agricultura. Uma área de 10 quilômetros de cada lado da rodovia será desapropriada para entrega aos colonos, nestes se incluindo os próprios trabalhadores empenhados na construção<sup>168</sup>.

A Transamazônica é um fator da colonização. O corte que suas obras farão na região possibilitarão a paralela ocupação da Amazônia através de um plano de colonização nas marges da rodovia. Ela sim, a colonização, mobiliza a população governada. Cria e atualiza uma categoria de trabalhador na Amazônia, o colono. A colonização é o que orienta a política agrária do governo Médici e a política de terras da ditadura, ou seja, ela é um elemento fundamental aos dois pilares desse governo: o desenvolvimento e a segurança nacional. Por tudo isso, é a colonização quem merece destaque como obra síntese da integração.

Parte cara e complexa da política de colonização era a necessidade do deslocamento de mão de obra. Uma política de migração não se faz por decreto ou por passe de mágica. Para isso, foi necessário que o governo desprendesse grandes quantidades de dinheiro público e utilizasse de uma rede de instituições que capilarizassem sua presença nas áreas onde residiam a população migrante e nas áreas onde seriam posteriormente assentadas. Essas são questões que também reforçam a política de colonização da Amazônia como uma grande obra da ditadura. A respeito do deslocamento, afirma Médici:

Os trabalhadores serão recrutados nas regiões nordestinas flageladas pelas secas, oferecendo assim ocupação a um grande número de pessoas que, não encontrando meios para se fixarem em suas terras de origem, emigram para outras regiões em busca da própria sobrevivência<sup>169</sup>.

Aí se encontra definida a política de populações que orienta a concepção do PIN. Os trabalhadores rurais seriam a categoria a ser recrutada. A construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assim como a ocupação de suas margens, dependiam da chegada dessas pessoas

---

168 MEDICI, Op. Cit., 1971, p. 82.

169 Idem, Idem, p. 83.

à região. O PIN só poderia ser realizado com uma política sistemática de deslocamento de mão de obra. Para isso foi preciso a mobilização de segmentos de trabalhadores em torno do objetivos do governo. A importância dos trabalhadores migrantes para as obras da Integração Nacional, pelo menos no que toca a primeira fase de sua execução, permite definir o programa como uma política destinada aos segmentos populares. Com o PIN e uma série de outras medidas direcionadas ao campo, a ditadura abria espaço aos trabalhadores sem-terra e afirmava a preocupação do governo com a população pobre. No entanto, para além das finalidades declaradas existe uma série de outros objetivos pelo quais são guiadas as políticas governamentais. A política de colonização significou o primeiro passo da ditadura para ocupar a Amazônia e, posteriormente, desenvolver o agronegócio. Os 10km às margens das rodovias, onde seriam loteados os colonos, foram ampliados para os 100km com a chegada das empresas que, por sua vez, expulsaram boa parte dos pequenos proprietários de suas terras ou os absorveram como mão de obra do agronegócio. E nem é preciso comentar que a expansão do latifúndio na Amazônia teve de vir atrelada a um violento desmatamento da floresta. Entendida como uma política de distribuição de terras a agricultores pobres, sobretudo àqueles provenientes do Nordeste, a colonização, no decorrer da década de 1970, foi perdendo espaço para a entrada das empresas agropecuárias na região. Para entender a maneira com que o PIN foi executado de maneira a substituir o protagonismo do colono pelo das empresas, somente traçando a história da colonização.



# 3 A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

## 3.1 Entradas e bandeiras

Com a instituição do PIN pelo Decreto Lei nº 1.106/70 foi definida uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia por um programa de colonização dirigida de suas terras. O termo *colonização dirigida*<sup>170</sup> é uma denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970. O espaço selecionado para essa política eram as faixas de 10km nas margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém – rodovias que também foram construídas pelos investimentos do Programa de Integração Nacional. Os primeiros lotes ocupados pelos colonos, os assentamentos pioneiros, foram aqueles realizados às margens da BR-230, a Transamazônica. Isso porquê, no início da colonização, os grandes contingentes de trabalhadores rurais foram trazidos para a região da Transamazônica, enquanto que as margens da Cuiabá-Santarém foram posteriormente ocupadas por empresas agropecuárias<sup>171</sup>.

Para contar a história da colonização não podemos esquecer a sua proximidade com as orientações gerais das políticas da ditadura, seus compromissos, necessidades, objetivos, sentidos, contrasentidos e heranças. Os meandros do projeto de colonização, os detalhes de sua execução, ou seja, sua prática, permitem um melhor entendimento da racionalidade do terceiro governo da ditadura. Nesse sentido, para a narrativa da colonização, alguns relatos de memória colhidos em pesquisa realizada na Amazônia<sup>172</sup>, em Janeiro de 2015, serão fundamentais para reconstruir e/ou desconstruir essa história. Reconstruir, a medida que revisitaremos a colonização a partir de alguns episódios narrados por personagens que acompanharam o deslocamento e a chegada de milhares de pessoas à Amazônia. A desconstrução, por sua vez, acompanha as análises dos relatos e dos documentos oficiais que tratam dessa política. A crítica às fontes apresenta o suporte institucional da ditadura, suas medidas administrativas, normas, regulamentos e propagandas.

---

170 Sobre a política de colonização dirigida no Brasil, indico a leitura de uma publicação realizada pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA): TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERADA, Cláudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Therez. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica*. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de pesquisas. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas, 1976. Na historiografia, ver: HÉBETTE, Jean. *A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno*. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27.

171 IANNI, Op. Cit., 1979; MARTINS, Op. Cit., 1984; PETIT, Op. Cit., 2003.

172 A pesquisa começou nos arredores da cidade de Marabá e ao longo da Transamazônica. Prossegui ao longo da rodovia rumo à cidade de Altamira, passando por municípios como Novo Repartimento, Pacajá e Anapu, todos à beira da Transamazônica. Ao chegar em Altamira, realizei uma série de entrevistas nos arredores desta cidade, antes de seguir para novos municípios como Brasil Novo e Medicilândia, onde encerrei o trabalho de pesquisa.

Os depoimentos orais aqui analisados são relatos históricos de uma colona (antiga trabalhadora rural da região) e de um técnico agrícola, funcionário público que trabalhou no programa de colonização dirigida. Ambos chegaram na Amazônia em 1971, na região de Altamira, local de referência na política de colonização. A senhora foi assentada com a família em um dos lotes às margens da Transamazônica. Já o técnico agrícola é ex-funcionário do INCRA, órgão do governo responsável pelo recrutamento, assentamento e posterior assistência ao trabalhador rural. Na análise dos relatos de memória, estive atento aos riscos de:

(...) não se deixar seduzir pela reificação do individual ou do acontecimento extraordinário. Ao mesmo tempo, a construção histórica realizada a partir da perspectiva individual exige que se contemple um conjunto de elementos díspares e contraditórios articulado à ordem explicativa muitas vezes homogeneizadora e totalizante da perspectiva macro-histórica<sup>173</sup>

Portanto, a história da colonização será contada através dos relatos de memória e dos documentos oficiais. Entrecruzando os documentos e os relatos orais pretendo realizar uma investigação que gira em torno de um grupo de indivíduos, mas que desemboca numa hipótese geral sobre um conjunto de acontecimentos de um dado período histórico (GINSZBURG, 2006)<sup>174</sup>. Ou seja, a história singular de cada indivíduo ou família, a experiência do deslocamento, a chegada em uma terra desconhecida e a recriação da vida em novos locais de moradia e trabalho remontam os pensamentos, crenças e esperanças das classes populares em torno da ditadura civil-militar brasileira e de seus objetivos políticos. Nesta narrativa, as múltiplas histórias dos protagonistas, seus fragmentos despercebidos, colocam uma série de indagações em torno de uma política governamental da ditadura (GINSZBURG, 2006). A partir dessas histórias e de sua análise é possível entender a colonização como uma obra que pretendia garantir a segurança nacional e o desenvolvimento do capitalismo no campo. A história da colonização não poderia ser contada somente a partir dos documentos do governo. Dessa maneira correria o risco de repetir a versão oficial dos acontecimentos. No entanto, a importância dos relatos de memória não ofusca o comprometimento com a pesquisa. A análise dos depoimentos estarão articuladas ao rigor dos documentos oficiais. Pretendo contar a colonização analisando a perspectiva individual junto à explicação homogeneizadora dos documentos; relativizando, mas por vezes reforçando a perspectiva macrohistórica.

---

173 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 70.

174 GINSZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## 3.2 Dividir para conquistar

De acordo com o planejamento governamental, cada trecho da Transamazônica detinha um projeto de colonização. Esses projetos variavam de acordo com a cultura agrícola a ser desenvolvida, o número de migrantes a serem assentados, seus locais de origem, etc. Apesar das variações, esses projetos compartilhavam uma série de características comuns, como o processo de recrutamento dos colonos, o tamanho do lote em que eram assentados (100ha) e a ajuda de custo concedida às famílias. Em pesquisa na Amazônia, reconheci dois grandes trechos da colonização. Cada trecho era denominado oficialmente de PIC – Programa Integrado de Colonização. Na região de influência da cidade de Marabá, existia o PIC Marabá, que no sentido leste-oeste da Transamazônica, se estendia desta cidade até às margens do Rio Xingu. Passado o rio, adentramos na área de influência de uma outra grande cidade amazônica, Altamira. O PIC Altamira compreende a região do Xingu e vai até a cidade de Itaituba, o que corresponde a aproximadamente 500km de extensão ao longo da BR-230<sup>175</sup>. As entrevistas foram realizadas em Altamira e nos municípios de seu entorno.

Portanto, neste capítulo serão feitas considerações em relação ao PIC Altamira. Os documentos oficiais e os relatos de memória aqui analisados fazem referência a este projeto de colonização. Contudo, a experiência de colonização na região de Altamira não pode ser tomada como a realidade de todo o programa de colonização. Na narrativa, tentarei descrever a singularidade histórica do PIC Altamira, ao mesmo tempo em que também serão apresentadas as diretrizes que orientaram a política de colonização como um todo.

Se se é possível estabelecer um início para a história da colonização, certamente ele não se encontra na região amazônica. A colonização exigiu o deslocamento de trabalhadores rurais provenientes de outras regiões do país. Dessa maneira, a narrativa da colonização aqui apresentada começa pelo conhecimento do programa por parte desses trabalhadores e sua posterior viagem rumo à Amazônia. Começamos então pela divulgação, seleção e deslocamento dos colonos. Junto aos relatos, analisarei o documento *Altamira – I*<sup>176</sup>. Nele estão contidas as diretrizes do projeto, algumas fotografias e também depoimentos de autoridades políticas da época. Todos esses registros

---

175 HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27. HÉBETTE, Jean. O cerco está se fechando. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. SILVA, Idelma Santiago da. "Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)." (2010). HAMILIN, Phillipp. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991, p. 161-176.

176 Documento encontrado nos arquivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). "*Altamira – I, INCRA, 1972*".

tem a função de informar os primeiros esforços de ocupação das margens da Transamazônica pelo projeto de colonização do governo federal. Neste informativo da colonização, o então presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcanti, afirma que o PIC Altamira, em 31 de março de 1972, contava com 3.000 famílias em processo de assentamento. No entanto, segundo as palavras do mesmo presidente, o programa de colonização da Amazônia, nas margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, pretendia, segundo o discurso oficial, assentar um total de 70.000 famílias. Já o decreto-lei que demarca as terras na beira das rodovias como destinadas à reforma agrária, pressupõe um total de 100 mil famílias a serem assentadas nas margens da Transamazônica e Cuiabá-Santarém<sup>177</sup>. Os documentos oficiais do período não entram em acordo quanto ao número de famílias a serem assentadas pela colonização dirigida. Mas à medida que avançam os anos da década de 1970 esta estimativa tende a diminuir. A diminuição está atrelada ao posterior favorecimento das empresas em detrimento como os grandes agentes colonizadores em detrimento ao modelo de ocupação que privilegiava o trabalhador rural. Mais adiante, veremos esse processo em detalhes. Antes disso, cabe afirmar que a diminuição dos assentamentos de trabalhadores rurais não significou a redução do deslocamento rumo à Amazônia. Também motivados pelo desejo de obter terra e trabalho, os grandes contingentes de mão de obra continuaram a chegar na região mesmo sem a ajuda do governo:

Se fizermos um levantamento sobre os fluxos migratórios para essa parte do território amazônico, vamos perceber que em menos de cinco anos não foi preciso mais o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte. Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá cortados pela rodovia Transamazônica saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980,

---

177 Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970: “(...)Art. 1º. São declaradas prioritários para fins de Reforma Agrária, as seguintes regiões fisiográficas incluídas nas áreas de atuação do Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei número 1.106, de 16 de junho de 1970: no Estado do Maranhão, o município de Pôrto Franco; no Estado de Goiás, os municípios de Tocantinópolis e Araguatins; no Estado do Pará, os municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira, Pôrto de Moz, Prainha Santarém, Aveiro, Itaituba e São Felix do Xingú; no Estado do Amazonas, os municípios de Maués, Borba, Nôvo Aripuana, Manicoré, Humaita, Canatuma, Lábrea, Pauini, Bôca do Acre, Envira, Eirunepé e Ipixuna; no Estado de Mato Grosso, os municípios de Pôrto Artur Nobres, Acorizal e Cuiabá; no Estado do Acre, os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó Tarauacá e Cruzeiro do Sul; e no Território de Rondônia, o município de Pôrto Velho. (...) Art. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, obedecendo ao Plano Regional Agrária, a ser incluído no Programa de Integração Nacional, para a implantação de Núcleos de Colonização e Projetos de Reforma Agrária, compreenderão: a) a constituição de cem mil (100.000) unidades familiares; b) a organização de até cem (100) cooperativas; c) o estudo das condições sócio-econômica das áreas para elaboração dos programas de promoção agrária e desenvolvimento rural; d) o cadastro técnico da região, na forma do § 1º do artigo 46 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964; e) a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais em favor de posseiros existentes na área e que satisfaçam às exigências da Lei”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 07/07/2015)

com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09%<sup>178</sup>.

Quanto ao número efetivo de assentados pela política de colonização dirigida, apresento alguns dados bem distantes daqueles que foram projetados pelo governo. Segundo levantamento feito na época, em 1974, o INCRA havia assentado apenas 5.717 famílias pelos Programas Integrados de Colonização, somando as áreas de Marabá e o trecho Altamira – Itaituba.<sup>179</sup>

Especulados os números, voltemos ao problema da divulgação desta política. A colonização é então parte de um grande projeto do governo Médici – o Programa de Integração Nacional. Como dito anteriormente, a pompa e a euforia que cercaram os projetos do início da década de 1970, somada à sistemática propaganda governamental, fizeram com que as políticas do período fossem exaustivamente divulgadas<sup>180</sup>. Durante a série de entrevistas realizadas com os colonos, foram a mim relatadas diversas formas de contato inicial com o programa. O conhecimento da colonização chegava aos trabalhadores pelos pronunciamentos do general Garrastazu Médici em cadeia de rádio e televisão. Outra forma de divulgação do programa foram as propagandas do governo em revistas, jornais e televisão<sup>181</sup>.

A participação da imprensa na divulgação do PIN foi também relatada pelo Sr. Antônio Macedo de Melo, conhecido como Antônio Prefeito, natural de Minas Gerais. Antônio Prefeito foi técnico agrícola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contratado em 1972 especialmente para o programa de colonização da Amazônia. Como funcionário do INCRA, trabalhou no assentamento dos colonos na região de Altamira. Segundo Antônio Prefeito:

Já tinha fama a Transamazônica, a colonização da Transamazônica, 100ha, já corria o Brasil inteiro, de terras boas. Porque a mídia aqui, todo dia tinha trinta homens na lista (...). Tinha todo dia. Jornalista alemão, inglês, irlandês, canadense, americano... isso aqui era assim ó, lotado. Isso aqui foi uma obra, acontece, se fosse hoje, nem Belo Monte, nem nada, teve uma repercussão tão grande como a abertura da Transamazônica. Eles calcularam que a Amazônia seria um lago. O pessoal acostumado a passar no Rio Amazonas de barco, pensava que a Amazônia era tudo aquilo ali, alagado, sabe? Não tinha morro aqui. Então isso aqui foi um trabalho de repercussão mundial. Jornalista do mundo inteiro tinha aqui.

---

178 PEREIRA, Op. Cit., 2013, p. 76.

179 CONTINI, Elísio. Op. Cit., 1976, p. 151.

180 MARTINS, Op. Cit., 1984. REIS FILHO, Op. Cit., 2014.

181 Outros depoimentos, dos quais não trouxe às análises da dissertação, citam a Revista Veja como um veículo que divulgou o cadastramento de trabalhadores a serem assentados na Amazônia. Os pronunciamentos de Médici em cadeia de rádio e televisão também foram citados pelos trabalhadores como a maneira com que tomaram conhecimento do projeto: “pelas palavras do próprio presidente”. As sedes do INCRA no interior da região Nordeste também foram relacionadas. Segundo alguns colonos, essa instituição também divulgou a colonização e foi responsável pelo cadastramento dos trabalhadores. A propaganda do governo federal nos jornais de circulação do Nordeste também foi uma estratégia utilizada para que a população da região tomasse conhecimento do programa. Parte dessas fontes impressas foram analisadas em dissertação defendida no PPGH/UFPE: BRAGA, Magno Michell. BR 230, nordestinos na rota Transamazônica : a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974). Recife: 2012.

Abrir a Transamazônica aqui foi um feito extraordinário pra época. (...) Como a mídia era constante aqui, isso era famoso. A TV cultura... era todo mundo falando sobre isso daqui. (...) o cara já conhecia aqui sem nunca ter vindo aqui... só trazendo as notícia sabe? Os documentário que falava sobre isso aqui. As terra boa, as terra roxa onde é que tava, como tava, sabe?<sup>182</sup>

As palavras do ex-funcionário do INCRA são carregadas de representações<sup>183</sup>. Na sua concepção, a Amazônia é o lugar da terra boa e da abundância de água<sup>184</sup>. No entanto, essa fartura só é reivindicada como disponível à exploração capitalista. Antônio Prefeito fala como um porta-voz da ditadura e de sua política de desenvolvimento. A megalomania da ditadura, e sobretudo do governo Médici, aparece nas palavras do antigo funcionário do regime. Ele valoriza a obra da colonização e da construção da Transamazônica e as compara com o tempo presente – “se fosse hoje nem Belo Monte, nem nada, teve uma repercussão tão grande como a abertura da Transamazônica”.

Mas para além das representações, nos concentremos no destaque dado à repercussão das obras do PIN. A colonização é então um acontecimento no Brasil da década de 1970. A cobertura sistemática das obras do PIN, por parte da mídia, é um dos principais argumentos que possibilitam a definição dessas obras como acontecimentos históricos. A perspectiva do acontecimento renasce então com toda força na historiografia recente<sup>185</sup>. E para que o acontecimento possa existir, ele tem de ser conhecido. Nesse sentido, “as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência (DOSSE, 2013)”. E a medida que ser é ser percebido, cada vez mais “é através delas [as mídias] que o acontecimento existe (DOSSE, 2013)”. Ainda segundo a mesma referência, “o acontecimento, para existir, tem que ser inserido em uma cadeia de comunicação: emissão/difusão e recepção (DOSSE, 2013)”. No caso da colonização, por ser uma política pública, o lugar do emissor é ocupado pelo Estado e suas instituições<sup>186</sup>; por sua vez, a difusão coube à propaganda e aos pronunciamentos veiculados nos veículos midiáticos da época; a recepção, por último, cabia especialmente aos trabalhadores e agricultores pobres ao redor do Brasil, mas também aos capitalistas capazes de investir no projeto. A comunicação é parte fundamental dessa aproximação entre Estado e sociedade. Os grandes projetos do governo de Garrastazu Médici só puderam ser realizados quando entendidos e apropriados pela população governada.

Um dos objetivos desse estudo histórico é justamente perceber a colonização como um

---

182 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

183 CHARTIER, Roger. *Conversar con Chartier* (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*. Barcelona, España, 2007

184 GUIMARÃES NETO, Op. Cit., 2002)

185 DOSSE, Op. Cit., 2013.

186 Com passar dos anos, a medida que as empresas assumem o protagonismo na política de colonização, os empresários tornam-se também os seus interlocutores.

acontecimento da ditadura. Essa perspectiva encontra respaldo historiográfico, por exemplo, nas contribuições de autores como Pere Petit e nas análises da historiadora Regina Beatriz. Ao escrever sobre as políticas governamentais, afirma a historiadora que:

Sem postular qualquer ordem de importância, proponho discutir o significado político de um amplo programa de colonização, com base nas políticas governamentais, como importante dispositivo de poder que nos permite compreendê-lo como um novo acontecimento em sua singularidade histórica a fim de controlar os conflitos sociais no campo e reorientar o “povoamento dos espaços vazios.”<sup>187</sup>

O efeito da colonização que corresponde ao controle dos “conflitos sociais no campo” está atrelado a segurança nacional e a um modelo de desenvolvimento capitalista, objetivo que perpassa a execução de todas as políticas do governo Médici e que mais mais à frente será apresentado como parte da intenção desse governo em deslocar trabalhadores provenientes do Nordeste e do Sul para ocupar as fronteiras na Amazônia. O povoamento dos “espaços vazios” corresponde à ocupação da Amazônia. Excluindo os indígenas, os posseiros e a população cabocla, “espaço vazio” é maneira com que historicamente os discursos de cunho regionalista entendem o território amazônico<sup>188</sup>.

A propaganda do governo federal e a repercussão mundial das obras do PIN garantiram que a notícia da colonização se espalhasse pelo país. Uma vez conhecido o programa, as pessoas que tinham interesse em serem direcionadas à Amazônia apresentavam-se nas secretarias regionais do recém criado Instituto de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. A essa altura fazia-se o cadastramento e acertavam-se alguns pré-requisitos da viagem.

Sobre a viagem à Amazônia, bem como sobre o processo de seleção e cadastramento dos trabalhadores rurais, utilizo o depoimento de uma colona: Creuza Azevedo de Melo. Dona Creuza chegou à Amazônia em finais de 1971 e assim relata a maneira com que deixou o lugar onde vivia:

Meu marido veio em agosto, saiu de Garanhuns em agosto. Aí saiu com os conterrâneos, né? (...) Aí dava o nome de todos os filhos, da mulher, e onde morava. Aí eles vinha, marcava o tempo de ir buscar, né? Aí vieram buscar lá em Garanhuns num ônibus novo, com a faixa, o ônibus preto e a faixa branca, dizendo: Transamazônica, né? Só dizia assim: Transamazônica. Só pra levar esses colonos, né? Que era colonização. Aí trouxeram eles pra Recife. Chegaram em Recife, ficaram, vieram de avião até Belém, os homens, primeiro. Aí de Belém eles vieram de barco pra Vitória do Xingu, né? Aí quando em Vitória do Xingu, eles foram apanhar o carro daqui, que ia apanhar os colonos. (...) Aí ficava só homem, não tinha mulher, não vinha mulher, só homem, e a família ficava<sup>189</sup>.

Segundo nos conta Dona Creuza, a história do seu deslocamento começa com a iniciativa de

---

187 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento*. In Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7. nº 1. Abril, 2014. p. 38.

188 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa, 8. PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Editora Paka-Tatu, 2003.

189 Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

seu marido. Ele foi o responsável por cadastrar a família no programa de colonização. De acordo com outros depoimentos, também colhidos em Janeiro de 2015, constituir família era uma das exigências colocadas pelo INCRA para adquirir terra na Amazônia<sup>190</sup>. No entanto, isso não significava que a família seria levada por completo, ou seja, que todos os membros seriam levados de uma só vez à Amazônia. No caso da família em questão, o pai veio na frente. Uma vez que as famílias eram selecionadas e cadastradas, iniciava-se o processo de deslocamento. O marido de Dona Creuza, o Sr. João Gonçalves de Melo, hoje falecido, deixou Garanhuns em agosto de 1971. Era o início da colonização. A Transamazônica, ainda em processo de abertura, foi construída paralelamente à ocupação de suas margens. O momento em que João Gonçalves chegava à Amazônia corresponde ao início da colonização. Era o tempo das entradas e bandeiras – como sugere o primeiro tópico deste capítulo – o pontapé inicial das grandes obras governamentais na Amazônia durante a ditadura civil-militar brasileira. Nos primeiros anos da colonização, os locais das obras e as regiões onde seriam instalados os colonos ainda não reuniam as condições necessárias ao recebimento, por completo, de suas famílias – se é que um dia realmente as teve. O trajeto do Sr. João incluiu ônibus, avião e barco, todos garantidos pelo INCRA e sem nenhum custo adicional ao colono. Meses depois, Dona Creuza e seus filhos também foram encaminhados:

Aí depois é que eles foram fazer o levantamento, aí eles faziam o pedido, né? Eles comunicava, aqui no Pará, quando em quando, dizendo que tava no tempo de os homens trazer a família, porque já tava abrindo [a floresta] né? (...) Aí foi lá uma moça e um rapaz, do INCRA, aí perguntando: “a senhora é que é a esposa de João Gonçalves Melo?” “Sim”. E eu sabia que era o carro do INCRA, né? Uma faixa branco e preto, um carro preto com faixa branca. Eu já tava esperando, mais ou menos, porque não podia se comunicar, não tinha carta, não ia carta, não ia nada, não tinha comunicação, só eles que tem o carro. Aí, cheguei... aí primeiro ele disse: “olha, o seu filho mais velho é Paulo?” Aí deu o nome. “É”. O outro é o segundo, Romualdo. “Sim”. Aí a menina, “Clerivalda?” “Sim”. E aí tava o nome de todos. Aí eu: “tá certo, é tudo”. “Senhora, o seu marido já fez o pedido e quer que a senhora vá pra lá onde ele está”. Aí eu digo: “tá, eu vou”. Porque eu ia fazer o quê sem marido lá? Sem nada, sem recurso. Aí marcaram... o carro no outro dia foi embora. Aí marcaram o tempo. Não podia, não tinha telefone, não tinha nada, aí eles marcaram o tempo. Aí quando foi naquele tempo que nós marcou, nós tava esperando, aí chegou o ônibus na porta e foi apanhando a gente. Já vinha lá de tanto lugar, que era, que era.... mata né? Das mata assim. Aí já vinha com um bocado de gente, de mulher, só mulher, só mulher e filha. Aí a gente em cima veio pra Recife. Quando chegou em Recife, fomos para o terminal, fomos para um hotel (...) esperando, até que chegou, quando chegou, eles apanharam a gente, levaram pro aeroporto, embarcaram a gente no avião, tocou pra Belém. Quando chegou em Belém, aí a gente desceu do avião, eles levaram a gente tudo dentro dos carro deles, né? Levaram a gente pro terminal rodoviário... um hotel bem alto, bem grande. Nós ficamos naquele hotel, ficamos lá, sem sair, não podia sair. Dormimos, comemos, tudo por conta do INCRA, né? Depois marcaram, vinha outro avião (...) os aviões, o presidente que mandava. Aí passamos uma semana, aí o avião chegou, nós toquemo pra aqui pro Pará, quando chegamos em Belém, foi, em Belém, quando chegamos em Belém (...) pegamos e viemos pra Altamira<sup>191</sup>.

---

190 PEREIRA, Op Cit., 2013.

191 Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

A impossibilidade de comunicação com o marido fez do INCRA o único meio que pudesse articular o encontro, na Amazônia, entre Dona Creuza e Seu João. A instituição cumpriu o acordado com o pai de família e dois meses depois procurou sua esposa e seus filhos. O acompanhamento era pessoal e os funcionários do INCRA iam até às residências dos futuros colonos. Como Dona Creuza afirma no depoimento, “uma moça e um rapaz do INCRA” certificaram a ida da esposa que até então havia ficado para trás. Sem poder fazer muitas escolhas, como ela mesmo afirma, o deslocamento e a nova vida na Amazônia pareciam ser sua única opção. Mas Dona Creuza não foi um caso isolado e, naquele momento, deixar o Nordeste foi a única opção para uma série de trabalhadores e trabalhadoras flageladas da seca. Marcado o dia da viagem, o ônibus do INCRA chegou para buscar Dona Creuza e seus três filhos. Diferente do marido, Dona Creuza não pegou barco. Seu deslocamento foi feito primeiramente de ônibus, saindo do interior até à capital de seu estado de origem, no caso, Recife. Posteriormente, as mulheres e crianças foram de avião até Belém e depois até Altamira, local onde em breve seriam assentados. Poucos meses após a chegada de seu marido, aviões fretados pelo governo federal já sombreavam o chão da Amazônia anunciando a chegada das famílias dos colonos. E, segundo Dona Creuza, os aviões eram mandados pelo próprio presidente – “os aviões, o presidente que mandava<sup>192</sup>”. A personalização das ações na figura do presidente Médici, sugere a popularidade alcançada pelo gestor no início da década de 1970.

Mas nem sempre as famílias chegavam à Amazônia divididas. Outros relatos indicam que muitos pais, mães e crianças também chegaram juntos e de uma só vez na região. Da mesma forma que a divisão das famílias não corresponde à única versão do deslocamento, o trajeto e os transportes nem sempre foram os mesmos. A maneira com que foram levados à Amazônia variava de acordo com o momento da colonização, grupo de origem, condição das estradas, etc.

Em meados de 1971, a colonização já era um acontecimento. Os ônibus cortavam o interior do Nordeste em busca dos colonos da Transamazônica. Na propaganda, nos discursos, o resgate dos flagelados da seca e a missão de adentrar a Amazônia revestia o empreendimento do governo federal de ousadia e coragem. O PIN era apresentado como um exemplo de comprometimento da ditadura com a população pobre e trabalhadora. O governo federal disponibilizou aviões fretados às pessoas que tinham o costume de viajar em caminhão pau de arara. Nas capitais, as famílias aguardavam em hotéis o dia da decolagem. A hospedagem a que se refere Dona Creuza também foi bancada pelo INCRA. Além disso, pelo menos até chegar na Amazônia, todos os gastos com alimentação foram arcados com dinheiro das instituições federais. É difícil acreditar que um projeto de tantos esforços e repercussão não tenha impactado a sociedade brasileira da época. Em pleno

---

192 Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

governo da ditadura, as obras do PIN abriam espaço, no seio das políticas públicas, para a população pobre e rural.

Uma vez que os colonos chegavam em Altamira, era iniciado o assentamento das famílias. Esse processo foi realizado pelos funcionários do INCRA e envolvia a escolha e demarcação das terras. Antônio Prefeito foi um dos responsáveis por essa tarefa. Na entrevista, o técnico agrícola aposentado contou um pouco do trabalho que realizou na região em 1972:

Então no dia 15 de janeiro de 1972 eu cheguei aqui em Altamira. Daqui eu fui pro quilômetro 80, administrar o quilômetro 80. O que era administrar a região? Administrar aqui era... as pessoas que eram feita a seleção lá no estado de origem dele, no Nordeste, no Centro Oeste, no Sul, para vir aqui para Altamira, para adquirir terra. Então nós aqui sabe, éramos o responsável para mostrar a terra pro elemento, dar a terra pra ele, que geralmente era uma faixa de 100h(...). Que a gente não impunha: você vai ficar com essa terra. Não, a gente não impunha isso (...) você tinha liberdade de escolher. O INCRA não impõe: essa terra é sua. Não. Seu lote é esse daqui, seu lote é esse daqui, o seu é daqui... não, não, não... você tinha o direito de escolha. E tinha um negócio, essa escolha... poderia levar você três, quatro vezes numa área. “Não gostou?” “Tá”. “Amanhã cedo todo mundo pra cá”. Quem gostava, ficava. Já recebia a carteirinha de colono, um carnêzinho pra receber 6 meses de salário. Seria um salário mínimo. Se fosse hoje era 780 reais, um salário mínimo. Então recebia esse dinheiro pra trabalhar na propriedade dele. E a gente fiscalizava, sabe? Se ele tava trabalhando mesmo, se não tava, sabe?<sup>193</sup>

A distribuição das terras repartiu as margens da Transamazônica entre os colonos. Nesse momento foi concedido um lote de 100ha a cada família. De acordo com o antigo funcionário do INCRA, o colono poderia escolher o local onde seria demarcada sua futura propriedade. Outros depoimentos, dessa vez de colonos, também confirmaram que os lotes eram escolhidos pelos próprios trabalhadores. Nos carros do INCRA, juntavam-se os funcionários da instituição e os pais de família para percorrerem a Transamazônica, escolherem e demarcarem seus lotes. Nesse momento, a experiência no manejo com a terra era fundamental ao colono. Aquele que tinha um certo conhecimento agrícola foi capaz de escolher, em determinado trecho da Transamazônica, as melhores faixas de terra, geralmente aquela mais fértil e de fácil acesso à água.

No entanto, a liberdade de uns representou a opressão a outros. Apesar da insistência dos discursos oficiais em caracterizar a Amazônia como “espaço vazio”, aquela região já era ocupada por trabalhadores rurais desde meados da década de 1950 – os posseiros.

Para o INCRA, o povoado e os modos de vida das pessoas que lá moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central. Além do deslocamento de famílias empobrecidas de outras regiões do País para essa parte do território amazônico, o INCRA procurava controlar a população local. Só mais tarde, depois de muita resistência, o INCRA resolveu deixar ali as famílias, mas destinou aquelas terras, onde faziam as suas roças e criavam os seus animais domésticos, ao assentamento de famílias que chegavam de

---

193 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

diversas partes do Brasil<sup>194</sup>.

O direito de escolha das terras por parte dos colonos acarretou na violência contra os modos de vida então presentes naquela região da Amazônia. O povoado e os modos de vida indicados na citação acima são os trabalhadores rurais geralmente identificados como posseiros. Os posseiros não detêm a propriedade legal das terras e por isso foram muitas vezes expulsos pelo governo federal de seus locais de moradia e/ou trabalho, cedendo espaço aos colonos advindos de outras localidades do país. Estes colonos, por sua vez, eram amparados pela empresa governamental. Como também nos aponta a citação acima, essa foi uma estratégia que pretendia manter a população local sob o controle do governo e esse controle foi realizado de maneira perversa. Ao expulsar os posseiros pela presença dos colonos, o governo criava um conflito dentro do próprio campesinato brasileiro. Ao instituir a legalidade e manipular os direitos, o governo da ditadura chocou duas categorias de trabalho no campo que representavam um mesmo modelo de vida na década de 1970: trabalhadores rurais e pobres.

Alguns posseiros que possuíam mais de 100 hectares onde o PIC Marabá foi implantado viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e parte fora. Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a parte da terra onde estavam as suas casas ou ficar com a parte da terra onde estavam as suas roças<sup>195</sup>.

Na ditadura e na política de colonização, a luta pela terra rivalizou os próprios trabalhadores rurais. Na briga entre posseiros e colonos, ganhavam os empresários do agronegócio, que assistiam a abertura do espaço amazônico para sua posterior entrada na região. Nesse jogo, quem dava as cartas era o regime da ditadura, que ao apostar nesse grande empreendimento foi capaz de atingir uma série de objetivos políticos e enfrentar uma outra sorte de ameaças a sua continuidade, como, por exemplo, ocupar as fronteiras nacionais, controlar as populações da Amazônia, dividir o campesinato brasileiro, estimular a agroindústria, etc...

(...) o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam<sup>196</sup>.

---

194 PEREIRA, Op. Cit., 2014, p. 62.

195 Idem, idem, p. 62.

196 Idem, idem, p. 63.

Afirmado o privilégio dos colonos frente aos posseiros que já se encontravam no território amazônico, cabe agora questionar se dentre os próprios colonos houve algum tipo de privilégio quanto à demarcação de seus lotes. Os depoimentos reunidos em pesquisa indicam que, no início, não houve privilégio de um grupo de colonos sobre outro. Os lotes distribuídos aos trabalhadores pobres continham 100ha de extensão. No entanto, algumas regiões tinham melhores condições para viver e produzir. Por exemplo, os lotes localizados na beira da estrada eram mais valorizados, pois ali era mais fácil o escoamento da produção. Além de facilitar a distribuição dos produtos agrícolas, estar na beira da rodovia facilitava a comunicação com a cidade e com os funcionários do INCRA. Outra variável que indica algum privilégio na política de colonização é a qualidade da terra. Os lotes próximos à região de Altamira, quando comparados, por exemplo, com a área de influência de Marabá, continham as terras de maior fertilidade: a terra roxa, como é conhecida na região. Hoje é difícil afirmar quais os critérios que fizeram com que essa ou aquela família fosse direcionada à região de Altamira. O que se sabe é que os poucos colonos provenientes do Rio Grande do Sul, também pioneiros da colonização na Transamazônica, foram, desde o início, direcionados aos locais onde identifica-se uma melhor qualidade da terra. Até hoje muitos dos trabalhadores rurais vindos do Rio Grande do Sul na década de 1970 encontram-se no trecho Altamira – Itaituba. Quanto à diferença dos locais de procedência dos colonos, pude encontrar na documentação oficial o seguinte trecho:

A seleção de colonos para o projeto parte das áreas que apresenta maior capacidade de expulsão de mão-de-obra e problemas de tensão social. Considerando também a necessidade de imediato ingresso de tecnologia no projeto, o INCRA vem selecionando colonos de outras áreas mais desenvolvidas, notadamente no centro-sul, a fim de possibilitar o “efeito demonstração”. Espera-se que, em torno de 25% dos colonos deverão ser oriundos dessas áreas e 75% de áreas menos desenvolvidas, notadamente do Nordeste<sup>197</sup>.

O efeito demonstração da qual se refere o documento é a utilização dos colonos do centro-sul, no qual os gaúchos fazem parte, como trabalhadores referência no projetos de colonização, ou seja, como elementos demonstrativos. Segundo o governo, os colonos das localidades mais desenvolvidas detinham uma maior experiência com a agricultura e manipulavam técnicas agrícolas mais avançadas. De acordo com a razão governamental, os trabalhadores advindos das áreas de tensão social, locais de expulsão de mão de obra, notadamente o Nordeste, deveriam ter os colonos do centro-sul como exemplos a serem seguidos. Portanto, se os colonos do centro-sul deveriam representar os trabalhadores referência nas áreas de assentamento é difícil acreditar que eles seriam enviados às localidades menos férteis. Sua experiência na agricultura e capacidade de ingressar nas

---

197 IPEA, Altamira I. 1972

terras

com imediata tecnologia agrícola, parece ter feito com que os gaúchos, por exemplo, fossem enviados para as localidades de terra mais fértil.

Outra questão que indica algum tipo de privilégio me parece estar ligada à temporalidade. Os assentamentos na região de Altamira inauguraram o projeto de colonização. E, sendo assim, os primeiros colonos foram direcionados a essa região de solo mais fértil. À medida que chegavam mais colonos, esses passaram a ser encaminhados para as regiões de menor produtividade, onde os solos são, de maneira geral, mais ácidos. O pioneirismo, a qualidade da terra, e a quantidade de documentos oficiais que se referem ao projeto de colonização em Altamira são fatores que indicam que foi nesta região onde o INCRA concentrou seus maiores esforços na política de assentamento. O PIC Altamira foi o projeto piloto da colonização. Segundo a contabilidade realizada por Elísio Contini em pesquisa para a Fundação Getúlio Vargas, em 1974, o governo federal havia assentado 5.717 famílias, das quais apenas 1.422 estavam situadas no PIC Marabá<sup>198</sup>.

Existia dessa maneira o direito de escolha do lote por parte do colono. Mas a extensão da Transamazônica recorta diferentes regiões da Amazônia. A região em que os colonos aportavam e a data que chegaram na Amazônia limitou essa escolha. Os que chegaram mais tarde e os que foram direcionados às áreas de solo mais pobre, tiveram maiores dificuldades para manterem-se dignamente na região. Mesmo assim, desde o processo de seleção e demarcação dos lotes, a experiência com o trabalho agrícola e o conhecimento da terra foram fundamentais ao colono. Os que detinham esse conhecimento tiveram mais chances de serem alocados em áreas com melhores condições de vida e trabalho.

A região de Altamira oferecia melhores condições de vida ao colono. E isso não se deve apenas à presença da terra roxa, mas também aos esforços despendidos pelo governo da época. Isso é passível de ser observado até os dias de hoje. A medida que me deslocava pela Transamazônica, partindo de Marabá à Altamira, o cenário pouco produtivo da região de Marabá era paulatinamente substituído pela riqueza das plantações nas proximidades de Altamira. Da mesma forma, as instituições públicas estão mais presentes nos arredores de Altamira do que na zona de Marabá. Nos lugarejos que visitei perto de Marabá, os agricultores sempre se queixavam da falta de serviços básicos na região, como saúde, educação e segurança pública. Além disso, durante a década de 1980, a violência resultante do conflito pela terra na área de Carajás foi uma constante e isso se deu, dentre outras questões, pelo abandono da área por parte das instituições públicas<sup>199</sup>. Por outro lado, vindo de Marabá, o cartão de visitas de Altamira é a construção de Belo Monte. A usina hidrelétrica

---

198 ONTINI, Elísio. Op. Cit., 1976, p. 151.

199 PEREIRA, Op. Cit., 2013.

que está sendo construída pelo governo federal no Xingu é a obra faraônica do governo brasileiro da atualidade. A maior presença governamental na região de Altamira ou a quantidade de investimentos federais na área também é uma herança do privilégio que obteve essa área na política de colonização da década de 1970.

Além de um somatório de órgãos e instituições que ao longo da colonização atuaram na região de Altamira, uma parceria com o governo norte-americano permitiu a construção de uma usina de açúcar nessa região. A implementação da usina Abraham Lincoln, facilitou o plantio de cana na zona rural ao redor da cidade, mas em alguns casos também foi responsável pela imposição desta cultura no lote dos colonos. Em pouco tempo essa usina faliu, mas sua construção demonstra a falta de comprometimento com os colonos em contrapartida às concessões feitas para o estabelecimento da agroindústria. Por outro lado, a concentração de esforços governamentais naquela localidade, seja pela implementação da usina ou pela concentração de colonos, são elementos que demonstram a prioridade que obteve o trecho de Altamira na política de colonização.

Alguns antigos colonos, hoje pequenos produtores, se mantêm na área de influência de Altamira e em municípios como Brasil Novo e Medicilândia. Por outro lado, na região de Marabá, a presença dos antigos colonos é pequena e as terras estão concentradas nas mãos de poucos e grandes produtores<sup>200</sup>. Nos arredores de Marabá, a baixa produtividade da terra hoje é argumento para a derrubada da mata e plantação de capim, formando grandes pastos à beira da rodovia. A maioria dos colonos assentados pelo PIC Marabá, há muito tempo abriram mão de seus lotes. Muitos voltaram para sua região de origem, mas boa parte desses trabalhadores abandonaram sua condição de colono para serem explorados pelas empresas agropecuárias que viriam a se estabelecer na região. Segundo a historiadora Regina Beatriz:

(...)os segmentos de trabalhadores rurais sem terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização não tinham recursos econômicos para adquirir lotes de 100ha, passando a constituir um grande mercado de trabalho com mão de obra, predominantemente, desqualificada pelos principais setores produtivos; esses segmentos foram alvo das mais diversas discriminações e violências sociais, engrossando as fileiras dos trabalhadores desterritorializados, com os direitos civis não reconhecidos.<sup>201</sup>

Atribuo a dificuldade dos trabalhadores se manterem nos lotes à dependência que tinham dos direcionamentos governamentais na região. Ou seja, sem o auxílio das instituições, uma família pobre proveniente do Nordeste não teria capacidade de produzir em um lote de 100ha. O abandono dos lotes para a posterior venda de sua força de trabalho às empresas com capitais suficientes para produzir naquelas terras, se tornou uma consequência comum entre aqueles que migraram na

---

200 HÉBETTE, Jean (org). O cerco está se fechando. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

201 GUIMARÃES NETO, Op. Cit., 2014, p. 42.

década de 1970. Mesmo com a suposta liberdade na escolha dos lotes, não podemos esquecer que a colonização foi uma política de Estado, definida, em termos oficiais, como uma *colonização dirigida* e, portanto, não espontânea. Os trabalhadores rurais não ocuparam as terras da Amazônia por livre e espontânea vontade, mas para elas foram direcionados pelo governo federal. No depoimento da página 97, Antônio Prefeito relata que o colono tinha o direito de escolha da terra que lhe seria concedida. Numa clara tentativa de positivar os projetos de colonização, o entrevistado afirma que o INCRA não impunha a terra ao colono: “Que a gente não impunha: você vai ficar com essa terra. Não, a gente não impunha isso<sup>202</sup>”. A imposição seria marca de um governo autoritário e o autoritarismo não estava presente na colonização, pois o trabalhador tinha a liberdade de escolher a sua futura propriedade. No entanto, não podemos correr o risco de confundir o direito de escolha da terra com a autonomia do trabalhador rural. Como afirmei no início do parágrafo, a colonização é uma política de Estado. A decisão em ocupar a região não partiu dos trabalhadores, mas só foi possível pela iniciativa governamental. As condições para o deslocamento foram dadas pelo governo da ditadura, da mesma maneira como o acesso à terra foi regularizado pelas instituições desse mesmo governo. A colonização foi uma política efetuada com um rígido controle do Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo em que ganhavam terras na Amazônia, os trabalhadores perdiam um elemento crucial à sua organização política: a autonomia. As alternativas de acesso à terra deixavam de ser criadas em torno de seus próprios desejos e decisões para serem oferecidas e em certo nível impostas pelo governo da ditadura. Os colonos deixaram seus locais de moradia e trabalho para iniciar uma nova vida nas terras em que o governo civil-militar enxergou a necessidade de serem ocupadas por essa mão de obra. A tutela governamental caminha na contramão da organização política do campesinato brasileiro. Através da política de colonização, o governo também pôs em prática um processo de despolitização da questão fundiária no Brasil da década de 1970.

Insisto nessa questão, pois

Não entendemos corretamente as medidas governamentais do regime se adotarmos como perspectiva da política fundiária a necessidade de terra dos camponeses, a sua luta pela terra, porque não é a partir dessa perspectiva que o governo atua e decide. Tradicionalmente, o Exército brasileiro tem sido centralizador, tem uma concepção política centralizadora e tem atuado em favor da centralização do poder<sup>203</sup>.

Portanto, com risco de perdemos a compreensão da racionalidade governamental da ditadura e em especial do governo do general Garrastazu Médici, não podemos entender a colonização da

---

202 Entrevista realizada em Altamira-PA, em janeiro de 2015.

203 MARTINS, Op. Cit, 1984, p. 49.

Amazônia somente como uma política de concessão de terras aos trabalhadores rurais brasileiros. A colonização é resultado de um processo que acompanhou a expansão das instituições federais, aumentando dessa forma a capacidade da tutela governamental. O executivo era então comandado pelos generais do exército e, portanto, os programas criados para intervir no meio rural brasileiro puseram em prática um processo denominado por José de Souza Martins como *militarização da questão agrária*<sup>204</sup>.

A *militarização da questão agrária* está diretamente conectada com a centralização política posta em prática pelo governo dos generais presidente. No momento em que as margens da Transamazônica foram ocupadas pelos colonos, “essas terras, que na verdade pertenciam aos Estados respectivos, passaram a pertencer à União, cabendo ao Conselho de Segurança Nacional decisões fundamentais sobre elas (MARTINS, 1984, p. 45)”. Portanto, a colonização também significou um processo em que o governo federal tomava para si a responsabilidade de intervenção na região amazônica. Mesmo com o apoio da elite regional às obras do PIN<sup>205</sup>, o governo federal submeteu as ações políticas na região amazônica aos mandos e desmandos da presidência da república. A centralização federal foi portanto uma marca da ditadura no país. Os militares estenderam seus domínios rumo à Amazônia, expandido a tutela governamental na região.

### **3.3 INCRA: braço forte e mão amiga**

A criação do INCRA é um grande exemplo da expansão das instituições federais na década de 1970, principalmente por se tratar de um órgão submetido ao Ministério da Agricultura, ou seja, voltado para o interior do país, suas áreas rurais. Junto com a criação do INCRA, uma série de medidas e programas assistencialistas foram direcionadas à população do campo. O INCRA foi criado pelo decreto-lei número 1.110 de 9 de julho de 1970, um pouco antes do decreto que deu origem ao PIN, o 1.106, de 16 de julho de 1970. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária praticamente foi fundado para assumir as ações da colonização dirigida na Amazônia. Não é por acaso que a própria sigla da instituição carrega o nome do programa que distribuiu terras na Amazônia: o “C” da colonização. Portanto, o INCRA foi a instituição que possibilitou falar da colonização como uma política oficial do governo da época. Além de conceder salários mínimos aos colonos durante os seis primeiros meses em que trabalhavam na terra, o INCRA emitiu os documentos necessários à ocupação, como as carteirinhas, os títulos e os carnês de pagamento da

---

204 Idem, idem.

205 PETIT, 2003, Op., Cit.

terra. Como dito por Antônio Prefeito, assim que adquiria a terra, o colono “já recebia a carteirinha de colono, um carnêzinho pra receber 6 meses de salário (...)”<sup>206</sup>. O INCRA foi a máquina governamental que deu nome e forma à colonização.

Em outra parte do seu depoimento, Antônio Prefeito comenta a importância do INCRA nas obras da colonização:

(...)todas as despesa era pelo INCRA. O INCRA era um pai aqui na época e o responsável. Ele que tinha responsabilidade na época de trazer o grupo todo do Nordeste, do Centro Oeste, do Rio Grande do Sul, mas aqui era assistido, tanto tecnicamente quanto de saúde, de tudo... então o INCRA era dessa maneira<sup>207</sup>.

A responsabilidade do INCRA na condução da política de colonização fez com que o funcionário comparasse a instituição a um pai de família, ou seja, ao comando patriarcal. A presença do INCRA representava o Estado brasileiro na região. Até a década de 1970, o governo federal não tinha atuado de maneira sistemática naquela parte da Amazônia. Essa ausência fez com que o INCRA acumulasse uma série de funções públicas naquelas localidades, o que aumentava o trabalho e a responsabilidade de seus funcionários, mas também garantiam-lhes um lugar de autoridade na região. Em depoimento, Antônio Prefeito contou a história de seu apelido, bem como as múltiplas funções que desempenhava:

Eu era administrador do INCRA e a gente fazia tudo no INCRA aqui. A gente como administrador, você era padre, você era delegado, você era polícia, você era tudo. Então você comandava um monte de gente. Apesar de que naquela época tinha um respeito muito grande do colono por nós, o funcionário do INCRA, sabe? Então o trabalho do INCRA, agente como técnico. Aí eu tenho o apelido hoje de Antônio Prefeito por causa disso<sup>208</sup>.

Segundo Antônio Prefeito, os funcionários do INCRA acumulavam as funções de administrador, chefe religioso e responsável pela segurança pública – a polícia. Por serem praticamente os únicos agentes do Estado na região, esses funcionários adquiriram o prestígio de figuras públicas e autoridades políticas, daí o apelido de “Prefeito” concedido a Antônio Macedo de Melo. No entanto, essa posição de autoridade não implicou em um distanciamento entre os funcionários e os colonos. Pelo contrário. Foi através do INCRA que o governo federal pode aproximar-se do trabalhador rural e assumir o direcionamento das ações políticas no campo. Os funcionários foram justamente os vetores dessa aproximação. Eles comandavam a assistência aos colonos, garantindo a proximidade entre a instituição e o trabalhador rural. Tanto o colono quanto o funcionário do INCRA eram tidos como os pioneiros da ocupação da Amazônia na década de 1970

---

206 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

207 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

208 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

e isso de certa maneira aproximou a instituição e os trabalhadores. Os funcionários personificavam o governo e os colonos eram os segmentos de trabalhadores pobres. Aos dois grupos restavam uma missão comum: ocupar a Amazônia e por em prática um regime de exploração de suas terras. Juntos, eram os agentes da colonização. Essa aproximação é melhor definida nas palavras do entrevistado:

O que eu tenho que falar é que eu era naquela época um rapaz de 25 anos, 30 anos de idade, então você tem o espírito. (...) Eu era uma pessoa muito dada ao colono. O colono tinha em mim uma confiança. Eu prezava, eu prezo o lavrador como se fosse um irmão meu. Então meu tratamento com o lavrador na época, como técnico do INCRA, era um tratamento muito humano. Eu não tinha horário de serviço. De meio dia até duas horas... vamos liberar o salário, fazer tudo... o que dependesse de mim... acordava uma hora da manhã pra buscar o acidentado, uma hora da manhã. Quando eu topo alguém daquela época aqui, eles tem prazer de me ver, porque o tratamento era humano, sabe? Muito humano com a pessoa. Então hoje eles tem o prazer de me ver, de conversar comigo. Na época de batismo eu batizava dez menino e era padrinho dos dez menino. Eles queriam eu como compadre... então eu topo um cara na rua aí e: “bença padrinho”. E eu: “Deus te abençoe... e não sei quem é você”. Aí: “eu sou filho de fulano”... “aaaah!”. O cara tá maior que eu. Então o dia a dia da história é que eu sinto bem. (...) sempre procurando ajudar as pessoas, foi o que eu fiz na época, ajudando sempre o agricultor. Porque a pessoa vinha de lá pra cá e vinha perdido. Costume diferente, o clima diferente. Então aqui você tinha de tratar a pessoa da melhor maneira possível. E o tratamento era total. Não era só eu não... o pessoal do INCRA tratava os colono como se fosse um elo de ligação... colono e os técnico do INCRA<sup>209</sup>.

Diante das falas de Antônio Prefeito, podemos elencar algumas situações que exemplificam a dependência do trabalhador rural frente aos serviços oferecidos pelas instituições federais. Uma vez na Amazônia, sua sobrevivência dependia diretamente da assistência concedida pelo INCRA. O trabalho na região requeria uma série de ferramentas que também eram oferecidas pelo órgão. Além de alimentação, moradia e trabalho, o INCRA também foi responsável pela assistência médica e educação. A medida que avançava a colonização, outros programas do governo federal assumiram tarefas antes desenvolvidas pelo INCRA, como o Projeto Rondon na saúde e o MOBREAL na educação. Os seis primeiros meses de salário mínimo, também garantidos pelo INCRA, não eram suficientes para produzir nos 100ha do lote. O trabalho do colono era fiscalizado por essa instituição, que por sua vez cobrava uma produção mínima na terra. Para produzir, o colono teve de se capitalizar. E para se capitalizar, o governo federal, através do Banco do Brasil, disponibilizava crédito à produção do trabalhador rural. Mas trabalhador pobre quando se capitaliza é endividamento. As dívidas feitas junto às agencias financiadoras do governo aumentaram a dependência desses grupos à instituições federais.

O resultado dessa dependência institucional foi portanto a falta de autonomia do colono. Rendido aos cuidados do governo federal, os trabalhadores se mostravam suscetíveis às intenções

---

209 Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

do governo civil-militar. Os colonos estavam fragilizados politicamente. Qualquer mudança nas diretrizes do governo federal colocaria em cheque a sua presença na região. E foi isso o que aconteceu anos mais tarde. A entrada do general Geisel, quarto governo da ditadura, transformou a política de colonização ao inverter suas prioridades. A assistência aos colonos foi substituída pela isenção fiscal às empresas agropecuárias que quisessem adquirir terras, dificultando e por vezes impossibilitando a presença do trabalhadores rurais que recentemente tinham chegado na Amazônia. Aos olhos do governo federal, de pioneiro e agente da ocupação da amazônia, o colono passou a ser um instrumento que facilitou a entrada das empresas na região; um instrumento da exploração agropecuária.

A importância do INCRA para a colonização exige uma breve relato de sua história. O INCRA foi criado um mês após anunciadas as obras da integração nacional. O decreto que o instituiu, foi proclamado por Garrastazu Médici em 09 de julho de 1970. O PIN, por sua vez, foi publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho daquele mesmo ano. Vimos que o INCRA foi o carro chefe da colonização. Foi esta instituição que guiou a execução federal deste programa. Suas primeiras tarefas foram a seleção, o transporte e a demarcação de terra na Amazônia. O fato de ter sido criado logo após o decreto do PIN sugere que esse órgão foi especialmente idealizado para a realização do programa de colonização. Outra questão já discutida é a origem de seu nome. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária, carrega o termo colonização em sua sigla. Ou seja, ele possibilita falar da colonização como uma política de governo no Brasil da década de 1970. Mas o debate político que acompanha a fundação do INCRA não entende a instituição como exclusivamente criada para a colonização da Amazônia. Segundo o que é apresentado pelo Jornal do Brasil, sua criação atende a uma necessidade de modernização das instituições federais e do ministério da agricultura. Em 10 de julho de 1970, o Jornal do Brasil apresenta na íntegra o texto que decreta a fundação do INCRA. A matéria é intitulada: “Decreto extingue IBRA, INDA e o GERA, criando agora o INCRA”. O decreto é composto por 11 artigos, dentre eles, apresento os dois primeiros:

Art. 1º – é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede na capital da República. Art. 2º – Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA)<sup>210</sup>.

As funções antes atribuídas a três órgãos do governo passariam ao controle de apenas uma

---

210 JORNAL DO BRASIL. “Decreto extingue IBRA, INDA e o GERA, criando agora o INCRA”. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1970.

instituição. Notem que diferente da reforma agrária, a *colonização* é um termo que só aparece na sigla do INCRA. Tanto o IBRA, como o INDA e o GERA, foram criados pelo primeiro governo da ditadura, em 1965, quando a presidência da república era ocupada pelo general Castelo Branco. Antes da ditadura, as ações de reforma agrária eram lideradas pela Supra, a Superintendência da Reforma Agrária. Assim como o INCRA inaugura a política de colonização nas siglas das instituições federais, foi a Supra quem trouxe o termo de reforma agrária para dentro das instituições governamentais. Inaugurada pelo governo Goulart, a Supra foi responsável pela medida que desapropriou os 10km de terras às margens das rodovias federais. Com a criação do IBRA, INDA e GERA, a Supra foi extinta. No entanto, a medida que tornou as terras às margens das rodovias como propriedade do Estado foi aproveitada anos depois pelo INCRA, como um território onde seria realizada a colonização.

Apesar da colonização das terras na Amazônia ter sido a obra que originou o INCRA, o debate político que acompanhou sua fundação elege o Nordeste como área de preocupação prioritária. Da entrevista do primeiro presidente desta instituição, Francisco de Moura Cavalcanti, o Jornal do Brasil selecionou alguns trechos para criar a matéria “Presidente do INCRA promete novo Nordeste”:

Há poucos dias, um homem nascido nas planícies do Sul levou ao Nordeste as palavras: “Isto aqui vai mudar”. Tenho fé nesta afirmação do Presidente Médici. Eles terão as novas fronteiras preconizadas há 10 anos pelos planos da SUDENE e outra estrutura econômica. Vamos criar um outro Nordeste, disse o Sr. Francisco de Moura, durante a entrevista concedida ontem em seu gabinete<sup>211</sup>.

O presidente recupera as palavras ditas por Médici na ocasião em que o presidente visitou o Recife, na sede da SUDENE, após sobrevoar algumas localidades atingidas pela seca de 1970. Esse pronunciamento do general presidente foi responsável por anunciar as primeiras obras da integração nacional, sem, contudo, ser promulgado o decreto lei que originou o PIN. Dias depois o Programa de Integração Nacional foi apresentado à sociedade, reunindo as soluções elencadas pelo presidente durante o discurso proferido na SUDENE. O protagonismo do Nordeste nas palavras do presidente do INCRA, indica que a política de terras a ser orientada pela instituição teria nessa região um grande foco. No entanto, vimos que as primeiras ações de colonização elegeram a Amazônia como o território a ser ocupado. Isso reforça a tese de que nas políticas do governo Médici, as duas regiões são pensadas como faces de uma mesma moeda; partes de um mesmo problema e de uma mesma solução. No capítulo seguinte, veremos algumas questões históricas que permitiram ao governo Médici aproximar a Amazônia e o Nordeste brasileiro dentro de um mesmo esquema interpretativo e de um mesmo quadro de soluções.

---

211 JORNAL DO BRASIL. “Presidente do INCRA promete novo Nordeste”. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970.

No decorrer desta dissertação, vimos que a segurança nacional e o desenvolvimento foram os dois norteadores das políticas do terceiro governo da ditadura. Com o Nordeste e a Amazônia não foi diferente. Outras palavras do presidente do INCRA, também publicadas pelo Jornal do Brasil, definem as intenções deste órgão ao intervir nas duas regiões acima destacadas:

sobre o problema do Nordeste o senhor Francisco de Moura disse não acreditar que a divisão de terras seja a solução para a região. 'com a simples divisão de terras não se solucionará o problema do nordestino: é necessário o recuo da fronteira. Finalizando o presidente do INCRA disse que, apesar de o Brasil ser um país pobre, 'encontraremos recursos para a sua colonização'<sup>212</sup>.

Na concepção do presidente do INCRA, dividir as terras não solucionaria o problema do “nordestino”. Somente o “recuo da fronteira”, ou seja, a expansão da produção agropecuária rumo à Amazônia, possibilitaria a solução dos problemas no Nordeste. Neste discurso, a colonização é preterida frente a política de reforma agrária. Isso porque, a ideia de reforma agrária ainda era identificada com a subversão. Evitar a divisão das terras era uma maneira de manter a tradicional estrutura de propriedade para melhor desenvolver o capitalismo no campo. Essa foi a racionalidade governamental da ditadura: afastar as ameaças comunistas e desenvolver o capitalismo no Brasil. A relação do surgimento do INCRA, com as demandas por segurança nacional aparece em outra matéria, desta vez publicada em 17 de julho de 1970. A matéria comenta o debate político que tomou conta do congresso quando no momento da aprovação do decreto lei que deu origem ao órgão. Em “Deputados aprovam o INCRA”, estão as seguintes considerações:

A comissão de Justiça da Câmara dos deputados aprovou, ontem, o decreto-lei do Govêrno que que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extingue o IBRA, o INDA e o GERA. O decreto foi aprovado contra os votos da Oposição, que o considerou inconstitucional. Os deputados Francisco Amaral (MDB – SP), Cleto Marques (MDB – Alagoas) e Figueiredo Correia (MDB – Ceará) não aceitaram o conceito de **segurança nacional** invocado pelo governo ao baixar o decreto-lei, sendo apoiados por 10 membros da Arena. (...) O relator do decreto-lei na comissão, deputado Hamilton Prado (Arena – SP), ao apoiar as razões dadas pelo Govêrno, afirmou que a criação do INCRA vai contra as 'agitações movidas no plano político por alienígenas que aproveitaram as insatisfações existentes no meio rural' (grifo nosso) <sup>213</sup>

Sobre as agitações políticas no meio rural, essas serão melhor apresentadas no capítulo seguinte. Por ora, quero destacar que o conceito de segurança nacional estava presente no debate institucional que deu origem ao INCRA. O braço forte do controle governamental, somado aos compromissos do governo com o capitalismo, fazem do INCRA mais um meio para a garantia desses objetivos. De acordo com o Deputado da Arena-SP, a criação do INCRA representou mais

---

212 JORNAL DO BRASIL. “Presidente do INCRA promete novo Nordeste”. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970.

213 JORNAL DO BRASIL. “Deputados aprovam o INCRA”. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1970.

uma iniciativa contra a agitação política em torno das insatisfações no meio rural. Mas em que medida a criação do INCRA defenderia o governo das ameaças políticas do meio rural? Podemos elencar dois caminhos de ação a serem utilizados pela racionalidade governamental. No exercício de suas funções, ou o INCRA respondia aos anseios das população rural, diminuindo a insatisfação nessas localidade e impossibilitando seu aproveitamento por parte dos alienígenas, ou seja, por parte da esquerda comunista. Ou, por outro lado, acabaria com a mobilização política dessas insatisfações, interferindo diretamente na tentativa de organização desses trabalhadores pelas inspirações da esquerda comunista. Esses caminhos não são necessariamente excludentes. Inspirado nos dois pilares da ditadura, o desenvolvimento e a segurança nacional, o INCRA aliou as duas alternativas elencadas acima. As insatisfações imediatas desses trabalhadores foram respondidas por uma política de concessão de terras que a longo prazo favoreceu os grandes proprietários rurais. Ao mesmo tempo, ao estimular o deslocamento de trabalhadores rurais para a Amazônia, o INCRA também atuou de maneira a diminuir a capacidade de influência dos grupos de esquerda na luta dos trabalhadores rurais.

Portanto, para entendermos as razões que conduziram a fundação do INCRA, somente investigando suas ações prioritárias. Sendo assim, retornamos à colonização dirigida, obra síntese da Integração Nacional e principal responsabilidade do INCRA no momento de sua fundação.

### **3.4 Do colono migrante ao império empresarial**

A mudança de orientação nas políticas governamentais da Amazônia ao longo da década de 1970 encontrou respaldo tanto na legislação federal como na legislação do Estado do Pará. Parafraseando o historiador Airton Pereira é possível afirmar que:

(...)não só o Governo Federal, com base no Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, e na Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976,<sup>214</sup> buscou regularizar os imóveis de empresários e de fazendeiros que apropriavam de terras devolutas, no sul e sudeste paraense, como também, o Governo do Estado do Pará, em consonância com o Governo Federal, destinou grandes extensões de terras à iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que estavam sob sua jurisdição (PEREIRA, 2013, p. 75).

A substituição do protagonismo dos colonos pelo das empresas agropecuárias na política de colonização estagnou o processo de assentamento das famílias de trabalhadores pobres, fortalecendo a criação de uma nova conformação social na Amazônia da época. A rapidez com que

---

214 Enquanto o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, repassou para a União as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, a Lei 6.383, de 07/12/1976, estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho.

o governo mudou suas diretrizes está ligada aos compromissos que a ditadura estabeleceu com a iniciativa privada.

Para dar continuidade às análises, vejamos como o próprio presidente do INCRA relaciona a política de colonização e o Programa de Integração Nacional. Nesse esquema, a colonização está contida no PIN:

Instituído o PIN pelo Decreto Lei nº 1.106/70, verificou-se o engajamento efetivo do Ministério da Agricultura e conseqüentemente do INCRA nas atividades prioritárias para cumprimento da estratégia de desenvolvimento da Amazônia, em que sobressai o programa de ocupação racional da faixa de terras de 10km em ambas as margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, com a previsão do assentamento de 70.000 famílias do período de 1972/74<sup>215</sup>

A colonização era portanto o pressuposto máximo da Integração Nacional. Ela sintetizava as obras que supostamente iriam garantir o desenvolvimento da Amazônia e conseqüentemente o equilíbrio econômico das regiões brasileiras. Portanto, sob o risco de identificá-la como um política de reforma agrária, não podemos perder de vista que a colonização foi uma tentativa de desenvolver o capitalismo no campo. Essa concepção é fortalecida quando destacados alguns objetivos do Programa de Integração Nacional. Vejamos:

Contempla ainda o grande objetivo de Integração Nacional objetivos de natureza econômica, dentre os quais se destacam:

- Expansão da fronteira agrícola, com incorporação de novas áreas às atividades produtivas;
- Criação das condições básicas de viabilidade, para aumento da produção e da produtividade do setor primário, com melhor distribuição setorial de rendas;
- Ampliação do mercado consumidor interno, para os produtos industrializados;
- Suporte para implementação de uma política agressiva de exportação de produtos primários e agro-industrializados, com a conquista de novos mercados<sup>216</sup>.

Portanto, desde o governo Médici, previa-se que a política de colonização seria orientada para *a exportação de produtos primários e agro-industrializados*. De maneira geral, a produção familiar do colono não gerava uma oferta suficiente à exportação. A agroindústria é um tipo de produção agrícola capaz garantir uma exportação e corresponde ao modelo de desenvolvimento previsto pela ditadura. Portanto, mesmo que a intenção inicial da colonização fosse criar um regime de produtividade *com melhor distribuição setorial de rendas*, o estabelecimento da agroindústria acarretaria na acumulação de terras por parte das empresas do agronegócio. Para desenvolver o capitalismo na região, as empresas tomaram o lugar dos colonos. Esse processo de substituição só foi consolidado durante o governo Geisel, na segunda metade da década de 1970. Como bem

---

215 Declaração de José de Moura Cavalcanti, publicada no documento Altamira – I, informativo do projeto de colonização na Amazônia.

216 Altamira – I.

explica José de Souza Martins:

Passou-se da ênfase na colonização oficial à ênfase na colonização feita por empresas particulares, como a que se deu ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém. Ao se chegar ao governo Geisel, o governo militar já havia aberto mão dos poucos ingredientes progressistas que havia no Estatuto da Terra e que poderiam beneficiar os pequenos agricultores sem terra e sem dinheiro. Toda a política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses de grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros<sup>217</sup>.

A mudança de orientação nas políticas agrárias do governo Geisel não corresponde, no entanto, a uma ruptura completa com as intenções do governo Médici. O texto que expõe o planejamento da colonização já permite o entendimento de que a intenção do governo na região era ocupar aquelas localidades de maneira a facilitar a entrada das empresas. Um dos objetivos da integração nacional, decreto do governo Médici, consistia numa *política agressiva de exportação de produtos primários e agro-industrializados*<sup>218</sup> – tarefa da qual só as empresas seriam capazes de realizar. Outras práticas do INCRA na região indicam que a produção dos colonos foi orientada por uma política de desenvolvimento capitalista. O INCRA determinava a cultura, fiscalizava o ritmo de trabalho e comprava uma parte da produção agrícola familiar. O objetivo era desenvolver as culturas que pudessem ser aproveitadas pela agroindústria. Essa estratégia estava ligada à capitalização do agricultor pobre. Segundo Antônio Prefeito:

No princípio o INCRA determinava o que plantar. O INCRA não queria aqui capim. Queria a região só agrícola. começaria com arroz e feijão primeiro. O primeiro plantio, sabe? Aí depois o INCRA não determinou, mas o INCRA trouxe (...), o INCRA trouxe o cacau pra região. E trouxe a pimenta do reino. Foram as duas culturas que o INCRA incentivou plantar<sup>219</sup>.

No início da colonização o INCRA determinou o que plantar. Depois, a instituição foi responsável por trazer novas culturas à região, sem, contudo, impor o seu plantio. No entanto, somente as culturas incentivadas pelo INCRA tinham o auxílio financeiro concedido pelas agências de crédito do governo federal. Ou seja, só quem plantasse o que fosse da vontade do governo tinha acesso às políticas fiscais e aos financiamentos. Uma vez que a compra dos produtos agrícolas era realizada pelo INCRA, os que não se rendiam às tendências da monocultura, incentivada pelas instituições governamentais, tinham dificuldades em distribuir e vender o que produziam. Com essa estratégia o governo federal queria garantir o espírito capitalista do trabalhador rural, compatível, assim, com as práticas da agroindústria. A presença dos colonos na região foi orientada no sentido de que esses trabalhadores se tornassem pequenos produtores, microempresários do campo. A

---

217 MARTINS, op. Cit., 1984, p. 23.

218 Altamira – I

219 Entrevista realizada em Altamira-PA, em janeiro de 2015.

cooperatividade entre as famílias foi pouco a pouco sendo substituída pela competitividade. Os poucos pioneiros que obtiveram sucesso na política de colonização, hoje são pequenos e médios produtores rurais que ao longo dos anos foram adquirindo os lotes dos colonos que com eles chegaram na Amazônia. Essa é a conformação social que encontramos hoje, por exemplo, na região de Medicilândia. Com o estabelecimento do agronegócio na Amazônia, a política de assentamento perdeu a sua força. À medida que avançavam os anos da década de 1970, o trabalhador rural já não encontrava mais espaço em um lugar onde era estimulada a produção agrícola em padrões industriais.

Foi nesta conjuntura, mais precisamente a partir do início de 1979, quando os Programas Integrados de Colonização-PICs (Marabá, Altamira e Itaituba) não passavam dos 7.674 famílias assentadas, que a colonização ao longo da rodovia foi totalmente desativada. (...) uma vez sem apoio dos órgãos governamentais e num ambiente alheio à sua tradição cultural, [as famílias] viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vender para outros migrantes com melhores condições econômicas<sup>220</sup>.

Medicilândia<sup>221</sup> foi uma agrovila fundada no início da década de 1970, durante o projeto de colonização. Hoje é um município situado à beira da Transamazônica. Sua área é uma localidade da Amazônia em que predomina a terra roxa. Foi nesse solo que o INCRA estimulou a plantação de cacau. Atualmente a zona de Medicilândia é a maior produtora de cacau do Brasil. Contudo, dos milhares de colonos que a ocuparam, poucos ainda se mantêm nos lotes concedidos pelo INCRA. Como dito, a maioria vendeu suas terras e abandonou suas antigas propriedades. No entanto, as poucas famílias de antigos colonos que permanecem ligadas ao trabalho com a terra já não podem ser identificadas como trabalhadores rurais. Essas famílias aumentaram suas áreas de produção, muitas vezes incorporando antigos lotes de colonos que como eles vieram à Amazônia. Hoje, os poucos colonos que se mantiveram na área são pequenos e médios produtores do cacau – cultura que teve o plantio estimulado pelos técnicos do INCRA, no início de 1970.

Assim como Medicilândia, outros municípios do Estado do Pará têm sua história ligada ao projeto de colonização. Situados na região do PIC Altamira – símbolo do Brasil conquistador dos anos 1970<sup>222</sup>, esses municípios são pequenos aglomerados urbanos ao longo da Transamazônica e entre os rios Xingu e Tapajós. Medicilândia, por exemplo, era uma Agrovila, terminologia utilizada para caracterizar uma determinada forma de urbanização prevista no projeto de colonização. Além de agrovila, duas outras urbanizações foram previstas pelo programa: a Agrópolis e a Rurópolis. Vejamos como Antônio Prefeito define cada uma dessas formas de urbanização:

---

220 PEREIRA, Op. Cit., 2013, p. 75.

221 Sobre o processo de batismo do município, ver: CORDEIRO, Janaína Martins. Entre redenção e reconciliação: a manutenção das homenagens à ditadura e aos ditadores. *In* À sobra das ditaduras: Brasil e América Latina/organização Daniel Aarão Reis Filho [et. al.]. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

222 HEBETE, Op. Cit., 1991.

Outra coisa, no princípio da colonização aqui tinha dois tipo de povoamento: nós tínhamos a Agrovila, Agrópolis e Rurópolis. Agrovila é um aglomerado mais ou menos assim de 80 família, chama-se agrovila. Agrópolis é um pouco maior, seria um aglomerado assim de 300 família. E Rurópolis, agregado assim de mais ou menos 500 famílias, 500 casa construída. Então sempre tinha um povoamento<sup>223</sup>.

Como responsável pela implementação do projeto, Antônio Prefeito acompanhou a formação dos aglomerados urbanos e suas posterior emancipação em municípios. Antes de apresentarmos novos exemplos, cabe ressaltar a envergadura do PIC Altamira, projeto que atraiu milhares de famílias à Amazônia, sobretudo àquelas provenientes do Nordeste. A quantidade de obras e os gastos envolvidos para realizá-las atesta a importância deste projeto dentro do programa do governo Médici. Ainda sobre o trabalhado do INCRA, afirma Antônio Prefeito:

Então o INCRA fez um trabalho aqui que sinceramente... nunca vi igual e não vai ter igual. Essa implantação da colonização da Transamazônica, sabe? E na beira da faixa, a faixa a gente fala é beirando a BR, a Transamazônica, de 500 em 500 metros o INCRA fez duas casa. (...) De 500 em 500 metros tinha uma casa, tinha um proprietário, um na frente do outro, um ao lado outro do outro, de frente. Então o INCRA construiu as casa pros colono. Cada colono tinha sua casinha, na Transamazônica<sup>224</sup>.

Mais uma vez, Antônio Prefeito aparece como um porta-voz do governo para quem trabalhava. Seus discursos tendem a enaltecer as obras da ditadura civil-militar brasileira, revestindo suas ações de engrandecimento e de pompa, como costumamos identificar as obras do governo Médici. Apesar dos efeitos de seus discursos sempre criarem uma áurea de positividade em torno da ditadura e de suas obras na Amazônia da década de 1970, trouxe esse depoimento para destacar o seu conteúdo descritivo. Na prática, vimos que a política de colonização dirigida, tendo o INCRA como carro-chefe, ofertou serviços médicos, concedeu salários mínimos, ofereceu créditos bancários, construiu estradas e comprava a produção do colono. No entanto, ainda não tivemos a oportunidade de verificar que dentre as obras da colonização estava a concessão de uma casa na agrovila. Essas casas muitas vezes foram construídas pelos colonos pioneiros, com o material bancado pelo INCRA. Algumas dessas casas ainda se encontram ao longo da BR-230. A colonização, portanto, não envolvia somente as preocupações com a produção das terras concedidas pelo governo. O projeto também traçou a formação das cidades e definiu a maneira com que esses agricultores estariam dispostos ao longo da rodovia. Até as casas eram padronizadas. Na década de 1970, a chegada do colono na Amazônia se deu por um rígido controle do processo de ocupação. Apesar da grande maioria dos colonos terem abandonado os lotes da colonização em detrimento do

---

223 Entrevista realizada em janeiro de 2015.

224 Entrevista realizada em janeiro de 2015.

privilégio concedido às empresas, Antônio Prefeito defende o sucesso da política de colonização pela sua capacidade de criar uma dinâmica urbana em plena região de floresta:

Hoje nós temos aqui Brasil Novo, cidade, que era uma Agrópolis. Nós temos no quilômetro 90, Medicilândia, que é uma cidade, hoje é um município, era uma Agrovila. Nós temos Uruará, ali em cima ali, que era simplesmente uma Agrovila, hoje é um município. Rurópolis, que ainda ficou o nome Rurópolis... Rurópolis que hoje virou cidade. Então, aqui era assim, só chegaria de barco. Marabá, não tinha estrada de carro. Altamira só chegava de barco, pelo rio Xingu. Itaituba só chegava de barco, pelo rio Tapajós. Então, a gente notou que o interesse do governo da época, do governo federal na época, de colonizar a Amazônia, ele tinha intenção de colonizar a Amazônia, sabe? Porque a gente estava notando que isso aqui estava abandonado. Se isso aqui tornasse patrimônio mundial, entre aspas, pertencente a alguém, entre aspas, patrimônio mundial, não custava nada. Botar: a Amazônia pertence a ONU. O Brasil não tinha supremacia nenhuma sobre isso aqui. Patrimônio mundial: pertence a ONU, sabe? Então o governo notou que isso aqui não podia ficar abandonado. O governo meteu estrada aqui, essa Transamazônica, meteu a perimetral norte, sabe? que não foi à frente. Depois que o governo saiu, sabe? Aí ninguém mais. Se esqueceu disso aqui<sup>225</sup>.

De acordo com Antônio Prefeito a colonização foi resultado do entendimento de que a Amazônia estava abandonada. Este é um argumento que demonstra o descaso do governo com as populações que já habitavam aquelas regiões. A colonização não poupou, por exemplo, os posseiros que ali estavam desde meados da década de 1950<sup>226</sup>. Suas terras foram tomadas e concedidas primeiramente aos colonos, grupo de trabalhadores pobres que chegavam à região impulsionados pelo governo. Posteriormente esses posseiros tiveram que lutar contra o avanço das empresas agropecuárias, que tinham a aquisição de terras facilitada pela ditadura. Apesar do silêncio das fontes e da dificuldade de se obter informações a respeito, a colonização da Amazônia na década de 1970 também passou por cima de territórios indígenas, expulsando essas populações locais por um processo violento de ocupação da área.

A construção da Transamazônica e a posterior formação de aglomerados urbanos na Amazônia respondia à necessidade de ocupação imediata daquelas áreas por parte da civilização, ou seja, por parte das grandes obras governamentais, pela presença do grande capital e de grandes contingentes populacionais. Nas palavras de Antônio Prefeito, a colonização era um pressuposto da soberania nacional na Amazônia, questão recorrente nos discursos do governo civil-militar na luta aberta contra a subversão. Ocupar as fronteiras nacionais, defender os recursos da floresta e aproveitá-los para o progresso capitalista da nação. Nesta versão, a defesa não seria garantida pelas armas, mas pela ocupação produtiva daquelas terras. Se a intenção do governo era facilitar o desenvolvimento capitalista no campo, por que despender tantos gastos e esforços com o deslocamento de milhares de famílias pobres à Amazônia? Algumas hipóteses já foram levantadas

---

225 Entrevista realizada em Altamira, janeiro de 2015.

226 PEREIRA, Op. Cit., 2013.

no decorrer da dissertação. Primeiro, esses trabalhadores, principalmente os provenientes do Nordeste, maioria entre os colonos, uma vez que abandonavam seus lotes, passavam a constituir um novo segmento de mão de obra volante na região<sup>227</sup>. Essa mão de obra foi aproveitada pelas empresas que por sua vez passaram a explorar esses trabalhadores em níveis que em alguns casos chegam a configurar a presença de trabalho escravo na região<sup>228</sup>. Por outro lado, também vimos que o assistencialismo aos trabalhadores rurais também fazia parte de uma estratégia de expansão da empresa governamental no meio rural brasileiro. A presença do Estado no campo foi um dos instrumentos utilizados para a tutela política do campesinato e para conquista de legitimidade da ditadura. Outras hipóteses podem ser encontradas nos próprios documentos oficiais do governo Médici:

Entre os objetivos sócio-políticos, extraídos do contexto do grande objetivo da Integração Nacional, enunciam-se os seguintes:

- Eliminação de tensões sociais em áreas saturadas, sobretudo do Nordeste, mediante a absorção dos excedentes de agricultores sem terra (...);
- Marcar, pela presença do homem brasileiro em terras amazônicas, a conquista, para si e para o seu país, daquilo que sempre lhes pertenceram, a fim de que ninguém jamais ouse contestá-los nesse objetivo<sup>229</sup>.

Segundo o documento oficial do regime, a região Nordeste representava um foco de tensão social na década de 1970. Essa área era vista como saturada pela presença dos grandes contingentes de trabalhadores rurais. De acordo com a retórica do governo, a grande quantidade de agricultores no Nordeste impedia que esses trabalhadores obtivessem um local de digna moradia e trabalho justo. Por sua vez, a manutenção dessas pessoas na região poderia acarretar numa série de conflitos pelo acesso à terra. As históricas organizações trabalhistas no campo e a tentativa das esquerdas em aproveitarem desse conflito faziam do Nordeste uma região estratégica na disputa política. No entanto, a solução encontrada pelo governo em nenhum momento previa a divisão e/ou redistribuição de terras nessas localidades. Como o compromisso da empresa pública com os latifundiários da região sempre foi maior que a intenção de realizar a reforma agrária, o governo optou por deslocar esses trabalhadores para uma região em que poderia mantê-los sob sua tutela.

Em 1970, outro acontecimento potencializou a luta pela terra na região – a seca. Os trabalhadores que sofriam com as estiagens e com o descaso do poder público, abandonavam suas terras com destino aos centros urbanos do país. No capítulo seguinte, veremos como as secas agravaram as tensões sociais na década de 1970. Por ora, importa afirmar que a colonização da Amazônia foi a saída encontrada para os problemas de segurança pública no Nordeste.

---

227 GUIMARÃES NETO, Op Cit., 2014.

228 DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

229 Altamira – I.

No que toca especialmente à Amazônia, não podemos esquecer a importância que teve a Guerrilha do Araguaia. Desde a década de 1960, guerrilheiros se organizavam no sul do Pará numa tentativa de se aproximar dos posseiros da região. A ditadura aniquilou a guerrilha em 1972, mas entendeu que a ausência do poder público nos meios rurais estimulava as organizações de esquerda a instigarem a resistência ao regime. E por se tratar de uma política de Estado, a colonização arrastaria, junto com os trabalhadores, todo um maquinário governamental que garantiria a presença do Estado brasileiro na região e nas fronteiras. Com a multiplicação de políticas para o campo e com o estabelecimento de grandes projetos no meio rural, o governo civil-militar adentrou no cotidiano daquelas populações. Essas medidas também foram utilizadas como um meio para neutralizar as oposições organizadas à ditadura, ao mesmo tempo que avançava na conquista de legitimidade desse governo.

A respeito da colonização e dos objetivos de segurança nacional a ela articulados, afirma Octavio Ianni:

o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança. O reavivar dos antagonismos sociais no Nordeste e o surgir de núcleos de “tensão social” na Amazônia, ao menos no sul do Pará, fizeram com que o governo adotasse várias medidas econômicas e políticas simultâneas. Ao mesmo tempo que se desenvolviam as medidas políticas repressivas, inauguradas desde 1964 no âmbito do país, procuravam-se soluções práticas para o controle político de problemas sociais. Nesse sentido, várias medidas foram adotadas no que diz respeito à Amazônia e em relação com o Nordeste, sempre sob o mando do poder estatal controlado pelos governantes instalados desde o Golpe de Estado de 1964<sup>230</sup>

A política de colonização da Amazônia, posta em prática no início da década de 1970, nos permite a problematização das políticas agrárias da ditadura. Sua problematização facilita o entendimento dos mecanismos políticos utilizados para desenvolver o capitalismo no campo e para garantir a segurança nacional. Ao se aproximar dos trabalhadores rurais o governo passou a disputar o apoio popular à ditadura, mesmo que suas políticas privilegiassem os setores mais ricos da sociedade. Com o Programa de Integração Nacional e a política de colonização a ele atribuída, “o governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta na terra (MARTINS, 1984, p. 45).<sup>231</sup>”

---

230 IANNI, Op. Cit., 1979, 35.

231 MARTINS, 1984, Op., Cit.

### 3.5 As heranças malditas da colonização

No decorrer deste capítulo tentei descrever a política de colonização e analisá-la a partir da racionalidade governamental do regime na década de 1970. A colonização é portanto a grande obra da integração nacional. Ao estudar o PIN, mais importante que concluir sobre o resultado e a execução de suas obras foi entender os mecanismos e discursos que possibilitaram o seu planejamento e seu decreto. Acredito que esse caminho de análise possibilita uma maior contribuição ao entendimento histórico da primeira metade da década de 70. Apesar de considerar a envergadura das políticas agrárias da ditadura, o historiador Daniel Aarão, quando escreve sobre o PIN, acredita que o programa não obteve o sucesso de outras medidas direcionadas ao meio rural:

Nem todos os programas, porém, funcionavam a contento, pelo menos para olhares mais críticos. Simplesmente não engrenavam. O PIN, prevendo a construção de mais uma gigantesca rodovia, a Transamazônica (que ligaria o Norte e o Nordeste ao Peru e Equador), e a instalação, com ajuda governamental, de centenas de milhares de camponeses nordestinos sem terra em agrovilas – a velha ideia de levar um “povo sem espaço” para um “espaço sem povo” - apesar de ter mobilizado sonhos e ilusões, acabaria em fracasso e seria abandonado pelo governo seguinte. Em 1974, quando isso ocorreu, em vez da promessa inicial de 1 milhão de famílias instaladas ao longo do eixo rodoviário a ser construído, havia apenas cerca de 6 mil às margens de uma estrada que, pelo menos em boa parte do trajeto, continuava precária, levantando nuvens de poeira à passagem de caminhões e outros veículos. O faraônico projeto foi esquecido e até considerado inexistente, pela amargura das gentes que ali se encontravam. No final das contas, investimentos e incentivos acabaram servindo aos negócios lucrativos das empresas agropecuárias<sup>232</sup>.

O fracasso do PIN é atestado pela condição precária da Transamazônica e pelo baixo número de trabalhadores assentados pelos programas de colonização. No entanto, considero que para avaliar uma política pública da complexidade do Programa de Integração Nacional é necessário investigá-lo sob racionalidade governamental do período. Seu sucesso não pode estar atrelado a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais na Amazônia, mas nas ações prioritárias do governo federal naquelas áreas. Por exemplo, o assentamento dos trabalhadores rurais através dos programas de colonização não era uma prioridade do programa político do governo Médici. Além de servir “aos negócios lucrativos das empresas agropecuárias”<sup>233</sup>, o governo brasileiro da década de 1970 pretendia impulsionar o deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para aliviar as tensões sociais na região. Esse deslocamento foi orientado para a região da

---

232 REIS FILHO, Op. Cit., 2014, p. 86.

233 REIS FILHO, Op. Cit., 2014.

Amazônia, identificada como um *'espaço sem povo'*,<sup>234</sup> onde a presença de mão de obra era condição para o estabelecimento das empresas agropecuárias na região. Além do mais, também era intenção do governo tentar diminuir o fluxo de pessoas que se dirigiam para as grandes cidades do centro-sul oferecendo a Amazônia como o novo destino da migração interna no país.

Portanto, para julgarmos o sucesso ou fracasso de uma medida governamental não podemos utilizar como critério o que esperamos dessas políticas. Nessa análise, importa considerarmos o que é que o governo espera quando decreta determinado programa. A discussão do PIN no âmbito da racionalidade governamental do período aponta que a intenção em ocupar a Amazônia tinha como prioridade o estabelecimento da agroindústria na região. As políticas de integração, portanto, cumpriram importante papel na modernização da economia da Amazônia. Para o historiador Pedro Petit, que dedica suas obras e pesquisas ao entendimento da Amazônia, ao analisar as políticas públicas direcionadas à região na década de 70, afirma que o abandono dos projetos de colonização no governo seguinte é algo que devemos levar em consideração, no entanto ele aponta um outro foco nessa discussão:

O governo Federal, após abandonar, em 1974, os projetos de colonização na Transamazônica, optou também por dar prioridade na Amazônia Legal à concentração fundiária, tendo nos incentivos fiscais o principal instrumento para que grandes proprietários de terra e/ou empresas agroindustriais adquirissem, sem ter necessidade de fazer quase nenhuma inversão de capital, grandes extensões de terra utilizando-as, em muitos casos, exclusivamente como reserva de valor ou diretamente em atividades especulativas<sup>235</sup>.

O abandono dos projetos de colonização na Transamazônica estão associados ao posterior processo de ocupação realizado pelos proprietários de terra e/ou empresas agroindustriais nestas localidades. A entrada das empresas na região foi consolidada no governo seguinte, no entanto, foi com essas intenções que o governo Médici planejou as ações que orientaram o Programa de Integração Nacional. Como afirma Araújo Reis, “No final das contas, investimentos e incentivos acabaram servindo aos negócios lucrativos das empresas agropecuárias”<sup>236</sup>. E se a prioridade do PIN era exatamente facilitar a aquisição de terras por parte da iniciativa privada, como atestar o seu fracasso? O agronegócio é uma herança da ditadura e como também vem sendo dito pelo historiador Daniel Araújo Reis, a agroindústria fortalecida pelo governo civil-militar ocupa hoje uma posição inquestionável na política econômica nacional. Hoje, o agronegócio domina a produção agrícola, as exportações e financia as campanhas empresariais<sup>237</sup>

---

234 REIS FILHO, Op. Cit., 2014.

235 PETIT, Op. Cit., 2003, p. 87.

236 REIS FILHO, Op. Cit., 2014.

237 O tema das heranças da ditadura na democracia foi abordado por Daniel Araújo Reis em conferência realizada a IX Semana de História Política da UERJ, em outubro de 2014.

Ao analisar um projeto do tamanho e complexidade do PIN temos de buscar o conjunto de causas que motivaram seu decreto, bem como os objetivos que de maneira geral orientaram o governo Médici. A partir daí, faz-se necessário a investigação minuciosa de suas obras para melhor entendermos as consequências de sua execução e o papel a que veio cumprir no programa de governo. Realizada esta pesquisa e tomando como critério as intenções da ditadura e do governo Médici posso afirmar que o PIN foi um programa que obteve satisfação as intenções do regime.

Inerido o PIN na racionalidade governamental da década de 1970 e apresentada a colonização dirigida como a obra síntese da Integração Nacional, considero que algumas questões ainda permanecem em aberto. Primeiro, como o governo pôde rapidamente mobilizar a ocupação da Amazônia em seus discursos oficiais? Qual o conhecimento utilizado pelo governo para entender a Amazônia como um destino possível aos trabalhadores rurais e uma localidade de escolha para investimento público e privado? Para além ou aquém das secas, quais as motivações para que de maneira ostensiva o governo investisse no deslocamento das populações provenientes do Nordeste? E mais: a que se deve a facilidade e o imediatismo com que essas populações rapidamente chegaram a uma região de vida tão difícil quanto a que deixaram no Nordeste? A facilidade com que esses contingentes se deslocam em busca de terra e trabalho merece ser melhor problematizada. O último capítulo da dissertação pretende fazer uma viagem rumo às dinâmicas regionais. Ao atravessar as particularidades da experiência regional é possível entendermos a maneira com que o Nordeste e a Amazônia foram articulados no discursos oficiais. Na retórica governista, essas regiões dificultavam o desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo que detinham as soluções para o progresso da nação.

## 4 NACIONALISMO E POLÍTICAS REGIONAIS

### 4.1 A Enorme Tarefa

A proposta de integração nacional acompanha a história política do país. O significado da Integração Nacional está sujeito a vários regimes de historicidade. Encarar o significado da integração como um objetivo político frequentemente presente na história do país não corresponde a entendê-lo como dotado de uma feição única. Os meios institucionais, as técnicas e os discursos mobilizados para atingir esse objetivo tiveram diferentes características ao longo do tempo. Ou seja, a Integração Nacional tem várias facetas e o texto que se segue é uma tentativa de apresentar o significado dessa experiência durante o Governo Médici.

O tema da integração aparece frequentemente nos discursos oficiais. Mesmo que apareçam regularmente nos discursos oficiais, a integração econômica e social das regiões brasileiras parece que nunca ter sido efetivada e o que permanece para a história são os meios, as técnicas e os discursos mobilizados para atingir esse objetivo. Portanto, o legado histórico da integração nacional, me indicou a possibilidade de investigá-la dentre as políticas governamentais da ditadura<sup>238</sup>. Ao longo da dissertação apresentei a narrativa dessas políticas governamentais, ou melhor, da intervenção do Estado brasileiro, seus interesses e sua práxis. Neste último capítulo, analisarei o significado político da Integração Nacional no momento do terceiro governo da ditadura.

Durante os primeiros anos da década de setenta, a necessidade apresentada como de “integração” das regiões do território nacional orientou boa parte das políticas econômicas e sociais do período. De acordo com o planejamento do governo Médici, a integração nacional era o caminho para melhor administrar o grande espaço brasileiro. Neste governo, as políticas pela integração consistiam em uma estratégia regional, onde eram priorizadas as intervenções no Nordeste e na

---

<sup>238</sup> Tento descrever o contato inicial com o tema aqui tratado. No universo da pesquisa histórica, a intencionalidade na escolha do recorte se mescla com as condições com que o tema aparece ao pesquisador. Se o tema é histórico, existiram condições que possibilitaram sua aparição e sua permanência no tempo presente. O conjunto de documentos oficiais que tratam da questão indicam que a Integração Nacional aparece como uma política de governo. Para isso, dentre as referências que compõem a reflexão metodológica, ganha destaque a contribuição do historiador Carlo Ginsburg em obras como: GINZBURG, Carlo. *Señales: Raíces de un Paradigma Indiciario*. In GARGANI, Aldo (org.) *Crisis de la Razón*. México, 1983. E GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

Amazônia. A intenção declarada era estimular o desenvolvimento do capitalismo nessas regiões e consolidar a economia do centro-sul do país. De maneira geral, no início da década de setenta, as ações de governo assumiram contornos de uma intervenção comprometida com o modelo de desenvolvimento capitalista e com o aniquilamento da subversão, dois pilares fundamentais da ditadura instaurada no Brasil após 1964. As obras e discursos pela integração não fugiram desta regra. Isto é, “A almejada integração nacional, discurso que acompanha os governos antes do golpe de 1964 aparece agora ressignificada, ligada a ideia de desenvolvimento com segurança nacional, com base em **outra racionalidade** (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 38, grifo nosso)”.

A outra racionalidade de que fala a historiadora está ligada à preocupação da ditadura com as dinâmicas regionais. Durante o mandato de Médici, o Nordeste e a Amazônia emergem como as regiões problema do território nacional. Nessas localidades, o governo teria de intervir sistematicamente, tanto para dar um salto no crescimento econômico como para garantir a segurança frente às ameaças ao desenvolvimento capitalista. Na concepção do governo, Nordeste e Amazônia se aproximavam quanto aos problemas agrários e de acesso à terra. Nesse sentido, a solução para os problemas dessas regiões foram pensados num mesmo quadro de política públicas:

“Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário a solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o de terras sem homens na Amazônia<sup>239</sup>”.

Nas palavras de Médici, a “escassez de capital” no Nordeste e na Amazônia impedia o desenvolvimento nestas localidades. Essas regiões e suas dificuldades econômicas impossibilitavam a objetivada modernização da economia nacional. Segundo o general presidente, somente um programa integrado de desenvolvimento seria capaz de acabar com os problemas que o Nordeste e a Amazônia representavam ao progresso econômico nacional. Desta forma, a solução para ambas as regiões foi planejada em torno de uma intervenção conjunta: o programa integrado de desenvolvimento. O governo só pôde planejar um mesmo quadro de soluções uma vez que os problemas detinham a mesma causa fundadora: a questão fundiária. Nas palavras de Médici, esse problema correspondia ao “do homem sem terras no Nordeste e o de terras sem homens na Amazônia”. Identificada a raiz do problema, o programa integrado de desenvolvimento pretendia deslocar trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste, localidade onde não haviam meios de trabalho no campo, para a Amazônia, região onde haviam grandes espaços disponíveis à produção rural, mas que, por sua vez, não contavam com a presença de mão de obra suficiente à exploração da terra.

---

239 MÉDICI, Op. Cit., 1970, p. 149.

De acordo com o que é apresentado pelo discurso oficial, a integração é uma intervenção de ordem econômica. O deslocamento de mão de obra e a modernização da produção agropecuária é a solução para retirar o Norte e o Nordeste da posição periférica que ocupam na economia nacional. Portanto, as políticas regionais do governo Médici são imaginadas e postas em prática por um esquema complementar e interdependente. A noção de complementaridade entre as políticas regionais sugere o próprio termo que as orienta – a integração nacional. Para circunscrever a singularidade da Integração Nacional durante o governo Médici, percorri caminhos que me colocaram numa encruzilhada, lugar de onde foi possível enxergar o problema histórico aqui abordado. Um dos caminhos foi traçado pela própria pesquisa historiográfica<sup>240</sup>. O processo de pesquisa, a seleção documental e o diálogo com outros estudiosos do período me fizeram analisar as políticas de integração nacional a partir do Programa de Integração Nacional, decretado oficialmente em junho de 1970 – o PIN<sup>241</sup>. Outro caminho que compõe o cruzamento é problematizar a integração pela perspectiva teórica do acontecimento discursivo. A Integração Nacional é um acontecimento discursivo do governo Médici e, por conseguinte, da ditadura civil-militar<sup>242</sup>. Aí está exposta a encruzilhada de onde venho dialogando com os leitores. Ela é formada pelo cruzamento entre o Programa de Integração Nacional, decreto-lei do governo Médici, com o olhar teórico que o enxerga como um acontecimento discursivo da ditadura. Por sua vez, a encruzilhada nada mais é que um espaço público de onde é possível emitir opiniões, entrecruzá-las e questioná-las, sem, contudo, ter a pretensão de fixar conclusões. Muito mais oferecer ferramentas para discutir o PIN do que pretender encerrar o problema histórico aqui abordado.

A Integração Nacional é um acontecimento discursivo por excelência, ou seja, um acontecimento que se direciona ou ocorre a alguém (um corpo: os trabalhadores rurais, os empresários do agronegócio, os agentes do governo, os indígenas, etc); remete também a um agir (conjunto de discursos e documentos oficiais que reúnem textos de planejamento e/ou execução dos programas que vão mudando a realidade social da região amazônica por um processo violento de ocupação da área); e, por fim, suscita um conjunto de devires (os discursos pela Integração da

---

240 O processo de pesquisa, digo, a reunião de documentos e referências que me possibilitaram tratar do tema e contar sua história está de acordo com as reflexões metodológicas expostas por Michel de Certeau em: CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

241 “Entre os diferentes planos de desenvolvimento econômico nacional aprovados nos anos 70 que tiveram especial influência na Amazônia, cabe destacar o Plano de Integração Nacional, de junho de 1970, que tinha como uma das suas metas principais financiar as obras de infraestrutura destinadas a facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE(...) (PETIT, 2013, p. 82).

242 Segundo François Dosse (2013), a perspectiva de acontecimento na obra de Foucault é marcada pelo que ele define como “acontecimento discursivo”. O surgimento de determinados enunciados são capazes de operar deslocamentos na forma como pensamos e vivenciamos a experiência histórica. Dito de outro modo, a emergência desses enunciados é o que nos permite definir essa ou aquela política experiência histórica enquanto acontecimento.

Amazônia e do Nordeste não começam na ditadura assim como também não terminam no governo Médici). Ao especificar a experiência na década de 1970 posso diferenciá-la dos momentos anteriores e apontar seus devires em histórias que se estendem até o tempo presente.

Dentre outras questões mais significativas, a preocupação da análise discursiva consiste em buscar (1) como se formaram os discursos da integração, (2) quais necessidades governamentais atendem, (3) como se modificaram ao longo da experiência e (4) em que medida foram apropriados pela sociedade brasileira da época. De maneira geral, quis investigar as condições de emergência, crescimento e variação do discurso da integração no Brasil na década de 1970.

Retomo agora as palavras do próprio presidente Médici para entendermos a importância da Integração Nacional em seu governo:

Meu comparecimento a esta sessão especial do Conselho tem o objetivo de reiterar-lhes a elevada prioridade que o Terceiro Governo da Revolução empresta a dois relevantes problemas nacionais. Refiro-me ao desenvolvimento da produção agropecuária e à recuperação do atraso econômico das regiões Norte e Nordeste, problemas que, colocados na primeira linha de nossas preocupações e merecedores da maior atenção por parte de todos os setores do Governo, continuam a desafiar nossa capacidade de realizar, em curto prazo, a enorme tarefa de promover a transformação urgente que sabemos necessária para completar a integração nacional.<sup>243</sup>

No livro em que aparece publicado, este pronunciamento é intitulado “A enorme tarefa”. Segundo o presidente, a enorme tarefa de seu governo era promover a transformação necessária à integração nacional. Essa transformação, nas ações de governo, se daria pelo “desenvolvimento da produção agropecuária”. Durante o governo Médici, a ditadura vai dar uma atenção especial às políticas agrárias, pois neste terreno estariam as transformações necessárias ao desenvolvimento capitalista. No entanto, essa preocupação dos militares com a zona rural brasileira não é exclusiva ao governo Médici. No início do regime, uma série de medidas foram decretadas como forma de intervir no cotidiano das populações rurais<sup>244</sup>. A pasta parece ter sido esquecida durante o governo Costa e Silva, mas retomada com todo o vigor no momento em que Médici assume a presidência. A importância das dinâmicas regionais cresce a medida que o governo pretende intervir no meio rural brasileiro. Nordeste e Amazônia, cada uma a seu modo, ofereciam os subsídios necessários à modernização da produção no campo. O Nordeste com seus grandes contingentes de trabalhadores rurais e a Amazônia com grandes faixas de terra disponível à produção agroindustrial. Consciente dessas potencialidades, o Estado brasileiro na década de 1970 montou um esquema que abriu as

---

243 MEDICI, Op. Cit., 1971, p. 67. Pronunciamento realizado na abertura da reunião do conselho Monetário Nacional, Palácio do Planalto – 29/03/71.

244 MARTINS, Op. Cit., 1984. IANNI, Op. Cit., 1979. O Estatuto do Trabalhador Rural é uma obra da ditadura e foi proclamada pelo general Castelo Branco, primeiro militar a ocupar a presidência após o golpe de 1964. Junto ao estatuto, vimos que este governo extinguiu a antiga Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e fundou três novas instituições: o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o GERA (Grupo Executivo da Reforma Agrária)

portas para a iniciativa privada na Amazônia. Uma vez na região, as empresas tiveram como suporte a mão de obra vinda de outras regiões, sobretudo os *homens sem terra*<sup>245</sup> provenientes do Nordeste. A enorme tarefa do governo Médici estava então ligada à modernização da estrutura de produção agropecuária. No entanto, mais do que efetivar a modernização capitalista, as ações de seu governo na Amazônia montaram as bases para a ocupação sistemática da região:

(...) entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuía, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais. (...) a partir de meados dos anos 70, o governo federal (...) orientou sua intervenção econômica com base nas vantagens comparativas de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional. Ainda que em todos esse modelos se tivesse como meta favorecer a integração econômica da Amazônia à economia nacional, durante o mandato na presidência da República de Ernesto Geisel (1974 – 1979), foi claramente definida qual seria a especialização econômica à qual seriam destinados os diferentes espaços intra-regionais na Amazônia brasileira, dando prioridade ao incremento da concentração fundiária<sup>246</sup>.

Durante o regime, é possível identificarmos uma série de esforços governamentais para o desenvolvimento na Amazônia. Ao governo Médici coube a construção da rede viária terrestre, da qual a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém foram a obra de grande expressão. Nas páginas anteriores afirmo que a colonização foi a grande obra da integração nacional. Mas mesmo se tomarmos a Transamazônica como o grande esforço da integração, as políticas de desenvolvimento do governo Médici seguem associando a intervenção na Amazônia em conjunto com o Nordeste. A BR-230 liga o litoral da Paraíba ao interior do Amazonas. Dentre outras questões, a construção da estrada possibilitaria o deslocamento de trabalhadores rurais para a Amazônia.

Alguns parágrafos acima apontei que a integração nacional é um conjunto de obras e discursos governamentais forjados na linguagem da economia (FOUCAULT, 1984). Mas através da crítica à racionalidade governamental é possível deslocar as medidas econômicas do governo da ditadura para entender os mecanismos de intervenção política no Brasil da década de 70. Por exemplo, o desenvolvimento agropecuário expõe o compromisso desse governo com o capitalismo e nos permite, por exemplo, enxergar a relação entre militares e empresários civis durante o regime. Portanto, mesmo que os documentos oficiais estabeleçam problemas de ordem econômica, é interessante criticá-los no intuito de apontar problemas políticos fundamentais ao golpe de 1964 e ao regime da ditadura no país. Ao analisar a integração nacional,

---

245 MEDICI, Op. Cit., 1972.

246 PETIT, Op. Cit., 2003, p. 81/82.

discuto a forma pela qual ela [a Integração] assume e produz um discurso que se apresenta com um determinado suporte institucional, abrangendo e agilizando/cruzando diversas medidas administrativas, normas e regulamentos, propagandas, anunciando a sua função estratégica de **reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários**<sup>247</sup>.

A Integração Nacional se inscreve nas relações de poder e funciona estrategicamente. Suas obras atendem a uma racionalidade governamental preocupada com razões políticas e não somente econômicas. Reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários. Essas são duas questões que motivaram o governo Médici a dedicar uma atenção especial às regiões periféricas do território nacional.

## 4.2 Amazônia: espaço vazio e redenção cabocla

No conjunto das políticas regionais, a Amazônia aparece como um território a ser conquistado. O Estado brasileiro da década de 70 assume a missão de integrar aquela região ao restante do país. Mas essa tarefa não é algo que o governo possa desincumbir-se sozinho. Para tanto, o Estado tem de criar e estimular a necessidade de intervenção na região. De maneira geral, a população brasileira da década de 1970 teria de ser parceira do empreendimento governamental em território amazônico. A meta consistia em fazer crer que a intervenção na Amazônia era aceitável e necessária. Isso tanto para as populações amazônicas quanto para as populações erradicadas em outras regiões, uma vez que parte delas seriam mobilizadas para ocupar a região e outra parte seria responsável pelo financiamento das políticas que facilitariam tal ocupação. Ao isolar a Amazônia nas análises que se seguem, pretendo discutir a maneira com que o governo Médici teve de criar e atualizar um meio, inventar e reinventar uma região, organizar e planejar um território para a execução de suas políticas públicas na região.

Em documento que discorre sobre o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o I PND (1972/1974)<sup>248</sup>, estão colocadas algumas estratégias para as políticas regionais. No que toca à Amazônia, a estratégia consistia em integrar a região em duas linhas mestras:

I – Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul.

II – Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de

---

247 GUIMARÃES NETO, Op. Cit., 2014, p. 41, grifo nosso.

248 Publicação federal que dispõe sobre a Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971.

Neste documento, a integração transcende o seu caráter econômico. Junto à economia, a integração física e cultural ganham destaque. Nesse sentido, a Amazônia não estaria isolada somente do regime de produtividade do país, mas sua parte física e sua cultura também necessitavam ser incorporadas na comunidade brasileira. Essa incorporação se daria mediante a absorção dos excedentes populacionais de outras áreas do território brasileiro. Para isso seria necessário criar as condições de recepção desses novos tipos culturais – e a responsabilidade dessa criação ficou a cargo do governo Médici. Quando o discurso oficial traz a importância da cultura nas políticas de integração do território, não significa que as políticas públicas teriam de assumir essas dimensões, cultura e território, como independentes, isoladas uma da outra. Em conjunto, tanto a cultura, como a economia e o território, precisaram ser mobilizadas nos discursos oficiais para que o governo pudesse organizar sua intervenção. As obras que o governo Médici estava disposto a realizar na Amazônia teriam como carro chefe a modernização da economia, no entanto, também iriam interferir no cotidiano daquelas populações a ponto de modificar (ou, nos termos oficiais, evoluir) a cultura praticada no espaço amazônico. Através da imposição do modelo de produtividade capitalista o governo violentou a cultura praticada naquelas áreas.

Os estímulos ao desenvolvimento iriam modificar o cotidiano das populações amazônicas. Consciente desse processo, o governo teve de revestir seus discursos por uma crítica que legitimasse a transformação das formas de vida na Amazônia. Apesar de interferir num território, o governo teve de lidar diretamente com as dinâmicas populacionais. Mesmo com baixos índices populacionais, a região contava com a presença de grupos humanos:

A retórica das propostas de desenvolvimento econômico e ocupação de áreas costuma repetir que “a meta é o homem”. No caso da Amazônia, desde a motivação declarada mais persistente para justificar os grandes projetos – a absorção dos excedentes populacionais – até às mais razoáveis preocupações com a “**redenção do caboclo**” estiveram sempre rentes com aquela pomposa declaração<sup>250</sup>.

A Amazônia do futuro não seria mais o lugar do caboclo. Para o governo, modificar o lugar de pertencimento desses grupos pela transformação agropecuária era uma forma de melhorar o nível de renda e bem-estar na região. Para a retórica do governo Médici, e arrisco dizer que para qualquer gestão das formas estatais do tempo presente, melhorar a renda é um sinônimo de bem-estar, um índice que aponta a melhoria da qualidade de vida. No caso da Amazônia, criou-se a ilusão de que a modernização do capitalismo era (e é) uma alternativa natural à melhoria de vida da população

---

249 GOVERNO FEDERAL, I PND, 1971, p. 29.

250 CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, 142.

cabocla. A transformação do perfil do caboclo, sua “redenção”, é entendida como uma necessidade e uma consequência do desenvolvimento capitalista na região. A cultura cabocla não era condizente como o regime moderno a que se pretendia instaurar nessas localidades. Ao articular o espaço físico e a cultura, o governo organiza as intervenções no ambiente amazônico. Os enunciados defendem a necessidade do desenvolvimento de um território sempre levam em consideração o seu elemento humano. São os indivíduos e grupos sociais que precisam ser mobilizados na execução das políticas públicas. Para forjar as intervenções no espaço amazônico, o governo teve de lidar com toda uma trama de relações sociais que envolviam a crítica às formas de vida na região.

A integração da Amazônia é bem articulada no discurso oficial. A segurança de suas afirmações é uma condição para que qualquer governo coloque em prática as suas políticas.. No entanto, para problematizar as soluções governamentais é preciso entender quais os problemas que essa razão pretende enfrentar. Aí reside os mecanismos que ao longo da dissertação nos permitiu criticar as políticas da ditadura.

Para isso, faz-se necessário um recuo histórico que pretende capturar as intenções do governo da ditadura antes de ser comandado pelo general Garrastazu Médici. Ora, a integração nacional é um tema caro às forças armadas. Em 1968, na oportunidade do II Fórum sobre a Amazônia, o então ministro do interior, general Albuquerque Lima, antecipava as políticas de integração:

atenuando-se os desníveis existentes, transformando-se em causa comum o deslocamento, rumo ao norte, das nossas fronteiras econômicas, realizando-se em uma palavra, a grande obra da integração nacional<sup>251</sup>

Desde de 1968, o governo já planejava as políticas para a Amazônia em torno do discurso de integração. Apesar do planejamento remeter a anos anteriores, as obras da integração só foram decretadas a partir da década de 1970, com o decreto do Programa de Integração Nacional – o PIN. Como vimos em capítulos anteriores, as políticas de integração da década de 1970 não estavam exclusivamente ligadas ao momento de sua execução, mas remetem a antigas soluções para os problemas da região. A necessidade de integração é pautada por problemas que, segundo o discurso oficial, acompanham a história da Amazônia.

De maneira geral, esses problemas são entendidos como obstáculos ao desenvolvimento. Ou seja, só são problemas à medida que dificultam a expansão da economia capitalista moderna. Ainda segundo o ministro do interior, as principais dificuldades ao desenvolvimento da Amazônia eram as seguintes:

---

251 ALBUQUERQUE LIMA, 1971, p. 22, apud PETIT, Op. Cit., 2003, p.80.

- grande extensão física e escassa população que nela residia, e escassez de recursos humanos para a ocupação dessas fronteiras econômicas e geográficas;
- o desconhecimento do potencial dos recursos naturais;
- o problema do abastecimento de produtos agropecuários e insuficiência de alimentos, tanto quantitativa como qualitativamente;
- a predominância da indústria do semi-artesinato com raros enclaves de grande porte; e a insuficiência de espírito empresarial na área privada e nenhuma industrialização
- a falta de coordenação na atuação dos órgãos públicos<sup>252</sup>.

Do ponto de vista do capital, as dificuldades para o desenvolvimento na Amazônia não são problemas contingenciais, contemporâneos à ditadura, mas dificuldades que acompanham a história da região. Por outro lado, as soluções que iriam acabar com essas dificuldades são remetidas exclusivamente ao governo da ditadura, mais especificamente ao governo Médici. Isso significa que o regime viria para cumprir a missão histórica de retirar a Amazônia de sua condição subdesenvolvida. Não foi a partir do governo Médici que Amazônia passou a ser criticada pela sua extensão física, assim como não foi este governo que inventou o argumento de que a escassa população da região impedia a exploração de seus recursos econômicos.

A Amazônia era então inventada nos discursos governamentais como um espaço vazio do território nacional. Essa associação entre Amazônia e espaço vazio vai ser bastante utilizada nos discursos pela integração no intuito de legitimar a ocupação aos olhos das pessoas que já se encontravam na Amazônia, bem como para fazer do deslocamento uma causa comum às populações das quais o governo pretendia transferir para a região.

O Jornal do Brasil cumpriu importante papel no que toca à circulação dos discursos que reforçavam a necessidade das políticas públicas da ditadura. A respeito da associação entre Amazônia e espaço vazio, em fevereiro de 1970, na sessão intitulada “informe JB”, é possível lermos no jornal:

o governo vai dedicar-se, este ano, no setor da agricultura, a dois grandes programas, reforma agrária e ao que resolveu denominar ocupação do espaço vazio. (...) A ocupação do espaço vazio será o programa de aproveitamento de grandes áreas abandonadas do território nacional. Inicialmente serão beneficiados o Nordeste e a Amazônia, através de uma intensa colonização e desenvolvimento agrícola. Uma outra área será o Planalto Central. Este, no entanto, com o aproveitamento da terra para a pecuária, através de estímulos e créditos<sup>253</sup>

Segundo o que nos apresenta o Jornal do Brasil, tanto a Amazônia, quanto o Nordeste e o Planalto central seriam as áreas abandonadas do território nacional. A ocupação desses espaços se daria por uma “intensa colonização”. No planalto Central, a terra seria aproveitada pela pecuária,

252 ALBUQUERQUE LIMA, 1971, p. 22, apud PETIT, Op. Cit., 2003, p. 80.

253 JORNAL DO BRASIL. “Informe JB”. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1970.

enquanto no Nordeste e na Amazônia seriam priorizados o desenvolvimento agrícola. Deixemos de lado, no entanto, as considerações a respeito do Nordeste e do Planalto Central, elas serão problematizadas a seguir. Nos concentremos, dessa forma, na classificação da Amazônia como terra abandonada. Retomando o que nos aponta o ministro Albuquerque Lima, o abandono da Amazônia é caracterizado pela escassa população que nela residia. O jornal reforça o entendimento da região como espaço vazio e defende a colonização como a melhor forma de ocupá-la. Da mesma maneira responde o ministro, quando afirma que as políticas de integração da Amazônia serão pautadas pela ampliação das fronteiras econômicas no norte do país.

A concepção de que na Amazônia residiam baixos contingentes populacionais justifica parte das políticas de integração a que o governo Médici pretendia realizar. Segundo Alfredo Wagner, antropólogo que dedica seus estudos e pesquisas à Amazônia:

Este argumento de “insuficiência demográfica” ou de “baixa densidade populacional”, considerado em si consiste num risco. Por mais de uma vez tem aberto as portas para a assertiva de “espaço vazio”, nas justificativas dos programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais.<sup>254</sup>

Para o antropólogo, a concepção de espaço vazio é uma assertiva. Classificar a Amazônia por *espaço vazio* é uma ideia cristalizada no pensamento social. Por sua vez, são as próprias políticas públicas que autorizam o entendimento da Amazônia como um espaço vazio do território nacional. Isso porque são as pesquisas demográficas postas em prática por órgãos institucionais – no caso do Brasil, o IBGE – que permitem afirmar a baixa densidade populacional e, portanto, legitimam a construção da ideia de vazio demográfico.

Portanto, os discursos que mobilizam os argumentos da insuficiência demográfica remetem a experiências históricas anteriores à ditadura. Identificar a origem desses discursos no regime pós 64,

nos levaria a esquecer, por exemplo, que, entre os principais divulgadores das ideias – hoje geralmente combatidas, mas ainda plenamente vigentes – de definir a Amazônia como espaço vazio, fronteira a ser ocupada (...) estavam setores da elite local e não poucos intelectuais da região bem antes da instauração do regime militar e da própria criação da Sudam<sup>255</sup>.

Para demonstrar seu argumento, o historiador recorre às palavras do médico, administrador e sociólogo amazonense, Araújo Lima. Na obra intitulada “Amazônia: A Terra e o Homem”, escrita na década de 1930, afirmava o autor:

---

254 ALMEIDA, Op. Cit., 2008, p. 33.

255 PETIT, Op. Cit., 2003, p. 284.

O homem do amazonas traz o estigma aviltador que o obscurece na qualificação etnológica brasileira. É um anatemizado: indigno da grandeza da terra que lhe coube(...). Terra deserta, por ser povoada (...). Não está em causa a qualidade da terra, mas a quantidade de gente. (...) No Amazonas, como em outras regiões brasileiras, o espaço não é um bem; é um mal. A tirania está na grandeza territorial, a que não corresponde a uma população numericamente capaz de ocupá-la<sup>256</sup>.

No discurso de Araújo Lima as caracterizações da Amazônia por “Terra deserta” estão relacionadas ao elemento humano daquela região. Para caracterizar a Amazônia como um deserto não estava “em causa a qualidade da terra mas a quantidade de gente”<sup>257</sup>. Além disso, para o sociólogo, o problema do povo amazônico não se restringia a uma população numericamente incapaz de ocupar aquela região. Utilizando-se de termos pejorativos e preconceituosos ele estabelece duras críticas ao que chama de “*homem do amazonas*”. De acordo com o sociólogo, o homem do amazonas é aviltador; humilhante, vil e desprezível. Nesta mesma obra, Araújo Lima chega a definir essas pessoas como anatemizadas, o que no pensamento cristão significa um tipo de gente amaldiçoada, que distorce ou altera as palavras de Deus e da Bíblia.

*O homem do amazonas obscurece a a qualificação etnológica brasileira*<sup>258</sup>. As classificações dos tipos humanos da Amazônia fazem parte do mesmo esquema interpretativo que entende a região como um espaço vazio<sup>259</sup>. Essa correspondência pode ser observada na passagem assinada por Araújo Lima. Nas palavras do sociólogo, a ideia de que o homem amazônico é indigno da qualidade da terra em que reside aparece associada a uma população numericamente incapaz de ocupá-la.

A dificuldade do homem amazônico em explorar a região, e o fato da Amazônia ser entendida como um espaço vazio, fazem parte de um mesmo regime discursivo. Esse esquema interpretativo foi utilizado pelas políticas públicas direcionadas à região na década de 1970<sup>260</sup>. A caracterização do tipo humano amazônico dada pelos discursos de Araújo Lima também é possibilitada pelos critérios utilizados nas pesquisas oficiais que pretendem definir a qualificação etnológica brasileira:

Os modelos para produzir tais critérios, considerados “objetivos” e “racionais”, são de inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos, que permeavam inclusive os argumentos demografistas e as categorias censitárias do IBGE. Vamos encontrar também estes princípios ditos “racionais”, orientando a criação da SUDAM, em 1966, e em toda a intervenção militar que resultou no GETAT, no GEBAM e nas políticas de colonização dirigida do INCRA e nas grandes concessões de terras públicas a empreendimentos

---

256 Idem, Idem, p. 284.

257 Idem, idem.

258 PETIT, Op.Cit., 2003.

259 ALMEIDA, Op. Cit., 2008.

260 Idem, idem.

privados no período ditatorial de março de 1964 a março de 1985<sup>261</sup>.

A atuação das instituições federais na Amazônia foram orientadas por discursos que entendem as populações amazônicas como estigmatizadas pelas noções de incapacidade em lidar com a terra da qual pertenciam<sup>262</sup>. O GETAT, o GEBAM e o INCRA, cada um a seu tempo, coordenaram o acesso à terra na Amazônia. A chegada das empresas agropecuárias, bem como a entrada dos migrantes na região e o conflito decorrente desse processo, foram mediados por esses órgãos. Tanto as empresas como os trabalhadores rurais chegavam à Amazônia em busca de terra onde pudessem se instalar e produzir. Esse processo de ocupação resultou em uma série de conflitos pela terra. Nesses conflitos, estavam envolvidos os trabalhadores migrantes e as empresas agropecuárias, assim como as populações que já residiam em território amazônico. Ou seja, os conflitos pela terra são resultados dos projetos desenvolvimentistas implementados na região.

A entrada das empresas agropecuárias veio substituir uma determinada forma de vida na região. Nas palavras do ministro do planejamento, era preciso substituir a “*predominância da indústria do artesanato*”<sup>263</sup> – tipo de atividade praticada pelas populações residentes no território amazônico. Portanto, a ocupação da Amazônia na década de 70 contrariou a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades, provocando, assim, uma série de conflitos sociais<sup>264</sup>. No contato com as populações amazônicas, os agentes do desenvolvimento, tanto os colonos como as empresas agropecuárias, declararam guerra às populações que já ocupavam o espaço amazônico:

Como é possível perceber, a partir do início da década de 1970, à medida que muitas empresas e comerciantes chegavam ao sul e sudeste do Pará, famílias de trabalhadores rurais pobres também demandavam a posse da terra. Os conflitos que ocorreram não foram somente em decorrência da expulsão dos trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas e não possuíam nenhum tipo de documento que os legitimasse como proprietários. Embora violento, este tipo de conflito aconteceu em menor número e não pode ser entendido como a única forma, em razão das disputas por terras na Amazônia brasileira. Os confrontos em decorrência da apropriação de terra ocorreram também porque os trabalhadores rurais e empresários, comerciantes e/ou fazendeiros que chegavam de outras regiões do Brasil disputavam, simultaneamente, as mesmas áreas de terras devolutas, sobretudo aquelas às margens das novas rodovias. Mas, nesse mesmo período, ocorreram também os conflitos em razão das ocupações de imóveis titulados ou aforados, principalmente os pertencentes às empresas privadas ou grupos familiares detentores do poder local. Quer dizer, à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros, especialmente do Centro-Sul, chegavam, trabalhadores rurais empobrecidos lutavam, às vezes, pela mesma área de terras.<sup>265</sup>

---

261 Idem, idem, p. 29.

262 GETAT (O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), criado em fevereiro de 1980. GEBAM(Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas) criado em 18 de fevereiro de 1980.

263 ALBUQUERQUE LIMA, Op. Cit., 1971.

264 ALMEIDA, Op. Cit., 2008.

265 PEREIRA, Op. Cit., 2013, p. 48.

Os programas e projetos de desenvolvimento implementados na Amazônia durante a década de 70 engendraram uma série de conflitos que se estendem até à contemporaneidade. Naqueles anos, o processo de ocupação da Amazônia não poupou as formas de vida da região. Se o intuito era desenvolver o espaço amazônico, foi necessário transformar a relação que as populações residentes tinham com a terra. O território aparece mais uma vez como um meio onde se pode intervir para alterar as dinâmicas populacionais. Atento a esse processo, nas políticas do governo Médici

Constata-se a recorrência de argumentos com o objetivo de assegurar um “povoamento amazônico” permanente, convertendo seringueiros e ribeirinhos em “colonos nacionais.” Tais argumentos lançam, por assim dizer, as bases de ações políticas oficiais de sedentarização forçada, que terão sua expressão mais acabada com a política de “colonização dirigida”, realizada na Amazônia em 1970-72, no período do governo ditatorial do General Garrastazu Médici<sup>266</sup>.

Transformar a economia da região significa substituir a cultura produtiva lá disseminada. Aos que já viviam nessas localidades, a ditadura forçava a sedentarização, impondo uma maneira diferente de lidar com o meio, dessa vez integrada aos padrões industriais capitalistas, presentes principalmente no centro-sul do país. No famoso estilo “ame-o ou deixe-o”<sup>267</sup> as políticas da ditadura impuseram novas formas de vida na região. Essa discussão remonta a violência do processo que de desenvolvimento capitalista na Amazônia. Os documentos não mentiam quando afirmavam que as políticas regionais direcionadas para região objetivavam não só a integração da economia, mas do território e da cultura amazônica<sup>268</sup>. Nessa guerra contra a “*tiranía da grandeza territorial*”<sup>269</sup> foram convocados os agentes colonizadores que junto ao governo Médici iriam “redimir” as populações locais, ou seja, submetê-las ao processo de modernização da economia. Os colonizadores, por sua vez, não seriam apenas os trabalhadores rurais provenientes do Nordeste, como tanto destacava as propagandas governamentais. Às empresas agropecuárias estava reservada, junto ao governo, a missão de integrar a população e o território amazônico, pois:

A integração social, que o Governo está firmemente disposto a promover em relação às populações do território amazônico, não é, porém, encargo de que ele possa desincumbir-se sozinho, exclusivamente através de investimentos públicos. A iniciativa privada, mediante os estímulos que lhe estão sendo oferecidos, toca igualmente papel decisivo no cumprimento desse programa<sup>270</sup>.

---

266 ALMEIDA, Op. Cit., 2008, p. 34.

267 Slogan da ditadura idealizado pela Aerp (Agência Especial de Relações Públicas), uma agência de propaganda criada pelo governo Médici. “Para os que ainda discordavam restava a porta de saída, segundo plágio de conhecida campanha estadunidense: Brasil, ame-o ou deixe-o ( no original: America, love it or leave it). (REIS FILHO, Op. Cit., 2014).

268 Governo Federal, 1971. Citado

269 Termo utilizado pelo Jornal do Brasil, 1971. Citado

270 MEDICI, *O Jôgo da Verdade*, Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 61/62.

O terceiro governo da ditadura escolhe a iniciativa privada como colaboradora das políticas governamentais na Amazônia. Na retórica oficial, a participação das empresas é fundamental para o desenvolvimento da região e sua integração com o restante do país. Esse é mais um pronunciamento que marca a aliança entre a ditadura e os segmentos empresariais na década de 1970. No que toca às políticas agrárias, conceder às empresas um “*papel decisivo no cumprimento desse programa*”<sup>271</sup> significa esquecer a responsabilidade pública com as classes menos favorecidas. As políticas agrárias da ditadura privilegiaram a minoria empresarial. Sendo assim, as políticas de desenvolvimento da Amazônia mantiveram a concentração da terra, marca da estrutura fundiária brasileira. Sobre o papel desempenhado pelas empresas na ocupação da Amazônia:

E mais: a Amazônia só pode ser ocupada racional e produtivamente se dirigida pela empresa privada comprometida com o desenvolvimento social; caso contrário, não há outra possibilidade histórica para o progresso da região, contando com agricultores produtivos e o controle do mercado. Para essa retórica não existe outra conclusão: à empresa privada está reservada a missão histórica de conquistar e promover o progresso material da Amazônia<sup>272</sup>.

Cruzando o discurso do ministro do interior com a análise da historiadora, fica evidente a intenção do governo em reservar aos empresários o usufruto das terras da Amazônia. Segundo essa racionalidade, era impossível existir a ocupação e o aumento da produtividade em terras amazônicas caso as empresas privadas ficassem de fora dos planos do governo para a região. Os militares arbitrariamente elegem o agronegócio como a saída para o problema da terra. Criam a ilusão de que a única possibilidade para melhorar a condição de vida na Amazônia era a associação entre governo e iniciativa privada – artifícios do discurso pelo progresso. Portanto, as políticas agrárias da ditadura seguem a linha da modernização conservadora<sup>273</sup>.

O estabelecimento das empresas na região acarretou na modernização da produção agrícola. O conceito de modernização traz consigo a ideia de novidade e transformação. A modernização da Amazônia não acarretou, contudo, na transformação da estrutura de propriedade da terra. Pelo contrário. Através de incentivos fiscais, o governo brasileiro na década de 1970 concedia créditos fundiários aos empresários da agroindústria, facilitando a aquisição de terras devolutas por essas empresas. Ao abrir as portas da Amazônia à entrada da iniciativa privada, os gestores da década de 1970 agravaram o processo de acumulação da propriedade da terra. Sendo assim, as políticas agrárias da ditadura, estimularam regimes industriais de produção agropecuária, mas, para isso, conservaram grandes extensões de terras nas mãos de pequenos segmentos sociais. Ou seja, a

---

271 MEDICI, 1970. Citado.

272 GUIMARÃES NETO, Op. Cit., 2002.

273 PETIT, Op. Cit., 2003.

modernização da economia na Amazônia conservava a estrutura de propriedade da terra dos anos anteriores ao regime militar. Estava mantida a segregação social caracterizada pelos latifúndios:

A política agrícola praticada pelos Governos Militares deu prioridade, nas diferentes regiões do país, às culturas de exportação e concentração fundiária, proporcionando créditos e incentivos fiscais aos grandes proprietários de terra e a empresas agroindustriais<sup>274</sup>.

Diante da urgência em ocupar as fronteiras e os territórios amazônicos, a prática extensiva da agroindústria constituía a mais rápida solução. Concentrando grandes faixas de terras nas mãos de poucas empresas agropecuárias, o governo agilizava a ocupação extensiva da região por um processo produtivo capaz de contribuir com o salto dos índices econômicos. A respeito da relação entre integração da Amazônia e aumento da produtividade agrícola, ofereço à discussão uma matéria também publicada pelo Jornal do Brasil:

Por integração da Amazônia entende-se em primeiro lugar a ocupação plena do seu vasto território. O homem brasileiro precisa fincar ali os pés e deitar raízes. Projetos industriais e agropecuários, impulsionados a base de capitais paulistas, preparam as condições para esta permanência derrotada até agora pela descontinuidade do comércio e das atividades agrícolas extrativistas<sup>275</sup>

A matéria é intitulada “Amazônia Enjeitada”<sup>276</sup>. O título, portanto, alude à condição de abandono a qual estaria relegada a região. Mais uma vez a Amazônia é comparada a um espaço rejeitado, desprezado, vazio. Diante do abandono cabia ao homem brasileiro “fincar ali os pés e deitar raízes”. Segundo o que nos é apresentado pelo jornal, a presença do brasileiro na região só poderia ser garantida pelos projetos industriais e agropecuários a que se pretendiam ali instalar. No entanto, a integração, ou, nas palavras utilizadas pelo Jornal, “a permanência” do homem brasileiro na Amazônia, era “derrotada pela descontinuidade do comércio e das atividades agrícolas extrativistas”. A relação desses discursos com as políticas regionais do terceiro governo da ditadura é inquestionável. Nos pronunciamentos que inauguraram o PIN, a utilização desses argumentos é recorrente. Naquele momento, o estímulo à agroindústria era uma forma de substituir as atividades agrícolas extrativistas por um processo que acumulasse as terras nas mãos das empresas e garantisse, também, a plena ocupação do território amazônico.

No final da matéria é comentada a presença de atividades agrícolas extrativistas na Amazônia. Porém, no início do texto é possível ler que o “homem brasileiro” precisava “fincar ali

---

274 PETIT, Op. Cit., 2003, p. 86.

275 JORNAL DO BRASIL. “Amazônia Enjeitada”. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1970.

276 Enjeitado: Que foi alvo de rejeição; que foi recusado; rejeitado: pedido enjeitado. Jurídico. Que foi alvo do abandono paterno e/ou materno; diz-se de criança que foi desamparada por seus pais. s.m. Criança que foi desamparada ou abandonada por seus pais. P.ext. Pessoa que não tem (boa) sorte; desfavorecido. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/enjeitado/> (Acessado pela última vez em 25/05/2015)

seus pés”. Ora, se já existia atividade, existia também a presença de homens e mulheres na região. O extrativismo é associado ao nomadismo e identificado como uma produção passageira e descontínua. Somente a produção em escala industrial permitiria o estabelecimento do “homem brasileiro” na região e sua permanente integração ao território nacional.

Ainda na matéria “*Amazônia Enjeitada*” podemos ler que os projetos industriais e agropecuários seriam impulsionados por capitais paulistas. O processo de ocupação da Amazônia a que o governo estava disposto em realizar seria facilitado pelo dinheiro proveniente da região Sul e Sudeste do Brasil, locais onde a renda nacional estava concentrada. O caráter conservador das políticas da ditadura não se restringiam, portanto, à manutenção da estrutura de propriedade da terra no país. À medida que é o capital paulista quem financia as obras na Amazônia, os ganhos decorrentes desses investimentos são retornados a esses agentes financeiros, mantendo, desta maneira, a acumulação do capital no centro-sul do país:

O mesmo pode ser dito quanto ao mecanismo de captação de recursos no sul – sujeito à ação de organizações especializadas no mercado mobiliário –, cujos abusos e fraudes foram de tal natureza que obrigaram o governo a controlar, através do que se chamou de um “Fundão”, os instrumentos de captação de recursos. Não é pertinente para os fins deste trabalho a análise destes aspectos da motivação da “capacidade empresarial” do sul, e das paulistas em especial, mas convém assinalar que numa interpretação mais complexa, a política de incentivos fiscais significou não apenas o robustecimento da iniciativa privada na Amazônia, mas também atuou como uma **medida ativadora da acumulação financeira no sul do país**<sup>277</sup>.

A ditadura pôs em prática uma modernização conservadora da economia nacional. Trouxe transformações que evoluíram a capacidade técnica da produção no meio rural, mas conservou a segregação social decorrente da acumulação financeira nas mãos dos grandes agentes empresariais. Essa orientação das políticas governamentais da ditadura nos remetem à discussão das alianças e negociações que permitiram a continuidade desse governo autoritário. Como analisei em páginas anteriores, os militares não governaram sozinhos. As políticas da ditadura foram postas em prática junto a determinados segmentos sociais. Quando olhamos a conformação das políticas na Amazônia, fica difícil nos esquivarmos da conclusão de que os grandes empresários do país foram os maiores beneficiados da integração nacional, portanto, parceiros fundamentais do governo da ditadura.

A integração nacional posta em prática a partir da década de 1970, ao invés de diminuir o desnível regional, como muitas vezes propagandeado nos discursos oficiais, acarretaram no aumento das disparidades entre o Norte e o Sul do país. As críticas à ação do governo federal na Amazônia é o cerne de um texto publicado em 1978, intitulado “Burocracia e Planejamento

---

277 CARDOSO; MÜLLER, Op. Cit., 2008, p. 131, grifo nosso.

Regional na Amazônia”:

na medida em que o processo desenvolvimentista privilegia o centro dinâmico do país, sua extensão à Amazônia passa a ser mediada por organizações públicas que, ao incorporar a ideologia dominante, o fazem de modo a operacionalizá-la como veículo de racionalização da subalternidade da região centro-sul (...) que acentua as disparidades regionais ao invés de atenuá-las<sup>278</sup>.

No entanto, não podemos resumir a intervenção governamental no norte do país como uma exploração paulista dos recursos amazônidas. Entender as políticas dessa maneira seria cair nas armadilhas dos discursos regionalistas. A Amazônia não é somente vítima do imperialismo paulista, pois parte de seus gestores apoiaram o espólio das empresas por serem favorecidos pela exploração. A isto nos alerta o historiador Pedro Petit, quando afirma:

Contudo, essas pertinentes críticas que alguns chegaram a definir como o 'imperialismo paulista sobre as economias regionais, não nos deve impedir de vislumbrar que muitas das ações do governo federal na Amazônia, antes, durante e após o fim do Regime Militar, foram favorecidas pelos interesses, discursos e outras práticas das elites econômicas e políticas e intelectuais da Região Norte<sup>279</sup>.

Portanto, a participação das elites da Região Norte foi determinante para construção dos enunciados que justificaram a intervenção da ditadura no norte do país. Assim como tiveram importante papel na circulação dos discursos que entendem a Amazônia por espaço vazio, essas elites também foram favorecidas pelas ações do governo federal na região. Essas elites intelectuais e econômicas criminalizaram as formas de vida cabocla na região. A integração econômica da Amazônia teve de vir acompanhada pela sua integração cultural. E a integração da cultura, por sua vez, implicava na exclusão do caboclo da Amazônia em detrimento da expansão da forma de vida capitalista. A modernização não incomodava as “elites da Amazônia”, pois através dela conservariam seus privilégios na região.

A importância dessas análises estão ligadas à regularidade com que determinadas representações da Amazônia aparecem na história da região. São essas representações históricas que compõem as imagens utilizadas pela intervenção política da década de 1970. Para tanto, apresento mais uma vez o texto intitulado “Amazônia Enjeitada”, publicado no editorial do Jornal do Brasil em 4 de abril de 1970:

Em longa viagem de um ano por aqueles confins, o escritor Mário Palmério constatou o isolamento quase total da Amazônia em relação ao resto do país. A região de outrora chamado inferno verde parece um apêndice no mapa do Brasil, uma terra esquecida e condenada à purgação de seus pecados naturais. Palmério, que costuma emoldurar os seus romances com um lastro de realidade, foi à Amazônia em busca de côr local. A isso

---

278 POTYARA, apud PETIT, 2003, p. 283.

279 PETIT, Op. Cit., 2003, p. 283.

chamava-se antigamente “recolher material”. A exemplo de outros viajantes, ele voltou impressionado como o que viu: a pujança de uma possível Canaã adormecida no desalento de sua grandeza hostil e telúrica<sup>280</sup>

A matéria prossegue afirmando o caráter abandonado da Amazônia. Durante o início dos anos setenta, a ideia de vazio demográfico é constantemente utilizada nos discursos sobre a região. Dessa vez, a Amazônia é apresentada como os “confins” do território nacional. Em viagem pela região, Mário Palmério teria presenciado o isolamento quase total da Amazônia em relação ao resto do país. Mais uma vez a Amazônia é representada pela imagem do abandono e do esquecimento. Outro discurso que não deve passar despercebido à análise da matéria é que, nesse novo trecho, as caracterizações da região amazônica mais uma vez aparecem ligadas às representações cristãs. A Amazônia do passado, da exploração extrativista e do isolamento nacional era o “inferno verde” do mapa brasileiro. O esquecimento e abandono dessa vez aparecem associados ao fato da região estar condenada à “purgação de seus pecados naturais”. Ou seja, neste discurso, as características naturais da Amazônia condenavam a região ao abandono. Essa concepção sugere que a intervenção humana, racional e técnica, portanto moderna, seria a única possibilidade de tirar a Amazônia do esquecimento para assim ser integrada ao restante do país. Na retórica oficial, a intervenção governamental na Amazônia durante a década de setenta era a verdadeira redenção daquelas terras.

A integração nacional era portanto a chance da Amazônia se redimir de seus pecados. Com o PIN, a ditadura se mostrava disposta a salvá-la da condenação a que estava relegada, pondo um fim a um dos principais problemas do território nacional. A possibilidade de integrar a região e retirá-la da sua condição natural de abandono está explícita na própria matéria. Nas últimas linhas é resumida a impressão que o escritor teve da Amazônia: “uma possível Canaã adormecida no desalento de sua grandeza hostil e telúrica”. Mais uma vez as rerepresentações cristãs auxiliam a construção de imagens da Amazônia. Canaã, a terra fértil e prometida, se esconde e se confunde na grandeza hostil da Amazônia. Sua “pujança”, sua revelação para o homem brasileiro, dependia da exploração racional e produtiva da qual o governo Médici estava disposto em realizar.

As representações da Amazônia que aparecem no Jornal do Brasil serviram aos usos dos discursos governamentais. Para legitimarem as políticas públicas na Amazônia, o governo federal utilizou de uma série de imagens que compõe um determinado regime discursivo da região. Neste esquema interpretativo, estão argumentos que constantemente opõem o antigo e o moderno, o velho e o novo. Frente ao antigo espaço vazio, o dinamismo da produção capitalista; ao invés do arcaico extrativismo, a técnica de produção agroindustrial...

---

280 JORNAL DO BRASIL, Op. Cit., 1970.

Nesta ordem, a abordagem bio-organicista apareceria imbricada com o procedimento de se pensar a Amazônia consoante um modelo dual, que se trata de um outro componente relevante dos esquemas interpretativos aqui tomados como objeto de reflexão. Semelhante procedimento dualista aparece nesta literatura interpretativa da Amazônia segundo diferentes modalidades de oposição simétrica, tais como: oposição entre “civilização” e “vida selvagem”, entre “progresso” e “atraso”, entre “modernidade” e “primitivismo”, entre “racional” e “nativo”, entre “sedentarização” e “nomadismo” e entre “harmonia” e “desequilíbrio”<sup>281</sup>.

Os discursos que acompanham a intervenção do governo Médici na Amazônia seguem as diretrizes indicadas na citação acima. O “modelo dual” e a “abordagem bio-organicista” orientam a racionalidade do governo federal a respeito da Amazônia. Esse esquema interpretativo é o que permite circunscrever os determinados problemas da Amazônia e a partir deles propor as devidas soluções à região. Ou seja, essa forma de pensar a Amazônia é o que permite o planejamento e a execução das políticas públicas nessa localidade. Por exemplo, o estabelecimento de uma produção agroindustrial na região significava a entrada da “civilização” em detrimento da “vida selvagem”. Da mesma forma, a presença dos militares nas fronteiras nacionais garantiria a “harmonia” e expulsaria os “desequilíbrios” causados pela insegurança do território nacional. Vida selvagem, desequilíbrios, etc., o que autoriza o entendimento destas questões como um problema é justamente o esquema interpretativo conservador ao qual se refere o autor da citação acima. Por sua vez, a ocupação da região pela iniciativa privada e o aniquilamento da guerrilha e da cobiça internacional foram algumas das soluções propostas pelo governo para acabar com o “primitivismo” na Amazônia e garantir a segurança necessária ao desenvolvimento da civilização brasileira na região. Esse conjunto de soluções também são pensados junto ao esquema interpretativo autoritário e conservador do qual se utilizaram os governos da ditadura.

Esse esquema interpretativo não é apenas utilizado pelas políticas da Integração Nacional na década de 1970. Há muito tempo ele vem orientando as intervenções governamentais na Amazônia. No entanto, o objetivo desta dissertação é tentar circunscrever a singularidade das políticas públicas propostas pelo governo Médici..

### **4.3 Amazônia e defesa nacional**

Apesar do lugar de destaque que a Amazônia ocupa no planejamento econômico do governo Médici, não podemos entender a integração nacional sem questionarmos sua importância estratégica

---

281 ALMEIDA, Op. Cit., 2008, p. 31.

nas políticas de segurança da ditadura. A segurança nacional é uma das principais razões para integrar a Amazônia. Neste ponto, uma questão se impõe: de quem os militares precisavam defender a Amazônia no início da década de 70? Em seguida, o que ameaçava a segurança da região no momento em que a presidência da república era ocupada pelo general Médici?

Certamente, como foi reiteradamente explicitado nos discursos oficiais, os modelos de desenvolvimento econômico implementados pelo Regime Militar na Amazônia não podem ser vislumbrados meramente em seus aspectos sócio-econômicos, pois, para a cúpula das Forças Armadas, a Amazônia era também, ou principalmente, um problema geopolítico. A necessidade de estimular a ocupação do território, entre outras decisões estritamente militares ou político-administrativas, para garantir a “posse desse imenso espaço vazio”, também tinha por finalidade evitar a “cobiça internacional” sobre a Amazônia, isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países, e prevenir também, entre outros riscos, que se instalassem na região focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros, como de fato aconteceu na região do Araguaia, entre 1967 e 1974, por iniciativa do PC do B<sup>282</sup>.

Quando os generais ocuparam a presidência da república, as diretrizes da administração federal na Amazônia passaram a ser arquitetadas em torno de sua segurança. Na concepção dos militares, as riquezas do solo amazônico despertavam o desejo de nações estrangeiras em conquistar aquele território. O abandono da região, entendido, dentre outros fatores, pela falta da presença sistemática do poder público, também estimulava o interesse das esquerdas em ocupar esses locais. Uma vez nesses espaços, os guerrilheiros tinham a intenção de mobilizar as populações rurais contra a ditadura. Onde não existia a presença do Estado não existia também a repressão militar às esquerdas. Portanto, militantes da guerrilha rural entenderam a Amazônia como um espaço onde poderiam propagandear as ideias de inspiração marxista, bem como realizar seus treinamentos de guerrilha e organizar algum movimento de resistência armada contra a ditadura<sup>283</sup>.

Diante do perigo que representava a cobiça internacional e o interesse das esquerdas na Amazônia, cabiam às forças armadas brasileiras a defesa da região. Ao identificar algumas ameaças à soberania do Estado brasileiro, um conjunto de políticas públicas foi direcionado para a Amazônia no intuito de, dentre outras questões, manter o controle o território sob controle do governo da ditadura e dos segmentos sociais que o acompanhava.

Nesse sentido, as políticas de integração da ditadura também cumpriram o papel de defender a região da “cobiça internacional” e dos movimentos de guerrilha contra a ditadura. “Integrar” a Amazônia era uma forma de garantir os mandos e desmandos do Estado brasileiro naquelas localidades. Dito com outras palavras, as ações governamentais pela segurança da Amazônia estão atreladas aos discursos e políticas da integração nacional – tema que permeia as principais

---

282 PETIT, Op. Cit., 2003 p. 79.

283 STUDART, Op. Cit., 2006.

discussões deste trabalho.

No documento que apresenta o I Plano Nacional de Desenvolvimento estão listadas algumas obras da integração da Amazônia:

A integração se realizará, principalmente:

- com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de articulação com as demais regiões;
- com uma rede de aeroportos de função estratégica, notadamente o aeroporto internacional de Manaus;
- com medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul; - com a instalação, já quase ultimada, de dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; - com a cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão; - e, ainda, com nova infra-estrutura das Forças Armadas na região<sup>284</sup>.

Nenhum outro documento reunido em pesquisa afirma que a ocupação oficial do solo amazônico se realizaria, principalmente, por uma “rede de aeroportos de função estratégica”, ou com “medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul”. Muito menos com a “cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão” ou “com nova infra-estrutura das Forças Armadas na região”. São essas duas últimas formas que discutiremos a seguir.

A obras de integração da Amazônia reforçam a necessidade da presença das forças armadas na região. Com uma nova infraestrutura, os militares ocupariam as fronteiras do Brasil, defendendo o país de uma possível invasão estrangeira e coibindo a presença das esquerdas nacionais naquele território. A ocupação da Amazônia, sua integração ao território nacional, só poderia ser realizada com a segurança das Forças Armadas.

A “cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão” foi uma necessidade discutida pelos gestores políticos do Brasil na década de 1970. Esse debate abre espaço para melhor entendermos o que representava a cobiça estrangeira na Amazônia, bem como a ameaça subversiva na região. Vejamos.

fala-se muito em defesa do Amazonas contra a invasão estrangeira. Mas há um aspecto sobre o qual ninguém ainda se deteve: em Manaus todas as emissoras de rádio são de pequena potência, e suas transmissões não conseguem chegar a muitas cidades do interior. Em compensação as rádios de Moscou, de Cuba, e de Pequim podem ter os seus programas em português captados no Amazonas com a maior clareza. (...) No rio, temos quatro emissoras de rádio estatais em funcionamento: Mauá, Roquete Pinto, Nacional e Ministério da Educação. Por que não transferir uma dessas emissoras para Manaus, dotá-las de um transmissor poderosíssimo, para que seus programas possam ser captados em toda a Amazônia?

A invasão psicológica, através das ondas hertzianas, é hoje uma arma de grande efeito no mundo da guerra moderna<sup>285</sup>.

---

284 GOVERNO FEDERAL, I PND, 1971, p. 29.

285 JORNAL DO BRASIL. *Informe JB*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1970.

Nesse caso, a presença das esquerdas e a ameaça estrangeira se confundem. No início da década de 70, muitas vezes elas são entendidas como a mesma coisa. A segurança nacional, obsessão dos militares durante a ditadura, significava, na Amazônia, a defesa desse território contra uma possível invasão estrangeira. Para o governo da época, ocupar a região era uma maneira de evitar a cobiça internacional. A matéria no *Jornal do Brasil* comenta que naqueles anos falava-se “muito em defesa do Amazonas contra invasão estrangeira”. Aliás, o medo de uma invasão estrangeira na Amazônia até hoje circula como possibilidade eminente. Se até hoje existe o medo da cobiça internacional sobre a Amazônia, imaginem a dimensão desse sentimento durante a década de 70. Era tempo de guerra fria. A disputa por territórios de influência era uma das expressões daquela guerra “não declarada” entre os dois polos – o comunista e o capitalista. Na Amazônia, de acordo com o que nos aponta a matéria do *Jornal*, esse conflito também pode ser representado pela transmissão das frequências hertzianas. Segundo o *JB*, alguns programas de rádios estrangeiras estavam sendo transmitidos na Amazônia. As rádios estrangeiras funcionavam desde Cuba, Moscou e Pequim, países que na época eram governados por regimes comunistas. Isso sugere que as transmissões estrangeiras eram uma tática da propaganda subversiva na região. E o mais improvável: essas transmissões eram realizadas em português. Para comprovar a veracidade dessa denúncia tenho em mãos apenas as matérias de *Jornal*. Na série de entrevistas com pessoas que chegaram à Amazônia na década de 1970 nenhum depoimento confirmou a transmissão dessas rádios do sul e oeste do Pará. Foi preciso que a racionalidade governamental primeiro criasse um perigo para justificar sua ação autoritária na Amazônia. Junto ao objetivo de cobrir a região por meio da radiodifusão, aparece a ideia de uma nova infraestrutura das Forças Armadas na Amazônia. A necessidade em potencializar as transmissões de rádio somada a uma nova infraestrutura das forças armadas naquelas localidades era uma maneira da ditadura garantir a segurança nacional da região e o sucesso de suas políticas econômicas conservadoras.

De acordo com o jornal, as transmissões dos países comunistas ameaçavam a soberania nacional na região. Essas transmissões estrangeiras podem ser associadas à “cobiça internacional”<sup>286</sup>. A presença das rádios comunistas na região caracterizavam uma “invasão psicológica”<sup>287</sup>, “arma de grande efeito no mundo da guerra moderna”<sup>288</sup>. Durante a disputa entre os modelos de vida capitalista e comunista, a difusão de ideias era uma arma de grande efeito. Nesta disputa, o governo de tendências nacionalistas utilizou do PIN como um instrumento de controle na região.

---

286 PETIT, Op. Cit., 2003.

287 JORNAL DO BRASIL. *Informe JB*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1970.

288 JORNAL DO BRASIL. *Informe JB*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1970.

A segurança se soma e se complementa ao desenvolvimento econômico daquelas localidades. Ela veio aliada à ocupação produtiva, assim como a modernização capitalista ganhou contornos autoritários, aniquilando as iniciativas das esquerdas, expulsando os caboclos e os indígenas de suas terras e ocupando as fronteiras nacionais. Outra matéria do Jornal do Brasil reforça esse entendimento:

Integrar não é necessariamente ocupar um espaço físico. É também preencher o espaço social. Enquanto os projetos econômicos vencem obstáculos naturais, o governo deveria pensar com urgência em levar aos habitantes da Amazônia a presença constante do Brasil. (...) O isolamento envolve a selva numa densa atmosfera de esquecimento (...). A questão, por ser estratégica, está a merecer do governo um alargamento do conceito de integração. A essa altura, uma emissora oficial, de alta potência, seria para a Amazônia a voz de um parente distante que de há muito não dá notícias<sup>289</sup>

Para defender a difusão de veículos midiáticos oficiais na Amazônia, o Jornal apresenta uma série de argumentos em torno do que chamou de “alargamento do conceito de integração”. O debate que outrora privilegiou as caracterizações do espaço amazônico como vazio e abandonado é substituído pelo discurso do abandono de seus habitantes. A partir daí é criada a necessidade de integração cultural de sua população. De acordo com o Jornal, assim como o espaço físico, o “espaço social” também precisava ser preenchido. A necessidade de modernizar a economia da Amazônia, outrora “derrotada pelo extrativismo”<sup>290</sup>, já havia sido integrada às políticas do regime. Agora era a vez da integração social. Nas palavras publicadas pelo Jornal, o governo deveria levar aos habitantes da Amazônia a presença constante do Brasil. Esta presença seria manifestada pela expansão das instituições públicas rumo às fronteiras nacionais, ou seja, pela instalação de uma emissora oficial em território amazônico. Seja no discurso oficial ou no conteúdo veiculado pela mídia, as políticas de integração nacional levavam o Brasil civilizado aos confins da Amazônia. Nas palavras de Médici:

O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este Governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil<sup>291</sup>.

A afirmação dos interesses nacionais justifica a intervenção autoritária de seu governo na Amazônia. Reivindicar o direito nacional das terras amazônicas é um maneira do governo federal restringir, sob qualquer custo, a influência estrangeira, identificada, na década de 1970, pelas ameaças subversivas. A política nacionalista era uma expressão da política centralizadora da

---

289 JORNAL DO BRASIL. “Amazônia Enjeitada”. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1970.

290 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1970. Citado

291 MÉDICICI, Op. Cit., 1970, p. 146.

ditadura:

a criação da nação passa pela superação das diferenças internas do país, pela generalização das relações burguesas, pela integração de todos os espaços pré-burgueses ao mercado e ao poder burguês (...) Os códigos de valores tradicionais deviam ser substituídos, e os regionalismos abolidos em nome da 'organicidade' da nação.<sup>292</sup>

Na citação acima está o ponto de encontro entre a segurança nacional, o desenvolvimento e a maneira autoritária da ditadura governar. A superação das diferenças internas se daria pela generalização das relações burguesas, assim como a integração nacional se daria pela expansão do desenvolvimento capitalista na Amazônia. Por um processo similar, as formas de vida da cultura cabocla deveriam ser abolidas em nome da organicidade da nação, ou seja, pelo controle nacionalista e centralizador da ditadura civil-militar.

#### 4.4 Nas asas brancas da saudade

Nas páginas anteriores, vimos que a intervenção governamental na região amazônica produz um recorte territorial específico e um conhecimento científico de suas áreas. Ou seja, as políticas regionais da década de 1970 acompanham um esquema interpretativo que preenchem a Amazônia com qualidades que acompanham sua história.. Quando um governo diz sobre uma dada região ele estabelece uma visão estratégica daquele espaço para nele poder intervir. Antes de remeter à geografia, a região é uma “noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar)” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p 25). Ou seja, os discursos regionalistas dão forma a uma região, agrupam experiências históricas que nos permitem dizer sobre um dado recorte no território, que inventam e produzem um lugar. Esses discursos funcionam, em última instância, como um caminho para a intervenção governamental. A região é “uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 25), ou seja, dado a governar.

Portanto, são as estruturas de significado que possibilitam as formas de intervenção na Amazônia. Nas páginas que se seguem pretendo dar continuidade a essas análises, no entanto, privilegiando os discursos e práticas que nos remetem à região Nordeste. No início da década de 1970, os discursos regionalistas colaboram com as intenções do governo Médici e com as políticas direcionadas a esses dois locais do território nacional. Ou melhor: somente a problematização desses discursos nos permitem entender a maneira com que o governo articula as duas regiões para propor a integração nacional. Uma vez que a integração nacional passa a ser entendida como o carro

---

292 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Massangana, 1999, p. 195.

chefe das políticas públicas do período, os discursos regionalistas passam a ser cruciais ao entendimento do governo Médici.

O Nordeste, como uma identidade espacial, emerge num momento histórico preciso. Como define o historiador Durval Muniz, é entre as duas primeiras décadas do século XX que a região Nordeste aparece como “produto do entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas. Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 22). Mas identidades nacionais, regionais, ou, até, locais, não são obviamente, excludentes<sup>293</sup>. Nesse sentido, o ciclo da borracha na Amazônia, por exemplo, foi uma importante experiência histórica que contribuiu tanto para a formação da identidade regional do Nordeste quanto para a definição do que hoje entendemos por Amazônia:

O Nordeste só aparece neste século e essa constatação remete a uma problemática fascinante para a investigação: o deslocamento que houve entre Norte e o Nordeste, expresso em dois conceitos distintos. Uma das hipóteses plausíveis é a de um processo de diferenciação no âmbito do então bloco Norte, que teria ocorrido a partir do ciclo da borracha na Amazônia<sup>294</sup>.

Nordeste e Amazônia aparecem articuladas não apenas nas políticas de integração nacional, mas também aparecem lado a lado nas experiências e discursos que formam suas identidades regionais. Os discursos e experiências históricas que aproximam a construção identitária das regiões, contribuem para o planejamento e a execução da política de Integração Nacional no governo Médici. Esse é o objetivo que venho problematizando ao longo deste capítulo.

Durante o ciclo da borracha, por exemplo, a improdutividade da terra no Nordeste e a necessidade de deslocamento da sua população foram explorados na propaganda governamental que estimulou os trabalhadores provenientes do Nordeste a se tornarem seringueiros na Amazônia<sup>295</sup>. “O Nordeste é tomado, neste texto, como invenção, pela repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo, que falam de sua verdade mais interior” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 24). Portanto, ao longo do tempo, a seca e a migração tornam-se processos naturais da região Nordeste. A isso se deve a regularidade com que esses acontecimentos são utilizados nos discursos que pretendem intervir politicamente na região. O deslocamento da mão de obra proveniente do Nordeste é estimulado como uma saída natural, necessária, solução única para a vida das pessoas que residem naquelas localidades. Aqui não pretendo analisar em detalhes a construção identitária, mas questionar a racionalidade

---

293 PETIT, Op. Cit., 2003.

294 GODOY apud PETIT, Op. Cit, 2003, p. 254.

295 GUILLEN, Op. Cit., 2006. SECRETO, Op. Cit., 2007.

governamental da década de 1970, demonstrando como ela se utiliza de esteriótipos e determinismos geográficos, para realizar os objetivos estratégicos do governo da ditadura.

A referência, no caso do Nordeste, para os estudos dos discursos regionalistas são os escritos reunidos na obra “*A invenção do Nordeste e outras artes*”<sup>296</sup>. Neste estudo o autor investiga

(...) como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque e verdades, uma visibilidade e uma dizibilidade do Nordeste, que direcionam comportamentos e atitudes em relação ao nordestino e dirigem, inclusive, o olhar e a fala da mídia (...) <sup>297</sup>.

Na década de 70, o “olhar e a fala da mídia”, bem como os discursos do governo brasileiro, utilizam um conjunto de imagens associados ao Nordeste. Veremos adiante, através das matérias publicadas no Jornal do Brasil, como essa *homogeneidade imagética discursiva* está presente na abordagem da imprensa quando esta se refere ao Nordeste na década de 70. Na análise desses jornais, percorri “trilhas que por meio de notícias e reportagens moldavam, modelavam, instituíam formas de percepção, de compreensão e de ação em face do que se apresentava como real” (MONTENEGRO, 2010, p 183/183). Nesse discurso, o Nordeste real é aquele enunciado que recorre ao “estoque de verdades”<sup>298</sup> da região. O Nordeste é então uma construção histórica possibilitada por um dado regime de visibilidade e dizibilidade<sup>299</sup>. A partir daí podemos melhor compreender a forma como o governo brasileiro da década de 70 agencia os comportamentos e atitudes em relação ao nordestino e dirigem, inclusive, o olhar e a fala da mídia<sup>300</sup>.

Em um de seus pronunciamentos públicos, Médici relata uma curta passagem pelo Nordeste durante um longo período de estiagem que atingiu algumas localidades da região. O discurso foi publicado pelo Departamento de Imprensa Nacional e é intitulado “*Visão do Nordeste*”. O título do pronunciamento é um indício da utilização do regime de dizibilidade e visibilidade da região. Em 6 de junho de 1970, em Recife, Médici *diz* aos representantes do Conselho Deliberativo da SUDENE, o que *viu* nas localidades “secas” da região:

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos, Via a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, vi a desolação.<sup>301</sup>

As visões de Médici acerca do Nordeste são selecionadas no tradicional arquivo de imagens da região. A paisagem árida, o cenário de sol e calor, as plantações perdidas, são algumas dos

---

296 ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., 1999.

297 Idem, idem, p. 22.

298 ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., 1999.

299 DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

300 ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., 1999.

301 GARRASTAZU, Médici. *A verdadeira Paz*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 71.

elementos sem os quais o Nordeste não pode ser narrado. O regional se confunde com o que se passa nas localidades áridas. Ao denunciar a seca, o general fala de todo o Nordeste. Não parece haver outra forma para contar do Nordeste sem falar das secas. Na oportunidade em que pronuncia essas palavras, Garrastazu Médici se encontrava no Recife, capital do estado de Pernambuco. A dinâmica das grandes cidades parecem não fazer parte do que se entende por Nordeste. Dizer que viu o Nordeste é ver “o Nordeste de dentro, dos sertões secos, (...), das plantações perdidas e dos lugarejos mortos”<sup>302</sup>. Foram nesses locais onde o general presidente também viu a “inclemência dos homens”, a falta do perdão às populações nordestinas, condenadas a viver naquelas terras desoladas. Neste ponto, o sofrimento do homem se confunde com o sofrimento da terra. As caracterizações do tipo humano nordestino estão ligadas as características geográficas da região. Por operação similar, o caboclo da Amazônia é associado ao vazio demográfico da região Norte. Com o Nordeste não era diferente, “o sofrimento do homem era o sofrimento da própria terra, identificados na mesma desgraça”<sup>303</sup>. A respeito do nordestino, diz Médici:

Mas vi, em toda parte dos sertões por onde andei, o espírito de religiosidade, a resignação, a bondade, o apego à família. Vi a esperança apesar de tudo, e a fortaleza moral daquela gente sofrida que a mim falou sua verdade<sup>304</sup>.

De acordo com as visões do general, o sertanejo, em luta aberta contra a terra é dotado de uma “fortaleza moral”; “é, antes de tudo, um forte”<sup>305</sup>. E era o espírito de religiosidade e o apego à família – mais uma vez valores cristãos – davam as condições para que aquelas pessoas se mantivessem na região. A resignação<sup>306</sup>, por sua vez, é o que encorajava a continuidade das vidas sofridas nos lugares inóspitos. Os efeitos desses esteriótipos, no entanto, são perversos. O nordestino é o tipo de homem capaz de sofrer, acostumado com as dificuldades que a terra lhe impõe. Sua forma de vida é associada ao sofrimento. A regularidade desses discursos naturaliza a miséria daquelas pessoas. Nesse sentido, ao estimular o deslocamento da mão de obra proveniente do Nordeste, o governo brasileiro utilizava desse regime discursivo o que naturalizava o sofrimento e a miséria que acompanhavam famílias rumo a outras localidades do país. As identidades são portanto construídas por um conjunto de esteriótipos. Os usos desses esteriótipos nos discursos oficiais reforçam a exploração dessa mão de obra migrante. Forte e sofredor, os trabalhadores provenientes do Nordeste estão acostumados com a utilização descartável de sua força de trabalho.

---

302 MEDICI, Op. Cit., 1970.

303 ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., 1999.

304 MEDICI, Op. Cit., 1970, p. 71.

305 CUNHA, Euclides da. Os sertões. 1984.

306 Ação ou efeito de resignar; ato de se resignar. Que se submete ao desejo de uma outra pessoa; que é submisso a ação do destino. Ação de se demitir voluntariamente de um trabalho, cargo, emprego etc. Ação de aceitar pacificamente as dores ou sofrimentos da vida. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/resignacao/> (Acessado pea última vezem 25/03/20015)

Com isso, não quero dizer que no meio desses trabalhadores não existe a resistência. Onde existe opressão, surge a resistência. No entanto, a utilização desse regime discursivo pelos veículos oficiais, justifica, facilita, legitima os abusos governamentais com as famílias provenientes do Nordeste. Foi assim durante o ciclo da borracha e da mesma forma procederam as políticas de integração nacional durante a década de 1970.

Sobre usos da mão de obra proveniente do Nordeste, apresento o discurso do ministro Mário Andreazza, quando fala dos planos de transporte a que o governo Médici pretendia construir na Amazônia:

“já temos definidas as várias estradas naquela região, quase todas longitudinais, mas realizamos novos estudos, pois acreditamos que, estando no Nordeste a maior densidade demográfica e considerando o espírito nordestino, se construirmos uma grande transversal, seguramente conseguiremos conquistar aqueles espaços vazios<sup>307</sup>”

De maneira geral, os argumentos apresentados pelo ministro são marcados pela objetividade que os estudos e pesquisas da racionalidade governamental oferecem ao Estado. Assim como no esquema interpretativo da Amazônia, mais uma vez as pesquisas demográficas contribuem para a descrição estereotipada e preconceituosa dos tipos antropológicos. Esses estudos aparecem na fala do Ministro e, segundo eles, era a densidade demográfica do Nordeste que impedia que as pessoas se mantivessem na região. Não havia empregos suficientes para tanta gente e, além do mais, a terra improdutiva impedia a fixação das pessoas naquelas localidades, o que, segundo o discurso oficial, acarreta necessariamente no deslocamento em busca de emprego. Os nordestinos são então homens dispostos ao trabalho, acostumados tanto às dificuldades que a terra lhes impõe como à necessidade de abandonar seus locais de moradia em busca de novos empregos. Sofrem se têm de ficar na região e também sofrem por constantemente ter que abandoná-la. Não há outra forma de vida à esses elementos que não atravessadas pelo sofrimento. E o mais perverso. Esse sofrimento, no discurso oficial, é tido como uma qualidade moral desse tipo humano. A capacidade de resignação, aos olhos de Deus e de Médici é o que fortalece o nordestino na luta aberta contra a sua própria vida.

O ministro Mario Andreazza também associa o argumento da densidade demográfica com os argumentos estereotípicos do que chama “espírito nordestino”. O espírito nordestino é associado à cultura migrante, povo acostumado ao deslocamento e disposto ao trabalho em outras regiões. Portanto, para ocupar a Amazônia nada mais coerente que utilizar os trabalhadores provenientes do Nordeste. O governo não precisa consultar os trabalhadores da região para propor a Amazônia como seu futuro destino. Oferecer a possibilidade de deslocamento aos nordestinos é um argumento frequente, viável e legítimo. Não existe estranhamento quanto à seleção desses grupos como os

---

307 Jornal do Brasil. *Transamazônica garantirá expansão do Nordeste*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1970.

colonizadores da Amazônia. Amparado pelo caráter descartável dessa mão de obra e revestindo seus argumentos pela estereotipia, o governo seleciona os trabalhadores e trabalhadoras provenientes do Nordeste como os principais contingentes para ocupação da Amazônia. O pronunciamento do ministro é marcado pela naturalidade de suas afirmações e pelo simplismo autoritário de seus argumentos:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o ouro em poucas palavras. O esteriótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo<sup>308</sup>.

No caso do Nordeste, o discurso da estereotipia apresenta classificações pejorativas tanto para o meio como para o homem. Essas dimensões aparecem juntas nas assertivas sobre a região e vão lado a lado compor os discursos que buscam legitimidade para o conjunto de intervenções governamentais na década de 1970. No que toca ao Nordeste, as políticas de integração serão direcionadas sobretudo a suas populações. O desafio maior do governo Médici era deslocar grande contingentes populacionais do Nordeste à Amazônia. No entanto, mesmo que as ações governamentais tivessem como foco a população, os discursos apresentados pelo governo federal mobilizaram, principalmente, as características daquele meio, sobretudo a condição árida de suas terras. Isso porquê, na maquinaria discursiva que fundou a região Nordeste:

O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem à própria ideia de existência de uma região à parte, chamada Nordeste, e cujo recorte se estabelecia pela área de ocorrência deste fenômeno. **Seja pelas práticas que suscitou, de 'auxílio' aos flagelados, de controle de populações famintas, de adestramento de retirantes para o trabalho nos 'campos de concentração', de organização institucional para o 'envio de socorros públicos e particulares', de mecanismos de controle das 'obras contra as secas'**, seja pela necessidade de unificação do discurso dos representantes desta 'área da seca' em nível nacional, deu origem ao discurso da seca, que se transformou paulatinamente num discurso regional orientado para outras questões. A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte inclusive 'natural', climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea<sup>309</sup>.

O fenômeno da seca foi portanto fundamental para o exercício de governo da região. Em torno das secas foram orientadas boa parte das intervenções políticas no Nordeste. Como vimos, a seca determinou o momento em que o governo decretou o Programa de Integração Nacional. Esse fenômeno é um tema recorrente nos discursos que planejaram as políticas de integração nacional.

---

308

ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., 1999, p. 20.

309 Idem, idem, p. 120.

Se a seca constitui um tema fundante dos discursos regionalistas e esses, por sua vez, são utilizados nas ações políticas da década de 70, podemos mais uma vez afirmar que a própria noção de região, antes de remeter à geografia, remete a noção administrativa e, portanto, governamental.

A importância da seca para a concepção que orientou os discursos pela integração nacional encontra-se resumida pelo Jornal do Brasil em matéria publicada no dia 29 de junho de 1970:

Ora, a terra nordestina é em grande parte pouco aproveitável. A estiagem frequente e prolongada só poderia ser compensada com investimentos vultuosos. Mais racional e de efeito mais rápido seria naturalmente deslocar, através de incentivos, recursos humanos que não encontram aplicação no Nordeste para ocuparem faixas de terra de alta qualidade na Amazônia. Ao mesmo tempo se encaminharia a ocupação de espaços vazios a serem cortados por duas vias de penetração e integração<sup>310</sup>.

Portanto, o solo pouco aproveitável, submetido à estiagem frequente e prolongada é o que faz da região um local com poucos recursos e baixas condições para a presença humana. O determinismo dessas afirmações sugere o deslocamento dos trabalhadores como a única opção frente ao problema das secas. De outra forma, a seca só poderia ser compensada com investimentos vultuosos. O deslocamento seria, portanto, a escolha mais racional, a opção natural e mais rápida diante do problema de homens sem terras no Nordeste, mas também de terras sem homens na Amazônia. Essa perspectiva é apresentada pelo Jornal e partilhada pelo terceiro governo da ditadura. A solução para os problemas das regiões Norte e Nordeste mais uma vez são apresentadas de maneira conjunta. A matéria é intitulada “*Nordeste Amazônico*”. Para a racionalidade governamental da década de 1970 essas regiões são pensadas como partes de um mesmo problema e fatores de uma mesma solução. No cruzamento das políticas propostas para cada uma das regiões encontra-se o elemento chave da integração nacional. Assim como a intervenção do governo Médici na Amazônia envolvia um conjunto de ações pela sua defesa, com o Nordeste não foi diferente...

## 4.5 Foices ao alto! O Nordeste é vermelho

Para melhor entendermos a insistência do governo Médici com as questões de segurança e controle político no Nordeste, proponho uma digressão histórica rumo aos conflitos que marcaram os anos antes do golpe. Esse recuo do tempo histórico aqui abordado permite problematizarmos a importância estratégica que o Nordeste assumiu nas políticas de segurança nacional da ditadura. A respeito dos personagens, das organizações, em suma, da cultura política quer marcou esta região entre as décadas de 50 e 60:

---

310 JB, junho de 1970.

Como se tornou bastante conhecido na historiografia, de meados da década de 1950 até as vésperas do golpe militar de 1964, o Nordeste do Brasil, e em especial o estado de Pernambuco, passou a ser considerado uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, por intermédio, sobretudo, das Ligas Camponesas. Para uma parte da imprensa nacional ou internacional, outro aspecto que tornava esse estado um território dominado pelas esquerdas era o fato de que os cargos do executivo municipal (Recife) e estadual vinham sendo ocupados de maneira crescente por políticos como Pelópidas da Silveira (filiação ao Partido Socialista) e Miguel Arraes (visto como comunista, apesar de filiação ao Partido Trabalhista Nacional)<sup>311</sup>.

No momento em que os generais assumem a presidência da república, o objetivo político imediato consistia em barrar o avanço das esquerdas no Brasil. O Nordeste e em especial o estado de Pernambuco, se destacaram ao olhos dos militares, pois no ano de 1964, eram territórios dominados pelos segmentos de esquerda do país. Dentre as primeiras medidas da ditadura na região, estavam a desarticulação das organizações de trabalhadores no campo e a cassação dos políticos que flertavam com o comunismo. No Nordeste, como consta na citação acima, a atuação das esquerdas nos anos anteriores ao golpe estava sobretudo concentrada na mobilização dos trabalhadores rurais. O protagonismo desses trabalhadores no cenário político da década de 1960 já é suficiente para relacionarmos às ações pelo controle desses segmentos durante o regime. Depois do golpe, um conjunto de medidas e instituições adentraram o cotidiano das populações do campo. O Estatuto da Terra, o Funrural, o PROTERRA e o próprio PIN são de políticas assistencialistas, que dentre outras questões, regularizaram o trabalho no campo. A intenção era afastar as famílias do campo da recente influência esquerdista. Amparado pelas políticas públicas, mas utilizando de uma repressão violenta e sistemática, o governo autoritário foi capaz de esfriar a luta pela terra no cenário nacional e principalmente no Nordeste, região onde a concentração fundiária permaneceu ao longo dos anos da ditadura.

Nos anos anteriores ao golpe, os grupos de trabalhadores do Nordeste eram tidos como perigosos segmentos à manutenção da ordem capitalista no país. Esses perigos estavam associados ao medo de uma revolução comunista que partisse dos meios rurais. Muitos historiadores, referências nos estudos da ditadura no Brasil, criaram um consenso em torno do medo como o grande sentimento motivador do golpe. A importância crescente do medo *“como aglutinador de tensões e detonador de ações políticas”* (FERREIRA, 2006, p. 25)<sup>312</sup>,

indica a necessidade de se estudar uma dimensão histórica muitas vezes difícil de ser pesquisada como objeto de análise, pois não se apresenta de maneira muito explícita na documentação. Sobretudo, porque remete a um sentimento, ou seja, a uma dimensão subjetiva da experiência histórica, que nem sempre é dita ou verbalizada de maneira clara e direta. Entretanto, mesmo em face da dificuldade de o medo se constituir em objeto para a

---

311 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 35.

312 FERREIRA, Op. Cit., 2006.

História, alguns historiadores o têm estudado em diferentes períodos<sup>313</sup>.

No Nordeste, um dos fatores que produzia o *medo* dos setores militares e conservadores era a influência comunista nos movimentos sociais do campo. Antes do golpe de 1964, cresciam as Ligas Camponesas no Nordeste. As ligas eram organizações que instigavam a luta pela terra e lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais, em razão de cargos majoritários serem ocupados por figuras simpáticas às inspirações comunistas, como Pelópidas Silveira e Miguel Arraes. Em Pernambuco, o medo do comunismo era ainda mais ameaçador. Neste estado, alguns políticos que flertavam com o marxismo chegaram a ocupar os cargos de governador e prefeito de Recife, Miguel Arraes e Pelópidas Silveira, respectivamente.

O medo era ainda mais potencializado pelo fantasma da Revolução Cubana. No ano de 1959, em Cuba, os revolucionários comunistas partiram dos setores rurais daquele país, angariando apoio rumo à tomada do poder na capital. Durante o início da década de 60, popularizou-se as comparações entre a zonal rural do Nordeste e a Cuba revolucionária, o que agravou o medo dos setores conservadores e motivou a intervenção militar em 1964<sup>314</sup>.

a Revolução Cubana oferecia uma nova representação histórica, ou seja, na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados, com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais, era capaz de fazer uma revolução e tomar o poder. Em outros termos, a imprevisibilidade histórica passou a ter uma influência significativa nas representações construídas, propiciando a produção de um grande medo da força e do poder do comunismo<sup>315</sup>.

Muitos historiadores afirmam que não haviam condições reais para a irrupção de uma revolução de esquerda no Brasil da década de 60. Mesmo as organizações que tinham a revolução como horizonte, ainda não estavam preparadas para um iminente assalto ao poder. No entanto, uma série de acontecimentos no Nordeste dos anos 1950 e 1960 demonstram o avanço da luta dos trabalhadores no campo, assim como a tentativa de influenciá-la por tendências comunistas. Dentre esses acontecimentos, está a aprovação, pelo congresso, da Lei do Trabalhador Rural. Esse decreto representou “a primeira legislação federal a tratar exclusivamente dos trabalhadores rurais (PAGE, 1972, p. 187)”. Vários direitos e benefícios passaram a ser garantidos a esses trabalhadores assim como também eram formalizados os direitos e deveres dos sindicatos rurais. Essa lei poderia não ter significado nada, uma vez que correu o risco de não ter sido realmente aplicada e fiscalizada, a exemplo de semelhantes leis que tentaram proteger as minorias da sociedade brasileira. Contudo,

a nova lei veio a ser altamente significativa. Ao assumir o governo de Pernambuco, Miguel Arraes realizou algumas mudanças surpreendentes. Deu ordem à polícia estadual para se

---

313 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p 154.

314 PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve; O nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Editora Record, 1972.

315 MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 83.

manter neutra em disputas entre camponeses e proprietários de terras. (...) Além disso, Arraes decidiu que a lei do salário mínimo na zona açucareira deveria ser obsedada, e usou toda sua influência para forçar os proprietários de engenhos e usinas a cumprir suas obrigações legais, e não apenas fingir que as observavam. Isto também contribuiu para o crescimento dos sindicatos rurais, que podiam agora pressionar os proprietários e assegurar benefícios financeiros reais para os seus membros<sup>316</sup>.

A atuação dos sindicatos na região acirrou o conflito entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra. Nesse sentido, o medo de que esses conflitos pudessem ser direcionados pela “influência estrangeira e comunista” impulsionou a intervenção militar em 1964 e fez do Nordeste uma região constantemente vigiada durante a ditadura. Logo após o golpe, “o Exército e a polícia (agora sob o controle do novo governo estadual) aprisionaram todos os líderes das Ligas Camponesas que puderam encontrar” (PAGE, 1972, p. 239).

Na década de 60, a interpretação de que o Nordeste brasileiro vivia o acirramento da luta entre classes era estimulada pela identificação de duas posições gerais e antagônicas. Num dos extremos, os grandes proprietários de terra na região. Esses senhores estavam convictos de que não havia a necessidade de leis que reformassem as relações de trabalho no campo. Viam como sendo imutável a “relação altamente paternalística entre os donos de terras e os camponeses, um produto da mentalidade brasileira e do caráter nacional” (PAGE, 1972, p. 200). A concepção desses grupos conservadores estão sempre para além ou aquém da história. A possibilidade de qualquer ruptura nos valores e/ou na organização social é tida como uma heresia. No outro extremo, parte dos trabalhadores rurais e as organizações políticas. Esses grupos atribuíam as causas da miséria no Nordeste à tradicional estrutura da posse da terra no meio rural, mas também ao descaso do poder público com as famílias pobres. Os latifundiários, além de dominarem as terras na região, dominavam também os meios para nelas produzirem, e para isso contavam com todo o apoio às políticas públicas. Diante disso estava então formado um impasse. De um lado aqueles que não queriam ceder aos seus direitos capitalistas sobre a terra, do outro, aqueles que lutavam pelo direito a um pedaço de chão para o cultivo e moradia. Na época, o conflito entre essas posições contrárias era estimulados pela Guerra Fria, ou seja, entre a oposição entre os países socialistas e capitalistas:

O mundo estava dividido em dois blocos, no entanto, essa dualidade excludente não se resumia apenas ao plano político e econômico, mas permeava também as formas de pensar, de sentir e de agir – o universo da cultura. Estava-se a favor ou contra um dos dois modelos. E, nas diversas relações em sociedade, esse padrão encontrava-se muitas e muitas vezes presente. O difícil, o praticamente impossível, era estabelecer uma terceira via<sup>317</sup>.

---

316 PAGE, Op. Cit., 1972, p. 187/188.

317 LUKACS, John. *A new history of the cold war*. Anchor Books, 1966. Apud MONTENEGRO, Op. Cit., 2010, p. 138.

De acordo com essa dualidade, no momento em que passam a direcionar a política federal, os militares teriam de assumir uma posição condizente com a maneira de pensar de um dos grupos em disputa. E já não é novidade que as políticas da ditadura se mantiveram comprometidas com a concepção dos senhores de engenho. Nas primeiras semanas que sucederam o golpe, em abril de 1964, foram caçados os principais líderes das ligas. A ditadura representou dias difíceis para o movimento trabalhista rural de Pernambuco.

Esmagada a mobilização política dos trabalhadores rurais, passou o governo local a estimular um determinado modelo de desenvolvimento na região. Era um plano ambicioso que procurava atrair novas indústrias para os núcleos urbanos. Os estímulos à industrialização deixaram intocados o problema principal do Nordeste do Brasil: a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais. A tentativa de modernizar a produção agrícola também foi pautada de maneira autoritária e conservadora. No que toca à indústria açucareira, principal atividade no meio agrícola de Pernambuco, a maquinaria das indústrias continuou antiquada, a mentalidade feudal da maioria dos donos de usinas e engenhos persistiu e a miséria dos trabalhadores e suas famílias aumentou<sup>318</sup>. Durante os primeiros anos da ditadura, essa era a configuração que dominava o cenário do trabalho rural no Nordeste. A partir de 1970, novos acontecimentos modificaram as políticas regionais orientadas desde Brasília, assim como recuperaram antigos debates políticos naquelas localidades. A respeito desses discursos, apresento uma nova matéria do Jornal do Brasil:

Dez anos de soluções para o Nordeste, concentração de recursos e ilusão industrial predominante deram em resultado uma decepção, quando de novo uma estiagem prolongada ressuscitou a figura do retirante que parecia banido da nossa paisagem. Ficou provada a necessidade de um vigoroso programa agrícola, considerado secundariamente ao longo desses anos de muita esperança e impaciência<sup>319</sup>.

A estiagem a que se refere o texto do Jornal é a seca de 1970. Esse fenômeno ressuscitava a figura do retirante. Refugiados do sertão, os trabalhadores deixavam seus locais de moradia e trabalho rumo a outras regiões do território nacional. O principal destino eram as grandes cidades do Centro-Sul. Diante da miséria, da seca e da marginalização resultante do deslocamento em massa para as grandes cidades, coube ao governo Médici por em prática um conjunto de ações que intervissem no cotidiano das populações do Nordeste. Nas palavras do jornal, havia a “necessidade de um vigoroso programa agrícola” que minimizasse os problemas da região. Nas minhas análises, o Programa de Integração Nacional assumiu esse papel. Esse programa reuniu um pacote de medidas governamentais para a região Nordeste e foi promulgado no decorrer da seca de 1970 com status de política emergencial. Mas a urgência do socorro às secas também está atrelada à

---

318 PAGE, 1972. Citado.

319 JORNAL DO BRASIL. “Nordeste Amazônico”. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1970.

necessidade de controle político e estabilidade social na região. A seca de 1970, além de justificar o decreto do PIN também fez retornar o medo que tinham os militares das luta dos trabalhadores rurais na região:

Em maio de 1970, uma seca seríssima, a pior desde 1958, novamente transformou o Nordeste numa área de desastre nacional. Os camponeses invadiam as cidades do interior e saqueavam lojas, mercearias e residências, a procura de comida. Chegaram mesmo a parar os trens e retirar as cargas de alimento. A SUDENE, antes orgulhosa, criada para defender a região contra os efeitos de futuras secas, rapidamente organizou um programa de frentes de trabalho para que os camponeses pudessem ganhar em projetos de serviço o bastante para permanecerem vivos. Refugiados do sertão – os flagelados – começaram a chegar à cidade de São Paulo<sup>320</sup>.

A seca atualizou o perigo que representava a condição de miséria na região. Grandes contingentes de trabalhadores pobres e miseráveis, revoltados com o descaso do poder público, saqueavam estabelecimentos comerciais a procura de comida. Esse quadro de miséria e revolta era um terreno fértil às esquerdas. Crescia o medo da ditadura com a possibilidade de influência dos trabalhadores por organizações comunistas. Mesmo que de maneira espontânea, sem a participação direta de organizações comunistas, os saques generalizados eram associados a práticas subversivas. Essas ações representavam um afronte à propriedade privada – pedra fundamental do capitalismo. A comunização forçada dos bens e alimentos são facilmente relacionadas a práticas revolucionárias. Na marra, os trabalhadores rurais do Nordeste recuperavam a posição de ameaça aos grupos conservadores do país. Nos jornais da época, tanto a seca como a miséria, os roubos e os saques da população flagelada eram sistematicamente anunciados:

A Sêca na Paraíba já atinge 50 municípios e flagelados ameaçam saquear comércio. Mais de 50 municípios da paraíba já foram atingidos pela seca e a situação está sendo considerada muito grave, pois as levas de flagelados procedentes das zonas rurais já ameaçam saquear o comércio de produtos alimentícios das cidades. Os prefeitos dos municípios atingidos tem dirigido apelos ao governador João Agripino , que por sua vez pediu ao governo federal e à SUDENE medidas urgentes para evitar o desespero das populações do interior<sup>321</sup>

Alguns dias depois, essa temática volta a ser noticiada pelo Jornal. Mais uma vez o governador da Paraíba é convocado para falar das consequências da seca. Antes uma ameaça, os saques passam a ser noticiados como uma prática das populações marginalizadas em diferentes localidades do Nordeste brasileiro. Dessa vez, o próprio governador da Paraíba é quem associa a regularidade dos saques à subversão dos anos anteriores ao golpe. Em abril de 1970, o Jornal do Brasil alertava o perigo que a seca representava à segurança nacional.:

---

320 (PAGE, Op. Cit., 1972, p. 275.

321 JORNAL DO BRASIL. “Seca na Paraíba já atinge 50 municípios”. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1970.

O governador da Paraíba, sr. João Agripino, alertou ontem à SUDENE que será impossível deter pacificamente a massa de flagelados famintos no Nordeste, caso não se tomem providências urgentes para superar os problemas causados pela seca. Anteontem, em Mossoró, rio grande do norte, perto de 800 flagelados famintos invadiram o mercado principal. Os trabalhadores levavam mulheres e crianças que se atiraram vorazmente aos alimentos. A polícia não conseguiu detê-los, mas depois de saciados, os flagelados atenderam ao apelo do prefeito Antônio Rodrigues de Carvalho e se retiraram do mercado. O comércio fechou as portas temeroso de nova invasão. O governador da Paraíba referiu-se a inúmeros assaltos às casas comerciais e frisou: “a cada feira semanal a concentração de flagelados aumenta, e no próximo domingo teremos conseqüentemente maior número de assalto” (...) **“nós temos meios de reprimir a subversão na zona rural, mas creio que nos faltam meios para deter a massa enlouquecida pela fome”**<sup>322</sup>.

A seca e a “massa enlouquecida pela fome” passam a ser problemas de segurança nacional quando associadas a subversão na zona rural. Multiplicavam-se os assaltos e os saques na região. A polícia não conseguia deter os trabalhadores rurais que invadiam os centros comerciais do interior. Os militares da região eram incapazes de evitar a guerra por comida no Nordeste brasileiro. Reprimir pequenas organizações comunistas no campo não se comparava ao controle da “*massa enlouquecida pela fome*”. O apelo do governador é um chamado pela intervenção federal na região. A urgência, portanto, não era pelo socorro das famílias, sua fome e miséria. A urgência de intervir na realidade das secas está ligada aos problemas que aquelas condições sociais podiam oferecer à segurança nacional. E mais, acredito que a resposta do governo Médici só foi imediata pelo medo das ações dos trabalhadores rurais na região e pela sua possível aproximação com as organizações comunistas, experiência comum no passado recente do Nordeste.

Nesse sentido, o Programa de Integração Nacional foi um conjunto de soluções que mesclava ações pelo desenvolvimento e mecanismos de segurança. Intervir nas secas não significava apenas socorrer as populações flageladas ou modernizar a economia do Nordeste, mas enfrentar um problema de segurança nacional. E o PIN, cumpriu um papel fundamental na execução desses objetivos. As políticas de integração atuaram como medidas direcionadas a deter a massa enlouquecida pela fome e evitar a revolta na região. E como “a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo (FOUCAULT, 2008, p. 41)”, medidas de urgência precisavam ser tomadas pela ditadura. A saída encontrada para o conflito no Nordeste foi o urgente deslocamento da grande quantidade de trabalhadores rurais historicamente renegados pelas políticas públicas.

Portanto, ao longo deste trabalho procurei elaborar uma discussão que nos permitisse enxergar a maneira com que um governo transita do planejamento à prática governamental. Esses objetivos articulados abrem espaço para o entendimento aprofundado do Programa de Integração Nacional (PIN). O enredo do Programa de Integração Nacional teve seu desfecho na investigação

---

322 JORNAL DO BRASIL. Agripino alerta que fome pode agitar o Nordeste. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1970, grifo nosso.

da racionalidade governamental da ditadura. Ou, mais especificamente, na relação entre o Nordeste, a Amazônia e a integração nacional – elementos fundamentais do programa do governo brasileiro no início da década de 1970.

O PIN é a ponta do iceberg de uma maquinaria política utilizada pela ditadura nos anos em que governou o país. Os discursos que fazem da integração nacional uma estratégia de desenvolvimento e segurança durante o mandato do presidente Médici estão também ligados a outras políticas, ações e programas do governo Médici. Tomados em conjunto, esses esforços governamentais podem ser entendidos como os dispositivos da integração, do desenvolvimento e/ou da segurança nacional, ou seja, como dispositivos de governo. O fio condutor da nova história política do país é se arriscar no entendimento crítico da governamentalidade brasileira. A tentativa é esboçar um diagrama composto por órgãos, leis, instituições, medidas administrativas, propagandas e projetos e discuti-los sob alguns aspectos da cultura de arranjos, acordos, privilégios e apaziguamentos da cultura política nacional. Com essa perspectiva os historiadores podem contribuir diretamente para a análise dos conflitos do tempo presente. À população não cabe esperar o momento certo de reagir contra os ataques de seus gestores, mas entender o ato de governar como uma intervenção que busca suscitar este ou aquele tipo de reação. A partir daí podemos reter a verdade que está contida na informação aparente: um Estado sempre governa contra a sua sociedade.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## a. Atualidade da ditadura e a história que temos vivido<sup>323</sup>

Apesar do crescimento econômico acelerado na década de 1970, até hoje o Brasil é tido como o eterno país do futuro<sup>324</sup>. Ainda convivemos com as promessas de uma potência econômica que jamais se realizou. De maneira similar à ditadura, as políticas públicas da atual democracia continuam comprometidas com o desenvolvimento capitalista. A condição de país emergente permanece na classificação do Brasil em relação à economia mundial. Muitos chefes de governo, mesmo após os anos de ditadura civil-militar, seguem prometendo colocar o Brasil no patamar dos países industrializados<sup>325</sup>.

O “terceiro governo da revolução” entendia que o desenvolvimento econômico só poderia ser alcançado com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e da descentralização da atividade econômica. Na mesma linha, após o reestabelecimento da democracia, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) escancarou a aliança do poder público com o empresariado, privatizando uma série de serviços e indústrias de base. Em seguida, o governo do Partido dos Trabalhadores (2002-2015) manteve a aliança com os grandes empreendimentos privados, a exemplo da copa do mundo FIFA<sup>326</sup>. Outra característica que aproxima o atual governo às práticas da ditadura é a transformação do país em um canteiro de obras, onde projetos faraônicos ganham destaque no conjunto das políticas governamentais – como a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

No estudo da racionalidade governamental, a comparação é inevitável. Guardadas as especificidades de cada época, construções como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói foram apresentadas como “vitrines de um Brasil moderno” (CORDERO, 2014). Na democracia, os “mega” projetos da Copa do Mundo FIFA e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foram realizados sob promessas de desenvolvimento. Pior do que serem pautados pelas orientações desenvolvimentistas, a realização dos grandes empreendimentos governamentais seguem sem medir

---

323 FICO, Carlos. História que temos vivido in VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (orgs.) Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

324 Naquele momento o crescimento dos índices econômicos impressionava e, segundo ARAÃO REIS, “*impressiona até hoje, já que o país nunca mais apresentou tão elevados resultados: 9,5%, em 1970; 11,3, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973 (ARAÃO REIS, 2014, p. 79)*”

325 Hoje o Brasil é integrante de um grupo de cooperação política e econômica que reúne alguns países considerados de mercado emergente. O grupo é chamado BRICS e reúne as iniciais dos países integrantes: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (*South Africa*).

326 Federação Internacional de Futebol Associado, do francês: *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)*. A FIFA é a realizadora o campeonato mundial de futebol, principal evento esportivo da atualidade. A organização reúne 209 países e territórios associados.

as consequências de seus impactos sociais. Reparem que dentre as obras faraônicas da ditadura e da democracia estão duas intervenções na Amazônia brasileira. Na década de 1970, a Transamazônica. Hoje, Belo Monte. Especialista em estudos na região, Viveiros de Castro<sup>327</sup> compara a ambição desenvolvimentista da atual presidente ao que chama de megalomania do progresso durante a ditadura. Segundo ele, assim como na ditadura, os atuais projetos rodoviários e a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, somados com os benefícios ao agronegócio, representam um descaso com os direitos do povos indígenas. Para o antropólogo, quando o assunto é Amazônia, o regime civil-militar (*a direita*) se aproxima do projeto político do Partido dos Trabalhadores (*a esquerda*). O que permite essa comparação é justamente a insistência no desenvolvimento capitalista:

Foi preciso a esquerda, uma ex-guerrilheira, para realizar o projeto da direita. Na verdade, eles sempre quiseram a mesma coisa, que é mandar no povo. Direita e esquerda achavam que sabiam o que era melhor para o povo e, o que é pior, o que eles pensavam que fosse o melhor é muito parecido. Os militares talvez fossem violentos, mais fascistas, mas o fato é que é muito parecido. (...) [a esquerda em geral] tem uma incapacidade congênita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o índio, o seringueiro, o camponês, o quilombola -, gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem. (...) [a esquerda] têm essa concepção de produção, de que viver é produzir - 'o trabalho é a essência do homem'<sup>328</sup>

Para criticar as recentes políticas governamentais na Amazônia, Viveiros de Castro faz uma comparação entre o governo da presidenta Dilma e o período da ditadura. Neste depoimento, o intelectual mobiliza o passado para fortalecer seus argumentos. A medida que recorre à ditadura, ele historiciza o governo Dilma e problematiza as intenções de seu governo. Ao tornar presente um passado, foi possível demonstrar que algumas políticas do Brasil da atualidade caminham num mesmo sentido daquele escolhido pelos militares que ocuparam a presidência da república.

Os usos políticos de experiências históricas contribuem diretamente para as reflexões em torno do tempo presente. Ao me utilizar da comparação exposta por Viveiros de Castro e tendo por referência os estudos de Hartog & Revel (2002), entendo que “o debate contemporâneo sobre o passado ultrapassou a capacidade do historiador de dirigi-lo” (KNAUSS, 2012, p. 152)<sup>329</sup>. Mas os antropólogos, e os intelectuais de maneira geral, não são os únicos capazes de dividir com o historiador a capacidade de dirigir o debate contemporâneo sobre o passado. Outros sujeitos,

---

327 Eduardo Viveiros de Castro é um antropólogo brasileiro e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

328 Entrevista realizada por Rafael Cariello para a Revista Piauí, n. 88, ano 8, janeiro de 2014, p. 18.

329 KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos de repressão e conhecimento histórico. In VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (orgs.). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ligados a a partir de diferentes locais de enunciação, também fazem usos políticos do passado. No Brasil, inclusive, é possível encontrar outros paralelos entre o governo da democracia e o governo do general Garrastazu Médici. Vejamos a seguir:



Figura 1 | “A Copa de todas as Copas” - Latuff, 2014. Retirada de <latuffcartoonswordpress.com>.

Carlos Henrique de Sousa, o Latuff, não é historiador, mas recorre ao passado para construir uma reflexão política em torno do tempo presente. Na charge estão representados, da direita para a esquerda, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a presidenta Dilma Roussef e o “espírito” do presidente Médici (este junto a sua lápide que por sua vez indica o ano de nascimento e morte do falecido general)<sup>330</sup>. A sugestão é clara: Médici está morto, pertence ao passado, pertence à História. Alckmin e Dilma, vivos, suplicam por inspiração ao antigo presidente: “Ó mestre!, nos inspire a fazer a copa das copas!” - clama Dilma. A súplica da presidenta é ratificada por Geraldo Alckmin: “Amém!”. Entre junho e julho de 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo de futebol da FIFA. Esse empreendimento privado contou com uma firme parceria entre empresários e o poder

330 A charge foi publicada em 01/04/2014. Foi também em um 1º de Abril, há cinquenta e um anos, que foi realizado o golpe civil-militar. Naquele dia o Brasil amanhecia sob o comando dos generais – estava inaugurada a ditadura. No desenho, estão: Dilma Roussef, presidente do Brasil desde o início de 2011 e que em 2015 iniciou seu segundo mandato; Geraldo Alckmin, eleito governador do estado de São Paulo pela quarta vez em 2014. Por fim, o general Médici, general que comandou o Brasil no terceiro governo da ditadura e chefe do governo no período abordado durante a pesquisa. A charge encontra-se disponível em: <http://latuffcartoons.wordpress.com/2014/04/01/medici-geraldoalckmin-dilmabr-e-a-copa-de-todas-as-copas-charge-copapopularsp/>. Acessado pela última vez em 20 de abril de 2015.

público. A expressão “*copa das copas*”, utilizada na charge, foi pronunciada pela presidenta em um dos discursos que proferiu antes do evento<sup>331</sup>. Afirmar que o Brasil sediaria a “copa das copas”, correspondia dizer que o Brasil sediaria a melhor das competições até então realizadas. Mas porque Latuff recorre a Médici? Qual o efeito a que pretendia causar o cartunista? Quais políticas da ditadura poderiam inspirar o governo democrático para a realização da Copa do Mundo?

Não podemos subestimar a importância do “milagre econômico” ocorrido no Governo Médici<sup>332</sup>. As políticas de desenvolvimento desse governo foram determinantes para a construção de sua legitimidade. O crescimento econômico do início da década de 1970 veio acompanhado das torturas, prisões, censura, etc. A ditadura pagava a conta da repressão com a euforia desenvolvimentista. Naquela época existia uma crença manifesta de que o país seguia o rumo do progresso para se transformar em nação potência. Nesse laboratório político está guardada a fórmula da ditadura: desenvolvimento e segurança nacional. A intenção, portanto, era dinamizar o capitalismo no país e esmagar qualquer ameaça a este projeto econômico.

Mas em que medida o *know how* de Médici poderia inspirar a Dilma e o Geraldo Alckmin? Apesar de ser um evento privado, o governo teve que desembolsar exorbitantes quantias de dinheiro público para que a Copa fosse realizada no Brasil. E para justificar a abertura dos cofres, a Copa do Mundo foi apresentada como um conjunto de ações que visavam modernizar a economia do país. A principal justificativa para o gasto de dinheiro público em um evento privado consistia na promessa de que a Copa do Mundo renderia um importante legado ao desenvolvimento do Brasil. O turismo criaria empregos e as obras exigidas pela FIFA, como a melhoria da mobilidade urbana e a construção das arenas, deixariam importantes heranças à qualidade de vida da população brasileira. Uma vez que a Copa da FIFA contou com altos investimentos do poder público, ela significava aos políticos uma chance de potencializar a economia nacional e atestar o sucesso do empreendimento governamental. Assim como os *anos de ouro*, os *anos da copa* renderam uma euforia desenvolvimentista similar à ocorrida na década de 1970.

Uma outra questão aproxima os dois momentos políticos presentes na charge: a repressão. Desde de junho de 2013 até momentos antes da final da Copa do Mundo eclodiram manifestações de rua no país. O denominador comum das motivações que levaram pessoas às ruas era o questionamento dos esforços governamentais para realização da Copa do Mundo e o estopim, pelo

---

331 Em Maio de 2014, num discurso proferido durante o congresso da União da Juventude Socialista, Dilma Rousseff afirmava que o Brasil realizaria a “Copa das Copas”: “A Copa do Mundo se aproxima e tenho certeza que o nosso país fará a Copa das Copas. Tenho certeza da nossa capacidade. Tenho certeza do que fizemos, tenho orgulho das nossas realizações”. Declaração disponível em: [http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/esporte/futebol/2014/05/25/Dilma-Rousseff-diz-Brasil-fara-Copa-das-Copas\\_7797789.html](http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/esporte/futebol/2014/05/25/Dilma-Rousseff-diz-Brasil-fara-Copa-das-Copas_7797789.html). Acessado pela última vez em 20 de abril de 2015.

332 CORDEIRO, Op. Cit., 2015.

menos nas capitais, foi o aumento do valor das passagens do transporte público<sup>333</sup>. Enquanto gastava milhões com o evento, o governo não resolvia a precária estrutura de seus serviços públicos básicos. Para não perdermos o fio da discussão, importa afirmar que boa parte das obras da Copa do Mundo estavam ligadas à ilusão progressista de “uma nação que sonha em ser 'potência', mas que não consegue superar problemas básicos” (CORDEIRO, 2014, p. 201).

Diante do crescimento dos movimentos que tomaram as ruas das grandes cidades, o governo, para salvaguardar o empreendimento que se tornara a Copa do Mundo, ou seja, para salvaguardar a orientação de sua política econômica desenvolvimentista, teve de pôr em prática um todo um aparato de repressão às manifestações. A medida que cresciam as manifestações, a FIFA ameaçava o cancelamento do evento no Brasil. Nos anos da ditadura, mesmo reprimindo deliberadamente, o governo do general Médici foi capaz de abafar a tortura a ponto de não comprometer sua imagem enquanto ocupava o posto de Presidente da República. Nos últimos anos, a repressão utilizada tanto pelo Governo Federal, como pelo Governo de São Paulo, contou com um aparato policial que não mediu esforços na desmobilização das manifestações ao redor do país. Assim como Médici, os políticos da atualidade não queriam ver ameaçadas as suas obras de desenvolvimento. Violência, tortura, prisões arbitrárias, monitoramento e perseguições foram relatadas. A censura à imprensa também foi frequente pois vinha de dentro das próprias redações – os empresários da comunicação estavam rendidos à política econômica da qual a Copa do Mundo foi o carro chefe.

Portanto, a inspiração de Médici aos políticos da democracia vem da capacidade em articular a confiança no desenvolvimento com a garantia de segurança aos empreendimentos público-privados. Desenvolvimento e Segurança Nacional aparecem lado a lado também na democracia. Ou seja, na sombra do progresso foi possível esconder as ruínas de um Estado autoritário. Essa foi uma marca da ditadura civil-militar, principalmente no que toca aos anos de governo do general Garrastazu Médici. De forma parecida funciona a atual democracia. Ainda na esteira do desenvolvimento, suas ações públicas são planejadas e postas em prática sem medir as consequências sociais dos empreendimentos. Ou melhor, até medem, mas o problema é que sua balança tende a pesar para o lado dos interesses de determinados grupos políticos e empresariais. Dito por outras palavras, o Estado não mede esforços para defender interesses econômicos da elite político empresarial.

Na contra mão, a resistência e os questionamentos políticos às atuais medidas de governo foram respondidos com violência e repressão. No uso da comparação, não adianta apontar o regime

---

333 MARICATO, Emilia [et al]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

da ditadura como o único monstro repressor da História política brasileira, quando hoje sentimos na pele os abusos policiais do Estado democrático de direito. Tanto a ditadura quanto a democracia legitimam suas formas de governo pelas promessas de desenvolvimento, enquanto esmagam, no uso da força policial, os possíveis questionamentos a suas políticas. No entanto e independente dos níveis, não é que a repressão e os abusos passaram despercebidos, seja na ditadura ou seja na democracia. É que mobilizada por outros interesses, parte da população prefere cegar para as arbitrariedades de seu governo, seja na ditadura ou no atual Estado democrático de direito.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2012.
- AGOSTINHO, Gilberto. *Futebol e Ditadura Militar no Brasil*. Revista Nossa História, nº. 14, dezembro 2004.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Massangana, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Formato Digital-Utopia Fragmentada, a: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. FGV Editora, 2000.
- BARRETO, Tulio & FERREIRA, Laurindo (orgs). *Na trilha da golpe: 1964 revisitado*. Recife: A fundação; Editora Massangana, 2012.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, v.1.).
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, 1998.
- BRAGA, Magno Michell. *BR 230, nordestinos na rota Transamazônica : a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974)*. Recife: O autor, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. Barcelona, España, 2007.
- CHARTIER, ROGER. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Paulo: EdUFSCar, 2012.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.
- CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano*

governamental, seus resultados e problemas. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas, 1976.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972*. in *Confluenze* Vol. 4, No. 2, 2012, pp. 82-102, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.

DREIFUSS, René. Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, MICHEL. *O que é um autor? In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPARI, Helio. *A ditadura Escancarada vol. 2 – As ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Señales: Raíces de un Paradigma Indiciario*. In GARGANI, Aldo (org.) *Crisis de la Razón*. México, 1983.

GINZBURG, Carlo. *Distância e perspectiva: duas metáforas*. In *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Editora Universitária UFPE, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde: política e colonização do Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEM, 2002.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. *Amazônia Legal*. In: MONTENEGRO, Antônio Torres;
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 85-129.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: Robson Laverdi; Méri Frotscher; Geni Rosa Duarte; Marcos F. Freire Montysuma; Antônio Torres Montenegro.. (Org.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Florianópolis, SC; Recife, PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, vol. 1, p. 15-37.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento*. In Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7., 2014. p. 38-46.
- HAMILIN, Phillipp. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991, p. 161-176.
- HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27.
- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV).
- HÉBETTE, Jean (org). *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005. p.111-153
- LUKACS, John. *A new history of the cold war*. Anchor Books, 1966.
- MAGALHÃES, Livia G. *Com a taça nas mãos sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, PPGH, 2013.
- MARICATO, Emilia [et al]. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.
- MEDICI, Garrastazu. *O povo não está só*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

- MEDICI, Garrastazu. *Tarefa de todos Nós*, Departamento de Imprensa Nacional, 1971.
- MÉDICI. *O sinal do Amanhã*. Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e Bases para Ação de Governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
- MONTENEGRO, Antônio. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. Editora Perspectiva, 2002.
- PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve; O nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Editora Record, 1972.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Migrações, conflitos e violência no campo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2013
- PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.
- PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Zahar, 2000;
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *O sol sem peneira*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- REIS FILHO [et. al.]. *À sobra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.
- RODEGHERO, Carla S.; MONTENEGRO, Antônio; ARAÚJO, Maria Paula. *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- ROLLEMBERG, Denise. *A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-*

1974). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, 141-152.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Idelma Santiago da. "Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)." (2010).

SOARES, Filipe Menezes. *Presidente Médici: a invenção de um autor*. Revista AEDOS, n. 14, v. 6, Jan./Jul. 2014, p. 34 – 54. Disponível em: <<<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42171/30733>>>. Acessado pela última vez em 05/05/2015.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, PPGH, 2012.

STUDART, Hugo. *A lei da selva*, São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

WAIKER, Robert Toovey; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; CONTO, Arnaldo José de; CARVALHO, Rui de Amorim; FERREIRA, Célio Armando Palheta; SANTOS, Antônio Itayguara Moreira dos; ROCHA, Antônio Carlos Paula Neves da; OLIVEIRA, PEDRAZA, Pedro Mourão de; Carlos D. Rodrigues. *As contradições do processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica. Documentos n° 93*, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Agosto, 1997.